



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Ata nº 10/2022

5ª Sessão Ordinária de 2022 – 1ª Mandato 2021-2025

Reunião de 5 de dezembro de 2022

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a presidência da sua Presidente, Excelentíssima Senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, Primeiro Secretário da Mesa.

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Partido Social Democrata
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Américo da Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata
Sandra Lopes	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Pedro Jorge Marques Moreira	Partido Socialista
Ricardo Cândido	PAN
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	Bloco Esquerda
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Carlos Alberto Osório	Partido Socialista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Andreia Sousa	Partido Socialista
Bruno Candeias	Partido Social Democrata
Cristiano Malha Gregório	Partido Socialista
Alzira Calha	Partido Socialista
José Luís Barbudo	Partido Socialista
Patrícia Ferro	CHEGA
Raquel Bernardino	Partido Social Democrata
Ricardo Viana	Partido Social Democrata
Filipe Santos	Partido Socialista
Secretário -Executivo da Junta de Freguesia de Portimão	
Ivo Miguel Inácio Carvalho Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes – Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE UBSTITUIÇÃ	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Rui Algarve	1	5/12/2022	Cristiano Malha Gregório
PPD/PSD	Cristina Velha	1	5/12/2022	Raquel Bernardino
PS	Júlio Ferreira	1	5/12/2022	José Luís Barbudo
CHEGA	Luís Custódio	1	5/12/2022	Patrícia Ferro
PPD/PSD	Natalino Alves	1	5/12/2022	Ricardo Viana
PS	Sheila Tomé	1	5/12/2022	Alzira Calha
PAN	Daniela Duarte	16	5/12/2022 A 20/12/2022	Ricardo Cândido
Coligação	Marta Caetano	1	5/12/2022	Sandra Lopes



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



"Portimão Mais Feliz"				
PPD/PSD	Vítor Couto	1	5/12/2022	Bruno Candeias

----- Apresentaram pedido de representação, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, os seguintes membros: -----

Força política	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Maria da Luz Santana Nunes	1 Dia	5/12/2022	Filipe Santos

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo:-----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Isilda Maria Prazeres dos Santos V. Gomes	Presidente – Partido Socialista
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista
João Vasco Gambôa	Vereador – Partido Socialista
José Pedro Cardoso	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleiro Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador - Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----Quando eram vinte e uma horas e oito minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **5ª Sessão Ordinária de 2022**, cumprimentando todos os presentes.-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, referiu que tinham a votação as atas da reunião de 27 de junho, que é a 3ª. Sessão Ordinária de 27 de junho e da 4ª. Sessão Ordinária, a reunião de 26 de setembro, iniciada a 26 de setembro. Tenho a indicação que houve um problema na gravação, que penso que foi na reunião de 27 de junho de 2022. Dra. Vanda confirma isso? Que houve um problema da gravação, porque um microfone terá ficado ligado e por isso não foi possível registar pelo menos duas intervenções, mais intervenções e, portanto, perante uma situação destas e uma vez que a ata é uma reprodução daquilo, e neste caso uma reprodução gravada daquilo que se passou, e dada a impossibilidade de recuperar essa gravação, a proposta que posso fazer é fazer uma proposta de reconstituição da ata se assim for possível da vossa intervenção, das intervenções que forem feitas. Senão, temos que assumir a exemplo do que acontece no tribunal quando as gravações falham e nós não conseguimos fazer a transcrição dos depoimentos. Ponho à consideração dos senhores deputados a proposta para resolver esta questão. -----

---- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação_“Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, senhora Presidente, eu iria propor à mesa que a votação desta ata fosse retirada e que os membros que intervieram nessa Assembleia, cujas intervenções de alguma forma foram «truncadas» digamos assim pela circunstância da gravação não ter sido integralmente efetuada, pudessem como sugeriu reconstituir as suas intervenções que estão incompletas e que depois numa próxima sessão ordinária, em fevereiro, nomeadamente do próximo ano, ela voltasse a vir aqui já completa com aquilo que, enfim, os membros que não conseguiram que as intervenções ficassem completas quisessem aduzir essas intervenções. Acho que não está, pelo menos daquilo que eu li, e na parte que me toca a mim, porque creio que há duas intervenções que eu fiz nessa sessão que não estão completas, parece-me que a ata não está em condições de ser votada, porque como disse, não retrata fiavelmente aquilo que foi dito, e se no tribunal renova-se a prova, eventualmente aqui não é possível renovar a Assembleia e fazer uma nova Assembleia. Portanto, terá que ser desta forma. Era só isso. -----

---- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que aceita a proposta, já conferenciou com o senhor 1º. Secretário e a 2ª. Secretária pensa que não se oporá relativamente a essa situação, e depois em conferência de líderes, poderão depois analisar melhor a situação e tentar a reconstituição. De qualquer forma, transmitir aos senhores deputados municipais, que não tem qualquer efeito a não aprovação hoje, porque nós temos vindo a aprovar as atas em minuta e, portanto, as deliberações estão



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



perfeitamente sustentadas nas atas que estão aprovadas por minuta. Portanto, as deliberações estão perfeitamente sustentadas e, portanto, não põem em causa o regular funcionamento da Câmara Municipal relativamente a estas matérias. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, agradeceu a intervenção e informou que iriam entrar no período antes da Ordem do Dia, começando por colocar à votação a ata nº. 8/2022 referente à 4ª Sessão Ordinária de 2022, realizada em 26 de setembro de 2022. -----

-----**A ata nº. 8/2022 foi aprovada por unanimidade.** -----

-----Em seguida, começou por explicar que foi rececionada uma inscrição, para o **ponto 1) da ordem de trabalhos, designado para a intervenção dos cidadãos.** -----

-----Assim, começou por conceder o uso da palavra, ao primeiro cidadão inscrito, **José Manuel Sequeira** cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Porque não sou pessoa de desistir do silêncio evocado na última Assembleia, no passado dia 28/11, apesar da tentativa do deputado João Caetano, da coligação Portimão Mais Feliz para que me fosse dada oportunidade de continuar, pois era o único interveniente do público, e que segundo o Regimento da Assembleia Municipal, é de 30 minutos para o público; respeito a decisão mas, existe sempre um mas! Estou cá, estou outra vez, mas desta vez a solicitar outro assunto. Para quando na Praia da Rocha um Parque Verde aproveitando os poucos espaços ainda existentes e, na sua maioria, privados. Mas a CMP sabe como e onde atuar. Tendo em atenção que as Pessoas, os Animais e a Natureza agradecem e que é o ADN de um partido representado nesta Assembleia deixo aqui este alerta para a Praia da Rocha. Não é só de betão que Portimão vive, e a Praia da Rocha em particular, embora o IMI seja sempre bem-vindo, mas, os cidadãos, residentes ou veraneantes, também têm direito a viver. Não sei quem tem responsabilidade deste assunto mas, desperto aqui, as atenções dos deputados municipais para este assunto. Quem gostou, ótimo! Quem não gostou, ótimo também! Disse!» -----

-----Em seguida, informou que iria abrir o debate para a discussão e votação das **Moções/Propostas de Recomendação** apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, às **Moções/Propostas de Recomendação**, apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, à **Proposta de Recomendação – Pela Requalificação do Largo Gil Eanes, em Portimão (subscrita pela Bancada da Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Considerando que:-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- a) O Largo Gil Eanes, em Portimão, apresenta sinais evidentes de degradação em várias áreas de utilização comum e das suas áreas ajardinadas; -----

----- b) Não obstante algumas operações de limpeza e tratamento das zonas verdes, várias das áreas comuns do parque, como as zonas pedestres, a zona do quiosque, as casas de banho públicas, o recinto polidesportivo e uma boa parte das zonas ajardinadas, continuam a evidenciar sinais de degradação, reclamando uma requalificação urgente, que permita uma melhor fruição por parte dos munícipes; -----

----- c) Em algumas das referidas áreas comuns subsistem na presente data situações evidentes de falta de manutenção e de degradação, ao passo que noutras áreas é evidente a necessidade de uma reformulação de algumas soluções urbanísticas, como a iluminação pública, a circulação e o estacionamento automóvel em algumas zonas do largo; -----

----- d) O deficiente estado de conservação de algumas zonas de utilização comum do Largo Gil Eanes não só dá uma má imagem da área em questão, como impossibilita um verdadeiro e pleno aproveitamento de toda a zona, tendo em conta as suas potencialidades para a cidade e para os/as Portimonenses, -----

Os eleitos da Coligação PORTIMÃO MAIS FELIZ propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 4ª Sessão Ordinária de 2022, realizada em 26 de Setembro, delibere recomendar ao Executivo Permanente da Câmara Municipal de Portimão a urgente requalificação urbanística e paisagística do Largo Gil Eanes, em Portimão, incluindo-se as zonas de utilização comum referidas e as áreas ajardinadas.» -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que esta proposta de recomendação, como a senhora Presidente disse, transita da sessão ordinária anterior e tem por objeto a requalificação do largo Gil Eanes em Portimão. -----

----- Muito resumidamente, porque a moção é autoexplicativa, propõe recomendar à Câmara que encete rapidamente a elaboração de um plano de requalificação paisagística daquela zona que já está anunciada há muitos anos, mas nunca saiu do papel, que passa necessariamente pela reformulação de algumas soluções urbanísticas ali naquela zona, como a iluminação pública, a circulação, o estacionamento automóvel e o arranjo dos espaços verdes e das zonas de lazer que ali existem. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que nesta matéria, o PS debruçou-se sobre



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ela e verificou que de facto já tinha sido objeto de alguma demanda nesse sentido junto da Câmara. Contudo, importa observar o seguinte. Não deixa de ter o seu propósito e realmente ser justificada, contudo, parece-nos extemporânea e porquê? O largo Gil Eanes, enfim, de forma contígua também ao largo Sárrea Prado, ambos estão a pedir a requalificação. Aliás, toda aquela zona e mais a zona envolvente estão a pedir requalificação, e falo na zona envolvente, porquê? Porque efetivamente nós sabemos que o trânsito automóvel, não é, com a anulação da passagem de nível, vai cessar ali e, naturalmente, esta interdição irá supurar e irá supor bem entendido, a promoção de uma reabilitação urbana que tenha em conta uma funcionalidade modificada, portanto, e, é esse o sentido que tem feito com que, de facto, a Câmara tenha protelado até agora esta requalificação. Não faz muito sentido estar a requalificar para voltar a fazê-lo de novo. Portanto, é uma questão de racionalização de procedimentos e é esta a justificação porque o PS efetivamente faz o entendimento de que esta proposta é extemporânea. Disse, muito obrigado, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que queria agradecer ao senhor deputado Figueiredo Santos ter aduzido aqui argumentos que não constam da proposta de recomendação, e realmente aquilo que disse é mais um argumento a favor daquilo que aqui viemos propor. Não é extemporânea senhor deputado. -----

-----Aquilo que o senhor acabou de dizer, realça a atualidade desta proposta de recomendação, porque é assim, se estavam à espera do encerramento da estrada em direção à rotunda das Cardosas, devido ao atravessamento da linha férrea, então mais acuidade e mais atualidade tem esta proposta de recomendação, porque é a altura ideal então para repensar toda aquela zona e para, no quadro do encerramento daquela rua devido à linha férrea que ali existe, requalificar o largo Gil Eanes e, portanto, em coerência com aquilo que disse, eu desafiava-o a votar favoravelmente a recomendação. Disse. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de Recomendação – Pela Requalificação do Largo Gil Eanes, em Portimão (subscrita pela Bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	2	2	1	1	0	14



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	14	0	0	0	0	0	0	0	14

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Proposta de Recomendação foi reprovada por maioria com voto de qualidade da Presidente da AMP.** -----

-----Na altura da votação não estavam presentes: A deputada Municipal Independente Ângela Venâncio Quadros, e o deputado Municipal do PS Carlos Osório. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o – **Voto de Congratulação – À Presidente da Comissão de Recursos Naturais, do Comité das Regiões (subscrita pela bancada PS)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Considerações preliminares:-----

Atendendo a que autarca Isilda Gomes, presidente da Câmara Municipal de Portimão, desde outubro 2013, foi eleita no passado mês de junho, em Bruxelas, Presidente da Comissão de Recursos Naturais (NAT), do Comité das Regiões;-----

Ponderando que a Comissão NAT reúne mais de 100 presidentes de município ou de região e membros de assembleias municipais ou regionais, ocupando-se de uma grande variedade de temas relacionados com o desenvolvimento rural, a saúde, a agricultura, a silvicultura, as pescas, a proteção civil, a defesa do consumidor e o turismo;-----

Que a prestigiada autarca pertence ao Comité das Regiões desde 2020, sendo também presidente da delegação portuguesa deste órgão comunitário, responsável pelas políticas dirigidas às regiões e municípios; -----

Que a presidência para além de constituir, acima de tudo, uma responsabilidade redobrada, é também uma distinção em forma de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido como uma visão estratégica peculiar, e uma forma de enobrecimento da cidadania portuguesa; -----

Que a autarca, no quadro da entrega à causa pública, tem conferido centralidade aos direitos essenciais e progressivos, associados à inclusão social, à integração de minorias étnicas, a políticas de robustecimento municipal, que ao longo dos seus mandatos têm conhecido uma "evolução notável", num contexto de humanismo avançado onde a ética política tem assumido, reiteradamente, um papel central; -----

Com base na argumentação produzida, os eleitos abaixo indicados pelo Partido Socialista de Portimão, para a respetiva Assembleia Municipal, vêm propor a este órgão: -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



1 - Que delibere parabeniza-la, expressando, com isso, o seu voto de congratulação, como forma de consagração e exaltação deste percurso. -----

2 - Que deste voto seja dado conhecimento ao Governo da República, à Comissão de Recursos Naturais (NAT), do Comité das Regiões e aos órgãos de comunicação social regional.» -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, eu não diria a defesa desta moção, eu diria o esclarecimento da natureza deste voto de congratulação. Este voto de congratulação foi e é, uma forma de reconhecimento e a razão de ser do mesmo parece-me bastante clara. Portanto, ele tem como objetivo manifestar o contentamento do grupo parlamentar do PS, pela nomeação da senhora Presidente para o referido cargo, nós não estamos a fazê-lo por adulação de personalidade, mas por entendermos que é de primordial justiça encorajar a senhora Presidente a prosseguir o caminho trilhado, o caminho encetado, contando, da nossa parte, com todo o apoio e estímulo. -----

-----Tratando-se de um cargo que transcende a lógica dos interesses locais e por vezes a mesquinhez dos nossos interesses político-partidários que por vezes campeiam entre nós, nós desejamos que a sua atuação seja "exitosa", que tenha êxito. E que o mesmo possa refletir-se no esforço da dinâmica política da Europa. -----

-----Para nós, é um regozijo, é uma satisfação e não vemos este posicionamento institucional como algo de regozijo partidário, mas sim, como um regozijo suprapartidário, portanto algo que nos pode e deve orgulhar a todos. Disse, muito obrigado, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para perguntar à senhora Presidente se pode fazer um ponto de ordem à mesa? -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, diga-me, eu estou cá para isso. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, Pronto. Na votação da proposta de recomendação anterior, faltavam dois deputados municipais na sala, e eu agora é que reparei, porque o meu caro amigo e deputado Carlos Osório entrou agora na sala e, portanto, estavam a faltar duas pessoas, a deputada Ângela Venâncio e o deputado Carlos Osório e, portanto, parece que a votação foi um empate e nessa medida, a senhora Presidente tem que desempatar com o voto de qualidade. Era só essa observação à mesa. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que então será a primeira vez que vai exercer essa prerrogativa dado o



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



empate e, portanto, votará favoravelmente nos termos em que foi votado pelo Partido Socialista, ou seja, acompanhará o sentido da votação do PS. -----

-----Pedeu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que a CDU acha que a senhora Presidente com o percurso que tem, não precisa de louvores. Concordámos em alguns momentos com as suas posições, discordámos de outras, pensamos que nem a senhora Presidente se sentirá tranquila com tal culto de personalidade e pensamos também que este voto de louvor não dignifica este órgão. Muito obrigado. -----

-----Pedeu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que sobre esta matéria, este voto de congratulação, diria que nasce com o conceito, porventura correto e os pressupostos errados, um bocado à imagem do acento grave ao invés do agudo que está no início do documento, sou daquelas pessoas que assina-lo logo, mas o erro que refiro não é por aí, mas agradeço ao Partido Socialista trazer esta moção ao órgão que é fiscalizador e que deve questionar a quem de direito sobre as coisas que entendemos não serem as mais devidas e que às vezes carecem de explicação.-----

-----Eu até vou começar pelas questões mais fáceis, e li com atenção, três ou quatro vezes esta moção, porque às vezes perdia-me, não sabia se estava a ler corretamente ou se estava a divagar, mas não, estava mesmo escrito. -----

-----Começo pela visão estratégica peculiar. Subscrevo, a visão estratégica em Portimão é peculiar, e mais não digo, porque podia falar da habitação, da mobilidade, da demora, do parado paradinho, da ferrovia, da ligação... é peculiar, concordo, subscrevo o Partido Socialista nesta matéria. -----

-----Depois, há uma citação, «evolução notável», eu deduzo que é uma citação do secretariado concelhio do Partido Socialista, porque ninguém vê a evolução notável que aqui está a referir, mas tudo bem, até que chega ao ponto que me falam da ética política, e eu acredito que de facto, o voto foi escrito, lá está, com pressupostos ao lado, mas sobre esta matéria, eu lançaria uma questão que a este órgão diz respeito, que é, já foi questionado em reunião de Câmara, mas estamos no órgão certo com o público aqui para saber. O município fez por ajuste direto em despesas de representação, precisamente a este órgão que reconheço vitalidade importante na democracia nacional em solo europeu, onde também faz parte Portugal e onde já estive aqui, o nosso vereador Rui André também já estive no Comité das Regiões, o Luís Gomes estive no Comité das Regiões, felizmente tivemos vários algarvios que desempenharam meritoriamente lá



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



funções e que espero que a Dra. Isilda Gomes também o faça, mas questionava sobre esta moção, de facto, se há algum esclarecimento que possa dar a esta casa sobre o investimento dos portimonenses em despesas de representação e assessoria para o município nas viagens a Bruxelas, sobre a Comissão NAT do Comité das Regiões, aproveitando esta moção, que agradeço a oportunidade ao Partido Socialista, mas para ficarmos a saber se devidamente, por exemplo, um concelho como Almeirim com um orçamento curto teria a disponibilidade legal de investir em despesas de representação aquilo que Portimão em poucos meses já investiu quase a bater nos trinta mil euros e, portanto, lançava a questão à bancada do Partido Socialista, pensei que viria nos pressupostos essa explicação, mas como órgão fiscalizador deixava aqui a questão para ficar depois em ata, qual a opinião do Partido Socialista sobre esta matéria. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que sabem que a senhora Presidente não necessita de encorajamento para dar prossecução ao seu trabalho no Comité. Eu só tinha uma pergunta a fazer ao proponente deste voto. Quais são os benefícios trazidos ao concelho pelo Comité das Regiões, recursos naturais, há cerca de três anos que a senhora Presidente, não ainda como Presidente, mas como pertencente ao Comité das Regiões desde 2020. Gostaria de ser informado quais têm sido os benefícios já trazidos ao concelho. Muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que de certa forma, fazendo também aqui um complemento àquilo que o seu colega de bancada disse, Mário Espinha, gostava de referir aqui dois ou três pormenores que pensa que são importantes. -----

-----Antes de mais, parabéns à senhora Dra. Isilda Gomes pelo cargo que desempenha e pelo facto de ter sido nomeada como Presidente de uma das comissões também. Eu acredito que a senhora Presidente esteja a fazer um esforço enorme entre o vai e vem, poder de certa forma dignificar o mandato para o qual foi eleita aqui e ao mesmo tempo ser também com e ter um excelente mandato, quer no Comité das Regiões, quer até na presidência da comissão que faz, e acredito que esse esforço seja enorme, até no seguimento também, além de todos, o financeiro que o senhor Carlos Martins agora também referiu, mas há aqui duas ou três questões que parecem práticas e que no fundo não devemos tanto divagar mas ser mais práticos e dados concretos naquilo que se passa, e eu neste aspeto recordo que entre as idas e vindas a Bruxelas, se bem que tenho aqui as contas, a senhora Presidente já teve a infelicidade de faltar a quatro ou cinco assembleias municipais, se bem me lembro, o que isto também deve causar algum incómodo, porque se está num sítio não pode estar noutro também, e isso era um dado que eu



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



gostava que repensasse e definitivamente levasse a sério, até porque deve ter respeito por quem a elegeu. De qualquer das maneiras, deixo aqui também um conselho que é, e se bem sei a senhora Dra. Isilda Gomes é Presidente de uma comissão que tem, entre outros aspetos e outras responsabilidades, que tem a ver com o ambiente e nomeadamente a questão da água. A água, como todos sabemos, é um problema enorme que temos que enfrentar, a falta e a escassez, e eu relembro-lhe que no dia 25 de fevereiro de 2022 na Primeira Sessão Ordinária aqui presente e vou citar, a senhora Presidente disse o seguinte. «Relativamente à água, as perdas neste momento estão em dezasseis por cento e é muito difícil deixar este valor, muito difícil. Os investimentos requeridos são exatamente elevados e de acordo com alguns entendidos não compensa. Claro que também sabe que neste momento esta discussão é uma discussão alargada». Estou a citar! Portanto, temos aqui um problema económico, um problema de água no concelho, um problema difícil de resolver, é quase um quinto da perda de água no concelho, é difícil porque não há condições económicas para resolver o problema e a senhora está a presidir uma comissão em termos do Comité das Regiões que de certa forma pode e deve ajudar com certeza a resolver isto. Esta é a questão que eu coloco, para já como é que pensa resolver este problema aqui do concelho tendo exatamente essa faculdade de estar numa comissão, pode ajudar o concelho. Disse, obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que é rápido. Já percebemos todos que o PS não quer discutir este assunto, enfim, lançou para aqui um voto laudatório, enfim, já percebemos qual é o objetivo, mas foi mais rápido eu votar contra uma proposta que esta bancada apresentou na última sessão ordinária que visava que a senhora Presidente apresentasse um relatório trimestral à Assembleia sobre aquilo que faz no Comité das Regiões, coisa que é uma função básica da Assembleia, que é fiscalizar, não só pelas questões de despesa, porque a senhora Presidente foi eleita pelo Comité das Regiões, porque é a Presidente da Câmara de Portimão, não foi pelos seus lindos olhos nem pela sua capacidade política, foi por essa circunstância. E o PS foi tão lesto a votar contra essa proposta como foi aqui a apresentar este voto laudatório e eu, enfim, perdoem-me a expressão, de puro organismo político que é, saudar e louvar, enfim, a ética reconhecida, a ética política que tem assumido e nós já lá iremos à questão da ética. Portanto, nessa medida, vamos votar contra esta proposta. Disse. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o – **Voto de Congratulação – À Presidente da Comissão de Recursos Naturais, do Comité**



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



das Regiões (subscrita pela bancada PS), tendo sido obtido o seguinte resultado-----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	2	1	1	1	5
VOTOS CONTRA	0	5	3	2	0	0	0	0	10

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**O Voto de congratulação foi aprovado por maioria.** -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Moção – Não se pode tolerar nem justificar a violência contra as mulheres - (subscrita pela bancada CDU(PCP/PEV))**, cujo teor se transcreve na íntegra: «A violência tem de acabar onde quer que tenha lugar! -----

Este ano, o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres coincidiu com a votação final do Orçamento do Estado para 2023. Uma coincidência que não pode deixar de ser sinalizada pelo facto de este não responder ao que se impõe para prevenir e combater todas as formas de violência sobre as mulheres. -----

O combate à violência contra as mulheres exige a concretização de uma política que respeite a Constituição da República Portuguesa. Uma política que concretize a igualdade no trabalho e na vida, condição essencial para garantir às mulheres o direito a ter um projeto de vida liberto de contextos violentos que atentam contra a sua integridade física, dignidade, liberdade e direitos.

É necessário interromper o ciclo de violência o mais cedo possível, o que implica um compromisso pelo aumento geral dos salários, a valorização das profissões e carreiras, o controlo dos preços dos bens e serviços essenciais, o investimento em meios materiais e humanos nos diversos serviços públicos, garantindo o direito à habitação, melhores serviços de saúde, segurança social, educação, justiça, forças de segurança, entre outros. -----

Para a CDU é inaceitável a multiplicidade de violências contra as mulheres. -----

Continua a flagelar a vida de muitos milhões de mulheres, raparigas e crianças a violência doméstica e no namoro, a prostituição, o tráfico humano, a pornografia, a violação, o assédio moral e sexual, a exploração no trabalho, a mutilação genital, as "barrigas de aluguer", a objetificação do corpo da mulher. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



As “velhas” formas de violência e a “moderna” mercantilização do corpo das mulheres, raparigas e crianças não são uma fatalidade histórica nem cultural! -----

O Governo tem de cumprir a sua obrigação de prevenir e combater todas as formas de violência. A Rede Nacional de Apoio a vítimas de violência doméstica depara-se com carências e inconstância nas formas de financiamento, dificuldades de articulação e profundas assimetrias no território. Situação que tem de ser corrigida o quanto antes. -----

A CDU considera necessária a existência de uma Rede pública, descentralizada e articulada – com os vários serviços e entidades, nacionais e locais que intervêm nesta área – em todo o território nacional, visando assegurar proximidade, igualdade de acesso de todas as mulheres à informação, encaminhamento, sinalização e proteção das vítimas. -----

Não podemos ignorar os movimentos em torno da legalização/ regulamentação da prostituição, que pretendem transformar a prostituição numa atividade legal, para quem a explora, ou seja os “proxenetas” passarão a “empresários”. -----

A legalização/regulamentação da prostituição não defende as mulheres prostituídas. Antes pelo contrário dá cobertura legal a uma sórdida exploração, ao aumento do tráfico de seres humanos que lhe está associado, ao branqueamento de capitais associados a outros criminosos tráficos. ---

Não podemos aceitar que se use o Dia Internacional para a Eliminação da violência contra as mulheres para normalizar a mais vil exploração de mulheres usando-o como bandeira para defender a legalização do lenocínio. -----

A Eleita da CDU- Coligação Democrática Unitária PCP- PEV, propõe que a Assembleia Municipal de Portimão reunida a 05 de dezembro de 2022 delibere: -----

1. Reivindicar junto do Governo o imprescindível reforço técnico e financeiro da Rede Nacional de Apoio a vítimas de violência, nomeadamente reforçando o financiamento das estruturas de forma regular; -----

2. Reivindicar junto do Governo a criação de um Plano nacional de combate à exploração na prostituição; -----

3. Que a Câmara Municipal de Portimão inclua no Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Portimão, a garantia de reforçar o acesso das mulheres a uma rede pública de respostas sociais em todas as dimensões para a melhoria das condições de vida e para a prevenção da violência contra as mulheres; -----

4. Propor que a Câmara Municipal de Portimão inclua no referido Plano ações regulares de prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



5. Que o município de Portimão se assumia como um concelho onde se previne e combate a violência e qualquer forma de exploração da Mulher. -----

6. Dar conhecimento desta deliberação ao Presidente da República, Governo, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e à comunicação social.» -----

-----Pedeu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Nogueira**, para dizer que a moção fala por si mesma, portanto, gostariam de pôr à discussão e à deliberação esta moção de acordo com os pontos explanados na mesma. -----

-----Pedeu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Bruno Candeias**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a bancada do PSD reconhece a sensibilidade e a importância deste tema e condena não só a violência contra as mulheres, mas qualquer tipo de violência sobre qualquer pessoa, especialmente os mais desprotegidos, onde incluímos crianças e idosos. Defendemos que deve de haver uma aposta forte na prevenção, com intervenção ao nível da educação e acompanhamento de crianças e jovens de risco e maior apoio a vítimas e a potenciais vítimas. -----

-----Consideramos que a presente moção não acrescenta muito àquilo que é a situação atual, faltando medidas mais concretas, específicas e de aplicação prática, pelo que o nosso voto será abstenção. Obrigado. -----

-----Pedeu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, apenas em jeito de síntese, dir-se-ia que a violência contra a mulher ainda é um problema fortemente enraizado na cultura patriarcal que preside aos fundamentos da nossa sociedade. Ela expressa-se de várias maneiras, desde o estupro até à violência psicológica e precisa de ser combatida com veemência e com urgência. É este o contexto que determina e é este o sentimento que determina que o PS vote favoravelmente esta moção. Muito obrigado. -----

-----Pedeu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda, **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o Bloco de Esquerda já tem trazido algumas moções, também no dia 25 de novembro, também como no Dia da Mulher e nós vamos votar favoravelmente a esta moção. Tenho dito. -----

-----Pedeu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do Chega **Patrícia Ferro**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que o Partido Chega não justifica nem tolera a violência não só às mulheres, como homens e também às crianças e anciões. A violência em democracia é intolerável em toda a espécie humana e animal. Disse. -----

-----Pedeu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que o PAN obviamente que alinha com



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



contra a violência contra as mulheres, contra os homens, os idosos, as crianças, os humanos e não humanos. Ainda assim, não podemos votar favoravelmente nesta moção, porque dentro da mesma temos aqui algumas outras ideias com as quais nos opomos. Ainda assim, somos favoravelmente àquilo que a moção pede que se delibere e então iremo-nos abster. Obrigado. --

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** submeteu à votação a **Moção- Não se pode tolerar nem justificar a violência contra as mulheres - (subscrita pela bancada CDU(PCP/PEV))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	2	2	1	0	1	21
ABSTENÇÕES	0	5	3	0	0	0	1	0	9
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Moção foi aprovada por maioria.** -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de Recomendação – Parque infantil e de lazer na Quinta das Oliveiras- (subscrita pela bancada BE)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Numa acção do Bloco de Esquerda, foi-nos sugerido um parque infantil e de lazer, na urbanização da Quinta das Oliveiras, Vale de Lagar, na Freguesia de Portimão, uma zona populosa com bairros e urbanizações adjacentes ao local, muitas famílias jovens com filhos, em idade pré-escolar. ---- Sugerimos a sua construção célere, para poder ser aproveitada por estas crianças. ----- De acordo com o exposto, a Assembleia Municipal de Portimão, reunida em sessão no dia 5 de dezembro, recomenda à Câmara Municipal: -----

- 1) Recomendamos a construção mais breve possível do Parque Infantil e de lazer, visto ter fundos disponíveis para o efeito. -----
- 2) Disponibilizar rede wi-fi, espaços verdes (zona Workout). -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, como foi dito na última sessão que tivemos aqui, o Bloco de Esquerda traz aqui mais um parque infantil e de lazer na Quinta das Oliveiras, que é uma urbanização que foi construída para custos controlados, e neste momento tem lá o espaço e acho que está projetado para fazer



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



o jardim e não tem lá o parque infantil e já agora falávamos como está aqui a própria moção a recomendar, que a construção seja mais breve possível e o mesmo que tenha o Wi-Fi e espaços verdes e a zona do workout, porque é uma zona que tem muitos jovens e tem muitas crianças, não só a Quinta das Oliveiras, como também a parte de toda a envolvente daquela zona.-----
Esta é uma das primeiras medidas que estamos a trazer aqui para os parques infantis, podemos trazer muito mais e gostaria que esta fosse feita o mais rapidamente possível para estas crianças que vivem lá poderem usar este parque infantil. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Viana**, que começou por cumprimentar todos os presentes e explicou que obviamente que vão votar favoravelmente a esta moção, mas apraz-lhes dizer aqui duas, três pequenas coisas. Uma falta de visão estratégica para os parques infantis, continuamos aqui todas as assembleias a falar de parques infantis e os parques infantis, penso que deveria mudar-se o paradigma e terem uma visão mais integrativa e espaços para a família e não só o parque infantil. Ter o parque infantil por vezes também não resolve o problema. -----

-----Também convém dizer que daqui a nada temos mais parques infantis, que não há medidas concretas deste executivo para o fomento da natalidade neste concelho. Disse. -----

Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PS **Joaquim Paulino Pacheco Duarte**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e referir que a posição do Partido Socialista relativamente a esta questão, foi expressa e foi debatida na última sessão municipal da Assembleia Municipal e teve como foco a assinatura de um protocolo que foi celebrado com as câmaras municipais. -----

-----Como foi dito na altura, já fazia parte do projeto do programa eleitoral do Partido Socialista, a construção de uma rede de espaços de jogo e recreio, não só parques infantis e concordo com o senhor deputado, mas como foi também falado na última Assembleia, aliás em complemento à recomendação inicialmente apresentada hoje relativamente ao largo Gil Eanes, uma pequena nota para dizer que também esse espaço está a ser alvo de um estudo por parte do executivo, no sentido de se poder vir a dotar também esse espaço com mais espaços informais para a prática do desporto que se inserem dentro dessa perspetiva que o senhor deputado acabou de referenciar. Este é um compromisso que está assumido, está escrito, tem vindo a ser sucessivamente trabalhado e estamos cientes que vai ser cumprido na linha daquilo que têm sido os compromissos eleitorais do Partido Socialista. Nessa medida, a bancada do Partido Socialista acompanha esta recomendação e votará a favor. Tenho dito, obrigado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que são a favor com certeza da criação de parques infantis e de lazer. Porém, aqui não conseguimos acompanhar esta moção, a não ser que o Bloco de Esquerda ponderasse retirar o ponto dois da recomendação, que é, «disponibiliza a rede Wi-Fi em espaços verdes». Isto, porquê? Porque para nós, consideramos que um parque infantil deve estimular o exercício, movimento e olhar a natureza, consideramos que um parque infantil é um local de interação entre crianças, seus pais e avós. E por isso mesmo é que não votaremos a favor e iremos abster-nos. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que o Bloco de Esquerda não vai retirar, porque acha que o Wi-fi não é só para, como é um espaço de lazer há muitas pessoas que não têm Wi-Fi, ainda há muitas, e muitos emigrantes e vê-se na Junta de Freguesia tem o Wi-Fi e naquele jardim estão ali muitos emigrantes que usam o Wi-Fi através da Junta de Freguesia, e aqui o Wi-Fi não era para as crianças, nem para os avós, nem para os pais que fossem brincar com as crianças, mas sim para aquelas pessoas que não têm internet e que possam usar e que possam usufruir do espaço de lazer. Por isso o Bloco de Esquerda não vai retirar, mais uma vez como foi dito aqui, é um parque inovador. Isto é um esboço que temos aqui, depois o próprio executivo terá uma estratégia melhor para o local e poderá apresentar um projeto mais inovador, por isso o Bloco de Esquerda não vai retirar e não concorda com a posição da CDU. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de Recomendação – Parque infantil e de lazer na Quinta das Oliveiras – (subscrita pela Bancada do BE)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	0	1	1	29
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	1	0	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Proposta de Recomendação foi aprovada por maioria.** -----

----- Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Voto de Louvor e Reconhecimento – Às Forças de Segurança e**



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Bombeiros - (subscrita pela bancada CHEGA), cujo teor se transcreve na íntegra: « Voto de Reconhecimento e Louvor aos militares que prestaram e, aos que prestam serviço no Concelho de Portimão:-----

GNR -- Posto Territorial de Portimão.-----

PSP -- Polícia de Segurança Pública de Portimão.-----

P.M. -- Comando da Polícia Marítima de Portimão.-----

B.V. -- Bombeiros Voluntários de Portimão.-----

Impõe-se o reconhecimento público, face ao que tem vindo a ser veiculado pelos órgãos de comunicação social, dos militares homens e mulheres, das diversas forças de segurança, que demonstram diariamente o seu empenho para manter a ordem e a segurança de todos os seus concidadãos, muitas vezes em situações limite, chegando a pôr em risco a sua integridade física e a própria vida, como já tem acontecido, sem no entanto abandonar ou deixar esmorecer a sua total lealdade aos deveres e aos valores das suas instituições, em prol das populações.-----

O Partido Chega propõe a deliberação de:-----

1 -- Aprovar o presente voto de reconhecimento e louvor a todos os militares das diversas instituições das forças de segurança e bombeiros do Concelho de Portimão.-----

2 -- Manifestar aos militares e bombeiros a sua solidariedade.-----

3 -- Enviar este voto ao conhecimento dos diversos Comandos Territoriais de Portimão, ao Comando Geral de Faro e, ainda divulgá-lo junto da Comunicação Social.-----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, como acabou de dizer, esta recomendação «é um voto de louvor e o reconhecimento às forças de segurança e bombeiros, e impõe-se o reconhecimento público face ao que tem vindo a ser veiculado pelos órgãos de comunicação social dos militares homens e mulheres, das diversas forças de segurança que demonstram diariamente o seu empenho para manter a ordem e a segurança de todos os seus concidadãos, muitas vezes em situações limite, chegando a pôr em risco a sua integridade física e a própria vida, como já tem acontecido, sem no entanto abandonar ou deixar esmorecer a sua total lealdade aos deveres e aos valores das instituições em prol das populações», daí o Partido Chega ter proposto e a bancada do Chega ter proposto esta recomendação/moção. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Viana**, há aqui um, apenas isto, é uma questão de preciosismo. Em primeiro lugar, estamos aqui a falar de forças militares que é a GNR e em termos de forças civis, que são todas as restantes, e por isso no início diz, «voto de reconhecimento e louvor aos militares». Não é só militares, também há civis. E



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



depois penso que peca por defeito. Existe um serviço de estrangeiros e fronteiras em Portimão e existe a polícia judiciária, à qual este voto de louvor não se dirige. Portanto, ou se louva toda a gente ou não se louva ninguém. Penso que ou o Chega eventualmente reformula este voto de louvor, e não temos nada a opor. No entanto, poderá acrescentar aqui estas duas forças de segurança e até se poderia, já que estamos aqui a falar dos bombeiros, podíamos falar da Cruz Vermelha, da Proteção Civil, são todos órgãos que prestam serviço à população em Portimão. Disse.

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que a bancada do Chega aceita a sugestão da bancada do PSD, da inclusão de todas as forças militarizadas e não só no concelho de Portimão. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para perguntar concretamente aquelas que foram referidas. É isso? Portanto, concretamente estamos a falar do SEF? Eu gostaria que concretizasse, não me compete a mim concretizar, eu sou Presidente da mesa. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, com certeza, sim concretamente o SEF. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, o SEF, só o SEF, mais nada? O SEF, a polícia judiciária. Ok. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer SEF, Cruz Vermelha, polícia judiciária. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, para dizer que o Partido Socialista esteve a analisar esta matéria e efetivamente não compreende o contexto em que ela surge. Há uma pequena alusão aos meios de comunicação social, mas na política nós não podemos agir em função das agências de fabrico de opiniões. Os políticos agem em função daquilo que entendem ser a vontade popular e os compromissos que assumem com os seus eleitorados. Para nós é muito claro que é muito perigoso tentar partidarizar o poder policial, tentar fazer da polícia um instrumento de propaganda partidária. Acreditamos na divisão de poderes como a base do melhor do pior de entre os regimes. -----

-----Para nós, é claro que as forças policiais se obrigam a conservar no desempenho das suas funções uma rigorosa neutralidade política. Para nós é claro que a polícia responsável pelo uso da força legal do Estado é sempre quem reflete, quem transmite em primeira mão ao cidadão os valores do Estado e da justiça. -----

-----O poder político por sua vez é legítimo porque é baseado na vontade popular, decorrendo dessa vontade o serviço de interesse público. O poder político por sua vez, tem na polícia, que por



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



sua vez tem de ter essa polícia também a confiança do público. Vale dizer a confiança do poder político. A polícia existe para satisfação dos ditames do poder político em representação da soberania nacional. -----

-----Vivemos um contexto político e se bem pensamos que é isto, vamos dizê-lo com toda a sinceridade, em que Ventura acusou o governo de perseguir polícias, de ter uma atitude persecutória e de humilhação dos polícias. Estas afirmações são despropositadas, são tentativas de partidarização das polícias, absolutamente inaceitáveis. É este o entendimento que nós fazemos desta matéria, mas nós não confundimos as coisas, a polícia é um organismo composto de funcionários públicos com utilidade legitimada para o uso da força, com armas, sujeitos a uma hierarquia e a uma unidade de comando, uma condição profissional que o próprio agente livremente escolheu. -----

-----Nós precisamos de lucidez para não confundirmos a parte com o todo. Nós não vamos esquecer a esmagadora maioria dos mais de quarenta mil polícias e guardas que todos os dias zelam pela defesa dos valores da nossa constituição e do Estado de direito. Tenhamos a lucidez suficiente para evitar a partidarização de uma forma tão sensível e importante numa função de soberania que é principal no Estado e não vamos por isso embarcar em cantos de sereia com esse tipo de jogos políticos que nada trazem de bom para a estabilidade do regime democrático. Disse, senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer à senhora Presidente que gostava de fazer defesa da honra daquilo que foi dito. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não há defesa da honra, porque não houve, peço desculpa. -----

-----Interveio o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que na sua opinião houve. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, deixem-me esclarecer! Não há uma defesa da honra, há uma discussão política sobre um determinado assunto. A defesa da honra é quando nós somos afetados na nossa pessoa sobre determinada situação. Não foi isso que aconteceu e, portanto, poderá usar da palavra, mas não para a defesa da honra. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que se sentiu atacado na sua honra e naquilo que eu disse, daí eu pedir-lhe. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, oiça, mas faça-me o pedido de intervenção para defender a moção, mas não a defesa da honra, porque isso não aconteceu. Está bem? -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, isto que acabámos de ouvir é que é sim uma verdadeira propaganda e demagogia naquilo que deve ser o louvor, aquilo que os senhores acabaram de fazer foi exatamente não dar um louvor, não aos quarenta mil que existem a nível nacional, mas também àqueles que representam as forças de segurança militares e não militares no concelho de Portimão. Isso sim, e acima de mais continua-se permanentemente a esconder a falta de condições que estes homens e estas mulheres trabalham, a falta de condições, os homicídios na polícia, os suicídios frequentes que deviam, esses sim, era ser abordados, nomeadamente no concelho de Portimão e não é de catalogar um, dois, quatro ou dez e como o senhor disse, não é por uma árvore que se faz a contextualização de todo. -----

----- Aquilo que os senhores acabaram de fazer, foi recusar um louvor a todas estas forças do concelho de Portimão. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que vão acompanhar este louvor, como é óbvio. Porém, para a CDU, as forças de segurança devem tratar todos de igual maneira sem qualquer discriminação. Não poderemos pactuar com incitamentos à violência, a comportamentos de ódio racista e xenófobo por violadores dos valores constitucionais. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer à senhora Presidente antes de mais, que gostava que a senhora Presidente esclarecesse aqui a esta Assembleia Municipal o que é que entende por defesa da honra. É um conceito subjetivo. Portanto, eu fiquei com a sua intervenção um bocado perplexa, porque não percebi, parecia que estava a condicionar a intervenção pelo seu sentido de defesa da honra, sendo certo que é um termo subjetivo. Portanto, eu gostava que a senhora Presidente explicasse a esta Assembleia Municipal o que é que entende por defesa da honra. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer à senhora deputada que se é esse o pedido de intervenção, já teve a oportunidade de fazer o esclarecimento e o senhor deputado Paulo Canha percebeu e fez a intervenção que lhe competia fazer dentro do quadro que entendeu fazer, que é a liberdade que qualquer deputado municipal tem de, e eu não condiciono as intervenções nem o teor das suas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



intervenção. Condiciono em termos daquilo que o regimento prevê e, portanto, a senhora deputada terá a oportunidade de ler o regimento o que é que lá está relativamente a essa matéria e não entro em discussão relativamente a essa matéria. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o Bloco de Esquerda nesta matéria, e pese embora que não nos sentimos muito confortáveis pela instrumentalização das forças de segurança, mas dado o teor da moção, nós iremos acompanhar a mesma. Muito obrigado. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o **Voto de Louvor e Reconhecimento – Às Forças de Segurança e Bombeiros – (subscrita pela Bancada CHEGA)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR		5	3	2	2	1	0	1	14
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	1	0	1
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **O Voto de Louvor e Reconhecimento foi reprovado por maioria.** -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Moção de Repúdio– Contra a falta de transparência e ética no dispêndio de dinheiros públicos - (subscrita pela bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança))**, cujo teor se transcreve na íntegra: « **Considerando que:** -----

a) No passado dia 18 de Novembro de 2022 o Município de Portimão contratou, na sequência de procedimento de consulta prévia, com a sociedade unipessoal por quotas "Carlos Manuel Pacheco Unipessoal, Lda.", uma prestação de serviços de dinamização de palco e animação itinerante, denominada "Portimão, Um Sonho de Natal", pelo preço contratual de € 74.935,00 (setenta e quatro mil novecentos e trinta e cinco euros); -----

b) A referida entidade adjudicatária é detida exclusivamente pelo Sr. Carlos Manuel Fernandes Pacheco, cidadão que foi candidato – não eleito – na lista do Partido Socialista para a Câmara Municipal de Portimão nas eleições autárquicas de 2021; -----



c) A referida circunstância do detentor do capital da referida sociedade e seu legal representante ter sido candidato pelo PS suscita não só fundadas dúvidas sobre a legalidade da citada adjudicação, como levanta sérias e incontornáveis questões sobre o cumprimento de requisitos mínimos de ética, transparência e isenção, necessariamente subjacentes ao dispêndio do dinheiro dos contribuintes, nomeadamente, atendendo às circunstâncias e ao valor pelo qual foi efectuada a mesma contratação; -----

d) Apesar de ter sido adoptado o procedimento de consulta prévia – cujo limite legal máximo, aliás, ascende apenas a mais € 64,00 do valor contratual da referida adjudicação – estranhamente na publicação obrigatória efectuada no portal Base Gov referente à mesma, a sobredita entidade adjudicatária surge como única entidade concorrente; -----

e) Pese embora a importância da animação na quadra do Natal, em particular na zona comercial do centro da cidade Portimão, a verdade é que, no contexto económico e social em que vivemos actualmente, marcado por uma inflação galopante, por um crescente número de famílias que necessitam de apoio para necessidades básicas do seu dia-a-dia, torna, no mínimo, questionável que se gaste quase € 75.000,00 em animação de rua, de utilidade mais que duvidosa, valor a que ainda temos que somar os restantes gastos com a restante animação de Natal;-----

f) A forma e valor da contratação da identificada empresa lança inevitáveis dúvidas sobre a forma como a Câmara Municipal de Portimão gere e gasta o dinheiro dos contribuintes do concelho, dúvidas essas que assumem uma pertinência reforçada quando sabemos que as tão apregoadas “*contas certas*” da gestão socialista da autarquia têm sido alcançadas à custa do repetido esforço de todos os Portimonenses, que continuam a pagar impostos, taxas e taxinhas sempre nos valores máximos, -----

Os eleitos da Coligação PORTIMÃO MAIS FELIZ (CDS-PP, Nós, Cidadãos! e Aliança) propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 5ª Sessão Ordinária de 2022, realizada em 5 de Dezembro, delibere, atendendo ao que se deixou *supra* referido, manifestar o seu inequívoco repúdio pela contratação da sociedade unipessoal por quotas “Carlos Manuel Pacheco Unipessoal, Lda.”, para uma prestação de serviços de dinamização de palco e animação itinerante, denominada “Portimão, Um Sonho de Natal”, pelo preço contratual de € 74.935,00 (setenta e quatro mil novecentos e trinta e cinco euros).» -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, trata-se de um voto de repúdio relativamente à falta de ética e de transparência, que na nossa opinião, existiu por parte do executivo da Câmara na contratação de uma empresa, uma sociedade unipessoal, que se



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



chama Carlos Manuel Pacheco Unipessoal Limitada, para uma prestação de serviços relativamente aqui à dinamização de um palco de animação itinerante no Natal, denominada Portimão um Sonho de Natal, pelo valor de setenta e quatro mil novecentos e trinta e cinco euros.-----

Nós consideramos que na conjuntura em que estamos em que muitas famílias vivem com dificuldades e infelizmente o ano que vem não será um ano mais fácil do que este que está a acabar, muitas empresas estão em risco de encerrar a sua atividade por falta também de clientes e falta de atividade económica. Consideramos que é uma péssima gestão dos dinheiros públicos despenderem este valor ainda por cima com uma empresa que como é sabido pertence a uma pessoa que fez parte das listas do Partido Socialista nas últimas eleições e, portanto, entendemos que esta adjudicação merece um voto de repúdio por parte da Assembleia, tendo em conta a falta de ética que está aqui subjacente, ou o nítido conflito de interesses que está aqui subjacente, e uma circunstância que não é de somenos importância e não é despreciable, que é o caso da contratação ascender a setenta e quatro mil novecentos e trinta e cinco euros, não está devidamente fundamentada e não se percebe porque é que não chega aos trinta e cinco mil euros, que era o valor que já obrigava a concurso público. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, eu antes de mais, gostava que o senhor deputado João Caetano esclarecesse o que é que entende por falta de transparência e falta de ética, neste caso em concreto. Quais foram os factos que o senhor deputado considera, porque eu só assim é que eu consigo votar, ter a decisão de voto. Quais são os factos que o senhor considera que há falta de transparência e falta de ética, e em relação à contratação, a questão que eu coloco é o seguinte. Se o senhor deputado viu e analisou todo o procedimento da contratação? -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhora deputada, as questões estão postas na mesa dentro daquilo que é o seu tempo regimental, mas o Portimão Mais Feliz não tem tempo e, portanto, a mesa não pode resolver essa questão e, portanto, não pode dar tempo a quem não tem tempo. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, e no meio de tantos votos, eu faço um voto de solidariedade à bancada do Partido Socialista, porque já vos vi incomodados com duas, três posições e duas, três moções, mas percebo o desconforto, eu também não conseguiria votar como votaram alguns dos pontos anteriores, mas dizer o seguinte sobre este ponto. Evidentemente que há militantes de partidos onde as terras são poder do seu partido, que tem legitimidade, capacidade e virtuosismo para elencar projetos que o município venha a aprovar e consiga levar em diante. No entanto, deixar



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



uma nota de bom senso que é devida. Manda o bom senso que quando há um interessado nestas condições a entidade, neste caso o município, para salvaguardar o município e o interessado que tem todo o direito, não há nenhum portimonense que por ser militante do Partido Socialista não possa concorrer ao que seja do seu município. Isso não se faz. No entanto, que abra o concurso, ou que peque por excesso e que limite o interessado a qualificação prévia para poder concorrer. Isto faria acabar qualquer questão sobre esta matéria, faria com que fosse tudo muito mais transparente e claro, e isso seria um precedente, porque aqui teria que ser qualificado assim, um precedente que noutros sítios é normalidade e aqui faz vir uma moção deste teor a esta casa, porque de facto cria desconforto a todas as partes. Mais uma vez, o meu voto de solidariedade à bancada do Partido Socialista por aquilo que vai votar a seguir. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, não é com desconforto algum que irei naturalmente abordar esta matéria em nome de um coletivo, portanto do Partido Socialista. Naturalmente que o primeiro argumento, que é um argumento absolutamente inconsistente, é de que o cidadão integrou as listas do PS. Parece que agora nós temos que ser cerceados dos nossos direitos de cidadania por pertencer a um partido político seja ele qual for. Onde é que há desconformidade legal nos procedimentos que nós não conseguimos perceber? -----

A suspeição pressupõe um motivo sério e grave adequado a gerir desconfiança sobre a sua imparcialidade, sobre a imparcialidade da Câmara neste contexto, ou seja, é importante que depois de não se saber, depois de se duvidar e de não se afirmar no quadro jurídico, passa-se pelas brasas ao foro ético, ao domínio ético. E no domínio ético o que é que se pretende fazer? Manchar a prática do executivo, ponto. O que é que querem sugerir com esta existência de um clientelismo político-partidário? Que mecanismos é que regulam meus senhores, que mecanismos é que regulam a ética política? Que mecanismos é que controlam a integridade política? É através desta simples divulgação? É através destes clichês? É preciso que fundamentemos as bases em que produzimos a nossa argumentação. Onde é que reside efetivamente aqui a má conduta? Aqui nada se explica sobre isso. -----

O que é que se está a sugerir? Este é o órgão fiscalizador e não é uma plataforma de lançamento de suspeições. Este é um órgão fiscalizador e não é uma plataforma de lançamento de suspeições. Suspeição de quê, de ilícitos? Por acaso não quererão passar da suspeição à acusação? Porque as alegações até poderiam ser insuficientes, mas não é o caso aqui, elas são claramente inconsistentes.-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Se suscita dúvidas quanto à legalidade desta adjudicação, porque é que há dúvidas em matéria jurídica? O alvo, pessoas, partidos que têm sempre muito clara a jurisdicionalização de todas as matérias que aqui vêm à Assembleia. -----

-----A sobredita entidade adjudicatária surge como a única entidade concorrente e então? Acaso a Câmara promoveu o cerceamento da concorrência? Acaso a Câmara inibiu concorrentes outros nesta matéria? É necessário que os senhores esclareçam isto. -----

-----Bem, e depois vêm as contas certas. É claro que as contas certas são uma evidência absolutamente empírica inegável. Agora, o que não é empírico nem inegável, enfim, é uma certa demagogia quando se preconiza revestir de ilicitude um ato, quando se tem essa ousadia de propor um repúdio sem revestir esse ato de ilicitude. Isto parece-me, para não colocar outras adjetivações, parece-me um exagero forte, sem ter efetivamente um conteúdo preciso, rigoroso, porque importa que a oposição faça o seu trabalho. Claro que importa, o poder corrompe? Corrompe sim, é por isso que os senhores aqui estão, é por isso que nós estamos aqui todos, para fiscalizar, mas fiscalizemos então como *by* bases seguras, rigorosas, aceitáveis. Disse, senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que em parte está de acordo com o senhor deputado Figueiredo. Mas estou de acordo, mas não dou razão a cem por cento, porque nós como oposição temos aqui um trabalho a fazer, ou como oposição e como órgão de fiscalização. -----

-----Todos os anos são levantadas dúvidas sobre os ajustes diretos, na nossa campanha foram levantadas dúvidas sobre ajustes diretos. Meus senhores, oposição, vamos deixar de andar a lançar suspeitas e ficamos só pelas suspeitas, vamos ser eficazes e práticos, e uma forma de sermos práticos é esta situação, é provarem aquilo que eu fiz, que eu propus no regimento para todos os ajustes diretos serem comunicados à Assembleia Municipal e nós deputados que temos a função de fiscalizar, analisamos a contratação, todo o processo. Têm dúvidas? Meus senhores existe o ministério público do tribunal de Loulé. Esse sim vai dissipar as dúvidas e de uma vez por todas vamos também fazer a política de forma séria, não é chegar aqui e lançar dúvidas, lançar calúnias, levantar dúvidas quando não se faz o trabalho de casa, e este trabalho de casa não é feito há oito anos, todas as forças partidárias que estão sentadas na minha frente têm um vereador, têm um vereador no executivo a maior parte delas, e deixam passar estes ajustes diretos quando sabem que estes ajustes diretos é um ato irregular e se não for arguida a irregularidade no prazo de três meses, há convalidação. Vamos fazer a política de forma séria! -



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, senhor deputado Figueiredo Santos, nós aqui não falámos em corrupção, foi o senhor que falou. Nós falámos é em a falta de transparência e a falta de transparência prende-se só com isto, sessenta e cinco euros, é a diferença que este procedimento seria submetido a concurso público, sessenta e cinco euros, e eu pergunto claramente porque é que não foi, expliquem à Assembleia porque é que não foi. Se der uma explicação cabal, convincente eu retiro a moção, é tão simples quanto isto. -----

-----Depois, o facto de ser militante do Partido Socialista ou candidato, realmente não coarta a capacidade que tem de concorrer, só que acresce uma obrigação de transparência que aqui manifestamente não foi observada. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo Leonor da Conceição Mateus**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que hoje queria intervir neste sentido. Pela primeira vez o que se passou aqui, está a acontecer pura retórica, e eu devolvo a retórica. Todas as perguntas que foram colocadas retoricamente sobre esta questão de colocarmos em dúvida um ajuste direto, eu devolvo-a com a mesma retórica, qual é o problema de um concurso público, o concurso público é transparente, o concurso público traz as melhores ideias para as questões que estão a ser debatidas e que estão a ser implementadas pela Câmara. Portanto, a retórica é a mesma, o que é que têm contra o concurso público, é só a única coisa que se está a dizer. Aqui de legalidade ninguém falou. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres Vargues Gomes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que fala-se aqui muito de ética, mas muitas vezes aqueles que mais falam de ética, é aqueles que menos ética têm, só está na boca, de resto na prática existe muito pouca. Ética, transparência, tudo isso. Quer dizer, mas onde é que está aqui a falta de ética e transparência, quando se fez uma consulta a três? Só aparece lá um por uma razão muito simples, porque um não respondeu e o outro não aceitou, um nem sequer respondeu, mas foi feita uma consulta a três. Portanto, não há aqui nem falta de ética nem falta de transparência, foi tudo feito de forma transparente e, portanto, não percebo porque é que se fala tanto em bom senso, para salvaguardar não sei o quê e depois as contas certas, mas querem contas mais certas do que aquelas que esta Câmara tem. -----

-----Eu, de facto devo estar a ouvir mal, porque aquilo que foi dito, foi exatamente que foi feita uma consulta pública a três. A Câmara não tem culpa que um não tenha aceite e o outro nem sequer tenha respondido, não tem culpa, e que só este tenha respondido. Portanto, não vejo onde é que está aqui a falta de ética e também já agora foi aqui dito uma coisa que eu gostava que me



provassem. Foi aqui dito pelo senhor deputado municipal João Caetano que há empresas que estão a falir. Bem, eu ontem tive oportunidade de ir a um restaurante que estava completamente cheio e disse-me que ainda não tinha parado o movimento no restaurante desde o verão e que tem continuado a trabalhar sistematicamente. Bem, se há empresas a falir, se calhar sou eu que desconheço, porque ainda não me chegou nenhuma nota de nenhuma empresa que me diga que está em perigo, antes pelo contrário, antes pelo contrário. Aquilo que me têm dito, é que tem sido um ano fantástico, que se prolongou por outubro e que se está a prolongar por novembro, o que nos deve deixar naturalmente muito confortados, muito satisfeitos. Há pessoas a passar mal? Estamos neste momento a preparar um pacote de apoio, exatamente como fizemos o ano passado para as famílias que possam estar a passar mal. Vai a reunião de Câmara amanhã os vouchers novamente para dinamizar o comércio local. Vamos dar da mesma forma, aliás mais, às nossas crianças das escolas. O ano passado demos só até ao sexto ano, este ano é até ao nono ano. Portanto, onde está aqui a falta de apoio? Onde está? Nem há justificação para não haver apoio por parte da Câmara, porque a Câmara até se vai dar ao luxo de amortizar dez milhões de euros no FAM, que era uma coisa que eu dizia que não ia fazer e vou fazê-lo, porque de facto o saldo é de tal forma elevado por causa das contas certas, volto a repetir e se alguém levantar alguma questão e afirmar aqui que as contas não estão certas, eu participo dessa pessoa e vai ter que provar que as contas não estão certas, porque não se brinca com a ética e não se brinca com as pessoas. -----

----- Eu sei que há aqui pessoas que de facto ética para eles tem um significado um bocadinho dúbio e a transparência e essas coisas todas, mas isso a mim, olhe, escapa-me completamente aquilo que já fizeram, ou que já foram, não me interessa nada, não me interessa nada nem estou para aí virada. -----

----- Agora, a verdade é esta, contas certas, se alguém puser em causa, então faz favor de dizer aqui porque é que as contas não estão certas e aonde é que as contas não estão certas, que é para naturalmente eu poder provar que as contas não estão certas. É só isso e de facto é uma coisa que chateia. Então a gente anda aqui a trabalhar, anda o Dr. Pedro Pereira, andam todos os técnicos a trabalhar com a maior segurança, anda a Dra. dos concursos, a Rute, coitada ali a espremer os concursos, a ler tudo, a chatear a cabeça a toda a gente para que os concursos sejam certinhos, direitinhos para que nada possa fugir, uma pessoa em quem eu tenho uma confiança extrema e depois vêm para aqui falar de contas certas, de transparência, de falta de ética. Bom, é que isto ao fim ao cabo ataca os políticos, mas também ataca os técnicos e, portanto, era isto que eu, de facto, queria dizer senhora Presidente, porque quem não se sente não é filho de boa



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



gente e, portanto, eu também senti-me e tive que responder como é óbvio da forma que eu entendi que devia ser o bom senso desta Assembleia, não levantarem e não colocarem anátemas sem que eles existam. Muito obrigada, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que não é preciso descontar, porque ele efetivamente e muito conhecedor do que invoca, pede a defesa de honra sim, consciente e nem se levanta porque não merece elevação o que acabou de ouvir. A senhora Presidente e peço, disse três vezes que quem mais vezes diz ética é quem menos a tem e que quem fala em bom senso não tem. Eu referi, portanto, peço que retifique ou que diga então para ficar em ata que não é a mim que se refere, porque isso é uma insinuação também. Nem me levanto, porque não teve elevação, desta vez foi mau e, portanto, é mesmo defesa de honra, é assim que se diz e, portanto, pedia à senhora Presidente da Assembleia que agisse em conformidade. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que o agir em conformidade é dar-lhe a palavra e tomou a palavra e, portanto, relativamente a isso... -----

-----Interveio o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que é ver se a pessoa que interveio quer fazer alguma retificação ou não para ficar exposto aqui, é só isso, basta ver nos outros sítios. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, pronto e a senhora Presidente saberá se quer intervir ou não. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, apenas para dizer que assenta o chapéu a quem assentar e, portanto, eu não indiquei nome nenhum nem disse de ninguém, e já muitos deputados hoje aqui falaram de falta de ética, de transparência e de várias situações, vários hoje aqui falaram e, portanto, se não lhe assenta o chapéu senhor deputado municipal Carlos Martins, ainda bem que não lhe assenta o chapéu. Pronto, mas eu não disse nome nenhum, portanto não o acusei nem acusei ninguém. Muito obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para fazer uma interpelação à mesa. É muito simples. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que só perguntou se era sobre a condução dos trabalhos. Então faça favor.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que não e ele respondeu-lhe. Eu gostaria que a senhora Presidente da Assembleia desse oportunidade à senhora Presidente de Câmara para esclarecer a Assembleia, uma vez que se sentiu tão atingida pela moção e pelas intervenções que aqui ouvimos sobre esta moção, para que esclarecesse uma coisa muito simples à Assembleia, é só uma questão muito simples para benefício da discussão desta moção e do esclarecimento daquilo que estamos aqui a discutir, um esclarecimento cabal, porque estamos aqui a discutir um assunto que é importante mas é para ser esclarecido. Era só este esclarecimento que a senhora Presidente pedia à senhora Presidente de Câmara, é a razão do valor desta consulta prévia, porque é que não foram os sessenta e cinco mil euros e foram setenta e quatro mil, novecentos e trinta e cinco mil euros e não sessenta e cinco mil. Era só isso. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que a senhora Presidente acabou de referir que entende que já fez todo o esclarecimento e, portanto, é soberana, não é a Presidente que explica à senhora Presidente o que é que ela entende por esclarecimento ou não. Isso entrariamos numa análise subjetiva dos depoimentos. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Viana**, para dizer que pensa que estarem ali numa discussão... isto é fácil, qualquer pessoa que possa aceder hoje e agora, neste momento, à base de dados da contratação pública percebe. A senhora Presidente acabou de dizer que houve outros dois concorrentes, se tivesse aqui esses dois concorrentes, nada disto estaria a ser dito. Portanto, nós não tínhamos esses dados que a senhora Presidente veio agora aqui dizer e bem, mas aqui só diz que a entidade concorrente é a entidade Carlos Manuel Pacheco Unipessoal Limitada com o número de contribuinte tal. Portanto, se tivesse aqui refletido todo o procedimento que foi feito para chegar a este vencedor de concurso nós não estaríamos aqui a discutir questões de ética, e outras questões. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, permita-me só uma intervenção. Eu já fui deputada municipal, já fui Presidente de Junta, já fui vereadora e aquilo que eu conheço desta casa é que as forças partidárias quando têm dúvida de determinado procedimento, pedem essa informação e, portanto, nunca foi coartada. Eu não faço ideia na internet o que é que está a consultar, agora os procedimentos administrativos existem e sempre que é pedido algum esclarecimento, a bem da verdade deve-se dizer que o executivo tem providenciado toda a informação. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, apenas para dizer que basta pedir o processo. Nós damos o processo, ou damos uma cópia do processo, ou damos o processo para vocês consultarem, não tem problema nenhum. O processo está todo construído, mais nada. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Viana**, para dizer que a base de dados da contratação pública foi feita para qualquer cidadão poder escrutinar os políticos e, portanto, se isto não está a refletir tudo o que foi feito, está mal, porque um cidadão e eu estou nesta bancada, mas um cidadão que esteja naquela bancada no lugar dos assistentes, tem o direito de saber afinal onde é que foi gasto o dinheiro, quais foram os procedimentos que a Câmara fez. Portanto, o conselho que eu dou eventualmente ao executivo, é que tente melhorar a informação que presta aqui na base de dados da contratação pública e deixa de haver questões de ética e suspeições e tudo o que vem por aí atrás. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que a base GOP pode não ser clara e admite que possa não ser, mas é uma base de dados que não é criada pela Câmara Municipal, pelo município e, portanto, a informação não estará tão detalhada como seria desejável. Portanto, mas isso de qualquer forma como a senhora Presidente já disse, há a disponibilidade toda para consultarem o procedimento administrativo. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção de Repúdio – Contra a falta de transparência e ética no dispêndio de dinheiros públicos - (subscrita pela Bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA NDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	2	0	0	0	0	10
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	2	1	1	0	4
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	1	16

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Moção de Repúdio foi reprovada por maioria.** -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Voto de Pesar – Falecimento do Professor Doutor Adriano Moreira**



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



- (subscrita pela bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança), cujo teor se transcreve na íntegra: « **Considerando que:** -----

a) No passado dia 23 de Outubro de 2022 faleceu, com 100 anos de idade, o Sr. Professor Doutor Adriano José Alves Moreira; -----

b) Além do seu percurso político, que atravessou o Estado Novo (com o desempenho das funções de Ministro do Ultramar) e o regime democrático (com o exercício dos cargos de Deputado, Vice-Presidente da Assembleia da República, Conselheiro de Estado e Presidente do CDS-Partido Popular), o Sr. Professor Doutor Adriano Moreira deixou, sobretudo, uma marca indelével no nosso país como advogado intrépido, académico brilhante, incontornável pensador e estudioso da posição e do papel de Portugal no mundo;-----

c) Pese embora tenha sido na Academia que o Sr. Professor Doutor Adriano Moreira deixou um trabalho mais importante, é também de enorme relevo a intervenção efectuada ao longo das últimas décadas, corporizada em numerosas publicações de cariz científico e cívico, intervenções, conferências e debates públicos, que, aos olhos de todo o país, confirmaram o enorme relevo e actualidade do seu pensamento;-----

d) Qualquer que seja o ângulo de análise – académico, científico, cívico ou político – o Sr. Professor Doutor Adriano Moreira é inquestionavelmente uma das grandes figuras do nosso regime democrático, sendo o seu exemplo cívico e o seu pensamento credores da nossa admiração; -----

e) Além do mais e pelas razões *supra* expostas, o desaparecimento físico do Sr. Professor Doutor Adriano Moreira é uma perda irreparável para Portugal e para todos aqueles que no nosso país pensam e querem entender qual o papel que devemos desempenhar num mundo em acelerada e constante mudança,-----

Os eleitos da Coligação PORTIMÃO MAIS FELIZ (CDS-PP, Nós, Cidadãos! e Aliança) propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 5ª Sessão Ordinária de 2022, realizada em 5 de Dezembro, delibere:-----

a) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento do Sr. Professor Doutor Adriano José Alves Moreira, ocorrido no passado dia 23 de Outubro de 2022, prestando homenagem à sua ímpar figura de académico, pensador e advogado;-----

b) Endereçar publicamente as suas sentidas condolências à família do Sr. Professor Doutor Adriano José Alves Moreira, bem como às instituições onde o mesmo efectuou a sua brilhante carreira académica (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa e Academia das Ciências de Lisboa).-----

Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo**



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Nogueira, com bastante respeito pela família enlutada, não podemos acompanhar este pesar, por uma questão de coerência. Não podemos esquecer as responsabilidades que assumiu enquanto membro de governos durante o fascismo, seja como Secretário de Estado, seja como Ministro do Ultramar, com o prolongamento da guerra colonial. -----

Não podemos esquecer que foi responsável pela decisão da reabertura do campo de concentração do Tarrafal em Cabo Verde e pela abertura do campo de concentração de São Nicolau em Angola. Não podemos esquecer, os que lá morreram e foram torturados. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, aquando do falecimento do professor Jorge Sampaio, eu já refiro porquê professor, houve um outro professor universitário e antigo líder centrista que sublinhou a adesão nacional ao sentimento de perda com a morte de Jorge Sampaio. Considerando ser seu dever o participar no desgosto da perda, devido à justiça a que sempre foi fiel durante a sua vida pública e profissional. Foi esta a atitude deste homem de quem se está agora a falar. Os homens grandes têm uma bondade como um imperativo das suas vidas e Adriano Moreira assim o demonstrou. -----

-----Humanista, defensor convicto de direitos humanos, homem de inovação, de visão e de ação, projetou a língua, a cultura e os valores portugueses. Queira-se ou não, Adriano Moreira foi um cidadão do mundo, uma figura central da política, da cultura e ciência nos últimos cem anos, ciência que é coisa que nós já não ouvimos falar, não é, aliás, agora há uma ciência que está muito na moda, que é a ciência futebolística. Embora o PS não comungue dos mesmos canones ideológicos, que não comunga, admite que Adriano Moreira foi um bom interlocutor democrático a quem o país deve pelo seu contributo para acentuar o pluralismo e a diversidade na procura dos interesses mais relevantes nacionais, europeus e universais. -----

-----Adriano foi, sobretudo um académico ilustre, que impulsionou a transformação científico-pedagógica do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, que permitiu que este instituto se afirmasse enquanto escola de ciências sociais. E como sabem, desde sempre as escolas de ciências sociais sempre tiveram muita dificuldade em se afirmar no nosso país, porque do social toda a gente sabe. Por tudo isto, a nossa adesão ao sentimento da perda com a sua morte e que está refletida nesta moção. -----

-----É ao homem de cultura, ao homem de ciência, ao político sem parecenças, sem similitudes ideológicas, que nós aqui temos que ter de facto também a hombridade de fazer pesar naquilo que são os maiores de entre nós. Não deixam de ser maiores com apontamentos que por vezes têm um foro, um cunho acentuadamente ideológico, e nós temos que ser grandes e somos, somos um povo de gente muito grande, e não somos apenas um povo de gente que tem na necrologia, não



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



é, ou seja, penso que este hábito que nós temos de fazer dos mortos bons e dos vivos maus, não é, também tem que acabar, ou seja, o seu a seu dono. -----

-----Adriano Moreira, merecerá da nossa parte uma votação absolutamente inequívoca. Muito obrigada, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer o seguinte. Não há regra sem exceção e desta vez estamos de acordo, enfim, é a exceção à regra. Só para acrescentar uma coisa àquilo que o senhor deputado Figueiredo Santos disse. Aqui não é se calhar um cunho ideológico, eu diria que é um cunho sectário naquilo que ouvimos na primeira intervenção em relação à proposta que está aqui em causa, porque eu relembro aqui um dado que é histórico, que a senhora deputada Lurdes Melo deve conhecer, o campo do Tarrafal foi inaugurado nos anos quarenta, aliás, um dos Secretários-Gerais do PCP na clandestinidade morreu lá, Bento Gonçalves. Portanto, o senhor Adriano Moreira nessa altura estava a defender e foi preso por isso, a defender um militar que foi condenado pelo regime do Estado Novo e esteve preso por isso. É só isto que eu queria dizer, porque é fácil adulterar factos históricos para aqui tentar denigrir a imagem de algumas pessoas. -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que o senhor membro desta Assembleia João Caetano, não deve ter entendido. Eu disse reabertura do campo do Tarrafal, reabertura, sim senhora foi reabertura e em relação ao de Angola, esse sim, o de São Nicolau é que foi ele que o criou. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que o Bloco de Esquerda não vai poder acompanhar este voto. Também aqui fazemos também à família enlutada que nada tem a ver com este assunto, mas o Bloco de Esquerda não pode votar a políticos do antigo regime e a políticos também que reabriram o Tarrafal e fez de novo o São Nicolau. Por isso, o Bloco de Esquerda vai votar contra, e também percebo a explicação do próprio PS sobre esta situação, porque o PS também foi buscar, e foi pelo menos um que eu me lembre, foi buscar um ministro do antigo regime para o seu governo, foi o ministro da educação anteriormente, num governo do PS. Por isso comungam do mesmo sentido, mas o Bloco de Esquerda não. Tenho dito. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o **Voto de Pesar – Falecimento do Professor Doutor Adriano Moreira - (subscrita pela Bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	0	0	0	1	26
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	1	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	2	1	0	0	3

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**O Voto de Pesar foi aprovado por maioria.** -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** informou que se seguia para apreciação o **ponto 3- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO** nos termos do artigo 25º nº. 2, alínea c) da Lei 75/13 de 12 de Setembro.-----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, bom, eu costumo falar sobretudo relativamente à questão orçamental e à questão, obviamente à evolução quer da despesa, quer das receitas, e é isso que vou aqui fazer, mas antes de mais, acho que se me impõe e agora eticamente falando, acho que se me impõe que dê aqui uma explicação para de uma vez por todas se acabar com algumas especulações. -----

-----Questionam-me com muita frequência qual é a mais valia para Portimão pelo facto de eu fazer parte do Comité das Regiões. E eu tenho que responder assim, é que o Comité das Regiões é um organismo, é um órgão da União Europeia e, portanto, as decisões que toma não são para Portimão nem são para Lisboa nem são para o Porto, são para a Europa, e aquilo que nós estamos a fazer, é defender aquilo que nós entendemos que é melhor para a Europa. Por exemplo, no âmbito da agricultura, eu até vos posso dizer que, não tinha dito nada, mas deixem-me ler que é... «em junho, o BUREAU designou-me como coordenadora política para a revisão da política rural». Portanto, o que é que nós temos andado a fazer nos últimos tempos? A discutir qual é o futuro da agricultura na Europa, sobretudo em regiões, e eu o outro dia fiz uma intervenção que por acaso apareceu na LUSA, na agência LUSA, porque estava lá uma jornalista, onde eu dizia que não há falta de alimentos na Europa, não há, não há falta de alimentos. O que há, é uma enorme especulação, e uma das coisas que eu pedia à Comissão Europeia, era que, de facto, fizesse como fez com o petróleo, que discutisse a nível global como é que se deveriam distribuir os alimentos na Europa para que não haja especulação, porque muito do preço que os alimentos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



têm hoje não são fruto da guerra, não são fruto de nada, são fruto sim de um aproveitamento e de uma especulação e, portanto, é isto que nós também pedimos à Europa. Portanto, para vos dar esta noção de que não há, se me perguntarem assim, «então mas trouxe água para Portimão»? Não, mas estamos a discutir como é que de facto se tem que resolver os problemas da água, porque não é só em Portimão, não é só no Algarve, é por exemplo no Sul de Espanha, é no Sul da França. Portanto, são vários territórios e, portanto, o meu papel lá não é discutir os problemas de Portimão, não, o meu papel lá é discutir os problemas globais da Europa e os resultados têm que ser satisfatórios para toda a Europa. Portanto, não perceber isto é não saber o que é que são os órgãos da União Europeia. Os órgãos da União Europeia não trabalham nem para Portugal nem para Espanha nem para França, trabalham para a Europa no seu global. Se um dia tiverem curiosidade de saber o que é que se tem discutido e o que é que se está a discutir, eu aconselho-vos, por exemplo a ir, e posso dar-vos depois conhecimento de qual é o site onde vocês podem ir, onde são colocadas todas as deliberações, todas as deliberações são colocadas lá e, portanto, é fácil ver o que é que se vai discutindo. -----

----- Agora, não me perguntem qual é a mais valia direta para Portimão, é a mais valia para a Europa, porque é essa a minha obrigação, eu não fui eleita para defender, aliás, eu fui nomeada, não fui eleita, fui nomeada pelo governo obviamente, indicada pela Associação Nacional de Municípios, a Associação Nacional de Municípios indica os nomes ao governo e o governo nomeia, que é assim que se procede desta forma. Obviamente que presidente da comissão, presidentes de uma comissão, eu sou a terceira, o primeiro foi o António Costa, o segundo foi o José Luís Carneiro e a terceira sou eu. Nunca houve mais nenhum português que tivesse a presidência de uma comissão, e isso também me orgulho de o fazer e de o dizer e acho que também deve ser um orgulho para Portimão, como é óbvio, como é óbvio. Se não se orgulharem disto, acho que é também uma falta de consideração para com quem trabalha tanto e dá tanto da sua vida e dos seus momentos, eu não tenho momentos de lazer, aliás, eu já vos disse e continuo a dizer, eu já disse aos meus colegas que vou convidar alguns colegas para irem lá ver, para verem como é que é o nosso dia, quer dizer é forte, é pesado, saímos de lá cansados, mas também saímos satisfeitos, porque sentimos que estamos a dar algum contributo para melhorar a vida das pessoas e é isso que importa, obviamente. E na minha área são áreas extremamente importantes, a proteção civil, a saúde, a agricultura, portanto são tudo áreas que de facto neste momento adquiriam até, e é interessante que o outro dia o próprio Secretário-Geral do Comité das Regiões numa dessas discussões em que eu participei sobre a agricultura, tem graça que ele disse, eu nunca vi tanta gente a debater um tema como neste momento a debater o tema da agricultura, nunca vi.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Portanto, isto significa que de facto esta comissão está a ter um papel relevante, um papel importantíssimo também nas políticas europeias. Porque o que nós fazemos, é fazer propostas, nós não somos um órgão deliberativo, nós não deliberamos, nós fazemos propostas à Comissão Europeia e ao Parlamento Europeu. Tanto que agora, e também para ficarem um pouco mais informados, a decisão foi que os presidentes das comissões e os relatores, os relatores são aqueles que fazem as propostas, não é, sobre uma determinada matéria, por exemplo, agricultura de baixo carbono. Há um relator que faz a proposta e o que nós agora decidimos, é que a partir de agora haverá reuniões entre os presidentes das comissões, os relatores, membros do Parlamento ou da comissão respetiva e também obviamente da Comissão Europeia que também tenha esse pelouro. Para quê? Para agilizarmos mais rapidamente as decisões para que não demorem séculos, porque por exemplo, o que nós neste momento estamos a discutir, é uma coisa importantíssima, que é a resiliência, como é que se cria resiliência nos nossos agricultores. Quer dizer, nós não podemos estar a ter crises atrás de crises e não termos respostas, e eu dizia o outro dia, quer dizer, não podemos estar sujeitos a que quer o Parlamento, quer a comissão, leve um ano a reagir a uma crise. Não, nós temos que ser resilientes e a resiliência tem que ser em todas as áreas e por isso neste momento, o debate fundamental e a palavra chave da minha comissão, é resiliência, ajudar a criar resiliência e, portanto, senhora Presidente eu acho que em vez de ler a evolução da despesa e a evolução da receita que vocês têm todos aí, optei por dar esta explicação, e já agora relativamente a uma coisa que foi dita aí que eu quero desde já obviamente clarificar também e aproveito agora para o fazer, que tem a ver com os gastos na representação do município. -----

-----Ora, o que se passa é o seguinte. Cada membro efetivo, cada membro efetivo do Comité das Regiões pode ter um assistente. Os assistentes não são pagos pelo Comité das Regiões, são pagos pelo lugar de origem. Eu tenho um assistente, Sintra tem uma assistente e, portanto, há outros que neste momento já estão a levar assistentes. O meu é tudo pago, portanto a mim a Câmara não me paga nada, eu vou em classe executiva sempre, viajo em classe executiva, porque a mim pagam-me o valor do bilhete. Portanto, eu pago com o meu dinheiro, o problema é que eu ando sempre a adiantar dinheiro e às vezes levam dois meses para me pagar, a questão é essa, e o Rui sabe bem disso, que a gente apresenta as contas e depois eles transferem. -----

-----As dormidas, nós temos um *budget* diário que são trezentos e quarenta euros por dia, portanto, não há nada que enganar, trezentos e quarenta euros por dia, e eu digo-vos que em determinados dias eu perco dinheiro, porque quando não tenho hotéis mais baratos, como por exemplo o Ibis, eu tenho que ir para outros hotéis que são mais caros e então pagar o hotel, a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



alimentação e o transporte em Bruxelas, imaginam com trezentos e quarenta euros não chega. Portanto, eu perco dinheiro, tenho viagens em que perco bastante dinheiro. Pronto, e depois, as despesas que faço com a alimentação e com isso tudo, não apresento nada ao Comité porque eles não pagam. Pagam é esses trezentos e quarenta euros diários. O que pagam integralmente é de facto as viagens, é o bilhete, o preço que eu apresentar, o valor do bilhete é aquilo que pagam.

-----Os assistentes como vos disse, são pagos pela entidade. Ora, nós temos um funcionário que é responsável pelas relações, não é funcionário, está destacado, destacamento ou requisição, já não sei como é que é, somos nós que lhe pagamos e, portanto, ele neste momento é funcionário nosso, é funcionário desta casa por requisição e, portanto, vem do Ministério da Educação, obviamente os requisitos é falar bem inglês e obviamente ter uma cultura geral vasta, ter uma cultura geral e sobretudo não ter problemas em viajar, em estar cinco dias fora, como por exemplo aconteceu a semana passada, que fomos na segunda-feira às sete e um quarto da manhã e regressámos na sexta, chegámos aqui à uma da manhã. Portanto, não pode invocar que tem filhos pequenos porque não e não pode sair, não pode, portanto tem que estar permanentemente disponível. -----

-----Ora, eu sinceramente tenho procurado e fartei-me de procurar na Câmara uma pessoa que tivesse estas capacidades, e de facto o que acontece, é que aqueles que as têm fazem falta onde estão e, portanto, não há hipótese nenhuma. Razão pela qual eu fui buscar este, obviamente está até fim de setembro, no fim de setembro provavelmente eu terei que encontrar outro, porque eu não acredito que o senhor Ministro da Educação volte novamente a dar o aval, aliás, porque ele já disse que era a última vez que lhe dava esse aval. Portanto, a partir de setembro eu vou ter que ter outra pessoa, mas tenho que ter, eu posso ir buscá-lo a um outro organismo público, não é, também por requisição, mais nada, não posso de outra forma. -----

-----Agora, obviamente se como... portanto, eu ia-vos dizer exatamente isto também. Portanto, a Câmara paga-lhe o bilhete e paga-lhe as dormidas. Devo dizer-vos que a alimentação ainda para cúmulo sou eu que lha pago. Portanto, a alimentação sou eu que pago, o transporte sou eu que pago e, portanto, aquilo que nós fazemos e nós nunca podemos, isto também para vos dar a noção, eu não posso fazer um concurso com uma agência de viagens para dizer assim, «olhe, vão lançar um concurso por quinze mil euros». Quer dizer, para quantas viagens é que isso me dá? Eu neste mês fui a Lebenise, portanto que é na República Checa, eu fui a Florença e fui três vezes a Bruxelas no mês de novembro. Foram cinco saídas. -----

-----Devo dizer-vos que faltei a uma a Valência e faltei a outra em Praga, porque como estava mal do pé, obviamente não conseguia mesmo e, portanto, não fui, mas eram sete saídas num mês,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e por isso mesmo nós nunca podemos saber, ah! E mais, o meu assistente viaja sempre em turística, sempre em turística, portanto nunca vai comigo era o que faltava. Portanto, eu vou à frente, ele vem cá atrás. Bom, mas isto para vos dizer que é tudo muito transparente. -----

-----Quando quiserem ver as faturas que eu pago, eu trago-vos as faturas que eu pago e mostro-vos a forma como eles me vão ressarcir do dinheiro, tarde e a más horas, mas pronto, mas vão depositando, olha, pronto. Bom, isto, de facto, penso que esta explicação se impunha, porque, de facto, acho que as coisas claras e transparentes não levantam suspeitas e também não há nada para esconder. É que se houvesse alguma coisa para eu esconder e se enquanto membro da comissão me fazia falta um assessor ou um assistente, vocês não fazem ideia, os cadernos são assim deste tamanho. Quer dizer, eu não fazia outra coisa se não ler aquilo que vinha do Comité das Regiões. Obviamente que a função do assistente é seleccionar, dar uma leitura e fazer um apanhado daquilo que é mais importante para eu obviamente ser conhecedora daquilo que se faz lá. -----

-----Agora, como Presidente da comissão eu digo-vos uma coisa, eu não conseguiria mesmo, porque é tanto papel, é tanta coisa, é tanta exigência que de facto era muito difícil conseguir trabalhar se não tivesse alguém que me desse esse apoio, sinceramente, e pronto, e acho que respondi a tudo, acho que dei todas as informações que são pertinentes e tudo isto pode ser comprovado com documentos. Portanto, não há problema nenhum, quando quiserem os documentos é só pedi-los, e pronto, e eu imediatamente vos disponibilizo todos os documentos com toda a tranquilidade, com toda a transparência e, portanto, para vos dizer que durmo muito tranquila com estas questões. Muito obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que ouviu estes dezasseis minutos, mais de cinquenta por cento do tempo que a Câmara tinha para intervir neste ponto que seriam supostamente para esclarecer questões relativas a Portimão e à informação escrita da senhora Presidente, a senhora Presidente gastou mais de cinquenta por cento a falar N circunstâncias do seu vai vem contínuo para Bruxelas e para Portimão, chegando ao ponto de dizer que era o que mais faltava o colaborador viagem económica, vai lá atrás na parte de trás do avião, ela é que vem em executiva. Ela, a senhora Presidente. Para que fique bem claro, porque enfim, não há cá misturas, não há cá misturas. -----

-----Ó senhora Presidente, eu tenho que lhe dizer o seguinte. A senhora poupava dezasseis minutos desta intervenção que teve aqui traços, enfim, que eu vou dizer que foram constrangedores para aquilo que disse nalgumas coisas, poupava dezasseis minutos se tivessem votado



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



favoravelmente a proposta que apresentámos aqui na última sessão que era, a senhora fazer um relatório sucinto sobre aquilo que lá faz no Comité das Regiões. Mas a senhora gosta de fazer estes números de retórica, dando-se ao luxo de dizer que o colaborador vai na parte de trás do avião, só falta dizer que vai na bagageira junto às malas, mas pronto senhora Presidente ficamos com esse registo. -----

----- Senhora Presidente, eu quero falar sobre Portimão se me dá licença e quero-lhe questionar sobre assuntos de Portimão que a mim não me interessa muito o que a senhora está a fazer pela vida daqueles senhores e, portanto, passando a Portimão tinha aqui duas ou três questões. -----

----- Primeira questão, uma questão que já vem da última sessão Ordinária e que a senhora não respondeu que tem que ver com o novo campus universitário. Houve uma cerimónia dos trinta anos do Campus de Portimão, e aproveito para dar os parabéns ao polo de Portimão da UALG pelos trinta anos, em que creio que se falou, enfim, fartamente sobre a questão da construção do novo campus universitário em Portimão. E eu volto a perguntar novamente qual é o ponto de situação em relação à decisão sobre a localização do campus universitário. Porque até à data, pelo menos que eu saiba, não tenho ideia que tenha sido discutida concretamente uma decisão fundamentada, ponderada sobre a nova localização do campus, a senhora disse em vários sítios que será no terreno onde era o complexo desportivo, mas eu quero que a senhora explique novamente qual é a fundamentação, quais são os estudos que têm para instalar aí o campus e quando é que isso foi discutido, nomeadamente em sessões de Câmara. -----

----- Depois, segunda questão para já que tinha nesta primeira intervenção, era relativamente ao plano do João D'Arens, a senhora disse aqui creio que ainda no mandato anterior o ano passado em 2021, que o plano iria cair até por força da relação de impacto ambiental negativa que houve em relação ao projeto que lá estava previsto dos hotéis. Eu gostava de saber quando é que a senhora vai levar a reunião de Câmara essa proposta para revogar o plano, porque até à data que eu tenha conhecimento não o fez. Para já era isto. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, o Bloco de Esquerda aqui sugere que sejam retirados os painéis que estão no terreno em frente ao largo Primeiro de Maio entre a Júdice Biker e o largo do Dique, já que a obra não se inicia, retirava aqueles painéis, punha ali uma britasinha, punha um resto de alcatifa vermelha que tem dos anos anteriores do Natal e as pessoas passavam de um lado para o outro e o próprio, o largo ficava muito mais bonito e o utente conseguia ver o Arade. Sugiro até as obras comecem que se fizessem essa pequena obra, acho que não se gastava muito dinheiro, mesmo com material



reciclado conseguia-se pôr ali a cidade pelo menos mais bonita agora no Natal e se calhar possivelmente até ao verão. -----

-----A habitação aos custos controlados. Quando é que se começa as obras no Vale do Lagar, já passou um ano, portanto na compra do terreno que já votámos aqui este projeto e até agora nada e os jovens desta cidade precisam do pé para a mão de habitação a custos controlados, ou habitação social. Também gostaria de questionar aqui, se me puder esclarecer, qual é a quantidade de metros cúbicos de água reciclada que sai da ETAR da Companheira? Isto é porque neste momento os regantes, os beneficiários do Alvor o canal está sem água por causa da seca, da falta de água da bravura. Se essa quantidade de água fosse muita, podia-se pôr no canal de rega e também aqui sobre a água, e já que está no Comité das Regiões, porque não aqui os regantes de Alvor também não fazerem o mesmo que está a ser feito em Silves que estão a deixar de ter o canal, usam o canal sim, mas para passarem a tubagem para não haver grandes percas de água e para ela mesmo própria não evaporar e cada agricultor hoje em dia tem um contador e ele paga a água que gasta. Porque é que aqui nos regantes de Alvor não se faz o mesmo e podiam usar também o PRR para esse sentido. Já que estamos a falar de água, é uma das maneiras de poupar água e que ela é muito útil e possivelmente para aquelas pessoas que vivem ali na região de Alvor que neste momento não têm água no canal. Por momento, fico-me por aqui, tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que a primeira questão que quer apresentar, é se existem, se já têm data prevista para a abertura dos recursos hídricos para as concessões de praia. Porque é assim, este executivo recebeu as competências há dois anos, não há previsão, portanto, a informação é que é sempre para o mês a seguir, não sei se há alguma previsão para a abertura, e se os senhores têm a noção qual é o prejuízo que pode acarretar para os concessionários que neste momento estão na praia sem qualquer concurso, a nível de direito de preferência. -----

-----Mais, quando é que está previsto o regulamento sobre esta matéria. Há dois anos que a Câmara aceitou as competências, nada justifica este atraso. Estas situações são para ser resolvidas aqui na Câmara, no executivo e não por fora. Portanto, não sei se a Câmara tem intenção, se o executivo tem intenção de ouvir os concessionários, ou se tem intenção de ouvir dois ou três concessionários sobre esta matéria, se tem intenção de fazer os concursos sem ouvir, sem convocar todos os concessionários para os ouvir. Sei que há alguns contactos na praia, em restaurantes, sobre esta matéria, há uma seleção em relação aos concessionários, que tenho conhecimento de um ou outro, e gostava que a senhora Presidente me esclarecesse esta situação. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Outra situação que eu gostava de ver esclarecida, é o gabinete de reabilitação urbana. Eu há oito anos que oiço a criação do gabinete de reabilitação urbana, inclusivamente já houve as obras, houve um concurso por parte da Câmara aos fundos comunitários e temos ali um edifício destinado, dentro desse projeto que foi sujeito a fundos comunitários para instalar um gabinete de reabilitação urbana. Eu neste momento não vejo nenhuma reabilitação nesta cidade, não vejo medidas, não vejo nada, zero, já passaram oito anos. -----

----- Outra situação. Eu gostava que este executivo me esclarecesse que projetos até à presente data, desde a tomada de posse, submeteu às entidades competentes para beneficiar de fundos comunitários que estavam à disposição. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Varges Gomes**, bom, começando aqui pelo campus universitário. Eu não sei se teve oportunidade de ler, se calhar não teve, mas o que lá está e o que foi feito, foi o memorando de entendimento, e o meu compromisso, é o compromisso de levar aos órgãos competentes a proposta de doação do terreno. Levar aos órgãos competentes. Portanto, ainda não foi, mas é o meu compromisso, está lá escrito preto no branco. Portanto, aliás, nem eu podia fazer isto sozinha, quer dizer, como é que, não passa pela cabeça de ninguém muito menos de um senhor que é jurista, que uma Presidente faça a doação de um terreno assim passando por cima dos autarcas e mais nada. Portanto, o que lá está escrito é isso, compromete-se a levar aos órgãos competentes a proposta de doação de um terreno. Porque é que se é aquele? Porque é uma parcela de terreno onde era para ser construída a grande superfície, portanto o centro comercial e, portanto, é essa parte do centro comercial, é esse que vai ser cedido para construir a universidade, o campus universitário. Acho que ninguém em Portimão põe em causa a importância de um campus universitário em Portimão. Primeiro, porque naturalmente os nossos alunos têm direito a ter uma formação próximo das suas residências. Os nossos e os do Barlavento obviamente e, portanto, penso que ninguém põe isso em questão. -----

----- João D'Arens, cai imediatamente com o PDM aprovado, porque não está incluído no PDM. O João D'Arens saiu do PDM, portanto, o que estamos a apresentar. -----

----- Pedro Mota, o senhor deputado municipal Pedro Mota, peço desculpa não é Pedro Mota, é senhor deputado municipal! Bom, olhe tem azar sabe porquê? Porque a obra de que falou onde estão os taipais, olhe vai começar agora já muito brevemente, possivelmente aí no dia 2 de janeiro, assim como a habitação a custos controlados, já viu, isto é que é azar! Não é, quer dizer nas duas coisas que perguntou estão na reta final, já estão para começar. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----A associação de regantes, aquilo que eu lhe posso dizer, é que para já vai ser feita uma tubagem, portanto vai ser feita uma tubagem com o apoio do Ministério da Agricultura, e o canal de rega neste momento está a ser abastecido por furos municipais. Portanto, somos nós que estamos a colocar água no canal dos regantes, da associação de regantes. Obviamente que quem controla isso não somos nós, é a própria associação de regantes como deve calcular. -----

-----A Dra. Ângela Venâncio, senhora deputada municipal Ângela Venâncio, obviamente questionou sobre os projetos que estão cofinanciados. Eu não tenho aqui a lista, mas vou-lhe dizer que é uma lista, posso-lhe fazer chegar a lista, mas desde o ISN de Alvor, desde a lota de Alvor, desde o Portugal I, o barco, o que é mais? Eu neste momento não tenho de cabeça, mas tenho a listagem, eu posso pedir à nossa técnica que envie a listagem. A escola que está agora a acabar, naturalmente, e várias escolas que temos também neste momento, que estamos também já com um trabalho avançado para naturalmente colocarmos no terreno. Portanto, eu depois far-lhe-ei chegar a listagem das nossas candidaturas. -----

-----Ah! Eu peço imensa desculpa, relativamente às praias, pois relativamente às concessões de praia, eu se me dá licença passo a palavra ao senhor Vice-Presidente que é quem tem acompanhado. -----

-----Interveio a Presidente da Assembleia **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que havia ainda a pergunta do gabinete de reabilitação. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Varges Gomes**, para dizer que neste momento não têm nenhum gabinete de reabilitação urbana. Neste momento, são os nossos serviços que tratam disso, não temos nenhum gabinete específico. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que quanto às praias e às concessões de praias, o executivo está a rever todo o regulamento de taxas e licenças. Posto isto, que será na última reunião, e virá à reunião de Câmara, e posto isto abrirão os concursos, mas já tive reunião duas vezes com a associação dos concessionários de apoios de praia. Portanto, a associação de concessionários de apoios de praia já esteve presente no meu gabinete e com o grupo de trabalho que está a trabalhar sobre esta área duas vezes. É tudo, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, ó senhor Vice-Presidente, já agora qual é a associação? -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer à senhora deputada Ângela Venâncio que ela tem que dirigir a palavra à senhora Presidente de Câmara que depois dará a palavra ao senhor Vice-Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, eu gostava que o senhor Vice-Presidente me explicasse já agora qual é a associação. É que pelo que eu sei a maior parte dos concessionários não fazem parte dessa associação. Temos a associação, que tipo de associação e qual é a associação que o senhor Vice-Presidente está-se a dirigir. Eu não sei que associação. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, era só para dizer que os projetos cofinanciados com o investimento aprovado, o valor do investimento municipal, valor da comparticipação recebida, etc. estão na página vinte e quatro das minhas informações e, portanto, está lá tudo, o valor da comparticipação, o aprovado, o investimento é dez milhões duzentos e sessenta e sete mil, valor do investimento municipal, onze milhões e tal. Portanto, está lá na página vinte e quatro. Muito obrigada, já não preciso de enviar. Peço desculpa, o orçamento, não é da informação é do orçamento. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para perguntar se aquela questão da associação poderá ser esclarecida ou não. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, a associação, eu trabalho há catorze anos nesse ramo e não conheço qualquer associação. Eu quero a identificação da associação! É que a maior parte dos concessionários não estão associados. Eu sei quem está na associação e quais foram as associações criadas para o efeito. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhora deputada, nós temos que intervir aqui, todos nós de ponto de vista político e não do ponto de vista do exercício das nossas profissões e, portanto, pôs-se uma questão, o senhor Vice-Presidente não tem esse nome com ele e, portanto, dará essa informação posteriormente. AESCOMA, pronto. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, AESCOMA? MAS isso é a associação dos restaurantes, não são as associações das concessões de praia, dos toldos e dos apoios recreativos. Estamos a falar de coisas diferentes. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ó senhora deputada, a senhora deputada pôs uma questão e ela foi respondida. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, já tiveram o visto da APA? Já tiveram o visto da APA? Já foi concedido, os concursos Já foram concedidos? É que eu em setembro ouvi que tinham sido concedidos. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhora deputada estão postas as questões todas, peço-lhe que tenha uma gestão mais equilibrada do tempo. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, senhora Presidente eu não posso ter uma gestão mais equilibrada com dois minutos e estou à espera da alteração do regimento há mais de um ano. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que dois minutos é aquilo que os deputados na Assembleia da República têm para fazer intervenções aos Ministros e aos Secretários de Estado, e eles conseguem-no. Portanto, nós aqui também temos que conseguir. Obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, não queiram comparar. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo Leonor da Conceição Mateus**, gostávamos de intervir relativamente à informação escrita, senhora Presidente, começando pela área da educação. Visto ou lido a informação escrita, ressalva-se e temos a noção e sabemos que não pode estar tudo ali, mas há muito poucas ou nenhuma linhas escritas sobre a questão do ensino superior, quando há tanta coisa a ser feita. -----

O que nós queríamos trazer aqui são duas coisas. Primeiro, relativamente aqui à questão que a senhora Presidente nos trouxe, e muito bem, daquilo que é o seu cargo na União Europeia, que ficou bastante claro e é mesmo assim a questão das contas a gente paga primeiro e recebe depois. Só dizer o seguinte, e a talhe de foice como se costuma dizer. No âmbito das funções da *Nature-Based Solutions HUB Portugal*, vai acontecer em janeiro, dia 9 vou estar ali com o senhor Presidente e, portanto, espero que aconteça um grande evento onde vão cá estar vinte e um experts mundiais nesta área das *Nature-Based Solutions* e porque é que eu estou a trazer isto aqui. Porque aquilo que discutiu e disse que está-se a fazer na Europa, vai-se discutir no território de Portimão. Portanto, aquilo que vai ser pedido ao senhor Vice-Presidente é que ponhamos vinte e uma pessoas a trabalhar desafios de Portimão que podem ser inclusive da água, portanto vêm experts de todo o mundo nestas áreas. Portanto, aqui é só um *match* em relação ao que disse e em relação ao que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



vai acontecer e, portanto, trazer um bocadinho essa dimensão europeia aqui a este território, cumpre-nos fazer isso e fazemos com muito gosto. -----

----- Depois, só duas notas relativamente aqui à questão do ensino superior. Como disse a senhora Presidente, ninguém pode estar contra um campus universitário, pelo contrário, nem contra o polo tecnológico que está a acontecer. Mas deixa-me muito triste fazer uma conferência há três quatro semanas atrás na Universidade do Algarve e ouvir da pessoa responsável que «ok, isso lá em Portimão a gente ainda não sabe muito bem o que é que vai ser, nem sabemos que investigadores é que vamos lá pôr». Isto custa, dói, quando aqui já há massa crítica e, portanto, chamava a atenção que, chamávamos a nossa bancada a atenção com a humildade possível que tal como disse em Faro, ciência é ciência e política é política, aqui parafraseando o deputado José Figueiredo, e acho que é a altura, achamos que é a altura de olhar para a questão da cidade de Portimão, como o ensino superior, como uma cidade de ensino superior e colocar não só essa vontade que está expressa no MOU de termos que ter um campo, mas que campo, que cursos, o que é que precisamos, que investigação? Não podemos deixar isso só nas mãos de poucos para depois ouvir isto, senhora Presidente, doeu muito ouvir dizer que ainda vamos ver quem é que de Lisboa quer vir para cá, isto não pode ser assim, a casa tem que ter cursos, tem que ser construída de baixo para cima, tem que ser construída ouvindo as entidades, ouvindo todas as pessoas, o que é que o território precisa e é assim que vocês são sensíveis, é isso. Estou aqui a pedir que não se deixe o ensino superior só politicamente como bandeiras nos jornais. Por amor de deus, Portimão tem a oportunidade toda de se reafirmar e posicionar como a segunda cidade universitária do Algarve, e eu nem queria pôr a questão da segunda e da primeira, mas como a cidade universitária que nós precisamos deste lado e, portanto, era essa a notinha que fazia, tendo em conta que entendemos e, portanto, isto estamos a falar aqui em nome da bancada, a questão que vem na informação escrita, mas queríamos passar a ver muito mais coisas escritas da Câmara, assumindo Portimão como cidade universitária que é e mais do que estes MOU, com uma estratégia que envolva toda a gente para que isto possa realmente ter os frutos que nós precisamos. Disse, senhora Presidente.

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que iriam suspender os trabalhos durante cinco minutos para a resolução de problemas técnicos. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, gostaria de questionar o executivo relativamente à abertura do abrigo temporário para pessoas em situação de sem-abrigo, que nos foi indicado na última Assembleia Ordinária, penso pelo senhor Vice-Presidente que seria aberto no dia 15 de novembro, segundo sei ainda não abriu, qual é que é o



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ponto de situação e quando é que o mesmo prevê abrir. E um segundo ponto, relativamente ao ponto de situação da construção do CRO, que foi em setembro feita a assinatura da obra e apresenta-se ainda aqui na informação da senhora Presidente como a consignar, e neste sentido, saber qual é que é o ponto de situação desse processo. -----

-----Também aqui na informação não são apresentados os dados relativamente à saúde e bem-estar animal neste período, é apresentado junho, julho e setembro, não sei se é erro de escrita, talvez seja e os dados estejam relativos ao período. -----

-----Questionar também o executivo relativamente à estrada das Sesmarias que foi iniciada, que já foi feito um primeiro troço junto da nova urbanização que está ali a crescer, mas falta ainda a ligação mais à frente, à urbanização que vem do Chefe Silvestre, agora não lhe consigo precisar o nome, qual é que é o ponto de situação dessa ligação e quando é que se prevê que a mesma esteja concluída. Obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, em relação à questão do campus universitário, senhora Presidente, eu não, como é evidente e nem isso resulta daquilo que eu disse na intervenção anterior, aqui ninguém está contra o novo campus universitário, era o que mais faltava. Aquilo que se questiona e já é a segunda vez que estou a fazê-lo, é, como é que se chegou à localização, e isso a senhora mais uma vez não respondeu, a senhora confirmou aqui que terá colocado no tal memorando aquilo que é uma evidência legal que é a que tem que ser aprovada pelos órgãos competentes, isso é uma evidência. A questão aqui que a senhora não respondeu, é qual foi o estudo, qual foi a fundamentação para aquele local em concreto e que não a outro local. É só essa questão que está aqui em causa. Porque eu tenho sérias dúvidas se aquele será o melhor local para ter o novo campus universitário, e era isso que eu queria ver debatido e esclarecido, e a senhora dá como adquirido que o novo campus vai ser ali sem fazer essa discussão e essa fundamentação. Não há um estudo sobre o impacto da localização do campus universitário naquele sítio, não sabemos se é aquele local o ideal ou não, ou se haverá um terreno com melhores condições até. É essa questão que tem que ser discutida e, portanto, eu não ouvi e gostava de ouvir essa discussão aqui na Assembleia e não só, até na cidade também e no concelho, gostava que todas as pessoas tivessem oportunidade de se pronunciar sobre isso, mas não sei se vai acontecer essa discussão. -----

-----Depois, queria perguntar-lhe também o seguinte. Entrou em vigor há coisa de seis meses se não me engano, o novo regime de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas que prevê, entre outras medidas, que seja elaborado um novo plano, em instituições como a Câmara Municipal



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de Portimão, de prevenção desses riscos. Queria perguntar-lhe em que pé é que isso está aqui em Portimão, se já foi elaborado o plano, se está a ser elaborado e qual é o ponto de situação em relação a isso. -----

-----Depois, em relação à obra do viaduto que vai ligar a rua Infante D. Henrique à zona da Caldeira do Moinho, queria perguntar qual é o ponto de situação da obra, quando é que vai começar, qual é o prazo estimado de duração e quais são as medidas que estão previstas em termos da obra, se é que estão previstas algumas para minimizar os impactos dessa obra ali no fluxo de trânsito para aquela zona, nomeadamente ao pé da gare rodoviária e do Portimão Arena. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, voltando aqui um pouco atrás, e antes de mais, agradeço as palavras da senhora Presidente Dra. Isilda, pelo esclarecimento que fez sobre a sua ação e a sua função no Comité das Regiões. Eu agora percebo o porquê e a vontade da bancada do PS em querer dar os parabéns à senhora doutora, porque enfim, é uma “sofridão” e uma trabalhadora e enfim, uma busca de informação ir ler esses dossiês todos e tudo isso que eu realmente gabo-lhe o esforço e espero que tenha sucesso também para trazer esse *know how* para a cidade de Portimão, porque não é só saber o que é que faz, mas já que temos uma portimonense e eu só tenho pena de não ser do Chega também, mas com o seu tempo lá chegará, o Partido Chega haverá de ter também representantes na União Europeia, pelo menos três mil e seiscentos votos em Portimão nas legislativas e dois mil e cem nas autárquicas, já estamos a começar bem, já estamos a começar bem. De qualquer das maneiras, e somos novos na democracia portuguesa, quero dizer com isto que tenho pena e se me permite senhora doutora Isilda e eu não a conheço, mas obviamente as palavras em política têm o poder que têm e é a essa que temos que fazer interpretação, é que eu se fosse seu assistente, eu não sei se gostaria das palavras que disse aqui, mas quando ele ouvir a senhora... porque com o trabalho que ele tem, eu não sei se não seria ele a viajar em executiva e a senhora em turística, ao menos, ele aproveitava as viagens para poder preparar os dossiês para a senhora doutora Isilda. De qualquer das maneiras, dizer-lhe aqui o seguinte também e voltando um pouco atrás, porque eu acho que há aqui alguma contradição que a Dra. Isilda vai ter que resolver, entre aquilo que disse, e perdoe-me estar a insistir nesta matéria, é que o problema da água é um problema gravíssimo que nós temos hoje em dia, e eu não vejo nem campanhas de sensibilização no concelho sobre esta matéria, por muito que os professores eduquem e por muito que os professores tentem resolver tudo isto nas escolas e sensibilizar as crianças, mas há um problema aqui de sensibilização dos adultos e talvez fosse interessante a autarquia pegar e fazer uma campanha de sensibilização a este nível sobre esta problemática do consumo, a perda de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



água, enfim, há aqui uma série de matérias que envolvem esta questão, e a senhora doutora disse no dia 25 de fevereiro exatamente isto aqui, e aquilo que eu interpreto, é que há quase uma consciencialização que não há muito a fazer entre aquilo que é o valor económico e o valor que é necessário despendar para colmatar a perda de água, que segundo a altura falou, andaria de cerca dos dezasseis por cento no concelho de Portimão. Mas a senhora depois na centésima quadragésima oitava reunião plenária do Conselho das Regiões disse exatamente isto, que tem que ter uma luta constante, a Europa tem que ter uma luta constante contra a falta de água e resolver estes problemas. Como é que a senhora pretende resolver esta temática que é dual para os próximos anos, e uma vez que até se fala aqui em planos até 2027. Por outro lado, senhora Presidente, queria aqui também deixar outra questão, que é, a propósito da leitura da informação da senhora Presidente, temos aqui uma evolução da execução orçamental da receita que é positiva na ordem dos noventa e seis ponto quarenta e sete, o que é razoável, estamos perto dos cem por cento, o que é interessante naquilo que é a orçamentação da receita que é positiva, mas depois há aqui o reverso da medalha, que é a evolução positiva da execução orçamental da despesa é de apenas cinquenta e três por cento. Portanto, se há uma orçamentação sobre a despesa de cinquenta e três por cento, há aqui com certeza, e permita-me interpretar desta maneira, ou permita-nos a nós a bancada interpretar desta maneira, há uma quantidade de obra que não foi feita, e a minha questão também se coloca exatamente com isto, porquê apenas cinquenta e três por cento de execução da despesa. Por outro lado, se temos aqui um excedente de IMT mais uma vez que salvo erro ronda mais cento e trinta e não sei quantos por cento, quer dizer, há aqui um excedente que a senhora doutora Isilda também faz anuência a isso e até faz de certa forma regozijo de mais quarenta milhões de euros transitado prever-se de um ano para o outro, porque é que continuamos a não abater a dívida, porque é que continuamos a não abater efetivamente um problema que serve de garrote à cidade de Portimão e ao município de Portimão, que é, a gestão tem um garrote por causa da dívida que está acumulada ao longo dos anos FAM e PAM. Por outro lado, também deixar aqui esta ideia de que segundo o anuário e por aquilo que eu estive a ler de 2021, os portimonenses têm neste momento de impostos diretos, e eu estou a falar IMT, IMI, IUC, derrama, cerca de seiscentos e quarenta e sete euros por habitante, e recordo também senhora doutora Isilda que desde 2010 até 2021. -----

-----Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, peço desculpa mas eu tenho que corrigi-lo. A senhora doutora Isilda está aqui enquanto Presidente de Câmara e, portanto, eu gostaria que lhe dirigisse em relação ao cargo. Está bem, só por uma questão de rigor institucional. Obrigada. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, muito obrigado senhora Presidente da Assembleia Municipal, eu dirigir-me-ei dessa forma à senhora Presidente. Portanto, como eu estava a dizer, e entre 2010 e 2021 só de juros segundo o mesmo anuário cada portimonense pagou cerca de oitocentos e cinco euros só de juros da dívida em Portimão. Disse, obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que uma preocupação que o Bloco de Esquerda tem, não é só ter o polo universitário e passar a uma universidade, também é preciso fazerem infraestruturas e residências. Como estamos a ver em Lisboa e Porto, os estudantes quase que têm que deixar e muitos deles deixaram de estudar porque não têm onde ficar e não têm como pagar as residências e/ou quartos para eles. Eu acho que se é um projeto inovador, se é um projeto novo, também automaticamente nesse projeto e nesse memorando devem estar associadas as residências para os estudantes, não só para os algarvios, mas também para o país e também para os de Erasmus. -----

----- Falou aqui também que já tenho visto na comunicação social o viaduto, já vi a fotografia, é muito bonito, agora queria ver como é que vai ser passar o trânsito. Já muitas pessoas têm falado comigo, sabem que eu estou na Gil Eanes, e as pessoas ficam um bocado preocupadas com o viaduto e que vai ser cortada a estrada, ali a estrada de Monchique vai ser cortada ao trânsito. Queria saber como é que vai ser, qual é o plano, acho que em vez de mostrarem também a fotografia do viaduto, também deviam mostrar o plano de trânsito que vai acontecer ali na zona da Gil Eanes e também na zona da rua de São José. Digo aqui também, ainda bem que este fim-de-semana que choveu tanto não inundou a estação da Gil Eanes, porque as obras limpavam as sargetas antes, felizmente não foi preciso chamar os bombeiros, que no ano passado fizeram o trabalho de casa uma semana antes e livraram da estação de correios da Gil Eanes não ser inundada. Para já, muito obrigado dessa parte. -----

----- Tenho aqui na página cinquenta e quatro, as *fast track Cities* que tem a ver com o HIV, eu gostaria de saber qual é os números que aqui o concelho tem, se tem aumentado os casos de HIV, se têm diminuído, a nível nacional infelizmente têm subido. -----

----- Aqui também na página cinquenta e quatro está aqui o plano local de saúde. Eu gostaria de saber o que é este plano local de saúde, o que têm feito em relação ao hospital CHUA, no caso do bloco de partos, da maternidade obstetrícia, que a maior parte das vezes está mais fechado do que está aberto e falamos tanto aqui em natalidade que já ouvi falar hoje sobre a natalidade, e depois as crianças querem nascer em Portimão, querem nascer no Barlavento e muitas vezes não conseguem, não é, têm que ir para Faro, têm que ser desviadas e preocupa-me muito os familiares.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Ah! E só uma em relação aos poços de água. Eu acho que, como já foi falado aqui da água, é uma causa que o Bloco de Esquerda tem trazido muito aqui, e o que eu tenho reparado, é que muitos desses poços infelizmente é para regar plantações que neste momento não são das mais viáveis para uma região como a do Algarve, que são plantações que gastam muita água e acho que estas plantações nem deviam ser autorizadas. Eu não posso falar mais porque não tenho provas, mas gostaria que analisassem isso em termos da água de Portimão. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, reparei que gentilmente a senhora Presidente de Câmara cedeu um minuto a cada concelho do Algarve a falar do Comité das Regiões da Europa, senti-me regressar a Bruxelas onde estive há uma semana e por acaso até estive com o assistente do município lá, que, políticas à parte, creio que é uma boa pessoa e isso não interfere nas coisas, estivemos em Comité central na mesma rua de Bruxelas, mas dizer que falámos muito aqui da Europa e da agricultura da Europa e vou utilizar esse exemplo para trazer a debate outro tema sobre o nosso concelho, que também é Europa e recebeu, creio, a vereação por inteiro e também nós enquanto partido, uma nota de uma munícipe da freguesia e aproveito para cumprimentar os presidentes de Junta que não o fiz no início e peço desculpa que está aqui o de Alvor e o da Mexilhoeira, e agora vou falar da Mexilhoeira, depois a seguir já me vai cascar com todo o respeito e ironia, mas de uma munícipe do Sítio da Pereira na Mexilhoeira que questionava o município sobre a ausência e distribuição de água e, portanto, acho que é um tema mais importante, porque falamos na agricultura e na tecnologia que suporta que a União Europeia queira agora, com os fundos, implementar em todos os estados membro, mas aqui eu vou-me cingir neste caso a um exemplo concreto que todos tivemos conhecimento de uma munícipe da freguesia da Mexilhoeira, que falamos disto e depois ela está sem distribuição de água. Creio que há um diferendo entre as águas do Algarve e o autódromo, mas lançava a questão que é um tema que me parece um debate mais salutar também europeu, mas mais portimonense e mais de respeito a todos nós que aqui estamos. E depois neste primeiro leque, porque acredito que o primeiro tema pode ser afluído de outra forma, vi na informação escrita alguns números, mas não me vou reportar a números porque os números representam pessoas e famílias com dificuldades. -----

-----Relativamente às refeições que o município atribuiu, perguntava, e não vou estar a relembrar todos e a repetir o que todos sabemos das dificuldades, da inflação, de todos os tempos que vivemos, mas o número de facto cresce, cresce ao nível de refeições distribuídas e naturalmente que saudamos e é um regozijo que o município tenha a capacidade de apoiar estas famílias e esses portimonenses, mas a questão que quero trazer para debate, é mais profunda, é se são pessoas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que são situações pontuais, ou se ficam identificadas e acompanhadas pelo município, porque são famílias que vão em crescendo e saber se, para além dos números que estão aqui, mas naturalmente e sabemos é muito bom ter acesso a esta documentação, mas por outro lado todos nós até o executivo dirá sempre que é curta senão faziam porventura um documento com mil e quinhentas páginas, mas perguntar sobre esta matéria qual a estratégia do município para manter o acompanhamento e não deixar apenas que algumas situações sejam pontuais e em virtude do momento, e como é que se vai dar resposta a isto, ou qual o plano e estratégia que o município tem neste ponto específico de apoio às famílias e estamos a falar de alimentação e de bens essenciais. Para já disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, nós apresentámos em agosto um requerimento à Câmara que até à presente data não foi respondido e que incidia precisamente sobre a loja de Alvor. Gostaríamos aqui de questionar qual o motivo que levou à demolição daquele edifício e qual a pretensão e definição para o local.

-----Também na reunião de 26 de setembro de 2022, a Câmara ficou de verificar o que é que se passava na praia dos Carianos. Gostaríamos também aqui de questionar se já sabem o que é que se passa, se sim, o que é que pretendem fazer. -----

-----Mais uma vez, vimos solicitar que se faça um levantamento pela cidade das placas de toponímia, a fim de serem substituídas aquelas que estão danificadas. -----

-----Também questionávamos o que se passa na via do Intermarché de Alvor, uma vez que tem sido recorrente abatimentos no eixo da via, ficando diversas semanas por arranjar, embora sinalizada, gostaríamos de saber se já se apurou o que é que realmente acontece e o porquê daquela depressão, poderá não ser este o termo técnico. -----

-----Temos ouvido também rumores que a EMARP vai externalizar serviços. Gostaríamos de saber se isso é verdade e o porquê dessa decisão, caso sejam verdade esses rumores. -----

-----Também queríamos aqui questionar quais as medidas que a Câmara pretende implementar para responder ao empobrecimento de diversas famílias neste concelho, devido ao aumento dos preços de bens e serviços essenciais. Saber se a Câmara tem conhecimento e se tem algum levantamento sobre quem se encontra em limiar da pobreza, ou abaixo desse limiar. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, vamos ver se eu consigo dar conta de tanta coisa! -----

-----Bom, em primeiro lugar, naturalmente que queria comentar a questão do ensino superior e a questão dos cursos. Obviamente que não podemos deixar isto nas mãos dos outros, Portimão tem uma palavra a dizer, nós sabemos o que queremos e sabemos para onde queremos ir e,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



portanto, é isso que nós temos que fazer. É juntar as pessoas que podem dar o seu contributo e, portanto, e aí naturalmente seja ensino privado seja ensino público, temos gente boa a trabalhar em qualquer um dos tipos de ensino universitário e, portanto, temos que trabalhar em conjunto para construirmos um futuro melhor na área da formação e da educação em Portimão. -----

-----Depois, tenho aqui uma pergunta sobre o abrigo temporário. O abrigo temporário abre dia 15 e o centro de recolha animal já começou. Portanto, já está tudo a andar. -----

-----A estrada das Sesmarias, tanto quanto me foi dito, portanto há uma parte que já está feita e agora digamos o construtor não é, portanto, uma parte é feita por nós, está aberto o concurso e, portanto, vamos nós fazer essa parte que falta. -----

-----Bom, depois o senhor deputado municipal João Caetano, eu tenho que fazer aqui, peço desculpa, mas eu tenho que fazer aqui um comentário. É que toda a gente estava a bater em mim, porque eu ia para a Europa não dava conta do que fazia na Europa, não dizia o que fazia na Europa, e depois critica-me porque estive dezasseis minutos a falar daquilo que eu fazia. Quer dizer mas vocês querem saber ou não querem saber? Quer dizer eu já não percebo! Criticam-me porque não dou conta e depois quando dou conta criticam-me porque dou conta. Será porque não gostou daquilo que ouviu, senhor deputado? Será porque não gostou? Pronto, mas entendamo-nos, quer ou não quer saber? Para a outra vez diga-me se quer saber ou não quer saber. Porque eu assim não entendo, não é? Uns batem porque não digo, e depois quando falo, não gostam que fale. Bom, vá lá a gente perceber estas coisas! Para a frente! -----

-----Campus universitário, fundamentação. Ó senhor deputado municipal, primeiro, é o único terreno com a dimensão adequada a um campus universitário que nós temos para ceder, não temos outro, não temos outro com aquela dimensão. A localização é excelente, porque dá para os alunos virem a pé para o centro da cidade, se quiserem. Portanto, por outro lado, dá para fazer as tais residências universitárias que alguém falou, exatamente o Pedro Mota, portanto, é o campus universitário e residências universitárias e também alguns equipamentos universitários, obviamente. Porque não é só o edifício pura e simples, aquilo permite a construção de não sei quantos mil metros quadrados, trinta e cinco mil. Portanto, permite uma construção superior ao Campus de Gambelas. Portanto, dá para fazer ali muita coisa. Eu pergunto ao senhor deputado municipal se tem alguma alternativa, se tem diga-me, porque eu não tenho. Agora, insistiu tanto em encontrar alternativas, diga-me, diz assim, «olhe, a Câmara é a proprietária daquele terreno, ali fica melhor por isto e por isto e a senhora faça lá, ou proponha a cedência desse terreno, porque eu não conheço», pronto. -----



-----Depois, o viaduto, obviamente que eu acredito que estejam acauteladas todas as situações relativamente ao viaduto e que não haja grandes constrangimentos. -----

-----O senhor deputado municipal Paulo Canha, falou que, se calhar, o assistente devia ir em executiva. Bem, eu acho que o senhor devia estar a brincar comigo, não era ó senhor deputado municipal? Porque se eu levasse o meu assistente em executiva, o senhor ia dizer que a Câmara de facto não devia pagar o bilhete de executiva. Além do mais, as responsabilidades não são dele, são minhas e quem faz os comentários e quem faz as intervenções sou eu, não é ele. Portanto, o facto de ele ter que ler é uma ajuda. Agora, obviamente que quem tem que saber aquilo que está a dizer sou eu, não é ele, porque ele não abre a boca. Portanto, um bocadinho mais de respeito também pela forma como fala comigo, também era bom! -----

-----O problema da água, bom, há já um plano feito pela AMAL. Portanto, a AMAL encomendou um plano que está feito e está a ser implementado. Esse plano indica que tem que ser construída para já uma dessalinizadora, está-se a encontrar o local mais adequado, se bem que neste momento já se diz que uma não chega evidentemente e que seria melhor construir duas. Para além do mais, estão identificados vários espaços onde podem ser construídos, digamos, alguns depósitos de recolha de água, digamos, sobretudo para rega e, portanto, neste momento, está tudo identificado, há um plano devidamente construído. -----

-----Quanto às campanhas, a EMARP faz campanhas e tem já um plano para fazer essa campanha. Aliás, eu não sei quem foi que falou aí nas perdas, eu tinha falado em dezasseis por cento, não é, é treze e meio por cento, somos dos melhores municípios a nível nacional. As nossas perdas são de treze e meio por cento e podemos orgulhar-nos de termos estes valores. -----

-----Depois, receita e despesa obra que não foi feita. É verdade, obra que não foi feita. Agora quando falam aí em lançar concursos públicos, eu convido-vos a vir aqui à Câmara ver como é que são os concursos públicos que nós temos aqui, são concursos públicos que ficam desertos, lançamo-los uma, duas e três vezes, constantemente desertos e, portanto, é por exemplo os do parque da juventude, é ali do parque urbano ali junto ao mercado, tudo isso já foi lançado mais de que uma vez e ainda não conseguimos adjudicar. Portanto, se conhece empresas que queiram vir para cá trabalhar, senhor deputado municipal, diga para virem, porque aqui há muito trabalho para fazerem, porque eu não as encontro, não encontro, e eu confronto-me com os mesmos problemas que os meus colegas se confrontam de Norte a Sul do país, posso-lhe dizer, dizem todos a mesma coisa. -----

-----A receita, o IMT. O IMT, obviamente que é um indicador económico positivo, porque o IMT, se há IMT é porque há muitas vendas, de apartamentos, de prédios, etc. portanto, o IMT é positivo,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



é um bom indicador económico e não esteve atento, porque eu há um bocado disse que ia abater na dívida dez milhões de euros, logo no início, portanto dez milhões de euros, o que permite que a Câmara fique liberta do FAM em 2024, isto é, antes do final do meu mandato, eu quero ficar, quero que a Câmara fique liberta do FAM. -----

-----HIV, não tenho conhecimento da evolução da situação do HIV aqui, mas creio que não é assim muito significativo, mas pronto, não tenho esse conhecimento. -----

-----O plano local de educação, CHUA, olhe, fecham em Portimão, mas também fecham em Faro, também vêm de Faro para aqui. Porque não acontece sempre ser Portimão e Faro estar sempre aberto, também lhe posso garantir que Faro também fecha. Infelizmente não há pediatras e, portanto, não havendo pediatras, não pode haver partos, o problema é só esse. Portanto, nós temos bons obstetras, os obstetras são suficientes, não temos pediatras e, portanto, como eles não se compram ali no supermercado, continuamos com estes problemas. -----

-----Depois, o senhor deputado municipal Carlos Martins perguntou a questão da água na Pereira. Olhe, o concurso foi lançado por quatrocentos e sessenta mil euros e houve sete concorrentes. Fez-me outra pergunta que eu não me lembro já, plano do próximo ano, já não me lembro! Sim, sim. Portanto, o plano para o próximo ano neste momento está a ser feito, mas como se recorda o ano passado, inclusivamente, fizemos aqueles cartões que as pessoas iam comprar às mercearias locais ou aderentes, não é, ou ao nosso mercado municipal e é isso que vamos continuar a fazer e há outra coisa que eu tenho dito sempre às associações que fornecem refeições digam-nos o que é que precisam. Felizmente não nos falta dinheiro para lhes poder dar para eles suprirem essas carências. Há uma coisa que eu, para mim é inadmissível que é haver pessoas com fome, não é admissível, se nós não tivéssemos dinheiro para apoiar tudo bem, mas perguntem às associações de cariz social quantas vezes eu lhes digo não chegam cem, peçam duzentos. Tive uma luta enorme com os senhores padres jesuítas, os senhores padres jesuítas lá em cima da igreja da Nossa Senhora do Amparo, porque são pobres a pedir, eu disse «vocês peçam, vocês estão a fazer um esforço enorme, andam a bater aí às portas a pedir coisas, não vale a pena, nós ajudamos». Então agora nós agora já vamos ter convosco, pronto e, portanto, temos também felizmente uma rede de apoio fantástica, eu de facto, acho que são pessoas extraordinárias. -----

-----A senhora deputada municipal Lurdes Melo, a luta de Alvor demolição! Ó senhora deputada, deve estar a ver mal, porque de facto há um projeto muito bonito e, portanto, só foi deitado abaixo aquilo que era preciso para se reconstruir, como é óbvio não é, porque há um projeto que foi feito.

-----Carianos, está autorizado pela APA. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Abatimentos na via, está ainda durante a garantia e, portanto, hão-de consertá-la até que ela fique em condições obviamente. -----

-----EMARP, externalização de serviços. Olhe, deu-me uma novidade, o Dr. Pedro Romão está além, faça favor de me dizer quais são os serviços que vai externalizar, porque eu não sei de nada disso e sou a Presidente do Conselho de Administração ainda e, portanto, veja lá não me comprometa, está bem? Pronto. -----

-----Apoios às famílias, já respondi. Pronto, disse tudo, senhora Presidente, muito obrigada. ---

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, senhora Presidente da Câmara, se inferiu das minhas palavras uma falta de respeito à sua pessoa, inferiu mal. Eu acho é que a senhora faltou ao respeito ao seu colaborador que viaja consigo em turística. Se há alguma inferência que pode fazer, é exatamente essa. Mas agora ironia à parte, dizer-lhe o seguinte. Eu não percebo porque é que tem na sua conceção abater a dívida e disse e as palavras foram suas, cito, «eu quero em 2024». Porque não já? É isso que os portimonenses gostavam de ouvir, porque não já. Até apresenta um excedente orçamental de quarenta milhões só de IMT e ainda bem que ele existe como a senhora disse e muito bem, são mais treze vírgula nove milhões, porque não já? Porque só para 2024? E deixe-me também dar aqui outra nota, que é, e cruza com isto. Quando a senhora hoje disse que não tinha conhecimento de falências em Portimão, sugiro que veja algumas notícias que preveem para 2023 no país mais qualquer coisa como vinte e cinco por cento de empresas a falir e provavelmente algumas são de Portimão. Tenha cuidado. Disse, obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, senhora Presidente, era só um esclarecimento. Portanto, diz que a ocupação por um privado de espaço que é domínio público foi autorizado pela APA? -----

-----Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Varges Gomes**. Exatamente. -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, olhe só mais uma questão senhora Presidente, que é em relação ao cemitério de Portimão, ainda continuamos à espera do litígio que colocou o privado contra o município e saber porque é que foi abandonado um projeto que existia e que há elementos nesta Assembleia que o sabem, de um cemitério noutro local e o porquê de se ter mudado quando o projeto já estava completamente estudado, havia o local, portanto não percebemos qual foi a opção da Câmara para ter abandonado esse projeto. Agora, Portimão não estaria à espera de certeza do cemitério. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, como houve algumas questões que a senhora Presidente, como eram muitas questões é normal algumas terem ficado para trás, eu voltava a solicitar a informação relativamente aos dados de saúde e bem-estar animal neste período, questionar se não existem, ou se foi erro de escrita, e novamente, relativamente à estrada das Sesmarias. A senhora Presidente indicou que os trabalhos serão feitos pela Câmara Municipal, a minha questão é, se já foi lançado o concurso, quando é que se antevê o início desses trabalhos, e se para fazer a execução destes trabalhos é necessário a expropriação de terrenos privados, a questão é se essa já está feita, se ainda será feita, qual é que é o ponto de situação dessa estrada. -----

-----Ainda relativamente ao abrigo temporário que foi também a minha primeira pergunta, a senhora Presidente respondeu-me que ele abrirá dia 15, posso então antever que é dia 15 de dezembro? Obrigada. -----

-----Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que sim. -----

-----Está em laboração. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal do Bloco de Esquerda **Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira**, para dizer que a sua questão é muito simples. Acerca da polícia judiciária, eu creio que já havia um terreno para a mesma, eu não sei se ela vai continuar aqui muito mais tempo, qual é que é a situação do terreno da polícia judiciária aqui em Portimão. Era essa a minha questão. Muito obrigado. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, respondendo ao senhor deputado municipal Paulo Canha, eu não faltei ao respeito ao meu assistente ao dizer que ele ia em turística e que eu vou em primeira classe, em executiva, não lhe faltei ao respeito, de modo algum. Aliás, é coisa que eu não faço é faltar ao respeito às pessoas, eu respeito toda a gente e, portanto, nunca faltaria ao respeito ao meu assistente. Isto é a primeira coisa. -----

-----Depois, abater já a dívida? Como lhe disse, vamos abater dez milhões de euros já, isso permite-nos que em 2024 fiquemos livres do FAM. Claro que não pago tudo nem abato tudo, porque eu não sei o dia de amanhã, eu não sei se tenho que apoiar empresas, eu não sei se tenho que continuar a apoiar famílias, e eu não quero que me falte dinheiro para isso, e se eu neste momento gastar o dinheiro todo, aliás, qual é a taxa de juro, Dr. Pedro Pereira? A taxa de juro do FAM? Zero noventa e cinco fixa, exatamente, zero noventa e cinco fixa e, portanto, é uma taxa de juro tão baixa que seria, digamos, até um disparate eu agora investir o dinheiro todo para pagar o FAM e



depois ter que ir pedir ao banco para ajudar as famílias, ou fazer as obras que preciso de fazer e que os portimonenses precisam e que os portimonenses também exigem e, portanto, eu tenho que me prevenir, e é dessa forma que eu trabalho, eu sou muito cautelosa, está a ver? Eu não gosto de dar o passo maior que a perna e, portanto, não me peçam a mim para me meter em aventuras porque eu não me meto em aventuras. Portanto, é aquilo que eu entendo que posso disponibilizar, é o que vou disponibilizar. Aliás, pode ser necessário para o apoio ao comércio local para evitar, olhe, e vamos investir cento e não sei quantos mil euros agora com a questão do comércio local. Portanto, também para dar movimento ao comércio local, com os vouchers, obviamente, e quando falamos também em animação, a animação também é para isso, é para promover o comércio local, é para trazer gente ao centro da cidade. Eles pedem-nos isso, é esse apoio que eles nos pedem, eles neste momento não nos estão a pedir dinheiro, estão a pedir para animarmos a cidade, e é isso que estamos de facto a providenciar. -----

----- Quanto ao cemitério, senhora deputada Lurdes Melo, o que lhe posso dizer, é que continua o diferendo com o senhor, mas estamos em vias de resolver, portanto, as coisas estão a caminhar no sentido certo. -----

----- Quanto ao cemitério noutra local, olhe eu quando cá cheguei era aquele local que já existia, nunca ninguém me falou noutra local, portanto eu nunca coloquei outra hipótese, porque foi sempre aquele, assim que eu cheguei aqui foi aquele local que me deram a informação de que era ali o cemitério. Tenho aqui ainda o senhor deputado municipal Ricardo Cândido, olhe não sei o que é que se passa com o bem-estar animal no último trimestre, não sei porque é que lá não está, mas pronto. -----

----- Sesmarias, já foi lançado o concurso, portanto, e há um acordo com o proprietário, portanto não há ali problemas de indemnizações. -----

----- Depois, o senhor deputado municipal Marco Pereira, devo dizer-lhe que de facto a PJ tem o terreno e neste momento, parece que a PJ pretende outra localização e não quer fazer uma coisa muito grande, quer fazer uma coisa mais pequena e já me veio propor outra localização, eu posso-vos dizer qual é, onde era o antigo ciclo, portanto junto ali à escola, diz que lhes dava mais jeito ali, porque estão mais perto da praia da Rocha, estão mais perto. Pronto, eu por mim não coloquei nenhuma reserva, se quiserem fazer lá, façam, devolvem-nos o terreno e nós voltamos a ficar com o terreno. Portanto, não pus nenhuma reserva nem qualquer problema nisso. Façam-no, é preciso é que façam. Muito obrigada, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, permita-me tecer aqui dois comentários que são os seguintes. Obviamente,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



a interpretação que fazemos das palavras da senhora Presidente, é que vão injetar no comércio local cento e noventa e cinco mil euros, mas a injeção no comércio local, nomeadamente agora no mês de dezembro de cento e noventa e cinco mil euros não resolve o problema de todos os portimonenses que têm juros e que pagam pela dívida acumulada ao longo destes anos dos quais a senhora é Presidente desde 2013, mas que representa todo um passado quase de duzentos milhões de euros de dívida, de incoerência, de má gestão ao longo dos anos, e isso são factos e a senhora não pode fugir, e permita-me que lhe diga aqui uma consideração que nós fazemos, que é, os juros até podem ser fofos, zero ponto noventa e cinco, mas nem que fosse zero vírgula um, pagamos todos por isso, e não é justo estarmos permanentemente a pagar todos em Portimão a conta da má gestão ao longo dos anos e não é essa justificação que serve para o que está em causa. -----

-----Depois, outra questão, que é, parece que temos aqui um problema de orçamentação. A senhora Presidente da autarquia disse e é verdade, temos um problema de concursos públicos, nós previmos, há uma política orçamental no executivo, mas essa política orçamental naquilo que me dá a mim parecer do conhecimento que tenho, cinquenta e três por cento de execução orçamental não deve haver muitas autarquias no país. De qualquer das maneiras, isto não é uma coisa que aconteceu hoje, porque consecutivamente este problema existe aqui. Se este problema existe, então eu já aqui disse uma vez na brincadeira e ironizei, isto faz-me lembrar, e os mais antigos sabem isto, parece o síndrome da Gabriela, eu nasci assim, eu sou assim e hei-de continuar assim. Como é que se vai resolver este problema? Não é? Como é que se vai resolver este problema que é um problema grave de gestão da Câmara, porque a Câmara prevê, a autarquia prevê executar obra, mas continuamente não executa porque não há ninguém que responda aos concursos. Portanto, como é que pretende resolver este problema de orçamentação e de falta de poder construir aquilo que orçamenta e aquilo que planifica. Muito obrigado, disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que queria fazer uma pequena questão, é quanto é que o executivo ou a Câmara Municipal de Portimão vai gastar com o Natal? Isto é, com os vouchers, com a iluminação de Natal e com o Carlos e com tudo o que poderá fazer para o Natal e fim de ano. Gostaria de saber qual é o valor no final desses eventos todos. Tenho dito. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que queria de saber se têm mais alguma intervenção. É meia-noite e um quarto, estamos a quantos minutos de terminar? Quinze minutos. Nos termos do regimento, pode-se prolongar até à meia-noite e meia e, portanto, gostaria que fizessem as intervenções para que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



a senhora Presidente pudesse esclarecer e responder, sob pena depois de não termos que fazer a continuação na próxima, se não houver mais intervenções e queria que isso depois ficasse clarificado nesta Assembleia para não estarmos a discutir isso no início da próxima. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Bruno Candeias**, é de notar cada vez mais a procura de casais e famílias que vêm do exterior que procuram o nosso concelho como outros concelhos do Algarve para residir, e notamos cada vez uma maior pressão na procura de habitação e também pressão no ensino. Gostaríamos de saber em que ponto é que está a construção de habitação social aqui no concelho de Portimão e também se estão previstas construções de novas escolas, sobretudo do ensino primário, uma vez que se sabe que este ano já foi complicado colocar tantas crianças que vieram de fora juntamente com as nossas crianças no ensino primário. Já agora questionar também, junto à habitação social que está prevista, se está prevista também infraestruturas que possam dar apoio a essa habitação. Isto porque são necessários parques infantis, são necessários novos acessos, novas adaptações a novas formas de mobilidade e não sei se está previsto só o complexo habitacional, ou se estão também previstas outras infraestruturas que possam dar apoio a esse complexo. Muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que em relação à empreitada do viaduto que vai ligar ali a rua Infante D. Henrique à zona da Caldeira do Moinho do parque de feiras, a senhora Presidente disse ainda agora que está convicta, ou que crê que vão ser tomadas as medidas para minimizar o impacto. Eu não percebi se é uma constatação, se é uma crença que manifestou, mas queria perguntar-lhe outra coisa relativamente a essa empreitada. Queria que a senhora garantisse aqui à Assembleia, primeira questão, que há um estudo de impacto daquela empreitada e daquela obra no fluxo de trânsito naquela zona da cidade, porque sabemos todos que era uma necessidade e uma obrigatoriedade retirar a circulação automóvel daquela zona da passagem de nível, mas a solução que foi encontrada, dizem algumas pessoas que são entendidas na matéria em ordenamento de trânsito, eu não sou, que é uma solução que não vai resolver os problemas, antes pelo contrário. Portanto, gostaria de saber qual foi a fundamentação técnica para lançar aquela empreitada. E depois, se tendo em conta essa fundamentação, se a senhora garante que vai resolver aí efetivamente o problema do fluxo de trânsito para aquela zona. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, questionar só o executivo relativamente à situação do Fojo que foi aqui apresentado por munícipes relativamente ao estacionamento do Fojo, e segundo tenho informação, foi colocado, fixado pela



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Câmara que estaria a tentar encontrar uma solução nos terrenos envolventes do Fojo para a falta de estacionamento, qual é que é o ponto de situação disso e quanto é que vai custar ao município a resolução da aprovação daqueles edifícios sem estacionamento. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Varges Gomes**, antes de mais, eu posso dizer ao senhor deputado municipal Paulo Canha, que quando se lança um concurso é feita uma estimativa do valor para se fazer o concurso e é feita com base em custos de referência. É x por metro quadrado de, eu não percebo muito, é sei lá de betão, é x por metro quadrado de... pronto, são custos de referência. Posso dizer-lhe que os custos de referência que estavam aprovados, é que provocavam, faziam com que os nossos técnicos fizessem os cálculos do custo da obra por baixo e, portanto, mas também eram obrigados a cumprir os custos de referência e, portanto, não conseguíamos naturalmente que houvesse pessoas a candidatar-se. Devo dizer-lhe que recebemos na semana passada novos custos de referência. Portanto, neste momento foram revistos exatamente em função dos novos preços, obviamente, para também nos facilitar a vida a nós e aos técnicos que têm que fazer a estimativa de custos e lançar os concursos. Portanto, isso já veio digamos minimizar o impacto da não adjudicação de vários concursos. -----

----- Depois, o senhor deputado Pedro Mota, eu peço imensa desculpa, mas não tenho aqui os valores todos, posso-lhe mandar depois por email? Pronto, então eu depois vou-lhe mandar. ----

----- Ora, depois tenho aqui um pedido de informação sobre a habitação, que foi o senhor deputado municipal que o colocou. Obviamente que a habitação a ser construída, primeiro, a habitação a custos controlados vai começar já em janeiro, aí já são duzentos e vinte e sete apartamentos. A Câmara vai ficar com trinta e não sei quantos apartamentos, o resto naturalmente é para vender a custos controlados. Uma família, digamos, com um rendimento médio, pode perfeitamente candidatar-se à aquisição daqueles apartamentos, aliás, nós já temos uma lista vastíssima de candidatos. Naturalmente que eu, olhe que fico muito admirada, porque o senhor diretor regional já nos perguntou quanto é que nós pagamos a cada pai para trazer os filhos para aqui. Sabe que nós e já agora vou dar esta informação aqui na Assembleia Municipal, não dei ainda na Câmara porque obviamente as coisas estão a ser trabalhadas, mas estou a pedir à antiga escola, vai ser inaugurada a nova escola de hotelaria e turismo e pedi ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social que me cedesse o edifício da antiga escola para nós reconvertermos em jardins de infância, em creche e até ao pré-escolar, é pré-escolar e catorze salas do primeiro ciclo e, portanto, a falta de salas é de tal forma que vocês já sabem que já tivemos que ir buscar salas que tínhamos cedido à Junta e à Teia de Impulsos, portanto na antiga escola da Pedra Mourinha que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



tinha sido fechada, fomos buscar duas salas, porque de facto nós já não temos onde pôr mais crianças. Se isto não é um bom indicador em termos de povoamento, quer dizer não sei o que é que será um bom indicador! Não termos salas que cheguem para colocar as crianças e os nossos jovens. Portanto, de facto, nós temos que continuar a construir infraestruturas para estas crianças, para estas famílias, obviamente tem que ficar previsto e fica previsto. -----

-----Depois, o senhor deputado municipal João Caetano, quer que eu garanta que resolve. Olhe, eu não lhe vou garantir nada, porque não sou eu que vou fazer nem sou eu que fiz o estudo do impacto. Agora, o que eu sei é que houve muita gente a trabalhar no projeto, o que eu sei é que ele foi avaliado pelos nossos técnicos e que os nossos técnicos deram os seus pareceres, houve algumas alterações em função dos pareceres dos técnicos, e se os nossos técnicos dizem que está bem eu acredito nos nossos técnicos e, portanto, acredito que esteja bem, porque acredito nas pessoas que estão a trabalhar nesta casa, não duvido da sua competência e nem a ponho em causa e, portanto, se tem outros lá fora que criticam, isso é problema deles, não tenho nada a ver com isso.-----

-----O senhor deputado municipal Ricardo Cândido, relativamente ao prédio, já foram encontradas várias zonas envolventes onde vão ser feitos estacionamento que vão servir o prédio. Começa no início do ano, em princípio no início do ano. Muito obrigada senhora Presidente, creio que já respondi a todas as questões. Muito obrigada. -----

-----Não havendo mais intervenções e esgotado o tempo regimental previsto para esta sessão, quando eram zero horas e trinta e seis minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 1ª reunião desta 5ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e dois, realizada no dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e dois, e desde logo ficou agendada a continuação dos trabalhos para o dia dezasseis de dezembro, no mesmo horário e local. -----

-----2ª Reunião da 5ª Sessão Ordinária de 2022 – 1ª Mandato 2021-2025----- ----- Reunião de 16 dezembro de 2022 -----

-----Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Auditório do Museu Municipal, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a presidência da sua Presidente, excelentíssima senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, Primeiro Secretário da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA	FORÇA POLÍTICA
----------------------	----------------



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Partido Social Democrata
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco Esquerda
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Cristina Maria de Sousa Velha	Partido Social Democrata
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Raquel Bernardino	Partido Social Democrata
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Ricardo Cândido	PAN
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	Bloco Esquerda
Luís Filipe Custódio	CHEGA
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Ricardo Viana	Partido Social Democrata
Cristiano Malha Gregório	Partido Socialista
José Luis Barbudo	Partido Socialista
João Pedro Rosa	Partido Socialista
Maria de Lurdes Reis	Partido Socialista
Dário Reis	Partido Socialista
Maria da Luz Cabeço Garrancho Santana Nunes – Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Ivo Miguel Inácio Carvalho – Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes – Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista

-----Não esteve presente, a seguinte deputada municipal: -----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	Força Política
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente

-----De acordo com o artigo 16ª do Regimento da Assembleia Municipal, apresentou pedido de justificação de falta, a senhora deputada independente Ângela Venâncio Quadros, o qual se anexa a esta ata, dela fazendo parte, para a seguinte reunião: -----

2ª reunião da 5ª sessão ordinária de 2022	Data: 16 de dezembro de 2022
---	------------------------------

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Andreia Filipa M. Sousa	1	16/12/2022	Cristiano Malha Gregório
PS	Carlos Osório	1	16/12/2022	José Luis Barbudo
PS	Sheila Tomé	1	16/12/2022	Alzira Maria Maçãs Calha
PS	Alzira Maria Maçãs Calha	1	16/12/2022	João Pedro Rosa
PSD	Américo Mateus	1	16/12/2022	Raquel Bernardino
PSD	Natalino Alves	1	16/12/2022	Ricardo Viana
PS	Pedro Moreira	1	16/12/2022	Paulo Jorge Domingos dos Santos Riscado
PS	Paulo Jorge Domingos dos Santos Riscado	1	16/12/2022	Maria de Lurdes Reis
PS	Marina Esteves	1	16/12/2022	António Alves A. Pereira
PS	António Alves A. Pereira	1	16/12/2022	Dário José P. dos Reis



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



PAN	Daniela Marlene C. Duarte	16	5/12/2022 A 20/12/2022	Ricardo Cândido
-----	---------------------------	----	------------------------------	-----------------

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Isilda Maria Prazeres dos Santos V. Gomes	Presidente – Partido Socialista
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista
João Vasco Gambôa	Vereador – Partido Socialista
José Pedro Cardoso	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleiro Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Luís Oliveira	Vereador - CHEGA

-----Por Parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não esteve presente: -----

Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador - Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
--------------------------------	---

-----Quando eram vinte e uma horas e nove minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **2ª reunião da 5ª Sessão Ordinária de 2022**, cumprimentando todos os presentes, e agradecendo a todos os líderes de bancada o terem aceite o pedido que lhe foi formulado pela senhora Presidente para que pudessem alterar a ordem de trabalhos que estava fixada, portanto, uma vez que por motivos pessoais, familiares, o senhor diretor de departamento e a senhora chefe de divisão da área financeira não pode estar presente hoje, para iniciarmos hoje a discussão e votação do orçamento de receita, de despesa e das grandes opções do plano e nesse sentido, portanto, aceitaram por unanimidade a alteração para segunda-feira, uma vez que na segunda-feira já é possível a sua presença e para que depois pudessemos ter aqui algum pedido de esclarecimento e que eles pudessem fazê-lo e, portanto, nesse sentido, agradeço o assentimento que tiveram para que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



podéssemos hoje iniciar a ordem de trabalhos não pelo 4^oa), mas pelo 4^ob) e íamos discutindo todos e pedia também à vossa consideração e punha nesse sentido também agora à votação, mas vou fazê-lo a seguir. Neste momento, só vou anunciar é os pedidos de substituição. E informou que seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos. -----

----- Em seguida a Senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, disse que vão agora iniciar, mas vão voltar à discussão daquele ponto que ela estava a referir há pouco, que é o 4-g). Efetivamente tínhamos decidido separar estes pontos, porque há intenções de voto diversas, mas na ordem de trabalhos ficou no mesmo ponto e eu pedi-vos e vou pôr à vossa consideração alterar, dividir o ponto 4-g) em 4-g)1 e 4-g)2. Portanto, nós temos aqui a discussão e votação da manutenção da suspensão da aplicação do faseamento do valor das taxas municipais em vigor, e temos um segundo ponto que é, e da fixação do percentual da taxa municipal dos direitos de passagem em zero vírgula cinco nos termos da proposta. -----

----- A deliberação é única, mas as matérias são diferentes e, portanto, se estiverem todos de acordo, nós depois quando discutirmos fazemos uma votação diferenciada. Podemos fazer até a discussão conjunta, mas a votação em dois pontos. Se não houver nada a opor, fica aprovado por unanimidade. Obrigada. -----

----- **Aprovado por unanimidade a divisão do Ponto 4-g) em, dois pontos : 4-g)1 e 4-g)2, para efeitos de votação.** -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-g)** Discussão e votação da manutenção da suspensão da aplicação do faseamento do valor das taxas municipais em vigor, e da fixação do percentual da taxa municipal dos direitos de passagem em 0,25%, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 795/22, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	0	29
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- Faltou a Sra. Deputada Independente Ângela Venâncio Quadros. -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** informou que se seguia para apreciação o ponto **4-b)** - Discussão e Votação do Mapa de Pessoal e Plano Anual



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de Recrutamento da Câmara Municipal para o ano de 2023, nos termos da Proposta - Deliberação nº 821/22, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente a esta questão, o Partido Chega tem aqui uma questão que gostava de colocar à senhora Presidente do executivo, que é, de que forma é que, enfim, o mapa de pessoal e a previsão para o próximo ano reflete de certa forma um aumento enorme dos quadros. Sabendo, e tendo de antemão aquilo que tem sido o histórico e a dificuldade que é em atrair, e aqui, até que os concursos correspondam exatamente àquilo que se pretende relativamente à atração e ao facto da contratação e ao concurso de mais funcionários, de que forma é que a autarquia prevê que realmente esta proposta corresponda exatamente àquilo que se dá e que se pretende. Disse. ----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a sua pergunta vem um bocado também no sentido da anterior intervenção. Porque é assim, nós ouvimos várias vezes o executivo queixar-se que os processos estão atrasados a nível de concursos públicos e de obras, porque há falta de recursos humanos e como tal as coisas atrasam-se, e eu pergunto se esta proposta vem dar resposta a esse problema há muito tempo diagnosticado nesta casa, por forma a tentarmos não fazer tanta contratação, tanto *outsourcing*, não é, para resolver esses problemas. Também íamos levantar a questão das escolas, que já foi aqui levantada, se vamos passar a cumprir todos os rácios a nível de funcionários de pessoal não docente na comunidade escolar. Boa noite. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que relativamente a este documento que agora está aqui em análise, o que ressalva aqui no fundo, é um problema recorrente a nível dos recursos humanos da Câmara Municipal. Vê-se aqui que, de facto, a maior necessidade de recursos humanos é a nível da carreira de assistentes operacionais, a nível de cinquenta e três por cento, nomeadamente e até faz-se aqui o elenco, pintores, pedreiros, serventes, calceteiros, carpinteiros, lubrificadores, cantoneiros de vias, jardineiros, motoristas, etc. A minha questão vai também na sequência da intervenção do Vítor Couto é, pronto, uma vez que este problema está diagnosticado e é recorrente, de mandato para mandato temos aqui esta questão, quer dizer, não há jardineiros, não há serventes, porque o vencimento base é baixo, já sabemos. Pergunto eu qual é a estratégia que o executivo tem para tentar solucionar ou colmatar esta questão dentro do quadro normativo



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



em vigor. Bem sabemos que as tabelas salariais são o que são, são fixadas por lei, mas, quer dizer, assim teremos sempre aqui um problema que está diagnosticado mas é crónico recorrentemente. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que gostariam de perguntar em relação aqui a uma questão muito específica que é, na divisão da educação, o porquê de estarem a ser contratadas pessoas, trabalhadores com contratos a termo resolutivo. Temos conhecimento que nas escolas, antes de mais, aqui no quadro acho que houve aqui um lapso, são dez postos de trabalho, e estão indicados onze, foi um lapso de certeza de escrita gostaríamos era de saber o porquê, quando temos conhecimento que há falta nesta área. Gostaríamos de perguntar o porquê do termo resolutivo, quando até sabemos que por exemplo no caso dos cozinheiros existem agrupamentos que estão a ir buscar pessoas, ou seja trabalhadores assistentes operacionais para substituírem na cozinha quando isso nem é permitido por lei. Portanto, era isso que gostaríamos de saber, o porquê da contratação de trabalhadores a termo resolutivo. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e referir que eles, o Bloco de Esquerda, também vê que este plano também não lhe parece que seja o melhor. Acho que precisávamos aqui de mais operacionais, como já foi dito aqui mais na situação dos assistentes operacionais nas escolas e também nos serviços mais, como os motoristas, os condutores, calceteiros, como vejo aqui e como já foi dito aqui esses estão indexados ao ordenado mínimo, torna-se ainda sempre muito difícil da Câmara contratar este tipo de funcionários para a Câmara. -----

-----O que é que vai fazer, qual é a estratégia da Câmara para conseguir angariar estas pessoas para trabalhar na Câmara e também nas escolas. Eu sei que nas escolas também as pessoas trabalham seis meses e depois nunca mais querem saber de trabalhar nas escolas, são poucos aqueles que ficam. Gostaria de saber qual era a estratégia da Câmara para que estas pessoas se fixassem. Tenho dito. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que é muito fácil responder às questões que lhe colocaram. Em primeiro lugar, obviamente que este conjunto de propostas veio de baixo para cima e não de cima para baixo, isto é, não fomos nós que dissemos vamos contratar este e aquele e aqueloutro. Não. Colocámos o problema às chefias e as chefias apresentaram as suas propostas, e o que está aí vertido, são as propostas das chefias, isto é, é aquilo que os senhores diretores de departamento e senhores chefes de divisão



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



entendem que necessitam para funcionar. É óbvio que nas escolas estão cumpridos os rácios. Agora, há problemas com baixas, muita gente que falta, e aí nós temos então para as baixas prolongadas, fazemos os tais contratos resolutivos de que falou a Dra. Lurdes Melo e por outro lado vamos buscar CEI. O grande problema é que nem CEI há neste momento, não há. Portanto, nós queremos ir ao centro de emprego buscar CEI, contratos de emprego e inserção e não há. Portanto, isto de facto não é fácil, não é fácil. -----

-----Depois, claro que os vencimentos, ó senhores membros desta Assembleia Municipal, não sou eu que fixo os vencimentos. Os vencimentos estão tabelados e, portanto, eu não posso fugir à tabela. Se me perguntarem se eu acho que é muito mau pagar um ordenado mínimo a um motorista, é! Mas eu não posso mudar! Eu não posso subi-lo de escalão e, portanto, estou balizada por aquilo que são as normas e as leis. Não me peçam para não cumprir a lei, porque pagar acima daquilo que é o salário que de facto está tabelado, é naturalmente fugir ao cumprimento da lei, e eu sinceramente gosto muito da minha liberdade, não quero perdê-la e por isso vou continuar a cumprir a lei. É óbvio que relativamente, por exemplo, às cozinheiras, nem sequer há carreira de cozinheiras nas escolas. Portanto, aquilo que o senhor Ministro disse muito claramente aos autarcas numa reunião que tivemos, foi, não há cozinheiras, qualquer pessoa, qualquer assistente operacional certamente faz a alimentação na sua casa, também é capaz de a fazer numa escola com supervisão. Aliás, ele diz mesmo que não admite o encerramento de uma cantina por falta de uma cozinheira, vai-se buscar uma outra funcionária naturalmente para colocar na cozinha, já que não há a carreira de cozinheira nas escolas. -----

-----Depois, obviamente que eu gostava de ter muitos assistentes operacionais. Agora, nós lançamos concursos para pedreiros, ficam desertos, lançamos para calceteiros, ficam desertos, lançamos para motoristas, ficam desertos, e às vezes alguns ficam, sei lá, são recrutados dois, desistem, a seguir desistem, vão-se embora. Portanto, de facto, nós lidamos com este problema, porque é um problema sistémico, isto já vem de há muitos anos e não conseguimos ultrapassá-lo enquanto não houver aqui uma mudança de paradigma naquilo que é o pagamento dos vencimentos e por isso mesmo, e que nem é só o pagamento dos vencimentos, é que neste momento encontrar um pedreiro é extremamente difícil. Um calceteiro, os calceteiros que há aí que são bons estão a trabalhar para as empresas e pagam-lhes a peso de ouro e, portanto, não admira que de facto não se candidatem aos concursos da Câmara. Lamento muito, mas de facto nós não podemos fugir disto e não podemos fazer mais nada e não me peçam por favor para eu não cumprir a lei, porque isso eu não faço. Se os senhores quiserem fazer uma deliberação da Assembleia Municipal a dizer nós é que fixamos o vencimento e nós é que vamos mandar pagar, aí obviamente



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



nem mesmo assim o faria, porque não sou obrigada obviamente a fazer uma coisa que é ilegal, e é isto senhora Presidente, penso que respondi a tudo. -----

-----Já agora, só dizer-vos uma coisa que é, vocês não calculam as baixas médicas que há nas escolas, não fazem ideia, mas isto é uma coisa, quer dizer, as pessoas concorrem, aceitam o lugar, vão para a escola e metem atestado. Pronto e agora, e o que é que a gente vai fazer, lá vamos nós aos CEI que não há, lá vamos nós aos concursos, naturalmente com contrato resolutivo, porque essas pessoas depois do atestado médico voltam novamente a regressar ao seu lugar. Portanto, isto é de facto complicado gerir esta situação, e espero também que compreendam. Agora, o que vos posso dizer e aquilo que está aí, é o resultado das propostas dos técnicos dos dirigentes. Não é obrigatório que a gente abra todos esses concursos obviamente, iremos abrindo na medida das nossas disponibilidades, também não esquecer que muitos dos recursos humanos que estão aí solicitados são também no âmbito das transferências de competências, e no âmbito das transferências de competências, nós não temos limitações para contratação. Portanto, podemos contratar pessoal, podemos contratar recursos humanos no âmbito da transferência de competências sem qualquer problema. Não temos limitações nesse âmbito. Muito obrigada, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer à senhora Presidente que relativamente a este ponto que estão aqui a discutir, agradece as explicações que acabou de dar, foi muito clara. Mas peço desculpa, aquilo que eu ouvi da sua parte, acabei de ouvir da sua parte, revela, eu diria, uma atitude de passividade em relação à realidade que temos aqui, e vou explicar-lhe porque é que falei em passividade. A senhora começou por dizer que a proposta que está aqui em discussão resulta dos contributos que foram dados pelas chefias ao executivo. É um bom princípio, é um princípio que se saúda, realmente vir de baixo para cima e não ser o executivo a impor, enfim, escolhas na contratação, mas depois há o papel que o executivo também não pode deixar de exercer. Pegando nos contributos das chefias, tenho que olhar para esses contributos e ver se são suficientes ou não. E parece-nos aqui nalguns pontos aqui desta proposta, parece-nos que há aqui falhas ou lacunas eventualmente. Dou dois exemplos muito claros, senhora Presidente. -----

-----Departamento de gestão urbanística e mobilidade. Na divisão de gestão urbana, prevê-se a contratação de três arquitetos. Ora, toda a gente sabe nesta cidade que um dos problemas que há nesta Câmara, é realmente com a falta de recursos humanos nesta divisão, nomeadamente arquitetos para despachar e informar processos de licenciamento de obras particulares e, portanto,



três arquitetos, parece-nos manifestamente insuficiente, embora tenha sido essa a proposta da chefia, mas há aqui outro exemplo. -----

-----Visão de planeamento urbano. Número de postos de trabalho, zero, enfim, parece-nos que o executivo aqui se calhar poderia ter tido um papel de suprir eventualmente aqui alguma lacuna nesta proposta, mas depois há mais. Falando em passividade há mais. -----

-----A senhora disse aí duas coisas que, na minha opinião, pelo menos configuram essa passividade. Disse que está limitada àquilo que está previsto na lei em termos de posições remuneratórias quando contrata. É verdade, a Câmara não fixa as posições remuneratórias. Não é obrigada, quando abre o concurso de admissão, a pôr na posição de ingresso, pode eventualmente subir uma posição ou duas, e isso acrescenta alguma coisa ao ordenado da pessoa que vai entrar, e torna aquele posto de trabalho eventualmente mais atrativo, pelo menos aos olhos de alguns potenciais candidatos. Mas depois diz-se assim, «bom, não me obrigam a não cumprir a lei». Ó senhora Presidente, ninguém pede aqui à senhora Presidente que não cumpra a lei, era o que mais faltava. O que se pede aqui, é que haja uma atitude proativa, no sentido de tentar atrair pessoas para suprir as lacunas que há do ponto de vista de recursos humanos nesta Câmara, e a questão dos índices remuneratórios, que é uma velha questão, eu muito sinceramente pasmo-me como é que alguém que tem funções proeminentes na ANMP, não tenha tido um papel ativo, ou melhor proativo, nomeadamente quando se discutem orçamentos de estado e a ANMP é chamada a dar um parecer em relação à atração destas posições, porque toda a gente sabe neste país que há uma grande dificuldade em atrair recursos humanos, particularmente na categoria de assistente operacional, porque no privado paga-se muito melhor que na função pública, e as pessoas ou querem um vínculo cem por cento seguro e vêm para a função pública, ou se querem ganhar mais vão para o privado, e muitas vão para o privado e, portanto, a senhora vir aqui lamentar-se disto que acabou de dizer, talvez fosse boa ideia dizer-nos o que é que diria como Vice-Presidente da ANMP, o que fez e propôs para que a Associação Nacional de Municípios Portugueses tentasse alterar este estado de coisas. Isso era se calhar um papel mais proativo e mais útil para que se alterasse aqui esta situação. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, também como já foi dito, o deputado anterior disse muita coisa que eu queria dizer aqui também, mas também podíamos recorrer à situação dos subsídios. Não sei se ainda existem subsídios para os trabalhadores, como subsídio de condução, subsídio de turno e outros mais, também é uma das situações que poderia alavancar mais algum ordenado extra às pessoas. Por



isso, fica aqui a minha dica e gostaria de saber se realmente existem esse tipo de subsídios para as pessoas. -----

----- Outra coisa que eu também queria saber aqui, que vi aqui também a carreira está aqui cinco fiscais e depois diz (carreira especial). Gostaria de saber que tipo de carreira é esta, porque há noutras rubricas pedem só fiscal. -----

----- Se não ouvirem, eu volto a dizer. No caso das renumerações dos operacionais e dos assistentes técnicos, também praticamente em termos de ordenado é praticamente o mesmo, os assistentes técnicos estão quase praticamente a ganhar o ordenado mínimo. Gostaria de saber se é possível ou não, como outras empresas fazem darem os subsídios. Isso também era uma das formas de combater também o absentismo, ao darem os subsídios se as pessoas tivessem dois ou três subsídios por dia se faltassem ao trabalho, pois as suas remunerações baixavam muito e com os subsídios podia ser que as pessoas levassem mais dinheiro para casa e ao mesmo tempo também combatessem o absentismo. -----

----- Eu tenho aqui também uma rubrica aqui que diz que tem aqui um fiscal e depois (carreira especial), e outras rubricas que têm só fiscal. Eu gostaria de saber quais eram as diferenças. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, a questão aqui que se coloca é o seguinte. Pelo que li, a necessidade de recrutamento anda à volta das duzentas e cinquenta e três pessoas, salvo erro. Portanto, partindo do princípio que isto é um mapa de pessoal e um plano anual de recrutamento, tendo em conta aquilo que se houve falar aqui, isto não passa de um processo de intenção puro e duro, um processo de intenção dos quais estamos aqui todos a aceitar tacitamente que vai ser um problema e que vai ser um problema e que é difícil de o resolver. -----

----- A questão que eu coloco aqui é, destas duzentas e cinquenta e três pessoas que se pretende contratar para o futuro e que faz falta, e parece-me que ainda mais faz falta porque vêm da base, de certa forma, se as pessoas que fazem esta proposta de recrutar mais duzentas e cinquenta e três pessoas têm a noção da real dificuldade que é passar de um plano de intenção a um plano anual de recrutamento. Mais, porque este plano anual de recrutamento segundo aquilo que eu leio aqui e que estive a ler e que investi algumas horas nisto, é exatamente para perceber os custos que aqui estão inerentes a este recrutamento, e se há custos inerentes a este recrutamento, todos eles têm que estar aqui perfeitamente formalizados, e que por sua vez vão entroncar com uma série de apreciações, nomeadamente apreciações do FAM, e além desta ideia que gostava de deixar aqui subjacente, há aqui outra que é, de que forma, que eu não tenho a certeza, e aqui é pura



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ignorância deixo a questão também, de que forma é que o FAM intervém ou não, ou limita ou não na contratação de pessoas. Disse, obrigado. -----

-----Pedeu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, daquilo que entendi, foi que os contratos a termo resolutivo é para substituição de baixas por doença ou por gravidez. Foi isso que entendi, só gostaria de ter essa confirmação.

-----Pedeu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que partilha algumas das preocupações que já aqui foram manifestadas, nomeadamente na parte da educação, também na parte da análise dos processos de licenciamento, é um problema no nosso município pela morosidade nessa análise, mas também na parte dos fiscais de verificação do nosso município, em que aparece aqui neste mapa como contratar cinco fiscais, sendo que da análise que aqui faço, parece que não existe atualmente nenhum fiscal, e a minha questão é se atualmente não temos nenhum fiscal no município. Aparentemente e passando um bocadinho pelo nosso município, efetivamente parece que não existe, porque as alterações e ilegalidades feitas são mais que muitas e parece não haver grande controlo, e essa era a questão que gostaria de colocar ao executivo. -----

-----Também aproveitar para neste caso salutar a intenção da contratação de um segundo médico veterinário que já aparece aqui neste mapa de pessoal, também da contratação de mais pessoal para o canil e mesmo para a quinta pedagógica, e pegando também naquilo que já foi aqui apresentado pelo deputado Pedro Mota, não sei, também deixo a questão se os funcionários do canil e da quinta pedagógica, se têm um subsídio pela penosidade do próprio trabalho que advém. Essa era uma questão que gostaria de saber, se existe, se não existe, qual a possibilidade de incluir esse mesmo subsídio a fim de conseguirmos atrair mais pessoas a essas funções que sabemos e são conhecidas que não é fácil de atrair-las pela dificuldade do trabalho e pelo tipo de trabalho. Muito obrigado. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, relativamente àquilo que disse o senhor deputado municipal João Caetano, não tenho nada a referir, foi uma declaração que fez, mas não tenho rigorosamente nada a referir. -----

-----Relativamente ao senhor deputado municipal Pedro Mota, falou aqui, aliás como falaram também outros deputados sobre os fiscais. Nós temos neste momento nove fiscais. Portanto, há fiscais fiscais, que são aqueles que andam na rua obviamente e há fiscais internos que são aqueles que estão no mercado. E os que estão no mercado não carecem de ter uma formação específica, os outros têm que ter, é um ano de formação cara, que tem que ser paga pela Câmara. Portanto,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



vamos tentar ver de que forma é que nós vamos fazer isto, porque só há uma entidade neste momento que faz a formação, que é o SEFA, não é? SEFA, é SEFA e, portanto, estamos a tentar ver se agregamos outras câmaras aqui em baixo para fazerem digamos, mas é praticamente, digamos é muito difícil porque vão estar fora durante muitos meses praticamente. -----

-----Depois, de facto a senhora deputada Lurdes Melo, é para baixas prolongadas. -----

-----Depois, o senhor deputado Paulo Canha, o FAM sim senhor, o FAM naturalmente limita desde que não sejam para a transferência de competências, nós temos um rácio, temos um valor limite e, portanto, mas dentro desse valor limite obviamente nós podemos contratar. E penso que é tudo, não tenho mais resposta nenhuma a dar, muito obrigada, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, era sobre a questão dos subsídios, se é possível dar ou não subsídios aos funcionários. Tenho dito. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, ainda não. Não. Pronto, eu depois explico-lhe mais concretamente, está bem? -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que sobre esta matéria, de facto, senhora Presidente, ninguém aqui nesta casa vai pedir ao executivo ou à senhora Presidente que possam agir ao arrepio da lei. Ninguém. Mas também fica claro que eu acho que o executivo e na pessoa da senhora Presidente, pode e deve fazer muito mais para inverter o curso deste mapa que todos nós aqui concordamos que é um mapa de boas intenções. Porque quando a gente diz que «bom, pagamos o ordenado mínimo mas não se pode pagar mais», nós estamos a anuir que de facto para o ano temos aqui um problema maior do que este ano, porque para o ano as necessidades vão aumentar, e claro que ninguém vai querer ser contratado nas condições em que estão. Nessa matéria, nós achamos que o executivo pode e deve fazer mais nas suas competências, lutar para pagar melhor aos seus funcionários, e senhora Presidente, os CEI são inenarráveis! Eu quando começam aqui a falar em CEI, isso é inenarrável para mim, na minha ótica e na ótica do Bloco de Esquerda, isso é escravatura moderna. Para já é só, muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para fazer uma interpelação à mesa. É muito breve senhora Presidente. É só para estranhar, para dar uma nota de estranheza que a senhora Presidente de Câmara escolha as perguntas a que quer responder. É que eu fiz



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



questões na minha intervenção e a senhora Presidente disse que eu não fiz perguntas, fiz uma intervenção, não, eu fiz questões concretas e, portanto, estranho que a senhora Presidente escolha as questões a que responde e às que não responde, porque ou há aqui algum respeito e alguma consideração por quem está aqui na Assembleia a tentar discutir de uma forma construtiva o que estamos aqui a debater, ou então, se viemos aqui com figura de retórica, enfim, então é só para ficar isso claro aqui na sessão. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor deputado, agradeço a sua intervenção, foi um ponto de ordem à mesa, não sobre a condução dos trabalhos, mas sobre o conteúdo da resposta da senhora Presidente. Politicamente a senhora Presidente responde da forma que entender, os senhores deputados também são livres de interpelar da forma que entendam, desde que haja urbanidade nesse tratamento, não posso fazer mais nada. Obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, a CDU sempre defendeu e defenderá o recrutamento de pessoal com contratos a tempo indeterminado. Consideramos que as autarquias devem criar emprego sempre que exista essa necessidade. Com muita pena nossa não podemos acompanhar este ponto, uma vez que continuamos a não entender a contratação a termo resolutivo por causa de baixas prolongadas, uma vez que está previsto na própria lei para esses casos a forma de contratar. Também não entendemos como é que através de contratação a termo resolutivo se poderá saber qual é o período da doença prolongada. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, eu peço imensa desculpa, há pouco esqueci-me de responder a uma questão que tinha a ver com, não sei quem é que colocou, porque eu não escrevi aqui que tem a ver com o subsídio de penosidade para os trabalhadores do canil. Recebem, já recebem subsídio de penosidade os trabalhadores do canil. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, relativamente, e agradeço a resposta que a senhora Presidente do executivo deu, relativamente à intervenção do FAM e a limitação que o FAM apresenta neste tipo de recrutamento, eu fiquei na dúvida em relação à resposta, qual é que é exatamente a limitação. Eu sei e eu li algures numa adenda, salvo erro, agora da última renegociação do FAM, que as despesas com pessoal não podem ultrapassar trinta por cento da receita. É a essa ideia que se refere ou a outra? Então, agradeço a resposta senhora Presidente. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, não, não podemos é ultrapassar aquilo que gastámos no ano anterior com pessoal excecionando todos os que são pagos no âmbito da transferência de competências. Portanto, temos que fazer essas contas. Obviamente que todos os anos, aliás, se estivessem estado presentes no dia da cidade na sessão solene, teriam visto que tivemos cinquenta e dois aposentados. Portanto, essa verba que fica dos aposentados, obviamente que é para novos recrutamentos, portanto iremos recrutar novas pessoas. Naturalmente que também no âmbito da transferência de competências, pode haver ali pessoas que venham para uma área da transferência de competências mas que não fiquem exclusivamente nessa área, possam também dar apoio noutras áreas. Obviamente que também podemos fazer isso e isso naturalmente que fá-lo-emos, como é óbvio, tentaremos recrutar o maior número de pessoas possível, até porque desde 2009 até agora, nós temos menos cento e quinze recursos humanos, menos cento e quinze e, portanto, paulatinamente iremos ter que repor esses recursos humanos que nos faltam e que naturalmente são uma grande limitação muitas vezes à execução do nosso trabalho. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que este mapa de pessoal e este plano anual de recrutamento da Câmara, visto que estes concursos vão ficar vazios, começamos a ver aqui que vai começar a Câmara a fazer *outsourcings* para colmatar os serviços. Se não consegue contratar pessoas, tem que ter os serviços realizados, começam os *outsourcings*, é por isso que não querem pagar mais. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, só para dizer uma coisa que eu de facto, há aqui uma forma de que nós fazemos às vezes, fazemos às vezes não, muitas vezes e que eu nunca recuso desde que esteja dentro da lei, é por exemplo horas extraordinárias. Está a ver? É uma forma de os trabalhadores receberem mais e desde que a divisão de recursos humanos me diga que ainda não ultrapassaram o limite máximo previsto por ano, eu nunca deixo de autorizar essas horas extraordinárias, seja a quem for e, portanto, é também uma forma de ajudarmos os trabalhadores a ganharem mais alguma coisa. Nunca recuso o pagamento de horas extraordinárias, desde que de facto como lhe disse, há um limite máximo que não podemos ultrapassar por ano, desde que não esteja ultrapassado vai sempre à divisão de recursos humanos para informar, vem de lá a dizer ainda não foi atingido o limite, este técnico, ou esta funcionária ainda não atingiu o limite máximo previsto na lei e eu autorizo, ponto final, é a única coisa que eu posso fazer e isso faço. Muito obrigada. --

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que a questão que gostaria de colocar agora, é a seguinte:



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



justificando obviamente este processo de intenção, porque para mim eu não consigo classificá-lo de outra maneira, isto é um processo de intenção, esta planificação que aqui está a ser feita do recrutamento de duzentas e cinquenta e três pessoas, porque a garantia efetivamente que isto vá acontecer mais uma vez se percebe que ninguém consegue dar aqui a garantia e muito menos pedir à senhora Presidente que cometa ilegalidades no que quer que seja, porque ninguém obviamente referiu isso aqui nem ninguém pensou ou sonhou nesse tipo de situação. De qualquer das maneiras, a pergunta que faço à senhora Presidente do executivo agora é a seguinte. Tendo em conta aquilo que tem sido a transferência de competências nomeadamente na área da educação e da saúde e que obviamente grande parte desta necessidade de recrutamento também advém dessa mesma transferência de atribuições e competências, pergunto se esta mesma responsabilização e transferência para a autarquia foi acompanhada de envelope financeiro, que no fundo se insere aqui nestes um vírgula oito milhões de euros a mais do que se pretende de um ano para o outro. Muito obrigado. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, sim, a resposta é sim. Vem acompanhado do respetivo envelope financeiro, sempre, e como há as comissões de acompanhamento que reúnem sistematicamente para acompanhar o processo, se houver algum défice é reposto. Portanto, aliás aconteceu isso na educação, quando se fez, foi há dois anos, creio eu, que se notou que havia um défice na transferência de verbas para a autarquia e foi reposta, e neste momento, aliás, está aqui a Dra. Helena Pinto que diz e que confirma que vem o envelope financeiro integralmente, aliás até houve uma renegociação do contrato de transferência de competências na área da saúde exatamente para prever essa situação. Portanto, vem completo. Muito obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, a questão que eu coloco aqui é, dentro deste um vírgula oito milhões de euros que a autarquia vai ter de acréscimo, ou seja, mais nove e meio por cento e sendo algum desse valor que vem exatamente no tal envelope que acabou agora de também esclarecer, qual é que é o valor que vem exatamente acompanhado desta responsabilização, qual é o valor concreto e por outro lado, se esse valor está previsto quer havendo ou não a contratação das pessoas que se prevê. Muito obrigado. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que não tem nenhuma resposta a dar. Aliás, isto é um plano, o plano é um plano, pode ser cumprido ou não, ponto final. Portanto, não tenho mais nada a dizer. Obrigada. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que finalmente ficam todos esclarecidos que é um plano, é um plano. Mas deixe-me recordar que na adenda de 2021 feita ao contrato do FAM no número dois a), diz exatamente isto, «garantir um nível de despesa com pessoal inferior a trinta por cento da receita efetiva expurgada de efeitos extraordinários e respeitante a legislação em vigor». 2021 já foi alterado? 2022? Não temos acesso. Muito obrigado, irei pedir informação sobre isso. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, quando a senhora Presidente diz que é um plano, um orçamento é um instrumento previsional e, portanto, é só nesse aspeto. Uma clarificação. É literal, não é mais nada. A nossa atitude deve ser pedagógica nesse sentido só isso. -----

-----Ó senhor deputado, desculpe lá a mesa é literal. É um documento previsional. O senhor deputado Paulo Canha ainda tem uma questão. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, mais do que uma questão, é de certa forma um comentário, que é, de certa forma, a lei de compromissos e pagamentos em atraso veio exatamente fazer jus a uma série de políticas orçamentais que vinham sendo feitas nos últimos anos em Portugal, e é exatamente por políticas orçamentais e planos como este que chegámos muitas vezes onde é que chegámos hoje. Disse. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-b)** - Discussão e Votação do Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento da Câmara Municipal para o ano de 2023, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 821/22, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	2	0	1	0	18
ABSTENÇÕES	0	5	0	2	0	1	0	0	8
VOTOS CONTRA	0	0	3	0	0	0	0	0	3

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----Faltou a Sra. Deputada Independente Ângela Venâncio Quadros. -----

----- **Foi aprovado, por maioria, o Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento da Câmara Municipal para o ano de 2023, nos termos da Proposta - Deliberação nº 821/22.**



-----**No Seguimento desta votação, a bancada do CHEGA, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «O Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento da Câmara Municipal de Portimão para o ano 2023, é uma mera previsão de futuras ações de contratação de quadros para as funções que o Município desempenha. Não passa de um processo de intenção “orçamentado”. Como se verificou com a discussão na sessão da 5.ª sessão ordinária da assembleia municipal, o executivo não tem uma solução/plano para fazer face ao défice de recursos humanos que é alarmante, à capacidade de atratividade e há constante a falta de recursos em todos os sectores. O sistema não permite por um lado e o executivo por outro não tem e não apresenta qualquer solução para resolver um problema grave na administração pública local. Também se sabe que o impacto das necessidades tem um enorme peso na rubrica de despesas de pessoal ao nível orçamental. A delegação de competências do Estado Central para os Municípios cria hiatos de despesas que não são totalmente ressarcidas, criando peso na despesa do poder local. Os contratos programas de delegação de competências devem ser revistos. Importa referir, que a Despesa com Pessoal é a de maior relevância na estrutura de custos do Município, com um peso quase 30% das Despesa Totais, para o ano 2023. Estes valores remetem para uma necessidade de implementar uma estratégia urgente e futura do desenvolvimento da cidade que para que não seja a autarquia o maior empregado local. É necessário criar postos de trabalho através do desenvolvimento económico, social e cultura da cidade, mas também através da modernização tecnológica e digital dos serviços camarários adotando sistemas de modernização administrativa. -----

A deliberação em causa reflete por um lado uma ausência total de uma estratégia de atratividade no futuro para o emprego público, não se observando medidas para ultrapassar um grave problema que transita de anos anteriores, e por outro, a falta de respostas por parte do executivo continuam a refletir um “status quo” de incapacidade para resolver “o problema” da necessidade urgente de recursos humanos nas mais variadas valências e setores, nem refletem uma política de “liderança positiva” do serviço público autárquico dos atuais quadros.»-----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o ponto **4-c)** - Discussão e votação, da autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, bem como para a sua reprogramação, que resultem de projetos, ações ou de outra natureza, constantes das Grandes Opções do Plano, da competência da Assembleia Municipal, prevista da al. c) do nº1, do art. 6º da Lei nº 8/2012, de 21/02 (Compromissos Plurianuais), para os efeitos do disposto no art. 12º do Dec. Lei nº127/2012, de 21/06, nos termos da Proposta – Deliberação nº 823/22. , declarando abertas as inscrições para



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



quem pretendesse usar da palavra.-----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que esta proposta é um clássico da estação. Todos os anos por esta altura, aqui vem esta autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos. É assim, a nossa opinião não mudou de ano para ano, não vamos acompanhar a proposta, na medida em que entendemos, e isso todos os anos é aqui repetido, que é um esvaziamento de competências da Assembleia Municipal. Portanto, cabe à Assembleia Municipal fiscalizar a ação do executivo e foi para isso que fomos eleitos. Se há aqui membros que declinam essa responsabilidade ativo-passivamente, é com cada um, nós fomos eleitos, de facto, para fiscalizar a ação do executivo e achamos, continuamos a achar que não faz sentido passar cheques em branco à atuação do executivo. Temos aqui visto pela decorrência dos trabalhos deste mandato, que esta Assembleia reúne prontamente, às vezes até fora dos prazos regimentais, bastando contacto entre os serviços da Assembleia Municipal e os líderes de bancada. Portanto, é relativamente fácil marcar-se uma Assembleia Municipal com quarenta e oito horas de antecedência. Portanto, nessa medida, não faz sentido estarmos aqui a dar um cheque em branco ao executivo para a assunção de compromissos e entendemos que estas questões devem ser trazidas à Assembleia, devem ser aqui discutidas e aqui votadas. Disse. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, fora dos prazos regimentais? Nós não estamos a violar os prazos regimentais, senhora deputada. Há acordo, obviamente. Os prazos das convocatórias têm sido todos cumpridos. Não vá alguém no público pensar que esta Assembleia anda a não cumprir a lei, nem sequer o seu regimento. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que depois de ouvir a colega de Assembleia Marta Caetano, da mesma forma que tentam esvaziar funções à Assembleia, às nossas competências, fiquei quase esvaziado de discurso. Porque vou manter a coerência naquilo que temos vindo a dizer e eu creio que quando evoluímos de um pensamento e colocamos a intelectualidade acima do desleixo e de não querer perder tempo, há um bocadinho via um bocado com décor, é a vantagem de estarmos novamente presencialmente e aqui a dizerem que reunimos todos os dias, eu acho que se fosse assim era um mau planeamento, mas se tiver que ser muito mais vezes, acho que é possível fazer com respeito e ética e dentro dos regulamentos para o efeito, mas dizer o seguinte. Entendo que quem está noutros órgãos veja este ponto com naturalidade,



ninguém coloca aqui a questão de ser, porque também ouvi aí com microfones ligados ou legal, ou... ninguém está a colocar essa questão.-----

-----A questão é que, quem é eleito para este órgão deve zelar pelo cumprimento de fiscalizar e de atuar em cada ponto, seja um, sejam dois mil, e nesse sentido, da mesma forma dos últimos anos, dizer que esta bancada mantém a posição transparente de calma e coerente de que qualquer ponto que exista, temos disponibilidade para vir reunir e debater. Estudar, aprofundar e ouvir, questionando e, portanto, nesse mesmo sentido, entendo que não podemos continuar a cada vez que este ponto vem aqui, ter a mesma postura de desleixo, permitam-me com todo o significado que tem esta palavra no dicionário do executivo que vê que isto é uma banalidade e que parece que estamos aqui a fazer figura de tolinhos, permitam-me, a dizer que estão a esvaziar competências da Assembleia Municipal, porque efetivamente se formos ver as competências, é o que diz. E isto embora legal, é uma coisa que esvazia efetivamente o que pessoas como eu aqui vêm fazer e, portanto, naturalmente iremos continuar a votar contra, naturalmente dizer para que não seja corrigido, é uma situação legal, é uma situação prevista, outros municípios fazem-no, municípios até, antes que digam que uns fazem, eu também lhe podia dar exemplos, já vinha preparado de alguns que não o fazem e continuam a funcionar, se calhar porque a Assembleia não permite que passe, mas dizer que entendemos que se todos os outros fazem, se é um sinónimo que isso seja correto, não o é, é apenas uma constatação de outros exemplos. Na nossa perspetiva se viesse cá mais vezes, ganharia mais ainda sendo legal e transparente tudo o resto, mas a transparência democrática deste órgão, o nosso cargo de fiscalizadores daquilo que o executivo faz, e inclusive espero que possa em breve ser transmitido porque gostava que mais pessoas ouvissem estes debates, que se assim o fosse, também demonstraria que nós tínhamos que nos afincar mais e preparar melhor alguns pontos e não andar aqui às vezes às voltas como noutros pontos e a perder algum tempo, mas dizer que se houvesse mais essa oportunidade e mais pessoas ouvissem, de certeza absoluta que iriam querer mais transparência e mais compromisso para todos os pontos. Portanto, finalizando, vamos votar contra que é o que temos vindo sempre a fazer, e apelando mais uma vez ao executivo que veja este ponto com normalidade e que entenda que é uma competência também deste órgão fazer aquilo que estamos aqui a pedir. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que nesta deliberação gostava de fazer três perguntas. Quais os projetos que estão programados para a lei dos compromissos? Uma. Estão disponíveis e cativados no orçamento? Duas. O que se quer reprogramar? E por aqui me fico por agora. Obrigado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e agradecer realmente a possibilidade que lhes dão de refletir um pouco sobre esta matéria, que é uma matéria recorrente. -----

-----A proposta que aqui surge é muito clara. É de que a Assembleia confira autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, bem como a sua reprogramação que resultem de projetos, ações, ou de outra natureza constantes das grandes opções do plano, à exceção, note-se bem, de casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa. Portanto, nós estamos aqui a trabalhar, com a imposição ao executivo da rigidez da despesa, ou seja, esta autorização prévia só fará sentido desde que esse executivo re programe de forma a que ele possa ter uma gestão fluida, e gestão fluida não é gestão menos rigorosa, porque o que se trata aqui no fundo é de flexibilizar não a despesa, mas efetivamente a natureza das ações, dos projetos que estão ínsitos à mesma. -----

-----Se nós formos à internet, facilmente verificaremos que de Vila Nova de Famalicão a Lisboa, a Lisboa, o PSD é Lisboa, a internet está coberta destas solicitações das assembleias municipais, para deliberar e autorizar previamente, enfim, a reprogramação das repartições dos encargos. --

-----Ora bem, do que se trata, é de pensar primeiro, da inocuidade desta deliberação. Segundo, da experiência que nós temos tido com este executivo. A condição inscrita no pedido, é bem clara e é uma condição que sempre se verificou, ou seja, da experiência deste executivo, nós podemos colher que lição? Este executivo tem cumprido ou não? Ou tem estado porventura em incumprimento com esta Assembleia? Então, importa no fundo acautelar o quê, o regular funcionamento dos serviços, existindo obviamente situações que exigem celeridade na sua concretização, e cujo tempo de resposta nem sempre se compadece com os prazos necessários para a obtenção de autorização por parte da Assembleia Municipal. Estamos aqui a falar de uma questão de boa administração, estamos a falar aqui numa questão de administração que quer pautar-se por critérios de eficiência, de economicidade, de celeridade, ou seja, estamos no fundo aqui a tentar fazer o quê? Desburocratizar, mas nós temos uma queda muito grande e nós confundimos não raramente, nós confundimos poder de fiscalização com ganhos de ordem burocrática que é aquilo que sempre teríamos nestas circunstâncias, uma vez que não há alteração alguma dos valores aqui em pauta, e é isto que é necessário que se diga. Portanto, nestas circunstâncias a bancada do PS, entende que esta proposta é mais que razoável e que os argumentos produzidos, bem como a experiência havida, ditam de que a nossa posição tem estado absolutamente correta nesta matéria. Muito obrigado, senhora Presidente. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetanos**, bom, em resposta àquilo que o senhor deputado Figueiredo Santos acabou de dizer, eu queria aqui acrescentar uma coisa ou duas que me parecem relevantes. Quando se fala aqui na autorização genérica e no facto de deixar de vir à Assembleia desde que não aumente despesa, não estamos aqui a tratar só de questões de despesa propriamente dita, pura e dura. Estamos aqui a tratar de projetos, de ações, ou de parcerias público-privadas que têm impacto em mais que um exercício orçamental e que eventualmente, eventualmente não, e que são da competência da Assembleia e que deixam de vir à Assembleia desde que não tenha o aumento da despesa e, portanto, vamos imaginar aqui um exemplo muito concreto, senhor deputado Figueiredo Santos, imaginemos um determinado projeto, o projeto o senhor queira imaginar, que tem dois orçamentos seguidos, que está nas grandes opções do plano e que por esta deliberação deixa de vir à Assembleia, porque não aumenta despesa. É completamente alterado em relação ao que está nas GOP, não aumenta despesa, não vem e eventualmente até poderia vir e não passar, porque de forma material altera-se completamente o projeto, embora a despesa seja exatamente a mesma, e embora seja um exemplo académico pode acontecer e, portanto, na prática o que estamos aqui a tratar não é só despesa, ou aumento da despesa, é uma competência material da Assembleia Municipal e quando se retira esta competência, está-se realmente a esvaziar a Assembleia de uma das suas competências, e depois há aqui outra questão, senhor deputado, há aqui outra questão. A senhora Presidente hoje está muito económica nas intervenções, enfim, é uma opção que tem, mas esta proposta está aqui manifestamente mal fundamentada, porque diz-se aqui que, no ponto dois, que «importa acautelar o regular funcionamento dos serviços, existindo situações que exigem celeridade na sua concretização, cujo tempo de resposta não se compadece com os prazos necessários para convocar uma Assembleia». E eu perguntava muito simplesmente, digam-nos um caso nos últimos dois mandatos, um caso em que se não fosse esta deliberação não teria havido aprovação em tempo útil por parte da Assembleia desse compromisso. Um caso. Dê-me um, dê-me um, dê-me um caso concreto senhora Presidente, dê-me um! Não, não, dê-me um, eu só quero que me diga um agora. Não, não, dê-me um, eu não quero listas, ai agora não, pois não, agora não, mas é que não há senhora Presidente, não há. Eu ainda estou no uso do meu tempo senhora Presidente, se me der licença terminar agradecia-lhe e, portanto, a questão aqui é esta. O que efetivamente está aqui em causa, é subtrair competências à Assembleia Municipal e é aligeirar ou diminuir o direito que a Assembleia tem e a legitimidade que tem para escutinar este tipo de assuntos e, portanto, se os



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



senhores deputados do Partido Socialista entendem que podem de alguma forma, enfim, abdicar desta competência estão no seu direito, mas nós não o fazemos. Disse. -----

-----Pedeu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, senhora Presidente, eu admito que o senhor deputado João Caetano é um paladino da palavra. Na verdade, vê distorção onde se faz reprogramação, mas mais do que isso, insinua que o legislador com certeza não é tão competente assim que flexibilize estas possibilidades de autorização prévia. Parece que isto é algo do domínio da competência legal, e que o legislador terá previsto essa possibilidade justamente desde que haja uma autorização da Assembleia. A haver uma autorização da Assembleia, seguramente que o legislador não esteve aqui a pensar na demissão da Assembleia face a um quadro, a um cenário, enfim, de uma certa negritude decisional que o senhor aí impõe. De maneira que nesta circunstância, eu confesso, gosto imenso de o ouvir, a sua argumentação muitas das vezes é bem detalhada, mas no caso não vingou, peço imensa desculpa mas realmente nós iremos votar de bom grado e a favor nos termos em que aqui foram referidas as implicações do exercício desta autorização prévia que tem a ver, insisto, com critérios de eficiência de economicidade e celeridade organizacional, e isto é algo no domínio da gestão, não é algo do domínio da política, não confundamos, nós temos uma tendência por vezes totalitária na absorção daquilo que são outros espaços do saber, outros espaços do fazer. Aqui o que está em causa é gestão, não é política. -----

-----Desculpe. Se fosse política, esta Assembleia não suportaria tal ideia, tal propósito nem tal execução. Muito obrigada, disse senhora Presidente. -----

-----Pedeu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que vai tentar ser mais calmo do que aqueles que lhe antecederam sobre um tema que acha que ele por si só é calmo. Aliás, é aceitarmos uma coisa à distância a prever o que mais à distância irá acontecer, mas eu ouvi sobre a rigidez da despesa, mas eu vou propor um desafio de raciocínio aos que aqui estão para vermos que não é tão simplório como isso, e aliás, quando falamos de economicidade, eficiência e dizemos que não é do domínio da política, eu recorro que até acho que o é mais, porque a previsão de desenvolvimento urbano que temos vem mesmo da política e daquilo que era na sua essência, mas carece de debate e não de celeridade no tempo sem ouvir as partes todas envolvidas e quase que um caminho único e sem possibilidade de debate. Mas se nós olharmos, eu vou dizer, a nível de rigidez da despesa, acho que também mau era vir aqui um ponto, era quase para os tesourinhos dizer assim, aceitem tudo mesmo que a despesa aumente. Eu vou só dizer que eu aceito o que quis dizer e todos lemos, mas se assim fosse, acho



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que até nos ausentávamos e ninguém votava, que isso era uma brincadeira. Portanto, essa questão não estava em causa. -----

----- Aquilo que aqui fica e que eu olho, aqui sim olhando para a tradição deste executivo também e dos outros, é quando olho para a rigidez do cronograma, que Portimão não tem muito, a rigidez do cumprimento do tempo, sabemos a rigidez da justificativa, o concurso ficou deserto. Sabemos a rigidez da justificativa, e também há outra coisa que devemos pensar, é quando olhamos para o domínio das políticas públicas locais, e não é preciso recorrer a livros sobre esta matéria, nós sabemos que há situações imprevistas e que às vezes numa grande opção do plano no desenvolvimento de, carece de ser reavaliado, e quem faz a reavaliação permitam-me, não são os técnicos, porque não são eles que ficam com o ónus da culpa, são os políticos eleitos que o têm de fazer e para o fazerem, tem de ser aqui avaliado, aqui debatido e aqui escrutinado. Não significa que aconteça sempre, alguns pontos poderão por si seguir, mas também dizer o seguinte, a nível de rigidez e aproveitando o ponto que tem a ver, não tendo, sobre esta matéria, acho que até pode ter, sobre porque ouvi e tenho atenção às reuniões de Câmara e chegam-me, sobre as grandes opções do plano e a apresentação, vou deixar uma sugestão sobre rigidez. -----

----- A bancada do PSD, e tenho muito respeito pelos funcionários da autarquia, mas repito, não são decisores políticos, foi recebida sem nenhum membro do executivo, para ficar em ata, nenhum membro do executivo nos recebeu, nenhum, não sei, a senhora Presidente não estava, os senhores vereadores também não, mas foi a primeira vez em cinco anos que me aconteceu. Eu ouvi e sei, embora as atas também não sejam públicas da reunião de Câmara, o que também friso aqui para ficar também em ata, mais uma verdade, o que é chato temos que saber por interpostos, mas o que foi dito numa reunião de Câmara, só dizer que o PSD não foi recebido por ninguém do executivo, fomos sim senhor, por pessoas que não têm a decisão de poder ombrear sobre as decisões do executivo, porque tem que ficar aqui claro sobre esta matéria que estamos a falar também disto das GOP, grandes opções do plano. E espero que para o ano retomemos a boa prática de ter um decisor político e é disso que estamos a falar aqui, que tem intervenção direta na decisão, a querer, pronto se não querem vir aqui a este órgão, respeito, é mesmo a posição, não estou eu certo nem está o Partido Socialista certo, são posições distintas. Porventura terei companheiros de partido que em órgão e de executivo terão uma opinião diferente da minha, porque também querem celeridade. Respeito a opinião deles, a minha é distinta, mas dar esta nota que acho que deve haver mais rigidez de debate e mais rigidez de proximidade com os outros partidos e também menor rigidez em vermos que isto tem impacto e é impactante e às vezes de um ano para o outro tudo muda e aliás nem preciso de vos dizer que nos últimos três anos tudo mudou e que acredito



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que muitas das coisas das GOP podiam ser alteradas e podiam sim vir à Assembleia e debatidas. Reiterando, voto contra por consciência e com certeza que este órgão saberia debater com escrutínio, dignidade, calma e elevação qualquer ponto aqui trazido mesmo que fosse todos os dias senhora Presidente, segunda, terça, quarta. Agora, só temos feito segunda e sexta, mas podia ser segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado e domingo, temos todos rigidez de corpo para aguentar, não sei se cá estaria para ir a todas as reuniões, mas dizer o seguinte, este ponto é uma questão não só de coerência, como convicção, e aqui o deixo, mas dizer depois do que ouvi da intervenção do Partido Socialista, numa pessoa que muito prezo e estimo, mas isto é um assunto claramente político, claramente político, o ónus nunca pode ficar nos funcionários, porque esses quando mudarem e acredito que mude a cor, continuarão a ser funcionários da autarquia com o mesmo vigor e a mesma força. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, era só para responder aqui novamente ao senhor deputado Figueiredo Santos. É óbvio que não estamos a falar de gestão nem de economicidade, porque através desta proposta o município vai poupar zero. Não, zero, zero, senhor deputado, em termos de gestão e de economicidade. O que estamos aqui a falar realmente, é de repartição de competências entre um órgão executivo e um órgão deliberativo que fiscaliza o órgão executivo, é isso que estamos aqui a tratar, e como é bom de ver, os senhores aproveitam-se, os senhores, neste caso o executivo aproveita-se de um subterfúgio que está na lei. É, é, subterfúgio é, porque não foi com esta intenção. Não, não, não foi com esta intenção senhor deputado para subtrair competência à Assembleia Municipal, obviando a que temas importantes que deviam vir aqui previamente à assunção de uma despesa sejam debatidos e, portanto, trata-se de esvaziar uma competência da Assembleia Municipal, é só isso, porque os senhores realmente há circunstâncias em que têm problemas com o debate, é só isso. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, quem começou com o cheque em branco foi o Bloco de Esquerda, mas foi outros tempos, e o Bloco de Esquerda concorda com o que foi dito que realmente esta autorização prévia esvazia as competências da Assembleia Municipal, mas nós não queremos ficar presos e nem queremos que a Câmara não faça obra e o Bloco de Esquerda vai-se abster desta autorização para isso. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, é só para dizer que eu desafio os senhores membros desta Assembleia Municipal a fazer um levantamento junto das trezentas e oito câmaras do país e ver qual delas não apresentou esta proposta, só isso. Deixo este desafio. Das trezentas e oito câmaras,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



façam esse trabalho de casa e depois conversamos sobre a sonegação do dever, de fiscalização e de debate e de discussão. Aliás, não foram recebidos por mim mas foram recebidos pelo senhor chefe de gabinete que ajudou a construir e ajudou a trabalhar na proposta que vem à Assembleia Municipal, pessoa em quem eu confio, e aliás está lá a listagem das vossas propostas. Tenho lá e um dia destes eu trago a listagem das propostas apresentadas pela oposição no âmbito do orçamento. É só isso que eu tenho para dizer. Agora façam este trabalho de casa, façam o levantamento das trezentas e oito câmaras e vejam quantas é que não trouxeram à Assembleia Municipal esta proposta legal, absolutamente legal, porque se fosse ilegal, obviamente ninguém a traria e, portanto, não estaríamos aqui sequer a discutir esta questão. Não é essa situação que estamos aqui a discutir, mas já agora façam o trabalho de casa e vejam lá. Muito obrigada, senhora Presidente. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-c)** - Discussão e votação, da autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, bem como para a sua reprogramação, que resultem de projetos, ações ou de outra natureza, constantes das Grandes Opções do Plano, da competência da Assembleia Municipal, prevista da al. c) do nº1, do art. 6º da Lei nº 8/2012, de 21/02 (Compromissos Plurianuais), para os efeitos do disposto no art. 12º do Dec. Lei nº127/2012, de 21/06, nos termos da Proposta – **Deliberação nº 823/22, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	2	1	0	0	3
VOTOS CONTRA	0	5	3	2	0	0	1	0	11

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- -Faltou a Sra. Deputada Independente Ângela Venâncio Quadros. -----

----- **Foi aprovada, por maioria, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, bem como para a sua reprogramação, que resultem de projetos, ações ou de outra natureza, constantes das Grandes Opções do Plano, da competência da Assembleia Municipal, prevista da al. c) do nº1, do art. 6º da Lei nº 8/2012, de 21/02 (Compromissos Plurianuais), para os efeitos do disposto no art. 12º do Dec. Lei nº127/2012, de 21/06, nos termos da Proposta – Deliberação nº 823/22.** -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** informou que se seguia para apreciação o ponto **4-d)** - Discussão e Votação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a arrecadar no ano fiscal de 2023, nos termos do nº1 e nº 2 da Proposta - Deliberação nº 772/22, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra.

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu queria em relação a este ponto rapidamente, o tempo é pouco, queria aqui registar que na proposta que temos aqui em debate, prevê-se realmente uma majoração para o triplo dos prédios devolutos há mais de um ano e em ruínas, coisa que está prevista no artigo cento e doze do código do IMI e também uma majoração para prédios urbanos degradados com trinta por cento a mais de imposto que também está previsto no código, mas depois há aqui questões que estão também eventualmente previstas na mesma norma do código e que não estão aqui contempladas nesta proposta e que nos causam alguma estranheza, embora já de alguma forma intuímos, se calhar, qual é o argumento, ou qual é a explicação. -----

-----Primeira questão. Minorar a taxa de imposto aplicável às ARUS que estão delimitadas aqui no concelho, ou em zonas para combate à desertificação, nomeadamente em freguesias do interior.

-----Segunda questão. Minorar a taxa de imposto aplicável em prédios urbanos arrendados, eventualmente até em zonas circunscritas de determinadas freguesias. Estou a falar daquilo que está previsto no artigo cento e doze número seis e sete do código do IMI. E realmente estranhámos que essas propostas não venham aqui porque seriam importantes, nomeadamente em freguesias urbanas e em freguesias rurais em relação ao combate à desertificação e por exemplo no centro da cidade em relação a áreas da reabilitação urbana delimitadas. Seria importante minorar a taxa de imposto para incentivar à recuperação dos imóveis e eventualmente à ocupação desses imóveis recuperados, nomeadamente com arrendamento de longa duração e, portanto, questionava diretamente o executivo porque é que isso não está aqui previsto. -----

-----Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria de Sousa Velha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que com efeito esta bancada vê com bons olhos qualquer descida das taxas, nomeadamente dos impostos que recaem sobre a população do concelho e do município e, portanto, a única coisa que têm a reparar e depois daquilo que o seu colega deputado João Caetano já disse. Pronto, ele próprio já tocou em pontos que aguardaremos a resposta da senhora Presidente, que são essenciais e que consideramos muito importantes numa política fiscal de desagravamento fiscal sobre a população mais medidas que se reclamam e, portanto, se isto peca por alguma coisa é, peca por defeito, porque quanto mais se



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



puder baixar, e nomeadamente, pronto, estamos, continuamos manietados pelo FAM e apenas poderá, apenas tem o executivo descido nesta medida da possibilidade decretada pelo FAM e que, portanto, se alguma coisa peca como estava a dizer é por defeito. Claro que vemos com bons olhos estas medidas, mas consideramos que ainda estão aquém daquilo que é possível fazer, de ir mais além, de conceder aqui nomeadamente as tais concessões que servem de apoio para a recuperação dos imóveis degradados, enfim, com medidas que apoiem isto e por agora tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, bom, primeiro, respondendo à primeira questão. Naturalmente que passando de zero cinquenta como estávamos quando nós chegámos para zero quarenta, já vamos perder dois milhões e meio de euros por ano em IMI, dois milhões e meio de euros. É isso que nós vamos perder e é esse dinheiro que vai ficar nos bolsos dos portimonenses, dois vírgula cinco milhões, repito, que é para que toda a gente oiça. -----

----- Depois, relativamente àquilo que disse o senhor deputado municipal João Caetano e a senhora deputada Cristina Velha. Nós perante o FAM não podemos aplicar fatores minorativos, portanto não podemos aplicar. Esperemos que com os dez milhões que nós vamos neste momento abater na dívida e esperemos que em 2024 já possamos aplicar os fatores minorativos. Neste momento, não é possível. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ora, corrigir aqui uma coisa que a senhora Presidente disse. Esta diminuição de receita, não é perda é diminuição de receita, não beneficia só os portimonenses, beneficia proprietários de imóveis em Portimão que estão sujeitos a imposto de IMI. Tanto está sujeito o senhor António que vive aqui na rua direita e que tem uma casa na rua direita como o senhor Joaquim que vive em Freixo de Espada a Cinta e tem um apartamento de férias na praia da Rocha. Portanto, isto é que é preciso a senhora dizer, quantos portimonenses residentes permanentemente no concelho é que deixaram de pagar IMI, ou pagaram menos IMI melhor dizendo, com esta redução. Isso a senhora não disse, se calhar não fez o trabalho de casa como disse no ponto anterior. -----

----- Depois, senhora Presidente, em relação à questão das minorações que a senhora disse que não negociaram com o FAM. Eu volto aqui àquilo que disse na primeira intervenção, é a tal questão da passividade. A senhora, não esteja a abanar com a cabeça, oiça, oiça senhora Presidente. -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para pedir ao senhor deputado para manterem a argumentação com elevação. Ó senhor deputado, basta ouvir a gravação! Se ouvir a gravação vai perceber. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, sim senhora! É que eu ouvi ainda agora que não fazemos o trabalho de casa, pois, senhora Presidente, eu devolvi a crítica é só isso, é só isso. Portanto, quem começou com a falta de elevação não fui eu. -----

----- A questão é muito simples, quando os senhores negociaram a redução da taxa com o FAM, podiam perfeitamente ter posto isto em cima da mesa, e não puseram por uma razão muito simples, senhora Presidente, uma razão muito simples, porque implicava diminuição de receita e é mais simpático perante a população dizer que se corta zero vírgula zero dois na taxa, que é de uma forma cega, do que aplicar fatores minorativos em várias taxas, nomeadamente para incentivar arrendamento de prédios e de apartamentos para longa duração. Porque quando se vem dizer aqui, muitas vezes diz-se, a senhora Presidente diz e isso aí estamos todos de acordo, que é um problema de arrendamento em Portimão e de falta de casas para arrendamento permanente, e é verdade e de acesso à habitação, isso também se combate com medidas como esta, de incentivar os proprietários e pôr as casas no mercado de arrendamento, pagando menos IMI, e isso é que devia ter sido a vossa iniciativa junto do FAM, da comissão executiva, tentando que fosse viabilizado, em lugar de baixar aqui eventualmente zero vírgula zero dois, aplicar fatores minorativos. Isso não foi feito e, portanto, eu gostava que me explicasse se esta perda de dois milhões de euros como a senhora disse, beneficia os distintamente portimonenses, ou também cidadãos que residem noutros concelhos. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria de Sousa Velha**, eu apenas queria aqui salientar uma coisa e agradecer ao deputado João Caetano, porque ele tirou-me todas as minhas palavras da minha boca e até melhor do que eu, expressou-se até melhor do que eu o faria e realmente é como se me lesse o pensamento e, portanto, eu apenas, para mim basta-me subscrever por baixo com todo o *décor*, com todo o respeito as palavras do mesmo e apenas gostaria aqui de salientar um aspeto. É que isto da política já é comum, porque e não é só nas autarquias, é no governo, é no país. É que o poder, agora em termos latos, habitua-se à receita dos impostos e às colheitas e, portanto, a partir daí quando há um decréscimo, ou quando há um diminuir de uma taxa, os poderes passam a falar de perda. Na verdade, não se fala de perda e essa utilização do termo a mim também me chocou, porque eu acho que aqui o executivo o que é, é mandatado pelos cidadãos e, portanto, tem que ter em mente o bem-estar dos seus cidadãos e, portanto, não se pode falar nem se deve falar e a mim choca-me um bocadinho quando se fala em perda de receita e em perda não, porque se devia era estar contente e mostrar o prazer e a conquista que é conseguir recuperar algum poder que está nos bolsos, utilizando a expressão da



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



senhora Presidente, dos portimonenses. Isto não está nos bolsos, não é o está nos bolsos e não é o perder, isto é para a riqueza dos nossos cidadãos contribuindo para o bem-estar, e medidas que possam ajudar na atual crise a combater a crise que vivem os nossos cidadãos e, portanto, é essa diferença de postura que eu penso e que eu considero que a política deveria ter. Pronto, muito sinceramente e este é um pequeno aparte. Portanto, eu creio que isto, qualquer medida destas é uma medida de devolução isso sim aos cidadãos, cidadãos que votaram e votaram em todos nós com maiorias, com maiorias, mas estamos todos a cumprir o mesmo papel e, portanto, é este o objetivo que deve nortear qualquer executivo a qualquer nível do autárquico ao central, e por agora tenho dito. Obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, eu estive aqui a ouvir atentamente a senhora Presidente de Câmara e ela vem aqui lamentar-se um bocado que há uma perda de receita de dois vírgula cinco milhões com o IMI.

-----Senhora Presidente, diga-me uma coisa. É ou não verdade que no orçamento que nos propõe aqui para 2023, o orçamento prevê uma receita com impostos diretos que vai passar de trinta e seis milhões este ano, para quarenta e quatro milhões o próximo ano? ou seja, um aumento de oito milhões em impostos. É ou não verdade que a nível de taxas, multas e outras penalidades, que este ano foram dois milhões, vai passar para cinco milhões? -----

-----Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao senhor deputado que queria só pôr um ponto, que é, independentemente da liberdade que têm de fazer as questões, e isso ela não põe em causa, mas esse ponto, pensa que será o ponto macro do orçamento. Se se quer referir à questão do IMI, o aumento que está previsto em termos do IMI, eu percebo. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, para dizer que aqui a questão é que foi levantado pela senhora Presidente da Câmara que isto já era um esforço do executivo, que quantificado pela senhora Presidente de Câmara foi de dois vírgula cinco milhões e foi a senhora Presidente de Câmara que trouxe este número e esta questão dos impostos e a perda de receita fiscal a nível de impostos municipais para o debate. Portanto, neste ponto e visto que a senhora Presidente da Câmara trouxe esse assunto, eu resolvi questionar isto. Porque aqui temos um aumento de impostos, taxas, multas e outras penalidades de um ano para o outro de onze milhões. Isso aí acho que acaba por contradizer completamente esta lamúria de dois milhões e meio, principalmente num ano em que nós estamos a sentir na pele os efeitos da inflação a uma taxa que já não se via há muitas décadas na Europa, e como tal, parece-me de uma insensibilidade total deste executivo vir-se queixar «ai que perdi dois milhões e meio de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



receita», quando ainda por cima vai aumentar a receita em onze milhões no total de um ano para o outro. Isto não me parece que seja um argumento válido e foi só por causa disto que eu fui buscar o ponto que temos que discutir depois, certamente segunda-feira vamos ter oportunidade de discutir isto na segunda-feira. Muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, nós estamos em debate e num debate que é vertido à questão dinâmica da prática política deste executivo. E a prática política deste executivo dita alguns aspetos que penso que merecem a nossa consideração, a nossa atenção e sobretudo a nossa admiração, pelo menos ao nível da bancada do Partido Socialista é isso que efetivamente acontece, mas não é a admiração da sociedade de espetáculos dos políticos de estrela, não é isso. É a admiração própria de quem tem feito um esforço tremendo pelo sentido do saneamento financeiro da autarquia. Vão dizer, cavado pelo próprio Partido Socialista. Sim, até o próprio Partido Socialista já fez essa autocrítica, mas isso não pode ocultar o esforço que esta gente, que este executivo tem feito. Mais, quando nós estamos aqui perante o debate de uma abdicção de dois milhões e meio, os senhores prendem-se com as palavras mas não com o sumo bônus da própria prática, e a própria prática teve a ver com a preocupação justamente dos bolsos dos portimonenses ao provocar esta redução através da negociação em espaço adequado, em espaço institucional próprio, mas mais, não podemos também ocultar que simultaneamente há uma outra frente e que a senhora Presidente de Câmara acabou de mencionar há pouco. Ela falou em dez milhões e não se queixou de ter perdido os dez milhões. Ela não perdeu os dez milhões nem levava uma mala com dez milhões que a perdeu. Eu estou a falar em dez milhões que vamos justamente amortizar, foi isso que eu ouvi e ainda acredito na palavra da Presidente, porque nada me disse em contrário, estamos a falar de dez milhões e consequentemente estamos a falar de várias frentes de alívio dos impostos dos portimonenses e não de uma frente só. Portanto, não vale a pena realmente tratar no copo cheio e no copo vazio, porque a realidade é esta. E digo-vos mais. Isto veio até a propósito do último dia da sessão em que nós tivemos aqui a preocupação de alguma forma elogiar a nomeação da senhora Presidente e depois a posterior eleição. É que, meus amigos, um dia que os senhores forem líderes do que quer que seja, dar-se-ão conta que serão maus líderes se não motivarem as pessoas e a motivação reside muitas das vezes aí no incentivo, tu és capaz, vai mais além. Porque todos nós sabemos como é que esta política funciona, funciona sempre com milagres na oposição, tudo resolve é sem dinheiro, mas não percam de vista que quando se abre o debate à justiça, é necessário que façamos justiça às pessoas, possamos ou não concordar com a sua corrente ideológica. É óbvio não o temos que o fazer, mas não podemos é distorcer a realidade. Foi o Partido Socialista que cavou a dívida, é o Partido Socialista que depois



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de eleições está efetivamente a proceder como deve proceder ao saneamento financeiro desta Câmara, e isso só pode ser regozijo de todos nós, e no seio desse saneamento financeiro, pauta-se justamente por reduzir dez milhões, foi o que ouvi e pela perda efetiva de receita, que é uma perda de receita a designação, o termo é este. Eu chamei-lhe abdicação, para provar que é possível chamar nomes às coisas, não é, mais do que um. Agora, não fiquem pelos nomes das coisas para poder fazer uma oposição assim. Nós vamos naturalmente ter estes aspetos todos em consideração neste momento, hoje, aqui e agora, porque nós nos obrigamos a reconhecer a prática política de rigor gestonária deste executivo, independentemente das carolas políticas que entre nós possam suceder. É isto que no fundo está em causa. Muito obrigado, senhora Presidente, disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira**, senhora Presidente, nós ouvimos há um bocado com muita atenção o desafio que nos lançou de ir verificar as trezentas e oito câmaras que fazem exatamente o que a senhora Presidente faz com o ponto anterior e nós lançamos o mesmo desafio, nós pedimos que a senhora Presidente vá fiscalizar, ou ver essas trezentas e oito câmaras e vejam quais são as câmaras que têm o IMI mais baixo que Portimão. Faça esse exercício e se calhar fica chocada. Nós lançamos o repto à senhora Presidente, de facto, para ir auscultar as trezentas e oito câmaras para verificar quais dessas câmaras, quais dessas trezentas e oito têm o IMI mais baixo que Portimão, é um desafio que a gente lança, pronto. Se calhar ficarão chocados com as câmaras que têm o IMI mais baixo que Portimão tem. De facto, nós ouvimos o senhor deputado Figueiredo Santos de facto exaltar o executivo e nós concordamos, este executivo tem sido bastante efetivo nas suas diligências, tem sido bastante competente, mas não é o OMO, o OMO lava mais branco e este executivo não consegue lavar o passado, e por isso é uma pena, porque imaginemos o que é que a gente poderia fazer pelos portimonenses se nós não tivéssemos tido o buraco que este executivo herdou e que nós todos herdámos e imaginemos o que é que poderíamos estar aqui a fazer. É um exercício que eu também faço, é um desafio que eu também faço. -----

-----Falar aqui na redução dos dois milhões e meio, é um bocado redutor, passo a expressão, porque de facto nós perdemos dois milhões e meio, mas as insenções vão cessar, portanto vamos buscar aqui o IMT, também vai compensar, portanto, falar aqui em reduções parece-me um bocado redutor, peço desculpa de facto a redundância da palavra. Portanto, nós não poderemos de facto acompanhar o executivo nesta matéria com muita pena minha e nós gostaríamos de ver neste momento já o IMI nos três e meio ou nos zero ponto trinta e cinco e sendo assim iremos votar contra. Muito obrigado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que pensou pela equidade, que fosse falar um bocadinho mais cedo, porque ouviu a bancada do Partido Socialista e era um repto que deixava à mesa, falar da amortização de dez milhões de euros, e também pensou que fosse interromper para dizer que isso é para se falar na segunda-feira como fez à bancada do PSD. Mas já vi que foi dois pesos e duas medidas, aliás, todos vimos, mas gosto muito de ouvir o senhor deputado Figueiredo Santos, mas também gosto de ouvir o senhor deputado Vítor Couto. -----

-----Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ó senhor deputado, não foi nesse sentido que fiz, como sabe. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que reparou. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que sabe que reparou. Mas eu tenho que clarificar porque é que o fiz, posso tê-lo feito de uma forma que não concorde, mas tem que perceber porque é que eu o fiz, e eu fiz quando falou em multas e contraordenações, isso não era... -----

-----Interveio o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que não. Falou na despesa e na receita. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, não, não. Estava a falar concretamente não só em impostos, mas em multas e contraordenações. Repare na gravação, e foi por isso que eu fiz a intervenção. -----

-----Interveio o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, estava a falar de impostos e na receita. Mas vou tentar só falar de IMI, e agradecendo ao Marco, ao membro da Assembleia Marco que falou antes, para dizer que Vila Real, Fornos de Algodres, Nazaré, Mafra, Nordeste, Vila Franca do Campo, Trofa, Vila Nova de Poiares. Portimão está em trezentos, é o lugar que ocupa no IMI, e concordo com o que o PS disse. De facto, quem não tem memória não tem futuro e para termos futuro nesta cidade, saibamos... -----

-----Disse Mafra. -----

-----Interveio a Senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que é do seu partido, tem zero cinquenta e não tem FAM. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, e Vila Real de Santo António também. -----

-----Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, exatamente, tem a cor do seu partido. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, sim, mas seguramente também não concorda com elementos do seu partido que já foram condenados até na justiça e que estão no seu partido, Primeiros-Ministros que foram julgados, se calhar também não concorda. Eu é que fui interpelado pela senhora Presidente, mas eu tinha tanto para dizer sobre exemplos do seu partido, começando até nas declarações do senhor Secretário Geral esta semana. -----

----- Senhora Presidente, fui interpelado pela senhora Presidente de Câmara. Posso continuar? Com mais calma aqui, mas dizer o seguinte. Sobre IMI, e vi há um bocado os senhores vereadores a dizerem IMI, IMI, quando os nossos membros falavam e já disse qual é o ranking de Portimão, trezentos, trezentos, é o ranking. -----

----- Dizer-lhe também que dentro do Partido Social Democrata existe a liberdade individual de cada um poder decidir se os seus companheiros de partido são mais ou menos legítimos nas decisões que tomam. Noutros não é bem assim, mas sobre a verba e também foi uma tirada, mas acredito que à imagem do atual Primeiro-Ministro que tenha sido um bocado infeliz no momento, aquela que disse que vão perder, dizer-lhe que dois milhões e meio é aquilo que retira. Eu vou-lhe dar um exemplo pelo copo meio cheio de uma coisa boa que espero que não diga que perderam, o fundo de apoio municipal à Covid foi de dois milhões de euros, portanto inferior a isto e que aprovámos por unanimidade todos, em todos os órgãos, dois milhões de euros que eu acredito que as famílias portimonenses ganharam e, portanto, reitero, acho que foi uma declaração infeliz, mas tem tempo de a retificar, os dois ponto cinco milhões de euros que fala não é perder, é seguramente alguns que ganham e era essa a correção, mas sobre IMI, que vi os senhores vereadores falar muito de IMI, IMI, não vi na declaração da bancada do seu partido, dizer que é trezentos, trezentos, é o número que tenho, trezentos. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, depois da intervenção do Partido Socialista do deputado Figueiredo Santos, só apenas fazer uma nota, de que o pagamento do fosso não está a ser feito pelo Partido Socialista, mas pelos portimonenses que estão a pagar todas as taxas praticamente ao máximo, apesar das diminuições que este executivo tem conseguido fazer nas negociações, mas têm sido os portimonenses, que as têm estado a pagar, apesar de ter sido feito pelo Partido Socialista, como muito bem disse. -----

----- Entendemos que esta diminuição beneficia essencialmente os imóveis que mais valem, ou seja, quem mais tem vai passar a pagar menos, porque é uma taxa por percentagem, portanto quem tem um maior imóvel sentirá maior essa diferença. Para a generalidade dos portimonenses, a variação será relativamente pouca em zero vírgula zero dois, é relativamente baixa. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----A questão que eu colocava ao executivo, que assumo a ignorância legal sobre o tema, não sei se existe a possibilidade de uma negociação para uma majoração para os imóveis que mais valem acima do valor médio da habitação no nosso município, não sei se é possível legalmente fazê-lo, mas sendo legalmente possível fazê-lo, que numa futura negociação, essa majoração ou uma maior diminuição para os restantes imóveis seja feita. Posto isto e pelo que apresentei, irei-me abster na proposta. Obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que gostava de referir aqui várias coisas relativamente àquilo que foi dito. E a primeira, e eu recordo aquela frase que aqui foi proferida pela senhora Presidente do executivo que é, vão ver dos trezentos e oito municípios, e eu recordo dos trezentos e oito municípios, é importante ver quais é que são os intervencionados pelo FAM e, portanto, isto leva-me à memória e eu sou novo aqui nestas andanças, mas se bem me lembro a senhora Presidente do executivo, é Presidente do executivo desde 2013. Portanto, o primeiro acordo do FAM foi em 2016, depois tem sido revisto até agora, e essa revisão leva-me a crer que estas questões do IMI, aquilo que é com certeza a maior receita do município de Portimão, tenham que ser vistas com muito cuidado, muito cuidado também por outra questão, porque o Partido Chega considera que este é um imposto que provoca a maior injustiça social de todas, que é, as pessoas não só compram o imóvel porque a seguir ficam fixas ao pagamento desse imóvel durante anos e anos ao local. Além de o pagar, depois ainda têm que pagar uma taxa sobre esse mesmo imóvel, isto é de uma injustiça social atroz. Portanto, o Partido Chega só descansa quando este imposto acabar. Obviamente que depende não só daquilo que é o município de Portimão, mas depende daquilo que é o estado, porque até diminuir para os zero ponto treze, o executivo deve ter essa mesma ambição e o Partido Chega, espero que, e votará contra porque, obviamente, enquanto não baixar para aquilo que é a permissão da própria autarquia, não descansa, que é chegar ao limite mínimo que é os zero ponto três. De qualquer das maneiras, dizer o seguinte. Nós não nos podemos esquecer que além da injustiça social que está por trás deste imposto, e permita-me senhor deputado Figueiredo Santos que o cite, quando o senhor diz aqui qualquer coisa como o sumos bónus da questão, eu acho que isto tem mais a ver, o sumos bónus da questão tem a ver mais ou menos com o *modus operandi* com que a autarquia tem sido gerida durante os últimos anos, e isso os senhores terão que ouvir e assumir essa responsabilidade sempre até a autarquia ter dívida zero daquilo que contraiu desde há uma série de anos a esta parte. E essa assunção tem que ser feita com humildade, com humildade e se for preciso repetidamente, para que esteja presente na memória, e não é o facto de haver abatimentos à dívida e nomeadamente agora mais dez milhões,



que vai de certa forma minimizar o que quer que seja, e eu vou-lhe dizer. Sabe porque é que eu estou a dizer isto? Porque segundo dados do FAM, em 2014, o município de Portimão, cada portimonense pagava quinhentos e quarenta e um euros de impostos. Em 2021, sabe quanto é que cada portimonense pagava de impostos? Seiscentos e quarenta e sete euros. -----

-----Mais, nós estamos numa região em que a média de vencimentos é de mil e cinquenta e quatro euros. Portanto, se a média do Algarve de vencimentos é de mil e cinquenta e quatro euros, eu acredito que em Portimão também não seja muito diferente. Aliás, o poder de compra de 2010 para 2020 aumentou quarenta e um euros. Acredito que dentro dos portimonenses também não seja muito diferente e, portanto, isto tudo leva a remeter para outra questão que é, se trinta e cinco por cento da receita da autarquia depende do IMI, mais uma vez eu recorro, isto é preciso ter muito, muito cuidado quando se fala destas questões e, portanto, estamos a falar de questões, não de diminuição da receita, mas naquilo que podemos provocar para cada um dos munícipes de menor sobrecarga de taxas, porque são sempre os mesmos a pagar para os mesmos. E isto para dizer o seguinte. Eu estive a fazer aqui umas contas de merceeiro à minha, enfim, muito humildemente, eu não consigo fazer de outra forma, prevê-se no orçamento uma redução de um milhão de euros relativamente a esta questão do IMI, um milhão de euros, mas depois também é compensado pela taxa turística, dois vírgula sete milhões de euros. Portanto, ou seja, há uma diminuição de um milhão, mas na frase a seguir, segundo aquilo que está previsto no orçamento de 2023, há logo uma compensação de dois vírgula sete milhões. Portanto, entre o deve e o haver, a questão aqui tem a ver com o seguinte. Um milhão de euros de redução do IMI, se eu for buscar os censos de 2021, eu dividir por cinquenta e nove mil oitocentos e noventa e seis habitantes, isto dá qualquer coisa como dezasseis vírgula sete euros por ano. Se eu dividir isto por doze meses, isto dá qualquer coisa como um vírgula trinta e nove euros por mês. Sabemos e o senhor deputado João Caetano disse, muitas das pessoas que pagam IMI podem ou não ser de Portimão como é óbvio, eu sei aquilo que estou a dizer, mas explique lá aos portimonenses como é que este abatimento do IMI significa qualquer coisa como um medronho, e um pastel de nata não significa mais do que isto. Portanto, esta é sem dúvida mais uma imagem de marca para com todo o respeito lhe dizer, isto parece quase um marketing político. Portanto, o *modus operandi* da autarquia de Portimão deixou de ser e foi uma mudança de paradigma, e aí os parabéns, deixou de ser através da gestão autárquica baseada no acumular de dívida atrás de dívida que chegou quase aos duzentos milhões de euros, até uma mudança do paradigma que neste momento existe uma forma de modelo económico-financeiro que é assente naquilo que os portimonenses mais fazem, que é pagarem



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



impostos. Portanto, eu tenho que reconhecer, há um esforço enorme para pagar dívida, há um esforço enorme, mas a significância desse esforço enorme é zero. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que é só para clarificar. Eu vi nesta casa algumas considerações sobre o FAM, o FAM, e está aqui a senhora Presidente que também é Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios, foi constituído pelos trezentos e oito municípios do país, e uma nota que também devemos então louvar, é que houve municípios com orçamentos diminutos que fizeram um esforço hercúleo e solidário para pagar, permitam-me, desvarios orçamentais do caso que Portimão também viveu e, portanto, dar esta nota que aqui temos de ter capacidade e consciência disso, que é a primeira nota. Nos últimos trinta e nove segundos que faltam, dizer que sempre que o PS comete esses desvarios, com sentido de humor também, é sempre o PSD que sai em salvação e assim também foi, foi um governo do PSD que o fez e que apoiou e deu a mão à Câmara Municipal de Portimão, neste caso, Socialista e CDS também, peço desculpa João, às vezes esqueço-me, e que deu a mão e, portanto, cumpre a história. Uns incumprem e os outros vêm para cumprir e para trabalhar e para zelar pela normalidade financeira. Disse. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Varges Gomes**, senhores deputados municipais, é com toda a humildade e com toda a sinceridade que vou dizer isto. Muitas das afirmações que ouvi aqui, só podem ter sido proferidas e serem proferidas por quem nunca exerceu o poder autárquico. Porque se alguma vez o tivessem exercido, tenho a certeza que não fariam tais afirmações de tal forma elas são, eu nem sei, injustificadas e não só injustificadas, elas são afirmações que de facto fogem a tudo aquilo que é a norma democrática que nós temos que viver e que os senhores deputados municipais tanto falam em democracia. Mas de facto, quando fazem as vossas intervenções, parece que estão com três pedras na mão a atirar ao executivo, e o executivo aqui não é o vosso bode expiatório, não é! O executivo aqui está aqui para trabalhar para os portimonenses, e eu vou responder aqui ao senhor deputado municipal João Caetano que diz que eu não lhe respondo, agora vou-lhe responder! A propósito dos dois vírgula cinco milhões de euros que diz que só ficam nos bolsos de alguns portimonenses, mas eu já ouvi muita gente dizer, já ouvi muitos deputados municipais dizerem que de facto há falta de investimento e que as pessoas deixam de comprar casa em Portimão porque o IMI é elevado. Então se estamos a descer o IMI, não estamos a contribuir também para que a economia melhore? Para que as pessoas adquiram mais habitações? Mesmo até os próprios portimonenses, porque o IMI é mais baixo e depois diz aqui o senhor que nós não pusemos na mesa as majorações, mas quem é o senhor? É bruxo, ou tem alguma coisa ligada às



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



nossas negociações? Disse aí perentoriamente, não puseram em cima da mesa. Quem é que disse ao senhor que não pusemos em cima da mesa? Mas quem lhe disse? -----

-----Não, o senhor fez uma afirmação e está gravado! E está gravado! E eu quero ouvir essa gravação, e eu quero ouvir essa gravação! Porque o senhor afirmou perentoriamente, não puseram em cima da mesa essas possibilidades, e eu pergunto-lhe como é que o senhor sabe? Pergunto-lhe, como é que sabe? Explique, não, explique como é que sabe que nós não pusemos em cima da mesa. Pois é, pois é, é que o senhor fala muito mas sabe pouco, e o senhor fala e diz muito que não deve dizer. -----

-----A senhora deputada Cristina Velha, diz aqui que estamos a reduzir os impostos e que temos que pensar no bem-estar dos cidadãos. Os impostos são tão antigos quanto a existência do homem. Eu queria saber sem impostos como é que eu faço obras, sem impostos como é que eu podia gastar sete milhões e meio ou usar sete milhões e meio de euros, quando foi na crise do Covid. Se eu não tiver dinheiro dos impostos, como é que eu posso responder aos nossos concidadãos quando eles têm necessidades, como é que eu posso fazer obra, porque toda a gente exige obra, mais obra, os portimonenses precisam de obras, estradas, tudo mais. Se não houver impostos, eu gostava de saber como é que eu podia fazer. -----

-----Depois, o senhor deputado Vítor Couto falou nos milhões que de facto vamos ter a mais, ou que colocámos a mais. Exatamente, e eu vou-lhe explicar, é de IMT e da taxa turística, que já foi decidido na intermunicipal da AMAL que toda a gente, aliás, já houve reuniões com as associações empresariais, com toda a gente, com o turismo, vamos fazer de acordo com as propostas deles e, portanto, vamos ter taxa turística e, portanto, também são dois milhões e setecentos mil que estão previstos na taxa turística no próximo ano. Oito milhões de IMT, este ano até tivemos mais, ultrapassámos, este ano ultrapassámos largamente esse valor. -----

-----Depois, o senhor deputado Marco Pereira diz aqui outras câmaras têm abaixo de zero quarenta. Há aí muitas câmaras que têm abaixo de zero quarenta, mas certamente não têm o FAM nem estão obrigadas a cumprir as regras do FAM, e se quiserem eu distribuo-vos a folha do FAM onde estão as nossas obrigações contratuais, não tem problema nenhum, não tem problema nenhum, ela não é secreta. Portanto, ela foi até à reunião de Câmara e à Assembleia Municipal para ser aprovada. Portanto, eu não tenho nenhum problema em distribuir à Assembleia Municipal a folha onde estão as nossas obrigações contratuais. -----

-----Depois, de facto, o senhor deputado Carlos Martins disse que tive uma tirada infeliz tipo à moda do senhor Primeiro-Ministro. Olhe eu tenho muita honra mesmo, mesmo muita honra em ter uma tirada igual ao nosso Primeiro-Ministro, porque admiro muito o nosso Primeiro-Ministro,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



admiro muito, devo dizer-lhe com toda a franqueza, e falou aqui em Vila Real. Vila Real quem fez a dívida foi o PSD, se está esquecido. Mafra, que é o Presidente dos sociais-democratas, dos autarcas sociais-democratas tem zero cinquenta e diz que não baixa. Portanto, é assim, quando são partidos que não têm poder local, eu ainda admito que se digam algumas coisas. Agora, senhor deputado municipal, o senhor que tem tantos exemplos no seu partido estar aqui a criticar os outros, pelo amor de deus faça-me um favor, tenha lá também alguma calma e algum tento, porque senão ouve aquilo que não quer. Diz aquilo que quer e depois vai ouvir o que não quer, mas volto novamente a repetir, tenho muita honra em ter uma tirada como o senhor Primeiro-Ministro, repito.

-----O senhor deputado Ricardo do PAN, nós não temos essa possibilidade de majorar prédios de valor mais elevado. Aliás, naturalmente eles já pagam mais, não é? Valor mais elevado pagam mais. -----

-----O senhor deputado Paulo Canha, fala aqui é, eu acho isto uma coisa extraordinária acabar o IMI! Mas isto é de uma demagogia! Então mas o Chega vem fazer aqui a pedagogia de acabar com os impostos! Mas isto aqui não é um sítio para fazer política nem para fazer campanha eleitoral! Não é senhor deputado, acabar o IMI, reconhecer com humildade... Não, foi depois, mas disse que queria acabar com o IMI, e vem aqui dizer, reconhecer com humildade a dívida, sempre a reconhecemos com humildade. Quem não tem humildade é o senhor quando fala para nós, que é sempre com arrogância, peço desculpa, mas também tenho que dizer aquilo que sinto, tenho que dizer aquilo que sinto. Portanto, aqui não estamos em campanha eleitoral, de modo que vir para aqui dizer coisas sem nexos como essa de acabar com o IMI, quer dizer, isto é uma coisa que, de facto, bom, cheira completamente a demagogia e a marketing político da vossa parte, mas de facto é um marketing muito negativo, não é? -----

-----O senhor deputado Carlos Martins veio depois falar nos trezentos e oito municípios do FAM e são todos, sim senhor, com muita honra, todos fizeram parte, com certeza. A constituição do FAM foi feita assim, nós também contribuímos, todos os municípios contribuem. Portanto, tenho dito, senhora Presidente. Muito obrigada. -----

Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, neste ponto é bem conhecida a posição da CDU, que sempre defendeu na Assembleia da República a desoneração do IMI através de uma alteração global do respetivo código, bem como uma alteração ao regime das finanças locais. Defendemos e rejeitamos simultaneamente qualquer modelo de fiscalidade local, porque pensamos que para se aliviar o peso fiscal sobre as famílias, assegurar uma justa repartição dos recursos públicos entre a administração central e local. Por isso consideramos o reforço da participação nas autarquias nos impostos de estado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----A CDU defende há muito que o IMI deveria ser a taxa máxima, zero quarenta e não a zero quarenta e cinco que está agora em vigor. -----

-----No que concerne à taxa de IMI a aplicar aos imóveis ou parte de prédios destinados à habitação própria permanente do sujeito passivo com determinado número de dependentes, também é bem conhecida a nossa posição, porque somos contra a discriminação, e vou dar aqui um breve resumo. -----

-----Atento à baixa natalidade do país e o seu consequente envelhecimento, comungamos de todas as preocupações nesta matéria, que só podem, contudo, ser ultrapassadas direta e eficazmente com políticas de crescimento da população, de aproveitamento dos recursos naturais e da eliminação da precaridade laboral e social, conferindo estabilidade aos cidadãos e às famílias. É uma solução que se aplica a qualquer família com um ou mais filhos, mas que a todos beneficia, sem se vincular o conteúdo do princípio da igualdade material que manda tratar o diferente como diferente. O que é diferente tem que ser tratado diferentemente. Por isso iremos votar contra. --

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria de Sousa Velha**, eu apenas queria dizer à senhora Presidente do executivo, que não deturpasse o conteúdo da minha intervenção. Porque aquilo que eu quis dizer, eu não sou contra, eu sou muito ciente da necessidade de uma sociedade civilizada como a nossa, sendo baseada na fiscalidade e ter esses contributos dos cidadãos, sem a qual não poderíamos funcionar como coletivo. Todavia, aquilo que eu critico e que a minha bancada critica e outras forças políticas, é o excesso de fiscalidade que se instalou na nossa sociedade, e que é um tema global, não apenas das autarquias, mas era apenas isto que eu queria dizer e que não se deturpasse as nossas palavras e o contexto. Portanto, quando falamos dos cidadãos é nessa perspetiva, no excesso de fiscalidade que passou a dominar com uma carga fiscal que hoje em dia não se quer descer, porque há um hábito na mesma, mas pronto, isso é uma discussão para outra época, e só para dizer que é aqui que se faz política, é nesta casa a todos os momentos. Obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, era só para dizer à senhora Presidente de Câmara, que além de bruxo eu também leio a sina, senhora Presidente, e vou-lhe dizer que a sina dos portimonenses enquanto a senhora for Presidente de Câmara é pagar impostos e taxas no máximo. Portanto, fica já com esta indicação, e a leitura da sina é de borla nem tem que pagar. -----

-----Depois, dizer ao senhor deputado Figueiredo Santos também o seguinte. Os senhores vangloriam-se que têm corrigido aquilo que fizeram de mal, mas corrigiram porque foram



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



obrigados. Como já foi dito aqui, houve um governo que obrigou municípios como Portimão a entrar obrigatoriamente na recuperação financeira e a aplicar estas medidas. O que houve aqui, foi uma atitude passiva da parte do executivo em não negociar, nomeadamente as minorações. Foi isso que eu disse e é isso que quero que fique em ata. Disse. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-d)** - Discussão e Votação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a arrecadar no ano fiscal de 2023, nos termos do nº1 e nº 2 da Proposta - **Deliberação nº 772/22, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	0	0	0	0	0	0	20
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	1	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	3	2	2	1	0	0	8

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----Faltou a Sra. Deputada Independente Ângela Venâncio Quadros. -----

-----**Foram aprovadas, por maioria, as taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a arrecadar no ano fiscal de 2023, nos termos do nº1 e nº 2 da Proposta - Deliberação nº 772/22.** -----

No Seguimento desta votação, a bancada do CHEGA, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra: «A proposta de aplicação de impostos municipais para o ano 2023, está condicionada ao conjunto de externalidades de acordo com o Regime Jurídico de Recuperação Financeira Municipal. É conhecida o posicionamento do Partido CHEGA sobre alguns impostos nomeadamente o IMI, que é o imposto mais "ridículo" que existe e injusto económica e socialmente e que deveria ser extinto. Se não vejamos, as pessoas adquirem através dos seus capitais próprios ou até de empréstimos o seu imóvel, ficando como que uma ligação para a vida, com uma prestação anual à autarquia municipal, não se conseguindo entender a justiça do mesmo. Onde está a justiça social desta medida e deste imposto e a sobrecarga que se dá aos cidadãos. Nem a justificação que a Assembleia Municipal não tem competência para extinguir o IMI, porque como sabemos essa responsabilidade é da tutela estatal, faz com que o nosso entendimento sobre proposta de uma redução, que é sempre uma redução, mas mais uma vez para o ano em apreço é mais uma migalha que serve de marketing político e que na prática nada significa, que em nada é ousada, e que não passa de uma medida justificada com o "garrote" do PAM, mas que todos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



sabemos se houvesse vontade política na diminuição da dívida, este e outros “garrotes” deixariam de fazer efeito e que obviamente deveria ser reduzida à taxa mínima de 0,3 possível de praticar pela autarquia, a qual está prevista na autonomia municipal. -----

-----Como sabemos, Portimão está sob a alçada do Fundo de Apoio Municipal (FAM) e o correspondente Programa de Ajustamento Municipal (PAM), mas poderia e deveria ter sido reduzida através de negociação como esses respetivos programas, com alternativas orçamentais que beneficiassem mais os munícipes e as famílias, quer através de redução e pagamento de mais dívida, assim como um incentivo ao investimento local. Por isso, sendo este imposto imoral e que as populações não deveriam suportar, no ano que se quer de retoma económica, o conjunto de impostos fiscais previstos para o ano de 2023 ora propostos pelo executivo autárquico do PS, não são mais que um conjunto de medidas que consubstanciam a manutenção da carga fiscal para os munícipes que é das mais elevadas do país. -----

A taxação sobre o lucro das empresas (DERRAMA) continua na taxa máxima, independentemente do seu lucro, da sua dimensão, e dos fatores contributivos de emprego e riqueza. Também para o ano de 2023, a autarquia teima em não devolver nada na participação da taxa variável de IRS aos munícipes, ficando e arrecadando a taxa máxima de 5%. O paradigma da gestão autárquica alterou, foram obrigados a acabar com “*modus operandi*” de gestão pública acumulando dívida e mais dívida para continua um novo paradigma! O mesmo fundamenta-se principalmente e à custa da receita baseada em impostos municipais, que por sua vez servem para uma estratégia de governação que em nada promove o desenvolvimento das famílias e empresas do município e respetivas freguesias. Basta analisar os dados contabilísticos de um passado mais recente e cruzar com estratégias políticas adotadas ao longo dos anos, para verificar que muitas dessas políticas estão aqui consubstanciadas à custa dos impostos locais.» -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** informou que se seguia para apreciação o ponto **4-e)** - Discussão e Votação da participação variável de IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Portimão, a arrecadar em 2023, referente aos rendimentos relativos ao ano de 2021, nos termos do nº3 da Proposta - Deliberação nº 772/22, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Pedeu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, para dizer que o PSD sobre esta proposta que lhes é apresentada, que na prática nada altera na taxa variável de IRS, tem a dizer que acha pouco. Acha pouco, por tudo o que já falámos anteriormente, e volto a recordar que vivemos uma época especialmente complicada e sensível em matéria económica, em que a inflação atinge os dois dígitos, em que a inflação dos bens essenciais



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e da energia, algo que é básico e que atinge principalmente os escalões mais baixos da nossa sociedade, vai nos vinte por cento e em alguns produtos até atinge os trinta por cento, como é o caso dos laticínios. Acho que Portimão devia e tinha essa obrigação de ser solidário com os portimonenses, e nessa ótica, como nós levámos à reunião de Câmara, o PSD tinha propostas para baixar por exemplo trinta por cento esta taxa de IRS. O que é que isto significaria? Significaria oitocentos mil euros, não era um valor assim tão alto, gastamos muito mais em eventos e em publicidade por exemplo, não é? E desta forma e se essa nossa proposta tivesse sido aceite em reunião de Câmara, permitiria também alargar o universo de portimonenses que iam sentir, de facto, uma baixa de impostos municipais. Porque, como já aqui foi dito e muito bem, o IMI privilegia só aqueles que têm imóveis, que são detentores de um imóvel no concelho. Sendo residentes em Portimão têm aqui um imóvel e como tal, vão beneficiar da baixa e muito bem, ainda bem que foi possível baixar, é pena ter sido só os zero vírgula dois, mas só vai beneficiar é esses, e o resto? O resto dos portimonenses não merecem nada? São portimonenses de segunda? Acho que devíamos todos pensar muito bem isto e principalmente o executivo e de forma a alargar o leque, o universo de portimonenses que, de facto, iriam sentir algum alívio fiscal no próximo ano, o PSD gostava que o executivo repensasse e se fosse possível cortar noutra despesa doutras coisas no orçamento, arranjasse oitocentos mil euros, de forma a diminuir em trinta por cento a taxa de IRS. -----

-----Nisto, eu também posso dizer, há um bocado falava-se de presidentes de Câmara do PSD e do PS que foram responsáveis por isto e por não... e nós aqui neste caso, senhora Presidente, posso-lhe dizer que o PSD tem um exemplo brilhante nesta matéria. O senhor Presidente da Câmara de Oleiros eleito pelo PSD, Oleiros, Presidente da Câmara eleito pelo PSD, anunciou esta semana a taxa zero, vai abdicar de tudo, dos cinco por cento. Portanto, também vê aqui grandes exemplos do PSD que podia tentar seguir um bocadinho. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que gostaria de lhes ler a cláusula II das medidas de reequilíbrio orçamental que têm assinadas com o FAM. Porque acho que é melhor, porque é para dispensarmos se calhar mais alguma conversa sobre isto. Porque é assim, «medidas de reequilíbrio orçamental -----

-----Durante o prazo de vigência do PAM, o município obriga-se a adotar as seguintes medidas de reequilíbrio orçamental para otimização da receita: -----

- Deliberar anualmente a participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares IRS à taxa máxima; -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



- Deliberar anualmente, lançar a derrama sobre lucro tributável sujeito e não isentar o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas à taxa máxima». -----

-----Cláusula II daquilo que assinámos com o FAM. Está tudo dito, muito obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, como já foi dito várias vezes pelo Bloco de Esquerda, realmente este é o imposto que realmente põe dinheiro no bolso dos portimonenses. O IMI só para alguns, mas aqui o IRS é que realmente põe dinheiro nos bolsos dos portimonenses. Eu sei da cláusula, eu estive cá e votei o FAM, por isso conheço bem, nós temos aqui até 2025, penso que é quando poderá ter a folga para poder mexer nestes impostos, mas o senhor deputado do PSD não vale a pena irem tão longe, basta ir aqui a Alcoutim, zero, Albufeira, zero, Aljezur, zero, Lagos, um e meio, Lagoa três por cento, Olhão que está com cinco por cento e Monchique com dois e meio. Por isso temos aqui alguns exemplos de taxa zero no Algarve. -----

-----Posto isto, nós, como está esta taxa ao máximo e acho que esta taxa para nós, para o Bloco de Esquerda, é que realmente devia-se baixar como já foi dito aqui, tivemos o Covid, agora temos a inflação, temos os juros da habitação, é caro e isso é que custa mais, estamos a pagar IMI, neste momento já não estamos à taxa máxima mas a uma taxa bastante elevada e o IRS e não temos qualquer ajuda, ainda nos estão a pôr os juros à taxa máxima também. Posto isto, nós vamos votar contra. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, senhora Presidente, eu agradeço o facto de ter lido a cláusula número dois do plano de assistência municipal, e eu próprio já falei dela várias vezes e sei dessa limitação que nós temos. Agora, eu pergunto-lhe, quantas cláusulas é que a senhora Presidente já mudou desde que negociou o FAM, quantas coisas já foram alteradas e como tal, até lhe permitiram baixar um bocado o IMI. Tentou negociar senhora Presidente? Não tentou, pois, penso eu. Tentou negociar a baixa de IRS, e o que é que ofereceu, senhora Presidente? Qual foi a alternativa, porque é assim, eu não posso adivinhar, não é, as coisas, não é, mas certamente a senhora Presidente sabe que se chegar ao FAM e se der uma alternativa eles aceitam, não é? Que é assim que tem feito para negociar a baixa no IMI. Como tal, se quiser, se tiver boa vontade, se tentar o suficiente, eu estou esperançado que para o próximo ano nos possa dar aqui uma grande notícia e que possa baixar e assim alargar os benefícios a todos os portimonenses e não só a alguns, senhora Presidente. Tenho dito, muito obrigado. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, apenas para dizer que, de facto, para conseguirmos aquela



descida do IMI, obviamente que tivemos que dizer que temos a taxa turística, não é, para compensar. -----

-----Depois, todas estas outras negociações obviamente que não são possíveis, não nos deixam, nós não conseguimos baixar mais nada, temos que cumprir aquilo que está escrito e aquilo que está assinado, ponto final. Está-me a dizer que espera que para o ano. Olhe, eu também espero, gostaria muito de no próximo ano poder fazer isso. Senhor deputado Vítor Couto, pode crer que o faria com a maior alegria e com o maior prazer. Nada me daria maior alegria, maior prazer do que chegar aqui para o ano e dizer, consegui esta negociação e consegui reduzir a zero. Acredite que é com toda a humildade e com toda a sinceridade que lhe digo isto. Não há nenhum Presidente de Câmara que goste de honrar os seus munícipes, nenhum. Ainda há-de vir o primeiro, ainda há-de nascer o primeiro que goste de aplicar impostos aos seus munícipes. Quem me dera não ter que o fazer, senhor deputado municipal, era uma mulher feliz, pode crer. Muito obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para abreviar conversa, conforme a senhora Presidente disse, já respondeu aí a uma pergunta anterior que tentaram negociar aqui a redução deste imposto, mas na resposta que deu, no fundo disse que do ponto de vista do executivo, a alternativa é cobrar impostos, cobrar impostos. E a alternativa poderia ser outra, senhora Presidente, é uma questão de opção, e isso já foi aqui amplamente discutido no mandato anterior e já neste mandato também por iniciativa de várias bancadas, e a opção realmente é chegar ao pé da comissão executiva do FAM e amortizar substancialmente aquilo que está em dívida. Pronto. -----

-----Não, os dez milhões de euros eu até temo que não cheguem, temo que não cheguem, mas oxalá que tenha razão e que se consiga uma redução destes impostos, mas se calhar a opção poderia ser eventualmente para conseguirmos puxar para baixo aqui estas taxas e desonerar aqui as famílias portimonenses, porque se a senhora diz que realmente gostava muito de reduzir a carga fiscal, então estamos de acordo, todos gostávamos disso, não é só quem está no poder, quem está na oposição também gostava, porque como já foi aqui dito no ponto anterior, a recuperação que tem sido feita tem sido à conta dos portimonenses e das taxas e impostos no máximo e, portanto, aquilo que era significativo era dizer à comissão executiva do FAM em vez de dez milhões têm aqui quinze, ou dezasseis, ou vinte, mas permita-nos reduzir isto, isto e isto, e isto e isto é o quê? É o IRS, é a derrama e é aplicar as taxas minoradas em sede de IMI, por exemplo. Isso é que se traduziria aqui numa desoneração dos encargos nesse histórico e, portanto, a pergunta concreta senhora Presidente é se vão pôr isso em cima da mesa com a comissão executiva do FAM novamente para o ano, porque é assim, o ano 2023 avizinha-se difícil para todos os portugueses. A inflação não vai baixar tão cedo



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e eu relembro que o aumento da inflação não começou há um mês nem há dois, começou há dez meses ou há onze e, portanto, a questão aqui é muito simples. Além dos apoios sociais, que medidas é que vão ser implementadas para tentarmos, eventualmente, em 2024 aliviar a carga fiscal. Disse.

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, senhora Presidente de Câmara, desde já quero começar por agradecer as explicações que vossa excelência deu aqui a esta Assembleia, que é sempre importante ouvir e tentar perceber a mecânica que está por trás destas negociações, mas eu temo ter percebido mal uma coisa. A senhora Presidente de Câmara, será que eu percebi bem, quando me disse que teve que dar dois vírgula sete milhões em taxas para poder baixar um milhão no IMI, ou seja, com as pessoas a pagar dois ponto sete milhões para poder dar um desconto de um milhão no IMI. Foi isso que eu percebi? É só mesmo um esclarecimento, senhora Presidente, é que foi isso que eu entendo. Muito obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, nós apreciamos, de facto, o carácter genuíno da intervenção do PSD na pessoa do senhor deputado Dr. Vítor Couto, naturalmente que, enfim, percebe-se que a oposição procure naturalmente de alguma maneira aprofundar esta matéria sem ter a preocupação de dar ensinamentos em matéria negocial, não é? Nós realmente acreditamos piamente que a nossa Presidente do executivo tem tido, pelo menos até agora, uma boa capacidade negocial, e naturalmente que aquilo que se configura, de facto, sério em matéria negocial, é apresentar contrapartidas. A taxa turística foi efetivamente uma contrapartida, parece-nos que enfim, já foi algo aprovado aqui em Assembleia Municipal e que vai ao encontro do ajustamento que é necessário fazer face aos impactos negativos do turismo. Portanto, estas compensações são sempre imprescindíveis, sempre necessárias. -----

-----Agora, aquilo que nos parece ser justo dizer, é que nós estamos a viver justamente um período de contraciclo que aliás começou com a pandemia e ainda não acabou, enfim, com a guerra que se vive na Ucrânia e com o respaldo negativo que tem tido na Europa, sem prejuízo obviamente da inflação já ter antecedentes relativamente à própria guerra na Ucrânia, mas obviamente que são tempos tumultuosos, são tempos que, efetivamente, nós, enfim, temos muita dificuldade em controlar a crise e aquilo que se percebe, neste momento, sinceramente, aquilo que nós percebemos do executivo, é que há uma prudência e que é algo, há uma política de gradualidade, como já tivemos oportunidade de explicar, em várias frentes, nós estamos a tentar desenvolver, de facto, este abatimento, não é, sacrificial aos portimonenses. Portanto, parece-nos que face à experiência que já temos das manifestações do executivo em termos do que fundamente a crise, nomeadamente com os fundos de emergência, que este executivo não deixará de estar atento aos



sinais dos tempos. E o próprio Partido Socialista seguramente estará atento, no sentido de envidar esforços para que o executivo que tem sido sensível às preocupações de ordem social, portanto isso é muito perceptível nas relações neste caso entre o estado e sociedade, estado aqui em termos, enfim, municipais, e nós naturalmente não deixaremos de ser sensíveis a esse aspeto. Aliás, suponho que o Partido Socialista à semelhança do Partido Social Democrata, têm em comum uma preocupação do equilíbrio social, da inclusão social, e isso é algo que estará sempre presente entre nós e estamos absolutamente convictos que nos momentos difíceis encontraremos espaço, um espaço comum para lutarmos justamente pela ultrapassagem das dificuldades, sobretudo das camadas mais desfavorecidas da população portimonense. Não tenho dúvidas, nós no PS não temos dúvidas quanto é que os senhores estarão atentos, nós também estaremos atentos e sensíveis numa matéria que é particularmente importante que é a da pobreza e do avolumar essa pobreza no nosso país. Isto é importante que se diga, e por isso eu agradeço senhora Presidente esta pequena intervenção de síntese, justamente com o objetivo de dar a conhecer o nosso respeito por este carácter genuíno da oposição do PSD nesta matéria. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, só para dar aqui uma informação que eu acho que também é importante. Foi ontem ou anteontem, tivemos uma reunião eu e a senhora vereadora com todas as associações que prestam apoio a famílias na comunidade. Todas, portanto, fizemos questão de fazer aqui uma reunião para fazer um levantamento das necessidades e também para tentar perceber como é que as coisas estão a evoluir e chegámos a uma conclusão que nos deixou extremamente preocupadas, é que a grande maioria dos cidadãos que estão a ser apoiados são ucranianos, brasileiros, mais, até inclusivamente holandeses, do Magrebe. Portanto, a grande maioria das pessoas que estão neste momento a ser apoiadas pelo movimento associativo não são portimonenses, porque mesmo os portugueses são portugueses que não são daqui, são cidadãos que não são de Portimão, que são de fora de Portimão mas por qualquer razão vieram para aqui e ficaram aqui e obviamente nós temos obrigação de os socorrer, mas portanto, fiquei menos preocupada neste sentido, não houve uma progressão do ano passado para este ano, não houve um aumento significativo de pedidos de bens, e aquilo que nós, quer eu, quer a senhora vereadora dissemos, aliás, encarregámo-los de irem para casa, fazerem o trabalho de casa, fazerem o levantamento do que é que precisavam para reforçar ainda mais o apoio que estão a dar e a Câmara fará com eles, e naturalmente levaremos a reunião de Câmara e tenho a certeza que os meus colegas vereadores concordarão comigo, levaremos contratos de programa extraordinários para reforçar a capacidade de resposta. Porque deixem-me dizer-vos que chegámos à conclusão de que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



é muito mais eficaz se for dadas por essas associações que estão disseminadas pelo município do que se for diretamente a Câmara a dar cabazes ou a dar um vale, seja o que for. Não, pedimos a essas instituições, digam-nos quanto é que precisam, precisam de dez mil euros, precisam de vinte mil, de trinta mil, de quarenta mil, de cinquenta mil? Digam quanto é que precisam para continuarem a ajudar as pessoas que precisam, independentemente de serem portuguesas, de serem ucranianos, de serem brasileiros, de serem holandeses, franceses, imaginem até franceses cá temos já neste momento a pedir apoio. Portanto, queria-vos dar essa nota também, porque temos falado muito aqui na necessidade de apoiar os cidadãos e, portanto, queria deixar aqui também essa nota. Muito obrigada, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, Presidente, muito obrigado mais uma vez pelos esclarecimentos, é sempre importante, volto a frisá-lo. Mas isso que nos transmite não deixa de me causar alguma estranheza e faz-me recordar o que tem sido afirmado por muitas associações, inclusivamente a Cáritas no início deste mês veio mesmo numa entrevista pública, julgo eu da senhora Presidente, ou da sua Presidente, denunciar isso mesmo. Da Cáritas, penso eu. Veio mesmo denunciar isso na imprensa nacional, que cada vez mais está a crescer a pobreza envergonhada. E às tantas é essa pobreza dos portugueses que de facto não está às tantas ainda a ser verificada nos relatórios que as entidades vão fazendo e que vão dando apoio, mas ela não deixa de existir e se todos os outros estão a pedir mais apoio, é natural e estranho fosse que efetivamente os portugueses e neste caso os portimonenses também não estivessem a precisar. Portanto, isso é sinal que nós temos que trabalhar mais, temos que trabalhar melhor, temos que ir atrás dessa pobreza envergonhada e conseguir fazer chegar mesmo a quem tem vergonha de dar a cara para pedir uma esmola, porque os vizinhos depois vão comentar ou coisa assim. É sinal, acho eu, que tem que haver um maior esforço ainda e não nos congratularmos por não estar a haver um aumento, eu isso sinceramente preocupa-me ainda mais o não estar a haver um aumento, porque não acredito que os portimonenses ao contrário de todos os outros não estejam a sentir mais do que necessidades e a precisarem ainda de mais apoio. Muito obrigado. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, muito rapidamente só para lhe dar nota de que todos nós na reunião, estivemos a fazer um *brainstorming*, ver de que forma é que nós podemos chegar a essa pobreza envergonhada, desde criarmos uma linha direta, uma linha onde só fosse atendida por uma pessoa, por exemplo aqui na Câmara desde, eu até pedi, eu que sou católica e praticante, obviamente pedi ao senhor padre, porque estava aqui o senhor padre da Quinta do Amparo, que nas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



próprias missas apelassem às pessoas para que não tivessem vergonha de pedir socorro quando precisassem, e inclusivamente falámos na hipótese de cada uma destas instituições dar uma entrevista, seja na rádio, seja no jornal e dizer, atenção nós temos a porta aberta, nós estamos aqui para vos ajudar. Nós pusemos tudo em cima da mesa, tudo e acabámos por concluir, pedir aqui ao nosso gabinete de imagem, ver se consegue fazer uma campanha que seja suficientemente apelativa mas também obviamente que não destrua a imagem do município, porque não podemos estar a dizer, obviamente, há fome em Portimão. Eu declarei fome zero em Portimão, digam-me onde é que há fome, porque se me disserem onde é que há fome, nós vamos lá socorrer as pessoas e, portanto, é isto que nós temos que fazer. Agora, se o senhor deputado municipal Vítor Couto que é um jovem também com muitas capacidades, tiver uma ideia para nos fazer chegar, dizer assim, «olhe eu acho que desta forma vocês chegam à pobreza envergonhada», por favor diga-nos! Porque nós não conseguimos criar nada, não conseguimos ter nada de concreto, porque essas pessoas fecham-se muito e, portanto, é difícil. Nós agora obviamente vamos estar atentas ao pagamento da água, da luz, do gás, a essa situação. Obviamente a partir de janeiro temos que estar atentos a essas situações, ao pagamento das dívidas à banca, das suas habitações, naturalmente que a partir de janeiro é essa a nossa preocupação. Agora, penso que chegámos às pessoas que precisam desta forma. Está? Mas se tiver alguma ideia, eu agradeço do fundo do coração, humildemente lhe estou a dizer, quem tiver uma ideia da forma como podemos chegar a essas pessoas, por favor digam-nos, deem-nos uma pista, porque nós estamos abertos a tudo. Muito obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, gostaria antes da minha intervenção de fazer uma pergunta, senhora Presidente, era saber se a Câmara tem informação, através da autoridade tributária, de quem realmente paga, no fundo, IRS, para vermos que tipo de população será ou não atingida com esta medida. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que não têm, nem lhes é dada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, relativamente a esta questão da taxa de IRS e da participação variável, eu recordo uma das coisas que aqui diz na cláusula II se bem me lembro e vem a propósito do IMI, embora estejamos a falar de IRS, mas penso que as condições e hipóteses de contextualizar, diz que é «deliberar anualmente a aplicação das taxas máximas de imposto municipal, nomeadamente IMI, exceto», e eu repito, exceto, estou a citar o que aqui está, «se o município demonstrar que não



coloca em risco o cumprimento dos objetivos orçamentais e trajetória da dívida projetada durante a vigência do PAM». Exatamente. -----

----- Aqui a questão é que o Partido Chega diz exatamente, e vai de encontro àquilo que a senhora Presidente acabou de dizer agora, que é, quanto mais ambiciosos forem durante o curto espaço de tempo, menos o garrote financeiro do PAM se aplica. Portanto, esta exceção depende sempre da capacidade negocial do executivo, quer em negociar, quer em demonstrar exatamente a sua capacidade de gestão. Eu sei que não é fácil, aliás, calculo eu, não sei, calculo que não é fácil, mas de qualquer das maneiras, aquilo que se verifica é uma ambição muito pouco, eu diria, como a senhora Presidente disse até na última Assembleia, gosta muito de ser prudente, enfim, gosta de mitigar uma série de questões, mas quem gosta de mitigar também não apresenta no próximo orçamento de 2023, por exemplo, como está escrito, o aumento e a realização de atividades e eventos quando comparado com o último triénio um aumento de dois vírgula três milhões de euros, mais treze por cento em eventos. Portanto, aqui o alerta vai exatamente na contradição entre esta capacidade negocial para diminuir e devolver uma taxa de IRS à população como aqui já foi dito, que aqui beneficia todos e aliás há uma série de concelhos no Algarve que devolvem exatamente este valor e por outro lado este equilíbrio que é necessário ter naquilo que se vai investir em eventos no próximo ano e sobre isso provavelmente a próxima Assembleia será o local ideal para falarmos sobre isto também, mas aquilo que eu queria no fundo alertar a senhora Presidente, é exatamente deste estatuto de exceção, na capacidade de negociação e da demonstração que se pode ser ambicioso naquilo que é a despesa e a receita do orçamento. Disse.-----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que a CDU sempre se opôs a que o município prescindisse desta verba e pelas seguintes razões: -----

- Justiça fiscal em particular sobre rendimentos do trabalho; -----
- Não faz nenhum sentido que o desagravamento fiscal se possa fazer desigualmente de concelho para concelho ao sabor das necessidades financeiras da vontade política, ou de meras opções que por vezes próximas da demagogia por município e de cada município; -----
- A redução de impostos de âmbito nacional não deve ser feita à custa dos municípios; -----
- Os eventuais benefícios limitados inexpressivos que resultam para os cidadãos individual e coletivamente da opção de prescindir desta verba apenas vão ser sentidos pelas camadas de mais altos rendimentos, tirando benefícios aos que menos têm para devolver em dinheiro aos que mais têm. Iremos acompanhar esta proposta -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhora Presidente, é sobre aquilo que disse na intervenção anterior, não ouvi nada e gostava realmente que a senhora desse aqui conta do que é que em relação a esta matéria foi tentado renegociar com a comissão executiva do FAM.-----

-----Depois, pegando naquilo que se referiu no ponto anterior, a senhora Presidente ficou assim um bocadinho, enfim, exaltada com aquilo que eu terei dito, mas eu acho que era útil, senhora Presidente, se calhar, quando há uma iniciativa do executivo junto da comissão executiva do FAM, dar conhecimento das propostas que são levadas a essa comissão aqui à Assembleia. Porque realmente essa negociação, ou essa tentativa de negociação que é feita pelo executivo, que eu dou de barato que é, enfim, sensata e ousada, não é, não nos chega aqui e nós temos que estar aqui a perguntar nomeadamente aqui sobre estas questões dos impostos e das taxas, se tentaram negociar a baixa disto, ou tentaram propor a baixa daquilo. Porque não sabemos exatamente aquilo que foi proposto pelo executivo junto do FAM. Portanto, era interessante, se calhar, que fosse dado feedback à Assembleia sobre isso. -----

-----Depois, sobre a questão social, estamos todos de acordo sobre a necessidade de reforçar verbas para apoio social durante o próximo ano. Aliás, as propostas que nós trouxemos aqui no âmbito do estatuto de direito da oposição sobre o orçamento de 2023 foram nesse sentido e não só, mas há duas coisas que me causaram alguma estranheza naquilo que disse ainda agora. A senhora disse que decretou a fome zero em Portimão. E eu creio que com boa intenção, mas parece-me que é um decreto um bocadinho ousado, tendo em conta aquilo que se perspectiva para o próximo ano e espero estar enganado naquilo que estou a dizer. E depois a segunda questão foi aquilo que disse em relação aos eventualmente beneficiários ou o aumento de beneficiários que há não serem portugueses e não serem portimonenses. Ó senhora Presidente, eu temo que isso possa ser uma primeira análise eventualmente um bocadinho precipitada, porque eventualmente não só pela pobreza envergonhada, mas por outros fatores, vão haver aí muitos portimonenses que infelizmente vão ter que pedir apoio a essas instituições. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, fiquei a saber agora com o que disse a deputada da CDU, que os portimonenses que como já foi dito aqui ganham a média de mil e cinquenta e quatro euros por mês, são ricos. Quer dizer, se esses portimonenses tivessem a taxa zero, tinham cinquenta euros no bolso, ou seja, se estivessem em Alcoutim, em Aljezur, ou em Albufeira, esses portimonenses ganhavam cinquenta euros se tivessem a taxa a zero. Por isso, eu acho que a situação que a CDU proferiu aqui o Bloco



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de Esquerda não pode acompanhar. E mais, eu próprio como cidadão, eu acho que todos os rendimentos e todos os subsídios devem ser universais e não só para alguns. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, eu acho é que o Bloco de Esquerda, ou então o senhor membro desta Assembleia, deveria se calhar perguntar e se calhar fazê-lo mesmo e ver quem é que realmente serão os mais atingidos neste imposto. Eu gostaria de saber, com toda a frontalidade, quem é que paga IRS. Entende? Porque tirar a uns nessa universalidade, vai beneficiar quem mais tem e vai tirar benefícios que serão dados à autarquia. Portanto, agora se o Bloco de Esquerda tem essa justiça social, eu também não me vou pronunciar sobre as vossas opções locais, aliás, a proposta só dissemos que acompanhamos e acompanhamos, dissemos as razões, a proposta não é nossa, não é uma Câmara CDU, porque nas nossas câmaras isso é aplicado assim. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, é só para dizer o seguinte. Em 2020, nós trouxemos a esta Assembleia, uma proposta para reduzir o IRS em dez por cento. Foi aprovado e depois quando chegou ao FAM levou sopa e voltou para trás e, portanto, tivemos que manter a mesma taxa. Portanto, já cá veio essa redução de dez por cento. -----

-----Depois, dizer aqui ao senhor deputado municipal Paulo Canha, que os dois vírgula três milhões para a aquisição de bens têm a ver com energia elétrica e outros materiais, porque a Câmara também é atingida pela inflação. Portanto, nós vamos pagar mais dinheiro em energia, vamos pagar mais dinheiro pelos bens que adquirimos, sejam eles quais forem e, portanto, é exatamente neste ponto que eu queria só esclarecer, é essa a questão. -----

-----Quanto à fome zero, senhor deputado municipal, eu, uma vez houve uma senhora que me disse que há fome em Portimão, e eu pedi a essa senhora para me identificar as famílias, identifique-me as famílias, diga-me qual é a casa, eu mando lá entregar os bens. Aliás, neste momento inclusivamente para essas famílias mais, pronto, que estão um bocadinho mais envergonhadas, já há forma de lhe fazermos chegar os cabazes a casa de carro. Portanto, é só saber onde é a morada e os cabazes chegam-lhes lá e são-lhes entregues em casa para não os obrigar a dar a cara e a serem vistos, porque normalmente aqueles que vão a estas associações já estão mais que habituados, já estão mais que batidos, para eles aquilo já é uma rotina. Estes não, estes é pior. Muito obrigada, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que o que gostava de esclarecer à senhora Presidente do executivo, foi exatamente aquilo que está na página vinte e oito das grandes opções do plano, isto



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



tem a ver com IRS também e a devolução à população da taxa. Obviamente as coisas estão entroncadas e diz assim, «após dois anos afetados severamente pela pandemia do Covid-19 e quando se perspectivava uma recuperação económica, a invasão da Ucrânia pela Rússia iniciada em 24 de fevereiro de 2022, gera um aumento global de incerteza e instabilidade. Pelo que a presente rubrica reflete por um lado o grau de incerteza e instabilidade, e por outro, a maior dinamização na realização de atividades e eventos, quando comparado com o último triénio face ao orçamento para 2022. O aumento é de dois vírgula três milhões de euros». Portanto, a realização de atividades e eventos. Não tem a ver com a energia. É o que aqui está, página vinte e oito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, para dizer que a sua intervenção vem apenas no sentido de esclarecer o seu sentido de voto. Obviamente que achamos que esta taxa de IRS deveria ser zero, também, mas tendo em conta os pressupostos do FAM que o impedem de reduzir, iremo-nos abster. Muito obrigada. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-e)** - Discussão e Votação da participação variável de IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Portimão, a arrecadar em 2023, referente aos rendimentos relativos ao ano de 2021, nos termos do nº3 da Proposta - **Deliberação nº 772/22, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	1	0	0	16
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	1	0	1
VOTOS CONTRA	0	5	3	2	2	0	0	0	12

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----Faltou a Sra. Deputada Independente Ângela Venâncio Quadros. -----

-----**Foi aprovada, por maioria, a participação variável de IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Portimão, a arrecadar em 2023, referente aos rendimentos relativos ao ano de 2021, nos termos do nº3 da Proposta - Deliberação nº 772/22.** -----

-----**No Seguimento desta votação, a bancada do CHEGA, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «A proposta de aplicação de impostos municipais para o ano 2023, está condicionada ao conjunto de externalidades de acordo com o Regime Jurídico de Recuperação Financeira Municipal. É conhecida o posicionamento do Partido CHEGA sobre alguns



impostos nomeadamente o IMI, que é o imposto mais “ridículo” que existe e injusto económica e socialmente e que deveria ser extinto. Se não vejamos, as pessoas adquirem através dos seus capitais próprios ou até de empréstimos o seu imóvel, ficando como que uma ligação para a vida, com uma prestação anual à autarquia municipal, não se conseguindo entender a justiça do mesmo. Onde está a justiça social desta medida e deste imposto e a sobrecarga que se dá aos cidadãos. Nem a justificação que a Assembleia Municipal não tem competência para extinguir o IMI, porque como sabemos essa responsabilidade é da tutela estatal, faz com que o nosso entendimento sobre proposta de uma redução, que é sempre uma redução, mas mais uma vez para o ano em apreço é mais uma migalha que serve de marketing político e que na prática nada significa, que em nada é ousada, e que não passa de uma medida justificada com o “garrote” do PAM, mas que todos sabemos se houvesse vontade política na diminuição da dívida, este e outros “garrotes” deixariam de fazer efeito e que obviamente deveria ser reduzida à taxa mínima de 0,3 possível de praticar pela autarquia, a qual está prevista na autonomia municipal. -----

----Como sabemos, Portimão está sob a alçada do Fundo de Apoio Municipal (FAM) e o correspondente Programa de Ajustamento Municipal (PAM), mas poderia e deveria ter sido reduzida através de negociação como esses respetivos programas, com alternativas orçamentais que beneficiassem mais os munícipes e as famílias, quer através de redução e pagamento de mais dívida, assim como um incentivo ao investimento local. Por isso, sendo este imposto imoral e que as populações não deveriam suportar, no ano que se quer de retoma económica, o conjunto de impostos fiscais previstos para o ano de 2023 ora propostos pelo executivo autárquico do PS, não são mais que um conjunto de medidas que consubstanciam a manutenção da carga fiscal para os munícipes que é das mais elevadas do país. -----

A taxa sobre o lucro das empresas (DERRAMA) continua na taxa máxima, independentemente do seu lucro, da sua dimensão, e dos fatores contributivos de emprego e riqueza. Também para o ano de 2023, a autarquia teima em não devolver nada na participação da taxa variável de IRS aos munícipes, ficando e arrecadando a taxa máxima de 5%. O paradigma da gestão autárquica alterou, foram obrigados a acabar com “*modus operandi*” de gestão pública acumulando dívida e mais dívida para continua um novo paradigma! O mesmo fundamenta-se principalmente e à custa da receita baseada em impostos municipais, que por sua vez servem para uma estratégia de governação que em nada promove o desenvolvimento das famílias e empresas do município e respetivas freguesias. Basta analisar os dados contabilísticos de um passado mais recente e cruzar com estratégias políticas adotadas ao longo dos anos, para verificar que muitas dessas políticas estão aqui consubstanciadas à custa dos impostos locais.» -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** informou que se seguia para apreciação o ponto **4-f)** - Discussão e Votação do valor da percentagem da Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) para o ano de 2023 relativo ao ano de 2021, nos termos do nº4 da Proposta - Deliberação nº 772/22, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra.-----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, pegando aqui novamente naquilo que foi dito no ponto anterior, era importante que a senhora Presidente de Câmara também explicasse se relativamente aqui à derrama, se ela também foi objeto de tentativa de negociação, porque é uma questão recorrente, ano após ano e conforme disse o ano passado e creio que há dois anos, é um fator aqui de perda de atratividade do concelho de Portimão para a fixação de empresas aqui, o facto dos lucros serem tributados a esta taxa máxima de um e meio por cento de lucro tributável. Portanto, perguntava diretamente se foi objeto de tentativa de negociação a redução aqui da taxa ou a eliminação da taxa da derrama. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que o Bloco de Esquerda não é de todo contra esta taxa, mas achamos que devia haver um teto e o teto que acho que todas as empresas deviam, aqui em Portimão que muitas delas são empresas familiares e pequenas, deviam de ter pelo menos a isenção até cem mil euros. Eu já sei o que é que vai dizer, que não é possível, eu sei disso, mas é a nossa posição. Sob o lucro, exatamente. A empresa pode ter lucro, mais de cem mil euros. Quem tivesse um lucro de mais de cem mil euros, é que começava a pagar, não aquelas que tivessem o lucro até cem mil euros. -----

----- Posto isto, nós vamos votar contra, naturalmente. E queria também expor aqui o seguinte. É que nós estamos a votar aqui contra estas taxas, a gente percebe o esforço que este executivo tem feito, mas não fomos nós que fizemos a dívida anterior, por isso não somos nós que devemos pagar esta dívida. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que também não irão acompanhar esta proposta, uma vez que numa altura em que os custos dos fatores de produção têm disparado, grande parte do tecido empresarial do município é maioritariamente composto por micro, pequenas e médias empresas, seria de louvar isentar estas empresas com o volume de negócios inferiores ou iguais a cento e cinquenta mil euros, aliás, é o que a lei prevê, e de forma a que aliviasses esta situação potencialmente explosiva em que muitas empresas se encontram, em virtude de créditos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



contraídos durante a crise pandémica e da atual escalada de preços e dos juros, bem como da quebra do poder de compra dos portugueses. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, só para dizer o seguinte. Também o PSD apresentou em reunião de Câmara também uma proposta de redução desta taxa da derrama já pelos motivos explicados no ponto anterior que eu escuso-me agora de estar aqui a repetir, e nesse sentido não foi acompanhado pelo executivo, o que lamentamos. Muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, para dizer que novamente a intervenção é apenas para esclarecimento da sua votação. No sentido do que foi apresentado pelo Bloco de Esquerda, achamos que efetivamente as empresas devem contribuir para o município onde se encontram, mas deve existir uma isenção quando ela for possível, eu iria um bocadinho mais além dos cem mil euros, pelo menos dos cento e cinquenta mil euros que é a norma nos restantes municípios onde existe também a derrama, mas compreendemos que os compromissos assumidos pelo executivo para fazer face à dívida que tinha e nesse sentido iremo-nos abster. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que gostava de perguntar à senhora Presidente do executivo se esta medida também foi alvo de tentativa de negociação para com o FAM. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que já tinha sido respondido. -----

-----Senhora Presidente, peço-lhe a sua colaboração com a Assembleia, no sentido de esclarecer claramente, uma vez que parece que houve elementos que não perceberam. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, ó senhora Presidente, eu já li aquilo que está nas obrigações do FAM. Quer dizer outra vez, ler outra vez, pelo amor de deus era a derrama e era o IRS, eram as duas que lá estavam. Pronto. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, mas pelos vistos houve quem não estivesse. Já estão esclarecidos neste momento? Ok. -----

-----Já foi à negociação. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, agradeço também a colaboração da senhora Presidente de Câmara que foi muito colaborativa agora na resposta que deu, mas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ficamos sem perceber se houve tentativa de negociação ou não, porque, embora a senhora Presidente da Assembleia diga que houve, a senhora Presidente de Câmara voltou a ler o tal artigo dois do contrato do PAM e, portanto, nós já sabemos o que é que está no artigo segundo do contrato do PAM, mas a senhora já leu e nós ouvimos e tomamos em boa nota aquilo que disse. O que não sabemos e daí, creio que foram três perguntas de bancadas diferentes e não combinámos entre nós, era se durante este ano houve uma tentativa de negociação desta medida e de redução ou eventualmente eliminação da derrama. Era tão somente isto, senhora Presidente, mas, enfim, eu não sei se hei-de apelar à sua cooperação ou compreensão, acho que era importante para o debate esclarecer isso. Era só. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que a senhora Presidente diz que já respondeu e, portanto, se respondeu ou não, os senhores é que saberão. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-f)** - Discussão e Votação do valor da percentagem da Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) para o ano de 2023 relativo ao ano de 2021, nos termos do nº4 da Proposta - **Deliberação nº 772/22, tendo sido obtido o seguinte resultado:**-----

VOTAÇÕES	PS	PPD PSD	CHEG	PORTIMÃO FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PE	P	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTA
VOTOS A FAVO	15	0	0	0	0	0		0	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0		0	1
VOTOS CONTRA	0	5	3	2	2	1		0	13

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----Faltou a Sra. Deputada Independente Ângela Venâncio Quadros. -----

-----**Foi aprovado, por maioria, o valor da percentagem da Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) para o ano de 2023 relativo ao ano de 2021, nos termos do nº4 da Proposta - Deliberação nº 772/22.**-----

----**No Seguimento desta votação, a bancada do CHEGA, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «A proposta de aplicação de impostos municipais para o ano 2023, está condicionada ao conjunto de externalidades de acordo com o Regime Jurídico de Recuperação Financeira Municipal. É conhecida o posicionamento do Partido CHEGA sobre alguns impostos nomeadamente o IMI, que é o imposto mais "ridículo" que existe e injusto económica e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



socialmente e que deveria ser extinto. Se não vejamos, as pessoas adquirem através dos seus capitais próprios ou até de empréstimos o seu imóvel, ficando como que uma ligação para a vida, com uma prestação anual à autarquia municipal, não se conseguindo entender a justiça do mesmo. Onde está a justiça social desta medida e deste imposto e a sobrecarga que se dá aos cidadãos. Nem a justificação que a Assembleia Municipal não tem competência para extinguir o IMI, porque como sabemos essa responsabilidade é da tutela estatal, faz com que o nosso entendimento sobre proposta de uma redução, que é sempre uma redução, mas mais uma vez para o ano em apreço é mais uma migalha que serve de marketing político e que na prática nada significa, que em nada é ousada, e que não passa de uma medida justificada com o “garrote” do PAM, mas que todos sabemos se houvesse vontade política na diminuição da dívida, este e outros “garrotes” deixariam de fazer efeito e que obviamente deveria ser reduzida à taxa mínima de 0,3 possível de praticar pela autarquia, a qual está prevista na autonomia municipal. -----

-----Como sabemos, Portimão está sob a alçada do Fundo de Apoio Municipal (FAM) e o correspondente Programa de Ajustamento Municipal (PAM), mas poderia e deveria ter sido reduzida através de negociação como esses respetivos programas, com alternativas orçamentais que beneficiassem mais os munícipes e as famílias, quer através de redução e pagamento de mais dívida, assim como um incentivo ao investimento local. Por isso, sendo este imposto imoral e que as populações não deveriam suportar, no ano que se quer de retoma económica, o conjunto de impostos fiscais previstos para o ano de 2023 ora propostos pelo executivo autárquico do PS, não são mais que um conjunto de medidas que consubstanciam a manutenção da carga fiscal para os munícipes que é das mais elevadas do país. -----

A taxa sobre o lucro das empresas (DERRAMA) continua na taxa máxima, independentemente do seu lucro, da sua dimensão, e dos fatores contributivos de emprego e riqueza. Também para o ano de 2023, a autarquia teima em não devolver nada na participação da taxa variável de IRS aos munícipes, ficando e arrecadando a taxa máxima de 5%. O paradigma da gestão autárquica alterou, foram obrigados a acabar com “*modus operandi*” de gestão pública acumulando dívida e mais dívida para continuar um novo paradigma! O mesmo fundamenta-se principalmente e à custa da receita baseada em impostos municipais, que por sua vez servem para uma estratégia de governação que em nada promove o desenvolvimento das famílias e empresas do município e respetivas freguesias. Basta analisar os dados contabilísticos de um passado mais recente e cruzar com estratégias políticas adotadas ao longo dos anos, para verificar que muitas dessas políticas estão aqui consubstanciadas à custa dos impostos locais.» -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



---- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** informou que se seguia para apreciação o ponto **4-g1)** - Discussão e votação da manutenção da suspensão da aplicação do faseamento do valor das taxas municipais em vigor, da fixação do percentual da taxa municipal dos direitos de passagem em 0,25%, nos termos da Proposta - Deliberação nº 795/22 declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para explicar que vão discutir os pontos 4-g(1) e g(2) em conjunto com o tempo que têm disponível e fixado na conferência de líderes e depois votarão separadamente. -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que fala-se aqui na documentação que lhes foi entregue sobre este ponto já amplamente mencionada nesta Assembleia, elaboração ou procedimento da elaboração do regulamento municipal de taxas e tarifas. E diz-se aqui a dado passo que isto está em fase de ultimização. A pergunta era exatamente essa, era quando é que expectavelmente virá aqui à Assembleia, porque já se fala nisto há tanto tempo que eu, enfim, não sei se não será demasiado tempo senhora Presidente. Era saber em que ponto em que está essa colaboração. -----

----- Segunda questão. Embora a votação seja separada, a discussão é conjunta e estamos aqui também a tratar da fixação da taxa de direitos de passagem, e a pergunta é se, para ficar aqui devidamente esclarecido, era se também há congelamento desta taxa, ou se há algum agravamento, se a taxa se mantém igual à de 2022 para 2023, ou se há algum agravamento. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, tem razão o senhor deputado municipal João Caetano, de facto o regulamento de taxas e tarifas tem andado para a frente e para trás e já devia estar feito e escusávamos de estar aqui agora a votar a suspensão. Vai ser entregue até final de janeiro, portanto está a ser elaborado, lançámos um concurso e, portanto, neste momento, está a ser elaborado. Obviamente que há-de ir a reunião de Câmara, há-de ir para consulta pública e depois há-de voltar à reunião de Câmara e depois virá à Assembleia Municipal. Portanto, até ao final de janeiro será entregue. -----

----- Relativamente ao valor da taxa de passagem, como sabe a taxa de passagem é para as empresas de telecomunicações e é o mesmo valor do ano passado. Portanto, não há agravamento, não há agravamento. Aliás, este foi um assunto sempre muito discutido na



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Associação Nacional de Municípios, porque, de facto, é um abuso por parte das empresas que usam os nossos territórios, que deixam buracos abertos em toda a parte, que esburacam a cidade, não voltam a repor o pavimento como estava originalmente e, portanto, eu acho que zero vinte e cinco, juro que ainda acho que é pouco, mas pronto, é o máximo, é aquilo que nós vamos aplicar, porque estas empresas ganham milhões, milhões e, portanto, deviam pagar mais às autarquias. Muito obrigada, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, senhora Presidente, muito obrigado pelo esclarecimento, eu tomei em devida nota os timings que referiu em relação ao regulamento das taxas, eu presumo que quando diz final de janeiro, é para ser entregue ao executivo e depois então iniciar-se o procedimento de aprovação do regulamento. Mas a questão decorre desse procedimento e de saber, enfim, não vamos aqui fazer previsões, eu nem com as minhas capacidades de adivinho consigo saber durante o ano 2023 em que fase do ano é que estará em vigor o regulamento das taxas, mas imaginando que está a produzir efeitos jurídicos durante o ano 2023, a pergunta é óbvia, qual será a opção do executivo relativamente aqui às taxas. Serão repostas, serão atualizadas de acordo com o regulamento municipal que vai entrar em vigor, desejavelmente durante o ano que vem, ou vai continuar a haver aqui congelamento do montante da utilização das taxas. Era essa questão que queria que respondesse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que gostaria de fazer, tinha duas perguntas mas neste caso, a existência de algum regulamento com as taxas atualizadas para esta deliberação. Penso que o senhor deputado João Caetano já fez esta pergunta. -----

-----A minha outra será. Não está quantificado o valor da medida e qual impacto no orçamento municipal para 2023. Era só. Obrigado. A taxa de passagem, zero vírgula vinte e cinco. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, eu estava a ouvir atentamente a senhora Presidente de Câmara e ela diz, e muito bem, que esta taxa de passagem é acima de tudo para as empresas de telecomunicações que têm lucros brutais de facto, mas atenção senhora Presidente, temos de ter em mente que esses custos que nós cobramos às empresas de telecomunicações depois acabam por vir a refletir-se na fatura ao consumidor e aos munícipes, sempre, sempre. E por aí também temos que ter esse cuidado e temos que ter a ponderação, porque ao estarmos a aumentar a taxa,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



neste caso não, estamos a mantê-la, mas todos estes custos que estamos a dar à empresa e elas vão depois cobrá-los aos seus clientes finais, como é lógico. -----

-----Agora, o que o município também tem que ter em atenção e ainda bem que acho que vamos ter mais alguns fiscais, é fiscalizar quando as empresas fazem essas obras e esses buracos, e tem toda a razão quando eles depois não tapam convenientemente e não repõem a situação original, atuar, não é? Não pode ser por eles prevaricarem dessa forma que vamos estar aqui a colocar taxas que depois vão-se refletir no bolso de todos nós, e também se me permite, apelando a sua condição de Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios e também à sua boa ligação e boas relações com o governo de Portugal, poderá também tentar que haja aí a criação de alguma legislação que impeçam depois desses custos serem refletidos, não é, aos munícipes. Porque não podemos dizer que este é um imposto que é para as empresas de telecomunicações. Não, não é, no fim quem vai pagá-lo somos nós, todos nós. Muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que em relação à taxa municipal de direitos de passagem, tem sido e foi uma justa reivindicação de há muito dos municípios, que aliás até está consagrada na lei das finanças locais para serem ressarcidos precisamente como disse a senhora Presidente dos ónus gerados sobre os seus territórios e da livre utilização do seu domínio público pelos concessionários dos serviços que utilizam as infraestruturas de subsolo. Realmente, deverão ser os concessionários a assumirem estes custos da rede. Este devia de cobrar uma taxa municipal de direitos de passagem. Atualmente, estas taxas já não incidem sobre o consumidor, já está devidamente regulado isto, já há decisões judiciais e, portanto, nas nossas faturas já não vem como vinha anteriormente esse encargo. Portanto, nós iremos acompanhar esta proposta. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, eu julgo que nos primeiros mandatos do Bloco de Esquerda, o Bloco de Esquerda até trouxe uma recomendação sobre as taxas de passagem, e que acho que foi chumbada aqui nesta Câmara, tanto como à taxa de passagem, como também deviam também cobrar os multibancos que não são cobrados também como publicidade e como uma máquina que está ali junto ao passeio como muitos outros. Se pagamos o ar condicionado, porque é que não se paga um multibanco e aqui fica o repto e o Bloco de Esquerda vai-se abster deste ponto. ----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, só para responder aqui a duas ou três perguntas. ---



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Em primeiro lugar, responder ao senhor deputado municipal João Caetano que a nossa ideia, é que aquilo que estamos a aprovar agora perdure para o ano de 2023. Para o ano de 2024, serão aplicadas então as novas taxas, porque obviamente nessa altura já teremos tudo aprovado para não estarmos a alterar a meio do ano como é evidente. -----

-----Depois, responder ao senhor deputado municipal Espinha, que a taxa de passagem é no valor cobrado, e agora até se vão rir, não é, trinta e dois mil euros por ano! Trinta e dois mil euros, é absolutamente ridículo, ridículo! -----

-----Quanto à fatura no consumidor, a Associação Nacional de Municípios bateu-se fortemente enquanto eu lá estive, para que, de facto, houvesse legislação que impedisse que isso aparecesse nas faturas e que fosse cobrado aos consumidores. -----

-----Os multibancos estão por norma em espaços privados, portanto não estão em espaços públicos e por isso há dificuldades em que sejam taxados, como é óbvio não é? Porque estão em espaços privados. De qualquer forma, na anterior tabela de taxa estavam lá os multibancos. Muito obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria de Sousa Velha**, para dizer que isto é engraçado. Porque ainda nos pontos anteriores, eu me pronunciei, eu e a minha bancada e pronto eu pessoalmente me pronunciei precisamente contra o excesso de carga fiscal, o excesso de taxas que incide sobre todos nós e agora oiço neste debate afirmar aqui, vamos mas é taxar mais, vamos taxar multibancos, vamos taxar isto, e isto a propósito dos direitos de passagem, e sim estamos todos cientes senhora Presidente e minha querida colega deputada Lurdes Melo, de que existe legislação, de que existe jurisprudência. Agora, o facto é que nós sabemos que estas empresas e empresas de grandes lucros, é evidente que não vão lá cobrar na fatura direitos de passagem, não com essa denominação, mas é claro que vão aumentar os custos próprios e depois sabemos como é que isso se reflete nos consumidores, não apenas nestas empresas mas em muitas outras e, portanto, é só mesmo para vos dizer isto. Então mas taxamos muito e afinal ainda querem mais taxas, colegas? Pronto, reflitamos um pouco sobre isto e vamos ver onde está a justiça fiscal sobretudo para os nossos cidadãos. Está bem? Obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que não está preocupado com o que os bancos vão pagar sobre os multibancos. Vê-se os lucros que os bancos têm, por isso eu não estou nada preocupado nem estou com pena nenhuma dos bancos, tenho pena é dos portimonenses. Tenho dito. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para explicar que neste ponto vão fazer duas votações. Vamos fazer primeiro a votação da suspensão da aplicação do faseamento do valor das taxas municipais em vigor.

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-g1)** - Discussão e votação da manutenção da suspensão da aplicação do faseamento do valor das taxas municipais em vigor, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 795/22, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	0	2	2	1	1	0	26
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	3	0	0	0	0	0	3

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança). -----

---- Faltou a Sra. Deputada Independente Ângela Venâncio Quadros. -----

----- **Foi aprovada, por maioria, a manutenção da suspensão da aplicação do faseamento do valor das taxas municipais em vigor, nos termos da Proposta - Deliberação nº 795/22.** -----

----- Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-g2)** - Discussão e votação da fixação do percentual da taxa municipal dos direitos de passagem em 0,25%, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 795/22, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	2	2	1	1	0	21
ABSTENÇÕES	0	5	0	0	0	0	0	0	5
VOTOS CONTRA	0	0	3	0	0	0	0	0	3

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança). -----

----- Faltou a Sra. Deputada Independente Ângela Venâncio Quadros. -----

Foi aprovada, por maioria, a fixação do percentual da taxa municipal dos direitos de passagem em 0,25%, nos termos da Proposta - Deliberação nº 795/22. -----

Não havendo mais intervenções e esgotado o tempo regimental previsto para esta sessão, quando eram zero horas e trinta e cinco minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, Isabel Andrez



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Guerreiro deu por concluída a 2ª reunião desta 5ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e dois, realizada no dia dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e dois, e desde logo ficou agendada a continuação dos trabalhos para o dia dezanove de dezembro, no mesmo horário e local. -----

-----3ª Reunião da 5ª Sessão Ordinária de 2022 – 1ª Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 19 dezembro de 2022 -----

-----Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Auditório do Museu Municipal, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a presidência da sua Presidente, excelentíssima senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, Primeiro Secretário da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Ricardo Viana	Partido Social Democrata
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco Esquerda
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Cristina Maria de Sousa Velha	Partido Social Democrata
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
José Luís Barbudo	Partido Socialista
Rui Filipe Duarte Norte	Partido Social Democrata
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz"



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



	(CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Ricardo Cândido	PAN
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	Bloco Esquerda
Patrícia Alexandra Gonçalves Ferro	CHEGA
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Cristiano Malha Gregório	Partido Socialista
João Pedro Marreiros Rosa	Partido Socialista
Paulo Jorge Domingos dos Santos Riscado	Partido Socialista
Maria de Lurdes Reis	Partido Socialista
Maria da Luz Cabeço Garrancho Santana Nunes – Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Mónica Isabel Martins Fernandes – Secretária do Executivo da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes – Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	José M. Figueiredo Santos	1	19/12/2022	Cristiano Malha Gregório
PS	Pedro Jorge Moreira	1	19/12/2022	José Luis Barbudo
PS	Carlos Osório	1	19/12/2022	Alzira Maria Maças Calha
PS	Alzira Maria Maças Calha	1	19/12/2022	João Pedro Rosa
PS	Sheila Tomé	1	19/12/2022	Paulo Jorge Riscado
PS	Andreia Sousa	1	19/12/2022	Maria de Lurdes Reis



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



PSD	Carlos Gouveia Martins	1	19/12/2022	Ricardo Viana
PSD	Américo Mateus	1	19/12/2022	Rui Norte
Chega	Luís Filipe Custódio	1	19/12/2022	Patrícia Ferro
PAN	Daniela Marlene C. Duarte	16	5/12/2022 A 20/12/2022	Ricardo Cândido

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo:-----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Isilda Maria Prazeres dos Santos V. Gomes	Presidente – Partido Socialista
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista
João Vasco Gambôa	Vereador – Partido Socialista
José Pedro Cardoso	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleiro Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Luís Oliveira	Vereador - CHEGA

-----Por Parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não esteve presente: -----

Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador - Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
--------------------------------	---

-----Quando eram vinte e uma horas e três minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **3ª reunião da 5ª Sessão Ordinária de 2022**, cumprimentando todos os presentes, e informou que seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos, o ponto **4.a)** Apreciação e Votação dos Documentos previsionais, que englobam o Orçamento da Receita, da Despesa e as Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal, para o quinquénio de 2023 a 2027, nos termos da Proposta - Deliberação nº 820/22, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra.-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Varges Gomes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que vai apenas dar uma panorâmica geral, um resumo do que é este orçamento da receita e da despesa do município para os anos 2023-2027. -----

----- O orçamento da receita e da despesa plurianual do município de Portimão para este período, caracteriza-se pelos seguintes aspetos: -----

- Manutenção do equilíbrio das contas municipais; -----
- Manutenção da sustentabilidade estrutural; -----
- Melhoramento das funções básicas municipais; -----
- Apetrechamento operacional dos equipamentos municipais; -----
- Cumprimento da regra de equilíbrio orçamental. -----

----- O orçamento para o quinquénio 2023-2027, consolida a tendência de aproximar as necessidades reais do município decorrentes da implementação de: -----

- Medidas de redução da dívida; -----
- Medidas de reequilíbrio orçamental; -----
- Políticas de crescimento sustentável. -----

----- O orçamento da receita para o ano 2023 foi construído tendo por base o princípio da prudência, suportado pelas regras previsionais previstas na legislação em vigor. -----

----- As receitas correntes previstas são na ordem de sessenta e sete vírgula três milhões de euros, representando um peso relativo de noventa e quatro vírgula um por cento relativamente às receitas totais previstas. Contudo, e face ao previsto para 2022, prevê-se um acréscimo na receita corrente de onze vírgula um milhões de euros diretamente influenciado pela evolução positiva nas rubricas impostos diretos, taxas, multas e outras penalidades e transferências correntes. Aqui, temos como mais importante e com maior peso o IMT. Por seu lado, as receitas de capital apresentam um decréscimo de quatro vírgula cinco milhões de euros, quando comparado com o inicialmente previsto para 2022, essencialmente pela redução da previsão de receita, transferências de capital e de ativos financeiros. -----

----- Importa ainda referir que nas receitas de capital, estão previstos três vírgula sete milhões de euros de participações de fundos comunitários e/ou nacionais a projetos de investimento.

----- O orçamento da despesa previsto para 2023 situa-se nos setenta e um vírgula cinco milhões de euros, repartido em despesa corrente no valor de quarenta e nove vírgula oito milhões de euros, com o peso de sessenta e nove vírgula seis na despesa total. Por seu lado, as rubricas das despesas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de capital atingem um montante de vinte e um vírgula sete milhões de euros e representam trinta vírgula quatro por cento do total orçamentado. -----

-----Por último, espera-se um saldo orçamental em 2022, compreendido no intervalo entre os trinta e os quarenta milhões de euros, que naturalmente irá influenciar a execução do orçamento para 2023. Quando fizermos a integração do saldo transitado, novamente este orçamento terá que vir aqui à Assembleia Municipal. -----

-----Relativamente às grandes opções do plano, que ascendem a quarenta e seis vírgula cinco milhões de euros, mais sete vírgula nove milhões de euros no ano 2022, e registam a seguinte distribuição: -----

- Funções gerais – quinze vírgula oito milhões de euros e inclui serviços administrativos, proteção civil e combate a incêndios; -----

- Funções sociais, vinte e dois vírgula cinco milhões de euros, que inclui educação, segurança e ação social, habitação, ordenamento do território, resíduos sólidos, proteção do meio ambiente e serviços culturais; -----

- Funções económicas, cinco vírgula sete milhões de euros, inclui transportes e comunicações, indústria e energia; -----

- Outras funções, dois vírgula cinco milhões de euros, que inclui operações de dívida autárquica, transferências entre administrações e outras. Muito obrigada, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que principiou por cumprimentar todos os presentes e disse que relativamente à proposta de orçamento e das GOP, senhora Presidente, ouviu atentamente a sua exposição inicial, estava à espera que falasse de outras questões que não falou e vai dizer quais são, porque parece que são também aqui importantes no quadro aqui da proposta que o executivo traz aqui à Assembleia. -----

-----A primeira questão que cumpre aqui dizer, é que, enfim, o orçamento está organizado como era expectável segundo um equilíbrio de receitas e despesas. Acontece que o valor das receitas parece-nos que está previsto de uma forma otimista, nomeadamente em relação às receitas de impostos diretos, concretamente em relação ao IMT e uma rubrica que a senhora não falou aí que é a questão da taxa turística, que também tem algum peso, que ainda não está implementada, não sabemos como é que vai estar e eu tenho aqui algumas reservas, muito sinceramente, relativamente ao montante que está aqui previsto como encaixe pela cobrança da taxa turística. Aliás, tenho reservas, não me vou alongar muito aqui neste aspeto, porque teremos, se deus quiser, oportunidade para discutir isso aqui, tenho reservas em relação à forma como vão implementar a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



taxa turística, porque isto, enfim, não é bem uma taxa, parece-me que é mais um imposto travesti de taxa, mas lá chegaremos a seu tempo. E depois temos aqui despesas que são ajustáveis a esta previsão de receita. Ora o que é que acontece? Pegando numa frase que ficou famosa, eu diria, e isto não só resulta deste orçamento, mas também resulta dos anteriores, eu diria que a senhora corre o sério risco de ficar conhecida por ter ido além do FAM. Porque a senhora realmente prevê aqui montantes de arrecadação de receita e de contração de despesa que estão substancialmente acima e o aumento deste ano para o próximo é considerável, estão acima daquilo que o PAM prevê, e o próprio FAM chama a atenção para isso e, portanto, esta proposta de orçamento, e vou terminar por aqui numa primeira análise, parece-nos que está aqui construída sobre números, nomeadamente ao nível da receita, porque depois a despesa está acomodada àquilo que está previsto para a receita, estão aqui por verificar se realmente são ou não previsíveis em termos de receita espetável. -----

-----Depois, em termos de GOP. Ó senhora Presidente, eu vi aqui alguns projetos que são estruturantes para o concelho, estou a falar nomeadamente de vias rodoviárias, mas verifiquei que as verbas que estão aqui elencadas para 2023 são muito reduzidas, estou a falar nomeadamente da via V10, estou a falar nomeadamente da 531 e depois tenho aqui uma rubrica que causou alguma estranheza, que é a questão da habitação, da implementação da estratégia local de habitação com valores para 2023 que são, eu diria quase residuais relativamente ao que está nomeadamente previsto para 2024. Isto é em várias rubricas e se quiser lá iremos de uma forma mais concreta. Esqueci-me de referir um ponto aqui, que do ponto de vista da despesa é de toda a relevância e que a senhora também não referiu, que são os passivos contingentes, os já famosos passivos contingentes que todos os anos temos que falar deles aqui, porque isto é uma questão crónica nos vários orçamentos que a senhora tem apresentado após ano, que é a suborçamentação daquilo que está, ou poderá estar aqui em causa em termos de passivos contingentes, e eu dou só aqui um número. -----

-----Aquilo que aqui está na folha trinta e três em termos de soma de valor de provisão para passivos contingentes são onze milhões quatrocentos e dez mil novecentos e dezoito euros. É a única soma que está aqui. Eu fiz a outra soma, que é aquilo que pode resultar num cenário limite, não é? Catastrófico, diria quase, que é o município ser condenado a todos os processos. Pois essa soma dá a módica quantia de vinte e quatro milhões novecentos e trinta e cinco mil quatrocentos e quarenta e cinco. É mais do dobro e, portanto, nem tanto ao mar nem tanto à terra. Isto também não está refletido em termos, este número que eu acabei de dizer que não está aqui somado, vinte e quatro milhões novecentos e trinta e cinco mil quatrocentos e quarenta e cinco, não está aqui refletido em termos de despesa expectável. Portanto, tudo somado, numa primeira intervenção diria que esta



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



proposta merece-nos sérias reservas e enfim, salvo algumas explicações que aguardamos no decorrer desta Assembleia, em princípio, não merecerá o nosso voto favorável. Disse. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, bom, primeira questão, o valor das receitas otimista. Já o ano passado disse o mesmo, repete sempre o mesmo e nós ultrapassámos largamente o valor das receitas que tínhamos colocado no orçamento. Portanto, ultrapassámos largamente, até porque o IMT é calculado com base na média dos últimos vinte e quatro meses. Portanto, é assim que diz a regra de equilíbrio e da prudência. É a média dos últimos vinte e quatro meses em termos de IMT, portanto nem é muito nem é pouco, é aquilo que a lei diz que podemos colocar. -----

-----Relativamente à estratégia local de habitação e às vias, para já, a estratégia local de habitação, obviamente nós prevemos que ela seja financiada a cem por cento pelo PRR, que é aquilo que está naturalmente, digamos, ajustado, mas mesmo assim e nas vias como o senhor deputado municipal sabe, quando fizermos a integração do saldo transitado, obviamente vamos reforçar estas rubricas. Por isso, este é digamos um orçamento, aliás, um orçamento é sempre uma previsão, não é, como sabemos, sempre. Agora, este ainda é uma previsão menos afinada, porque se nós tivermos entre trinta a quarenta milhões de euros de saldo transitado, obviamente vamos ter que rever tudo e reforçar as rubricas que agora têm pouca verba e que naturalmente depois vão ser reforçadas. -----

-----Depois, passivos contingentes. Ó senhor deputado municipal, também todos os anos diz a mesma coisa, mas estamos a jogar nas probabilidades, e a probabilidade de não sermos condenados nesse valor é elevadíssima, é muito elevada de acordo com os juristas, obviamente e, portanto, a probabilidade de não termos que pagar esses vinte e quatro milhões é enorme e, portanto, como é enorme, nós não vamos, por assim dizer, hipotecar uma grande verba para depois ficar ali cativa e naturalmente não faz sentido nenhum. Muito obrigada, senhora Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que ao escrutinarem o orçamento tinha aqui algumas dúvidas que passará a elencar e depois a senhora Presidente se tiver a amabilidade de responder, ele agradecerá. -----

-----Aqui no apoio às famílias, o ano passado esta rubrica mereceu da parte da Câmara mais de oitocentos e vinte mil euros, creio eu, ou à volta de oitocentos e vinte mil euros e para o ano que vem, esta rubrica cai para setecentos e setenta e cinco mil, eu gostaria de saber qual a razão, ou qual a opção pela qual o valor para as famílias vai descer numa conjuntura tão grave como a que se avizinha. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Depois, também aqui nas despesas também para as instituições sem fins lucrativos. O ano passado ou este ano foram mais de três milhões, três milhões e trezentos ou uma coisa assim e para o ano serão de quatro milhões e setecentos mil. A Presidente podia dizer quais são estas instituições? É porque quase cinco milhões para instituições sem fins lucrativos é uma grande verba e não estão elencadas e nós gostaríamos de saber. E depois também tem aqui uma rubrica que é, duzentos e sessenta e seis mil euros em subsídios. Subsídios de quê e para quem? Para já é só, muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria de Sousa Velha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que para começar apenas, e porque irá deixar o debate propriamente em termos mais orçamentais e contabilísticos ao colega de bancada que está muito melhor preparado para isso do que ela. Vai aqui apenas suscitar duas pequenas questões. Uma, alguma preocupação que eu tenho pessoalmente com este aumento da despesa, que eu sei e que o relatório do FAM também foca e enfatiza este aumento da despesa aqui presente e que é uma preocupação, e também questionar apenas se em termos de aumentos de receita que também está um aumento de receita exponencial no tal equilíbrio, se este aumento de receita também leva em conta as eventuais contingências que poderão advir do momento de crise que estamos a viver. Estamos a viver uma crise profunda, com aumentos de inflação profundíssimos, elevados, como não tínhamos há muitos anos, a refletir-se nos hábitos de consumo e que poderão, enfim, revelar-se ou não, mas esperemos que não, mas poderão revelar-se uma quebra de consumo, uma quebra de impostos e de outras receitas. Este é um pequeno aparte e apenas um pedido de esclarecimento neste aspeto. -----

-----O segundo aspeto que a mim me preocupa, à minha bancada e, portanto, agora falo em nome da bancada, mas particularmente também um pouco a mim, é a questão da taxa turística, já aqui levantada pelo meu colega, pelo João Caetano que tem a ver com a taxa turística, e algumas considerações que eu gostaria também de colocar à senhora Presidente, é se esta taxa que no meu entender também é um imposto camuflado, enfim, semelhante, mas isso veremos noutros debates não talvez aqui. Em relação a esta taxa, como é que foi calculada, o seu valor, a sua aplicação agora para 2023, como é que se alcança estes valores, quais são os critérios e também se é uma taxa e o conceito de taxa, eu geralmente pago uma taxa, vou ali à Câmara e pago a taxa para ter acesso a uma esplanada, ou melhor, para poder ter uma esplanada no meu restaurante, para poder ter um serviço da Câmara, eu pago uma taxa para ter publicidade, etc. portanto, uma taxa corresponde a um serviço e exige uma contrapartida. Esse conceito de taxa, qual é a contrapartida e como se define esta contrapartida, a quem, para quem é a contrapartida para esta taxa, que é



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



cobrada pelos turistas que nos visitam que aqui se vão alojar e vão pagar por noite esse acréscimo para além já das estadias, dos preços da estadia. Para já, portanto eu gostaria de alguns esclarecimentos quanto a esta aplicação da taxa, que contrapartida e se existe já, tem que existir creio eu, qual o destino ou aonde é que vai ser alocada esta receita prevista, estes dois vírgula sete milhões creio eu mais ou menos, que estão previstos para a taxa turística. Por agora e para iniciar o debate, é já, tenho dito e obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que reparámos aqui que havia um aumento de sete vírgula seis milhões na arrecadação de impostos diretos, e gostaríamos de perguntar como é que justifica este aumento, tendo em conta que poderá até prever-se por causa até da redução da taxa do IMI, da derrama não se sabe o que é que vai acontecer e, portanto, gostaríamos que nos respondessem como é que se justifica este aumento.

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Varges Gomes**, começando pelo senhor deputado municipal Marco Pereira, vê um apoio inferior às famílias. Em primeiro lugar, eu tenho que lhe dizer, obviamente, que este ano que passou foi um ano difícil e, portanto, é um ano que naturalmente nós tivemos também que apoiar muitas famílias. Naturalmente que, como lhe digo, isto é uma previsão, se for preciso reforçar a rúbrica, reforçaremos para apoiar as famílias e não faltará o apoio às famílias, posso-lhe garantir. -----

-----Depois, falou aqui nas IPSS, quatro milhões e setecentos mil. Obviamente que as IPSS são todas, mas aqui também estão as da área social, portanto aquelas que prestam, de facto, apoio à família, e vou-lhe dizer da nossa parte, penso que é melhor serem as próprias IPSS a fazerem esse trabalho, do que nós aqui diretamente. Aliás, eu tive oportunidade de dizer isso na anterior reunião, que tinha tido reunião com as IPSS da área social, e que, de facto, nós vamos reforçar a verba, aliás já chegou hoje a proposta de uma das associações a pedir mais treze mil e quinhentos euros e, portanto, estamos a aguardar as outras para depois fazermos os contratos programa. Portanto, nós temos que, de facto, basear também esse apoio nas IPSS. -----

-----Depois, aqui os subsídios de duzentos e sessenta e três mil euros, é só à EMARP e a tarifa social da água, mais nada, portanto é só isso. -----

-----A senhora deputada Cristina Velha, diz que o aumento da receita obviamente que não leva em linha de conta a crise que estamos a viver. Senhora deputada municipal, uma crise com uma guerra que começou em fevereiro, e a verdade é que o IMT aumentou exponencialmente. Não foi muito, foi exponencialmente. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----De qualquer forma, nós temos que ir monitorizando, naturalmente, ir adequando, se recebermos menos também não podemos gastar como é óbvio. Agora, a verdade é que todo o cálculo das receitas, e isto serve também para dar a resposta à senhora deputada municipal Lurdes Melo, todas são calculadas com base na média dos vinte e quatro meses, dos últimos vinte e quatro meses, e reparem que os últimos vinte e quatro meses são os dois anos, é o da pandemia e o da guerra. Portanto, quer dizer, pior do que isto, acho que de facto é difícil. -----

-----A taxa turística. Obviamente que nós sabemos que a taxa implica prestação de serviços, mas ela tem que vir aqui, senhora deputada municipal, e quando vier aqui, a senhora deputada municipal terá oportunidade de dizer, porque naturalmente aquela que nós aprovámos anteriormente já não vai ser a mesma, portanto vai ter outros critérios, vai ter a aplicação, são outros valores, porque estes valores foram inclusivamente negociados com as associações do setor hoteleiro também e, portanto, há-de ter que vir aqui e quando vier aqui, a senhora deputada municipal terá a oportunidade de ver qual é a aplicação das verbas, porque senão é um imposto, nós temos que ter lá claramente aonde é que vamos imputar essas verbas, mas isto foi decidido no âmbito da AMAL, é a AMAL que está a fazer tudo e, portanto, as decisões que forem tomadas, é no âmbito da AMAL. E é a AMAL que, aliás, Faro já tem, Vila Real de Santo António já tem, já têm e, portanto, e não veio mal nenhum ao mundo e aliás diz que está a correr muito bem, qualquer um deles diz que está a correr bem. Portanto, era isto senhora Presidente para já, muito obrigada.

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que vê mais uma vez, o ano passado deu-lhes o benefício da dúvida em relação ao orçamento apresentado. Realmente vejo, vi aumento das despesas, e as únicas receitas que os senhores conseguiram, a única forma de fomentar o pagamento das despesas, era cobrança das receitas através das taxas, multas e outras penalidades. Nós no ano passado tivemos uma média de mil e tal euros, um milhão e tal de multas, e os restantes daí que a diferença. Agora, a minha questão é o seguinte. Este ano, eu tenho aqui no ano 2023 em termos de receitas, receitas correntes no ponto zero quatro, tenho taxas, multas e outras penalidades. Em 2019 eram trezentos e trinta mil euros, em 2023 são cinco milhões cento e vinte e nove e quinhentos. Questiono. Este valor, estas taxas, multas e outras penalidades, eu gostava que este executivo me explicasse no que se traduz. Isto é uma meta de cobrança de multas? É uma meta de cobrança de penalidades? É a única forma que os senhores têm de equilibrar o eixo de orçamento dos vossos aumentos das despesas, que eu não percebo que aumento de despesa destes, consecutivos, é estrangular os cidadãos de Portimão? -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, apenas para responder à senhora deputada municipal Ângela Venâncio, é que dessas taxas, dois vírgula sete milhões é da taxa turística, dois vírgula sete milhões. E depois estrangular os portimonenses! Se os quiséssemos estrangular, não descíamos o IMI. Como nós descemos o IMI, significa que não os queremos estrangular como é óbvio. Portanto, dizer isso numa altura em que nós estamos a fazer este reajustamento, senhora deputada municipal, eu acho que de facto não está correto, mas pronto, aceito, porque a senhora tem a oportunidade, ou melhor tem o direito de dizer aquilo que entender. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, senhora Presidente, as minhas afirmações foram feitas na base da realidade. Realidade essa que eu vejo todos os dias, as pessoas são perseguidas pelos fiscais, é coimas, contraordenações, as pessoas estão a fugir do centro da cidade, porque quando eu digo que é o estrangulamento dos cidadãos, é o estrangulamento da economia, é o estrangulamento de tudo. Este executivo, pelo segundo ano, se eu vos dei o benefício das dúvidas no primeiro ano, este executivo mais uma vez com este orçamento demonstra-nos que não tem capacidade, é incompetente, de forma a angariar receitas para cobrar as despesas além destas taxas, taxas, taxinhas e multas, porque a economia, não vejo neste orçamento um único item para desenvolver a economia desta cidade. Não há planeamentos, não há fomentação da economia, não há nada, continuamos tudo no mesmo, é a mesma coisa. Nós temos a cidade atualmente numa desgraça, as despesas, estes aumentos das despesas são para quê? E eu vivo em Portimão e frequento todos os dias o centro de Portimão e vejo como está, uma cidade abandonada, as pessoas sentem-se estranguladas, e quando eu digo que se sentem estranguladas é que são estranguladas por este executivo e a continuação e a forma de continuação da vossa política. Os senhores não querem ouvir, os senhores não querem fazer. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que gostaria de começar por fazer aqui um comentário. Porque já ouvi que a autarquia está preparada, caso haja necessidade para corresponder a apoio às famílias e, senhora Presidente, deixe-me dizer que ainda a semana passada saiu da OCDE dados concretos que dizem que apenas quinze por cento dos apoios sociais são aproveitados por famílias ou em carência, ou pobres em Portugal. Portanto, quando se diz que a autarquia está preparada para apoiar as famílias, alerta no sentido de perceberem exatamente o que é que é isto das famílias, porque os mesmos dados da OCDE e são recentes, dizem que quarenta por cento dos apoios sociais vão para os mais ricos. Portanto, é



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



necessário ter muito cuidado, isto são dados da OCDE, não sou eu que estou a dizer, saíram há coisa de duas semanas. -----

-----Depois, além de todas estas questões que já aqui foram levantadas, que a bancada Chega também tem algumas destas dúvidas e que tem vindo a ser e a esclarecer ao longo destes últimos minutos, há aqui um dado que me chamou a atenção que eu gostava que a senhora Presidente se pudesse esclarecer, que é, a determinada altura aqui no plano de atividades municipal para o ano 2024-2025 diz que está previsto um custo de cento e sessenta mil euros num ano e cem mil noutro, que é estudo de monitorização e recuperação da receita fiscal em sede de IMI, IMT e derrama. Pode-me explicar concretamente o que é que se passa com esta previsão deste custo, por favor.

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que apenas queria fazer uma pergunta muito concreta e gostava que a senhora Presidente lhes transmitisse a eles, a esta Assembleia e a todos os portimonenses, ou seja, convido a senhora Presidente a informar quais são os benefícios que este orçamento, previsional como é lógico, trará aos munícipes, aos portimonenses, a todos aqueles que aqui vivem. A senhora há pouco dizia que o IMI desceu, eu perguntava-lhe a si, um T2 quanto é que desceu o IMI num T2, se calhar vinte euros, se calhar dez euros, se calhar cinco euros. É esse o benefício que a senhora dá aos munícipes. -----

-----Perguntava outra questão que era a nível de taxas para 2023 e anos seguintes, quais são os benefícios que os comerciantes deste concelho, residentes e não residentes, mas a maior parte deles residentes, têm o apoio da Câmara. -----

-----A senhora disse numa Assembleia passada, não, até por acaso não foi numa Assembleia, foi numa comunicação que fez. Como sempre, aquilo que diz normalmente não se concretiza, mas o que a senhora disse foi que ia liquidar a dívida do FAM. Eu pergunto, onde está essa liquidação aqui neste orçamento e nos orçamentos vindouros. Sobras? No fim do ano existem milhões de euros. Sempre tenho dito nesta Assembleia e a senhora não me deixa desmentir que propunha à Câmara e sempre propus que pagasse o IMI, não numa só vez como é lógico, mas que fosse amortizando a dívida até ao montante em que a Câmara podia decidir livremente os benefícios que trariam aos portimonenses a nível de taxa, a nível de IMI, a nível de outros que a senhora desculpa-se sempre que não pode baixar, porque está debaixo da lei do FAM, sempre tenho dito. É mentira? Julgo que não, senhora Presidente. Portanto, convidava-a a dizer aqui quais são as medidas que a senhora anuncia para 2023 e 2024 até 2025 sobre os benefícios que os portimonenses trarão diretamente com a Câmara na baixa dos seus impostos, nomeadamente no IRS. Muito obrigado, senhora Presidente. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Varges Gomes**, começo por responder exatamente ao senhor deputado municipal Natalino. Olhe, se não leu o orçamento, leia e, portanto, se ler o orçamento vê lá o que é que lá está. Se não leu o orçamento, por favor, leia. Agora, não sou eu que lhe vou explicar o orçamento se o senhor teve a preguiça de não o ler. Se vem para aqui, tem que o ler! E, portanto, se vem perguntar quais são os benefícios, significa que o senhor não leu o orçamento. Então leia e depois venha falar comigo. -----

----- Depois, liquidação da dívida do FAM, onde é que o senhor me ouviu dizer isso? Senhora Presidente, eu vou mesmo exigir a entrega do documento onde está a dizer que eu ia liquidar o FAM! Portanto, está gravado, eu quero esse comprovativo em como eu disse isso. -----

----- O que eu disse, foi que ia abater dez milhões de euros. O senhor não ouviu bem, ou não lê!

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que são eleitos, as pessoas confiaram. Ó senhor deputado, vamos continuar com os nossos trabalhos calma e tranquilamente, cada um defende a posição que entender dentro daquilo que é a urbanidade na discussão, que é uma discussão política, não é mais do que isso. Obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria dos Santos Varges Gomes**, se não continuar a ser interrompida eu continuarei a falar, se continuar a ser interrompida, paro e espero que parem também a contagem do tempo, muito obrigada! -----

----- Eu acho que aqui temos que ser comedidos com aquilo que dizemos e como o dizemos. Deste lado não está nenhuma tabela de basquete para levar com as boladas de quem as quer atirar! Não está, eu não estou para isso e, portanto, se o senhor atira a bola, se calhar leva-a com mais força, é assim que lhe vai acontecer. -----

----- Depois, a senhora deputada Ângela Venâncio falou aqui nas coimas e contraordenações. Ó senhora deputada, o que está orçamentado é quarenta mil euros. Se isto é o garrote para os cidadãos portimonenses, lá está, se calhar a senhora deputada municipal também não leu o orçamento. Não leu o orçamento e depois vem para aqui dizer coisas que não deve dizer e que eu também, obviamente, não sou obrigada a ouvir determinadas coisas, que de facto vão é contra tudo aquilo que esta Câmara tem feito. Senhora deputada municipal, pelo amor de deus! Dizer aqui que anda tudo aí, então são quarenta mil euros que estão propostos na receita das coimas e contraordenações! É melhor para a outra vez ver melhor. -----

----- O senhor deputado municipal Paulo Canha fez aqui uma pergunta que tem muito sentido. Viu aí essa verba para a recuperação do IMI e do IMT. Exatamente é uma empresa que nos tem feito a recuperação das dívidas, e vou-lhe dizer que até à data já recuperou cinco milhões de dívidas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de IMI e IMT. Aliás, só de uma unidade foi muito dinheiro, porque obviamente estava mal cobrado pelas finanças. Pronto, as finanças não tinham e muitas vezes não o fazem e, portanto, nós precisamos, de facto, de alguém que externamente, porque nós na Câmara não temos pessoas para poder fazer isso, que externamente faça isso e, portanto, é exatamente esse valor, porque naturalmente ele ganha o mínimo e depois ganha uma percentagem do que arrecada. Está a ver? Portanto, ganha uma percentagem mínima. Como vê aí ele já recuperou cinco milhões e estamos longe de lhe pagar uma verba significativa. -----

-----Que famílias são apoiadas. Naturalmente que aquilo que nós pedimos sempre a quem presta estes apoios, é que tenham cuidado. Que haja uma listagem das pessoas que são apoiadas, até para serem cruzadas com outras instituições, para que não andem de instituição em instituição a recolher coisas e depois alguns ainda vão vender. Portanto, esse cuidado tem que ser tido e está a ser naturalmente acautelado. Penso que respondi à sua questão. Obrigada, senhora Presidente. -

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, queria aqui fazer, continuar a mesma pergunta, porque penso que não foi respondida. Todos nós sabemos que o ano 2022 foi um ótimo ano de arrecadação de impostos, todos aqui sabem que não foi a guerra nem o Covid que fez com que o IMT descesse. Portanto, foi um ano excelente de arrecadação de impostos. Só não entendemos como é que preveem este acréscimo de sete vírgula seis milhões de euros, e era só isso que nós queríamos ver respondido.

-----Outra coisa. Quanto aos direitos de passagem, eu gostaria de fazer aqui uma questão, que é saber, portanto a verba que está aqui prevista dos direitos de passagem baseia-se em quê? Baseia-se naquilo que aquelas empresas dizem, ou como diz a lei na faturação, se o município tem realmente dados concretos da faturação destas empresas para depois aplicar a taxa. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que em relação à senhora Presidente cumpre esclarecer o seguinte. Eu não venho para aqui dizer o que me apetece e mesmo que dissesse aquilo que me apetece, só será penalizado ou reprovado se for ofensivo de honra e consideração que penso que não o foi. --

-----A intervenção que eu fiz, foi com base num documento facultado pelo executivo, está na página trinta e oito dentro das receitas correntes no item zero ponto quatro, taxas, multas e outras penalidades. Portanto, eu não vejo aqui os quarenta mil euros, portanto eu não posso, o esclarecimento que eu pedi e o que disse, foi o que está no documento. Agora, se este documento está mal elaborado, ou se está de forma, eu fiz a minha intervenção com base na página trinta e oito, eu não invento senhora Presidente e não venho aqui dizer, porque tenho que falar, ou porque tenho que dizer. Portanto, estou aqui a cumprir um mandato e estou aqui a intervir depois de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



analisar um documento, e todos nós temos direito de estar aqui e dizermos aquilo que entendermos desde que não seja ofensivo e desde que esteja dentro da ordem de trabalhos. Portanto, nós vivemos em democracia e num estado de direito, e este tom com que a senhora Presidente se dirigiu eu não admito mais vez nenhuma no futuro, que fique bem consignado. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, chamou-nos os nomes todos! -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, se eu chamei os nomes todos, a senhora Presidente manda a informação dada e manda para o ministério público. Quem é que chamou os nomes todos? Mas quem é que chamou os nomes todos? Se a senhora considera, então agora quem está a ser sujeito a denúncia caluniosa sou eu e agora a senhora que explique, a senhora Presidente que explique que nomes todos é que eu lhe chamei, porque agora quem se sente injuriada sou eu. Portanto, estamos a brincar? -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhora deputada Ângela Venâncio, a senhora deputada dirigiu-se ao executivo e está gravado, que o executivo era incompetente. Obviamente o executivo faz a análise, a senhora Presidente que representa o executivo, fez a análise que entendeu das suas palavras e respondeu da forma que entendeu, tendo em conta as palavras. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, mas incompetente não é os nomes todos. Incompetente é na forma de gestão e eu isso tenho o direito de dizer. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que isso foi um aparte. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que foi uma conclusão e separem bem as coisas! Eu digo incompetência é do executivo promover medidas. Eu não estou a chamar os nomes todos pessoalmente, eu estou aqui no exercício de um mandato e com um documento interno. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que começando a análise a este ponto em concreto, vão começar por analisar primeiro os GOP, as grandes opções do plano. E nessa matéria começamos pela habitação que vemos com algum agrado que se está a refletir nos GOP, o início da reabilitação de algumas frações e de alguns prédios camarários, mas não nos pode deixar de causar alguma estranheza a esta bancada que não esteja prevista a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



construção de uma única habitação nova em 2023, e o fraco investimento nesta área apresentado para a matéria que tanto se tem discutido nesta casa e que todas as bancadas são unânimes em reclamar um maior investimento e uma maior atenção, vemos que aqui está a ser deixado de lado.-----

-----A nível de ordenamento do território, também se verifica que para além da requalificação da zona envolvente da igreja matriz, pouco ou nada está pensado e que as dotações previstas para certas requalificações como a do largo Gil Eanes e a do jardim Sarrea Prado, que tem uma dotação, imagine-se, para 2023 de quinhentos euros, é o exemplo de que não passam de anúncios e de propaganda política que não terá qualquer correspondência com a realidade. -----

-----Nos parques. Nos parques nós vemos com alguma expetativa a possibilidade de passados tantos anos e tantos anúncios e tanta espera dos portimonenses, diria eu, que finalmente sejam concretizadas as obras de requalificação projetadas para o parque da juventude que finalmente está orçamentado e esperemos que desta vez seja executado, assim como que haja mais espaços verdes condizentes com a cor da nossa bandeira, a bandeira do município municipal. -----

-----Da mesma forma aplaude esta bancada ainda, o investimento que é feito e o esforço realizado por este executivo no âmbito da energia na eficiência energética. -----

-----Há projetos para a biblioteca municipal, para a piscina municipal e também para a substituição das luminárias na parte rodoviária, mas entristece-nos, por exemplo, quando olhamos para a parte do desporto e que vemos que mais uma vez o investimento é praticamente nulo, e da pista de atletismo prometida já há muito que era para quando Portimão foi cidade europeia do desporto, que nem sequer consta agora dos planos. Parece que desapareceu e gostávamos que fosse uma realidade. -----

-----Matéria rodoviária. Matéria rodoviária, não sei como é que vão fazer isto, mas a nível da reparação e beneficiação das três principais vias rodoviárias deste concelho, e estou a falar da V3, da V7 e da V6, está orçamentado sempre cem mil e quinhentos euros. Não percebemos o que é que vão fazer com este dinheiro nestas vias com tanto trânsito e que estão a precisar em muitos espaços de alguma intervenção. Mas isto foi em relação às GOP. -----

-----Agora voltando ao orçamento propriamente dito e a análise que fazemos a esta proposta de orçamento para 2023, verifica-se que a despesa mais uma vez galopou e desta vez galopou trinta e seis vírgula cinco por cento em relação ao que estava previsto no PAM. Quando foi assinado o PAM, a despesa prevista para 2023 era de menos vinte milhões em relação ao que está projetado neste orçamento. E estranhámos também porque não pode ser justificação para esta, a assunção das despesas herdadas por via da delegação de competências do estado central nas autarquias,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



pois conforme foi dito nesta casa várias vezes pelo executivo, tais competências só foram aceites porque eram acompanhadas do respetivo envelope financeiro e que neste caso pela minha avaliação ronda os três milhões de euros anuais. -----

-----Relativamente aos impostos diretos, é notado um desvio em relação também àquilo que já estava projetado no PAM para 2023, uma arrecadação superior em sete milhões de euros, ou seja, mais dezanove vírgula um do que aquilo que o FAM obrigava o município a arrecadar para 2023 e de quatro milhões, que é aqui neste caso quatrocentos por cento na rubrica taxas, multas e outras penalidades em relação àquilo que estava previsto no PAM e que o FAM obrigaria o município a fazer. -----

-----No que respeita à estimativa do valor agregado na cobrança dos impostos diretos, indiretos e taxas, é apresentado pelo município um valor resultante da média de vinte e quatro meses, com referência à data de trinta e um de outubro de 2022. Contudo, o FAM diz no seu relatório e muito bem, que se considerarmos valores executados nos dois últimos exercícios com base na receita cobrada nos relatórios de gestão de 2021 e de 2022 do município, observa-se que esta estimativa apresentada pelo município para 2023 fica em média nove milhões acima daquilo que é a média dos vinte e quatro meses, ou seja, aquela explicação dada há um bocado pela senhora Presidente parece que não colhe nem junto de nós nem junto do FAM. -----

-----Como alerta no seu relatório ainda o FAM, a despesa efetiva do município apresenta um desvio de vinte e três vírgula um milhões em relação ao previsto para o ano 2023, obrigando tal despesismo e esse sim é o responsável pelo aumento de impostos diretos, indiretos, bem como das taxas, multas e outras penalidades, a inobservância pelas regras previsionais da receita prevista para este ano, conforme vimos anteriormente. Mais uma vez, o equilíbrio financeiro deste município e do orçamento apresentado por este executivo está assente num aumento brutal de impostos, desta vez de cerca de oito milhões em relação ao orçamentado para 2022, ao invés de assentar num controle da despesa através de uma gestão cuidada e prudente, denunciando que os erros passados continuam bem presentes na gestão socialista deste município. -----

-----Em resumo, e até porque o PSD propôs um caminho alternativo e que volto a destacar as nossas propostas, rejeitadas por este executivo, que consistiam na baixa da taxa variável de IRS em trinta por cento e da derrama em cerca de quinze por cento, o que iria permitir aos portimonenses pouparem cerca de um milhão de euros em impostos, só pode esta bancada votar contra este orçamento e condenar mais uma vez a estratégia que nos parece a nosso ver errónea deste executivo. Tenho dito. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que na questão das GOP, na página cem, tem aqui, acha que já tinha questionado isto o ano passado, mas volta a questionar. Temos aqui o turismo com zero, gostaria de saber porque é que nas GOP o turismo só tem zero por cento, no PPI é que aparece aqui quinhentos euros, penso eu. Gostaria de saber porque é que o turismo tem zero, penso que seja por causa de uma associação, mas gostaria de ficar esclarecido sobre essa situação. -----

-----O Bloco de Esquerda mais uma vez, já foi falado aqui pelos vários deputados que já tomaram a palavra, mas realmente um milhão de euros que aparece sempre aqui na habitação, parece que é sempre o mesmo milhão, mas felizmente acho que foi o primeiro ou segundo ano anteriores que eu vejo obras realmente no parque habitacional da Câmara. Desta vez é na 25 de Abril no bloco B e foi também na Cruz da Parteira, mas este milhão anda sempre aqui de um ano para o outro e nunca foi gasto, só penso que agora os últimos dois anos. -----

-----Outra questão que eu tinha também para pôr aqui neste orçamento e nas GOP. Não vi, como a senhora Presidente tinha apresentado, já tinha falado sobre o prédio do Alfagar, não vejo aqui essa verba alocada, se me pudesse esclarecer melhor sobre o assunto agradecia. E também lanço o repto, já que a Câmara tem um valor orçamental bastante significativo, porque não também ter atenção também àquele prédio que eu já vi à venda, penso eu, que era a antiga alfândega e era a antiga guarda-fiscal. Eu acho que este era um prédio excelente para a Câmara adquirir, o prédio na Júdice Bicker, que era a da alfândega e era a guarda-fiscal, penso eu, eu acho que também era um prédio interessante que fica ao lado da Teixeira Gomes, da casa Teixeira Gomes, acho que também era um edifício interessante para a Câmara adquirir, visto pela sua história e a sua arquitetura. Ficam aqui as minhas intenções. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, já foram aqui dadas algumas explicações, no entanto ainda tenho quatro questões. -----

-----Relativamente à taxa turística, senhora Presidente, hoje estive presente na reunião da AMAL, eu e mais três colegas, os deputados da Assembleia Municipal e pese embora a taxa turística ainda não tenha vindo aqui para aprovação, será aprovada certamente, e este orçamento já contempla a previsão dessa taxa. Eu gostaria de saber, portanto, este valor de dois ponto sete milhões que anunciou, com que base é que foi calculado, se tem por base as dormidas. Hoje na AMAL falou-se em quarenta e sete milhões a repartir pela totalidade dos municípios. Portanto, acho um valor um bocado baixo em face dos quarenta e sete milhões que hoje foram falados. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Em segundo lugar, qual é o aumento da previsão do IMT que aí falou. -----

-----Uma terceira questão. A nível dos contributos e da ronda que foi feita pelos partidos da auscultação para contribuições para o orçamento, analisei o documento, gostaria de ter analisado com mais tempo e com mais cuidado. No entanto, da leitura que fiz, não encontrei vertidas nenhuma contribuições feitas pelos partidos políticos, ou pelo menos se foram acolhidas no documento, isso não está expresso de forma direta. Da ronda que foi feita pelos partidos, de inquirição aos partidos para as contribuições do orçamento. Pelo menos se foi acolhida alguma sugestão não está vertido diretamente e tinha essa questão. -----

-----Relativamente à amortização antecipada da dívida, esta é uma velha questão e, senhora Presidente, vai-me permitir a comparação, já se percebeu que o município não quer, pese embora tenha meios e tenha receita, não quer antecipar mais por opção política porque o juro é baixo, já o disseram aqui várias vezes e isto, mal comparado, senhora Presidente, faz-me lembrar o indivíduo que deve cem mil euros de crédito à habitação, recebe um prémio de Euromilhões e em vez de ir amortizar o crédito bancário compra um BMW novo para ter à porta. Mal comparado é isso, porque é assim, nós temos hipóteses de facto com receita que temos, de amortizar mais depressa e mais rapidamente. Só não o fazemos, porque é uma opção política, opção política que, penso eu, ninguém na oposição concorda com ela, mas é assim o executivo é quem governa, portanto tem o direito a fazer opções. Disse. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Varges Gomes**, relativamente à senhora deputada Lurdes Melo, o direito de passagem é zero vírgula vinte e cinco da faturação. -----

-----Depois, o senhor deputado municipal Vítor Couto, falou que não há aí dinheiro para a habitação, ou que há pouco dinheiro para a habitação. Pronto, tem razão, mas é que só pode entrar, portanto, o contrato está neste momento no IHRU para ser assinado e quando for assinado, então entram os sessenta milhões no orçamento. Portanto, antes de ser assinado, não pode entrar no orçamento. Com certeza, não, não, é correto, colocou uma questão corretíssima, mas não está lá e eu tenho obrigação de os elucidar, não está lá exatamente por isto, porque o contrato já foi assinado por nós, neste momento está lá para ser assinado pelo IHRU, quando vier, sim senhor, nós temos a garantia de ter os sessenta milhões e então os sessenta milhões passam para o orçamento. -----

-----Pista de atletismo. Olhe, tem toda a razão, a pista de atletismo era uma promessa minha, foi, e sabe que ainda não foi construída pela simples razão de que ainda não arranjámos um terreno para construir. Já tivemos várias hipóteses, várias, aliás houve uma que quase esteve para se



concretizar, mas depois havia um terreno privado e o privado não aceitou que, naturalmente, se fizesse lá e, portanto, neste momento ainda não temos o espaço para a construir. Quando tivermos obviamente iremos construí-la. -----

----- Depois, no orçamento fala aí dos jardins. Exatamente, pois também para já para o ano vamos pôr dinheiro, isto é uma verba só para estar a rubrica aberta, depois vai ser, obviamente, reforçada com a inclusão do saldo transitado. Portanto, será reforçada, aliás, nós inclusivamente já temos uma coluna ao lado onde temos que reforçar, obviamente já estamos preparados para isso, como é óbvio, e para o ano vão ser feitos, sobretudo os projetos. Como sabe, lançar um concurso para um projeto leva imenso tempo, fazer o projeto, etc. e, portanto, para o ano são os projetos para aquela área toda em função também do encerramento da passagem de nível e, portanto, ao encerrar temos que fazer ali, digamos, sei lá, temos que olhar para aquele todo, não é, e fazer ali uma intervenção que contemple toda aquela área e em função já de não haver a passagem de viaturas, porque só passam pessoas. -----

----- A reparação rodoviária. Obviamente é outra rubrica que a gente vai ter que reforçar naturalmente com saldo transitado. -----

----- As despesas galoparam. Galoparam sim, galoparam porque só das escolas nós recebemos duzentas e tal pessoas, só que a soma é nula. Portanto, está nas despesas, mas também está nas receitas. Exatamente, é nula, a diferença é nula, anulam-se, mas está na despesa obviamente, tem que estar na despesa. -----

----- Bom, então só para dizer que de facto o Alfagar vai ser só adquirida para o ano e, portanto, vai ser adquirido também com o saldo transitado. -----

----- Depois, a alfândega, isto é relativamente ao Pedro Mota. A alfândega, nós queremos-la é na transferência de competências, porque é um edifício do Estado que neste momento está abandonado e, portanto, temos direito a ele, portanto, e já estamos a tratar disso, de pedir a transferência. -----

----- O PAM, ainda me falta informar o senhor deputado municipal Vítor Couto, que o PAM não tinha a taxa turística e, portanto, o PAM também já está de certo modo desatualizado, portanto temos também, se calhar, que o atualizar. -----

----- Pedro Mota, não temos turismo, porque nós não temos aqui nenhuma divisão de turismo. Portanto, quem está a fazer esse trabalho é a ATP e, portanto, nós ainda não criámos nenhuma divisão de turismo, não quer dizer que não venha a ser criada, mas de momento não criámos. ---

----- A senhora deputada Marta Caetano, este cálculo dos dois vírgula sete milhões de euros da taxa turística, foi feito com base nos dados que trouxemos da AMAL e, portanto, nos valores que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



trouxemos da AMAL e no número de dormidas que constam, obviamente, não sei qual é a base de dados onde vão buscar isto, mas há uma base de dados que tem lá o número de dormidas e, portanto, hoje se quisermos saber o número de dormidas podemos saber à hora praticamente, é só ir lá ver. -----

-----Não será com certeza antes de abril a cobrança, não será antes de abril, ah! É na base de dados do INE. Portanto, se formos ao INE sabemos exatamente quantas dormidas temos em Portimão. Pronto e é só fazer as contas, multiplicar e conseguimos chegar lá. -----

-----Depois, FAM, eu não quero antecipar mais o pagamento, é verdade, senhora deputada municipal, é uma questão gestionária, é uma questão de gestão e, portanto, esta gestão somos nós que a fazemos, temos promessas para com os nossos munícipes, coisas para fazer, queremos fazê-las e naturalmente se eu dou o dinheiro ao FAM não consigo cumprir as promessas que fiz aos nossos munícipes e, portanto, é uma questão gestionária e só isso. Muito obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que é com agrado que vê explanado nesta proposta de orçamento algumas intenções que a senhora Presidente já havia manifestado no passado e que no ano passado não se encontravam no orçamento, nomeadamente que Portimão deverá ser uma terra sustentável e equilibrada e uma terra criativa e com história, onde se lê também que deverá ser uma cidade mais verde e sustentável, que valoriza os recursos naturais, respeita a natureza, cuida dos animais que nela habitam, cuidando do presente e a pensar no futuro e Portimão assume-se como uma cidade fortemente vocacionada para a cultura. São tudo pontos que os munícipes ao longo do tempo têm vindo a manifestar que Portimão não tem correspondido, obviamente devido ao estrangulamento financeiro que viveu, mas é com agrado que vemos explanado neste orçamento estas vontades. Porém, depois, quando mais à frente olhamos à despesa, verificamos que é atribuído para o ambiente, naquilo que me foi possível analisar, não sou financeiro, mas daquilo que me foi possível analisar em contas redondas, estamos a falar que para o ambiente está atribuído um ponto sessenta e quatro do total do orçamento, e que para a cultura se encontra atribuído o montante de dois ponto oitenta e cinco. Já sei que a senhora Presidente me irá dizer que falta incorporar o saldo do próximo ano e já lhe farei essa pergunta quais é que são as previsões de reforço em termos percentuais, obviamente percebo que não me consiga dizer aqui todos os detalhes, mas a questão prende-se com, nomeadamente no ambiente efetivamente temos uma duplicação da verba face a 2022 para 2023, é um incremento, ainda que achemos que é um valor relativamente baixo, um ponto sessenta e quatro para o ambiente, considerando o estado atual do nosso município, e na parte da cultura verificamos que há um



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



decrécimo. Será aqui que a senhora Presidente certamente poderá corresponder aonde é que vai entrar o saldo provisional? Porque em 2022 tivemos previsão até ao final do ano, é um gasto de três ponto sessenta e seis do orçamento e como disse anteriormente, está provisionado dois ponto oitenta e cinco. São estas as minhas questões por agora, obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, para dizer que começa por agradecer os esclarecimentos prestados pela senhora Presidente de Câmara, mas também lhe dizer que esses argumentos ou ele não está a entendê-los, ou não colhem junto desta bancada. Ou seja, a senhora Presidente tenta justificar a despesa e este aumento da despesa de vinte milhões com delegação de competências na área da educação, são vinte milhões em relação ao PAM. Aquilo que estava previsto no PAM que foi aquilo que eu referi, são de vinte milhões, e aquilo que eu vejo é que na rubrica das transferências da administração central para este município, o incremento que houve foi à volta de três milhões, ou seja, que deve ser mais ou menos, é o envelope financeiro para fazer face às delegações de competências que foram feitas entretanto. Portanto, de três para vinte vão dezassete milhões em relação àquilo que estava previsto no PAM, que não encontrou justificação nisso que foi dito pela senhora Presidente, assim como também não encontra justificação na parte da receita. A senhora Presidente vem dizer que o aumento da receita deve-se em muito à taxa turística de dois vírgula sete milhões, mas isso é na rubrica taxas, multas e outras penalidades que tem contabilizada e nessa rubrica aumenta quatro milhões em relação àquilo que estava previsto no PAM. -----

-----Em relação à rubrica impostos diretos que tem um desvio de sete milhões em relação àquilo que estava previsto no PAM, não temos qualquer justificação. Senhora Presidente, volto a dizer que aqui o que nos dá impressão, é que vai sempre aumentando e incrementando impostos e a arrecadação de receitas para fazer face a uma despesa que se mantém incontável e que está todos os anos a aumentar de forma exponencial, e é isso que nos entristece e é essa que nós entendemos que seja a estratégia errada, porque não vemos aqui uma gestão cuidada por parte do município, de forma a conseguir controlar os custos. Muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que só queria aqui esclarecer que sabemos bem qual é a percentagem e que é na faturação dos direitos de passagem. A pergunta não foi essa, a pergunta foi se estas empresas indicam ao município qual é a faturação que é para depois ser aplicado estes zero vírgula vinte e cinco por cento, ou se ao contrário, entregam uma determinada quantia sem se saber qual é a faturação. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, responder em primeiro lugar à senhora deputada Lurdes Melo, nós obviamente que não temos controlo. Nós recebemos aquilo que eles nos mandam, mas não temos forma de controlar, não temos nenhuma forma legal de fazer esse controlo. -----

----- Quanto ao senhor deputado Ricardo Cândido, obviamente que como lhe disse, estas verbas ainda podem ser alteradas e estes rácios, essas percentagens. -----

----- O senhor deputado municipal Vítor Couto, a despesa tem que ser igual à receita e, portanto, o equilíbrio está feito. Portanto, se o PAM está mal na despesa, também está mal na receita e, portanto, o que é que quer fazer? O que é que quer fazer? Eu não posso fazer outra coisa! Tenho que ter aqui um orçamento equilibrado, em que as despesas têm que ser iguais às receitas. Eu não fui pedir dinheiro nenhum, nunca desde que cá estou, antes pelo contrário, tem-me sobrado e, portanto, se me sobra isso significa que tenho feito uma boa execução orçamental. Todos os anos, já há muitos anos que tenho tido uma folga orçamental, tenho saldos transitados de vinte, vinte e sete milhões e, portanto, e agora quase quarenta milhões. Portanto, isto significa que afinal eu tenho uma boa opção de gestão. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que estava aqui a ouvir com atenção as explicações que a senhora Presidente, enfim, de uma forma mais acalorada às vezes outras vezes menos acalorada, tem dado ao longo da Assembleia, e estava-se a lembrar que aqui há uns anos havia um filme que ficou conhecido que era o Forrest Gump, o Forrest Gump senhora Presidente. O Forrest Gump dizia, vou dizer em português, que a vida é como uma caixa de chocolates, nunca sabemos o que é que vamos encontrar, e assim é este orçamento. A senhora apresenta aqui um orçamento, é o chamado orçamento Forrest Gump. Apresenta um orçamento com as receitas e as despesas equilibradas, mas depois diz, bom, mas depois a meio do ano que vem tem que vir aqui o saldo transitado e depois vai ser tudo baralhado, não é? Portanto, e, nós estamos aqui a discutir uma coisa que não se sabe muito bem o que é que vai ser no próximo ano e, portanto, a senhora pede-nos aqui que nós discutamos e aprovemos o orçamento, que no fundo depois em termos práticos durante o próximo ano, se calhar, vai ter muito pouca tradução em termos de execução orçamental, e a senhora quando diz aí que tem executado bem, não, senhora Presidente, as taxas de execução orçamental não são assim tão elevadas. -----

----- O que tem acontecido realmente é que tem havido acréscimo de receita, acima daquilo que era expetável, e isso é que tem valido à senhora Presidente, mas repare, as reservas que têm sido aqui colocadas por várias bancadas não são nossas, são da própria comissão executiva do FAM, e



eu vou ler aqui uma passagem muito curta que o relatório é extenso e é bem detalhado, a senhora leu-o, não se referiu a ele mas leu-o e diz assim, «as medidas constantes das previsões descritas nos orçamentos da vigência do contrato de empréstimo visam gerar excedentes orçamentais para a redução gradual dos rácios da dívida», e eu pergunto. Com esta previsão que está aqui de receita e de despesa, quanto é que a senhora prevê reduzir de rácio de dívida no final de 2023, e depois diz-se assim. «O orçamento apresentado reflete um saldo positivo de despesa efetiva com previsões de receitas excessivas face às regras previsionais, devendo o município para 2023 implementar formas de reduzir a dívida para que seja sustentável». E eu perguntava-lhe diretamente que medidas é que a senhora prevê em sede de execução orçamental para contrariar aquilo que o FAM diz. Porque é muito fácil nós estarmos aqui a dizer que a proposta é esta, mas depois a dado passo, durante o próximo ano, quando vier o saldo transitado, vamos aqui alterar aqui isto completamente e já é outra coisa completamente diferente, assim como é diferente também a senhora dizer numa primeira resposta que relativamente à habitação é do PRR, mas agora já disse que é o contrato do IHRU, os sessenta milhões de euros. -----

----- Depois, para terminar, a senhora não respondeu, mas também ficou claro que os contributos que nós e outras bancadas demos em sede de audição aos direitos de oposição foram aqui contemplados em zero, nomeadamente na área social. Nós apresentámos propostas concretas que não tiveram aqui qualquer tradução no orçamento da proposta de orçamento. A senhora se calhar vai-me dizer, bom, mas há aqui GOP para depois durante o ano votarmos. -----

----- Senhora Presidente, por esses motivos e aquilo que já disse na primeira intervenção e que a minha colega de bancada também referiu ainda agora, entendemos que este orçamento não merece credibilidade e, portanto, vamos votar contra. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira**, para começar por dizer que concorda com a intervenção da senhora Presidente da Assembleia. De facto, todos nós aqui, enquanto funcionários da democracia, ou detentores da democracia, de facto temos o dever da urbanidade. Mais do que a rivalidade política que nos traz cá, nós estamos a falar com pessoas e, portanto, é um dever da urbanidade que, de facto, tem sido o meu comportamento aqui, e que me entristece, embora eu compreenda algumas alterações que eu veja aqui. -----

Concretamente aqui em relação ao documento, eu vou fazer a análise em duas bases, o documento em si, não é, no departamento técnico e depois a visão política. -----

----- No documento em si, o documento técnico, de facto, parabéns aos técnicos, o documento está bem elaborado, é mais ou menos claro, mais ou menos, porque fazer o escrutínio de um



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



orçamento é sempre uma coisa, pelo menos para mim, mais complicada, e daí que também a gente solicitasse alguma paciência à senhora Presidente, um orçamento para uma Câmara como a de Portimão é algo assim exigente, até porque nessa matéria, de facto, parabéns aos técnicos, está bem elaborado, nós não encontramos aqui nenhuma incongruência, de facto, o FAM fala aqui nalgumas cautelas com o aumento da despesa, mas também ressalva com o aumento da receita, portanto do ponto de vista técnico nós não temos nada a obstar. -----

-----Do ponto de vista político, já a conversa é outra. De facto, é uma pena que tenha havido este desaguado ou este buraco financeiro, chamemos-lhe assim, é uma pena que isto tenha acontecido que o executivo tenha herdado, pronto, este buraco, este enorme buraco, que os portimonenses tenham herdado esta tarefa árdua, porque o que é que nós poderíamos estar aqui a discutir hoje se, de facto, tivéssemos as contas certas desde sempre. Nesse aspeto, de facto, o executivo merece os parabéns, tem feito uma boa gestão orçamental, tem feito um bom critério, criterioso, sim senhora. Mas do ponto de vista político senhora Presidente, nós queríamos estar aqui a ver coisas diferentes. Um maior reforço da área social, exponencialmente maior, reforço na área ambiental, cultural, ver obra que tem sido propagandeada há bastante tempo, o parque da juventude, áreas verdes, queríamos estar a ver, de facto, incentivo e investimento na cidade que nós teimamos ainda em não ver, embora nós compreendamos que, de facto, o FAM é um grande garrote e por isso mesmo nós pedimos sempre que possível que possamos fazer o abatimento à dívida para nos libertarmos deste garrote e começemos de facto a discutir a cidade do futuro e não reagir ao orçamento que temos com as condicionantes que temos. Nessa matéria senhora Presidente, nós não iremos acompanhar esta rubrica e iremos votar contra. Muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, agradeço novamente a justificação, ou a tentativa de justificação, do executivo para aquilo que fomos, há um bocado falando, mas eu gostaria de recordar uma coisa, e recordamos dez anos atrás. Dez anos atrás a senhora Presidente tomou posse, ganhou as eleições autárquicas e tomou posse dos destinos deste executivo e desta Câmara Municipal. -----

-----Senhora Presidente, não sei se se recorda, mas em dois mil e treze os impostos que esta Câmara cobrava, eram vinte e seis milhões. Hoje em dia, e está a senhora Presidente a apresentar aqui hoje o orçamento para 2023, são quarenta e quatro milhões. -----

-----As receitas correntes, o total das receitas correntes, eram na altura quarenta e um milhões e são hoje sessenta e sete milhões, ou seja, mais vinte e seis milhões de euros anualmente que vão os portimonenses pagar, pagam a mais do que em 2013. Tudo bem que há inflação, mas a inflação não atingiu estes montantes nem os vencimentos dos portimonenses ao final do mês



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



tiveram esta grandeza de aumento como foram os impostos municipais. E fazendo aqui um simples exercício do somatório de todo este dinheiro que todos os anos está a ser arrecadado a mais nos impostos, senhora Presidente já reparou que era mais que suficiente para pagar toda a dívida do FAM dos cento e oitenta milhões, é superior a cento e oitenta milhões, aquilo que subiu de impostos em relação àquilo que, ao dia em que tomou posse neste município, senhora Presidente. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, é só para dizer em primeiro lugar ao senhor deputado municipal João Caetano, que o IHRU, o dinheiro do IHRU é do PRR, portanto é do PRR. -----

----- O senhor deputado municipal Vítor Couto, eu gostava que me dissesse qual foi o imposto que eu subi desde que cá estou. Qual foi o imposto ou a taxa que eu aumentei em termos percentuais? É que a vocês dói-vos muito que, de facto, a economia em Portimão esteja muito boa e saudável e que dê um IMT extremamente elevado, isso dói-vos, mas a verdade é que é isso que acontece, porque eu não subi, dê-me um exemplo! De um imposto ou de uma taxa que eu tenha subido, para arrecadar mais dinheiro, dê-me um exemplo, se faz favor, porque eu, até à data, só me lembro de ter descido, aumentado não. Muito obrigada, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, queria realçar aqui realmente uma das grandes conquistas do Bloco de Esquerda, o termos trazido aqui muitas vezes o orçamento participativo. Já tivemos, depois deixámos de o ter devido à crise que os antigos executivos criaram, e agora aparece-me aqui o orçamento participativo jovem, e eu pergunto então e os não jovens não têm direito ao orçamento participativo? Lanço aqui o meu repto, tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, senhora Presidente, a sua justificação acaba por ser o cerne da questão que estamos aqui a discutir e é por isso que às tantas não nos entende e nós não a entendemos a si, ou seja, a senhora Presidente, vem dizer qual foi o imposto que subiu, ou a taxa, ou isso. Eu posso-lhe dizer desde já uma taxa nova que vamos aplicar para o ano, a taxa turística. Também tivemos e bem a taxa de proteção civil que depois teve que retirar porque era inconstitucional, mas o cerne da questão não é esse, senhora Presidente, o cerne da questão tem a ver com a gestão do dinheiro que se arrecada. Se a senhora Presidente tivesse o cuidado de não tentar gastar tanto, ou ser mais cuidadosa na despesa e controlasse-a melhor, não precisava de arrecadar tanta receita, e às tantas o que podia ter feito, uma vez que, fruto do mercado, e muito bem como bem disse, as receitas de IMT, de IMI e os restantes impostos subiram no seu valor, poderia ter baixado a taxa, percebe? E



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



era isso que nós gostávamos, é que os portimonenses conseguissem pagar taxas ainda mais baixas do que aquilo que estão a pagar, e dessa forma aliviar os bolsos dos portimonenses. Essa é mesmo a questão, percebe, senhora Presidente? Tenho dito. -----

-----Pedeu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para nós este orçamento não é real, foi elaborado nas necessidades do município em função com os compromissos assumidos pelo FAM, e este equilíbrio é realmente assente em função do município conseguir arrecadar impostos diretos. -----

-----Para a CDU, sempre foi muito mais importante que o orçamento é a execução do mesmo. Portanto, o orçamento é do Partido Socialista, foi quem ganhou as eleições e, portanto, não discutiremos isso. -----

-----O nosso receio é que na execução deste orçamento, os objetivos não sejam mesmo alcançados. Por isso iremos votar contra. -----

-----Pedeu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, tenho aqui uma certa dúvida em relação à amortização da dívida. Há duas assembleias atrás, a senhora Presidente, na sua intervenção, informou que a intenção deste ano era amortizar a dívida, ou abater a dívida dez por cento. Quando a senhora Presidente profere essa afirmação, o que é que quer dizer? A dívida está amortizada por obrigação, ou vai retirar da receita para amortizar essa dívida em dez por cento, amortizar a dívida. Porque houve aqui uma confusão entre amortizar e abater, mas acho que o significado é o mesmo. -----

-----Outra situação. A senhora Presidente acabou de dizer que a economia de Portimão estava muito saudável, e a questão que eu coloco, é que, se a senhora Presidente considera uma economia que se pode ver se a economia de Portimão está saudável, ou se essa informação tem só pelo facto da cobrança coerciva de impostos diretos, ou a cobrança de impostos diretos, porque eu acho que estamos aqui a confundir economia com impostos diretos, há aqui alguma confusão a nível de conceitos de economia. Portimão tem uma economia saudável, a nível de quê? Ainda não percebi, eu gostava que a senhora Presidente desse esse esclarecimento. Obrigada. -----

-----Pedeu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer à senhora Presidente que a pergunta é muito simples. A senhora falou aí no florescimento da economia local consubstanciada naquilo que a senhora disse que é a cobrança florescente também, passo a redundância, do IMT. E eu perguntava-lhe diretamente, no que é que o aumento da cobrança de IMT depende de uma ação do seu executivo? O que é que a senhora fez concretamente em termos da ação política do seu executivo que levasse ao aumento do IMT. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, tratando da cidade como tratou e fazendo aquilo que têm feito, fazendo aquilo que têm feito, tratando desta cidade como tratou, tratando dos jardins, das estradas de tudo. Muito obrigada. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4.a)** Apreciação e Votação dos Documentos previsionais, que englobam o Orçamento da Receita, da Despesa e as Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal, para o quinquénio de 2023 a 2027, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 820/22**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	1	0	1
VOTOS CONTRA	0	5	3	2	2	1	0	1	14

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

----**Foram aprovados, por maioria, os Documentos previsionais, que englobam o Orçamento da Receita, da Despesa e as Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal, para o quinquénio de 2023 a 2027, nos termos da Proposta - Deliberação nº 820/22.** ---

-----**No Seguimento desta votação, a bancada do CHEGA, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «Se a descentralização tem trazido mais dúvidas e discussões sobre as competências descentralizadas e correspondente consequência na melhoria da resposta aos cidadãos e gestão do valor público. É certo que as novas atribuições acarretam um aumento da despesa, assim como de condições financeiras para que se possa garantir o desempenho das novas competências, diria que estamos perante um federalismo financeiro. A questão que se observa, é para além da transferência de competências para a administração local, a mesma não tem decorrido da melhor forma, o princípio de financiamento subjacente não tem sido com as verbas necessárias para que a implementação da descentralização seja concreta, real e justa. Na prática, não existe uma coordenação entre o processo e os meios necessários para o implementar, independentemente do que consta na carta europeia de autonomia local sobre a paridade que deve existir entre as atribuições definidas e o respetivo financiamento. Contudo, por muito que se faça, os factos e a realidade, mostram que a autarquia de Portimão só conseguirá a real emancipação, quando tiver ao seu alcance os meios financeiros para poderem desenvolver o



verdadeiro serviço público municipal. Nesse sentido, esse objetivo só poderá acontecer quando os recursos financeiros forem estáveis, com maior amplitude temporal e que não estejam dependentes por um lado da administração central e por outro de definições políticas e engenharias financeiras e geoestratégicas, tendo com base a conquista do poder municipal. Infelizmente a agonia que muitos municípios vivem hoje, são o resultado duma irresponsabilidade praticada durante muitos anos por parte de muitos autarcas acompanhados de responsabilidade da tutela; cuja falta de controlo, critério e fiscalização, permitiu o acumular de dívida sem que esta fosse aproveitada/incluída numa estratégia autárquica de investimento, que quando existia era normalmente sustentada na criação de dívida à banca. -----

Na atualidade pagamos todos pelos erros, incúria e falta de responsabilização de quem foi detentor desses cargos públicos, muitas das necessidades individuais e coletivas estão comprometidas para o futuro exatamente porque muitos autarcas que aqui passaram provocaram a limitação das leis atuais que tanto apoiaram outrora e se queixam atualmente. Esta condição ainda acaba por incrementar mais diferenças entre os municípios e entre as próprias regiões, curioso é o facto de passados tantos anos a diferença face à média europeia nunca diminuiu após tanto investimento requerido e disponibilizado pela EU. No contexto atual e com os limites que a LCPA (Lei dos compromissos e pagamentos em atraso) e FFL (lei das finanças Locais) obrigam que todos sejamos afetados, nomeadamente com os impostos diretos, o que leva a mais aumento das assimetrias locais e regionais. A lei das finanças locais (Lei.73/2013), obrigou a uma alteração de paradigma, entre muitas alterações ao orçamento, acabou com a possibilidade de "truques" muitas vezes "irreais" alinhados em "alienação" de património que nunca se executavam. Apesar de muitas considerações negativas que lhes possamos apontar, a legislação é o que é, e tem de ser cumprida e vai com certeza trazer orçamentos ainda "mais realistas, no que se refere à sua estruturação e execução, no entanto, pouco refletores, na maioria dos casos, das necessidades das populações. E este orçamento é um exemplo disso! Sim é necessário colmatar e prevenir que os erros do passado não se repitam, é fundamental regras e transparência na capacidade de investimento e endividamento, mais que tudo é fator crítico o exemplo de "bom pagador" na assunção de dívidas, e que as mesmas sejam realizadas em função das pessoas e desenvolvimento local e regional. Tal como as famílias, que necessitam de recorrer a empréstimos para adquirir habitação, assumindo e liquidando as suas responsabilidades. Sabe-se que a autonomia financeira, resulta da habilidade e competência que cada município de gerar receitas para fazer face aos investimentos e despesas próprias. Neste caso ainda, a considerar favoravelmente, um Município com autonomia financeira é aquele cujas receitas próprias significam 50.1% do total. O que não é o caso aqui em apreciação.



Este dado além de ser significativo no contexto das autarquias portuguesas e europeias, demonstra a capacidade que a mesma tem de se sustentar sem ter de recorrer a endividamento, ou até de transferências do Estado. Contudo, os municípios sob alçada do FAM como é o caso do nosso município, estão muito mais condicionadas para fazer face a conjunto de despesas correntes e de investimento próprio da gestão diária do poder local, esta questão é de real importância pois coloca os cidadãos locais em patamares diferentes, quando não deveriam ser responsabilizados pelas condutas improprias de determinados autarcas incumpridores durante anos. Muita da limitação futura foi condicionada por um passado irresponsável em que a ascensão ou manutenção de poder foi o principal objetivo, muitos autarcas e partidos políticos seus representados nesta câmara teimaram em realizar por um lado e incentivar por outro, orçamentos exorbitantes e desajustados, fundamentados em investimento sem que fosse assumido previamente a capacidade do pagamento posterior ou até, que os próprios investimentos resultassem em obra efetivamente de interesse para as populações. Portimão é um dos Municípios com maior volume de juros e outros encargos financeiros pagos. Se nos situarmos nos censos 2021, É dos Municípios com maior volume total de despesa paga em juros entre 2010 e 2020 e uma simulação desse custo indica-nos que cada habitante de Portimão pagou só em juros mais de 700€, o que perfaz desde 2010 até 2021 perto de 50 milhões de euros pagos em juros. Portimão tem dos valores mais elevados de impostos por habitante (647€ segundo anuário financeiro de 2021). É dos Municípios com índice de dívida total superior a 1,5 da média da receita corrente dos três anos anteriores. -----

Este orçamento não serve às pessoas, às famílias, às empresas! -----

Este orçamento não melhora a educação e cultura da autarquia, a economia e o turismo são esquecidos, o setor da saúde continua com graves problemas que ao nível dos cuidados de saúde primário e hospitalar, as freguesias continuam com os seus parques orçamentos sendo o parente pobre do poder local, quando deveria ser aí o começo do verdadeiro Estado-nação e da verdadeira coesão territorial, são trocas e mais trocas das atribuições e competências entre freguesias sabor do presidencialismo político. A proposta dos documentos previsionais, que englobam o orçamento da receita, da despesa, e das grandes opções do plano do município de Portimão para o quinquénio 2023 a 2027, continua a estar bastante condicionadas pelas restrições do acordo celebrado com o FAM. Com sabemos o FAM é um mecanismo de recuperação financeira dos municípios portugueses, mediante a implementação de medidas de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e, subsidiariamente de assistência financeira. O Município de Portimão sendo um dos treze municípios com programa de assistência financeira é dos que mais endividado continua. O peso dos empréstimos sobre as disponibilidades financeiras é elevado, fruto de políticas de endividamento



em serviços e bens não produtivos anteriores ao ano 2013. Terá peso sobre futuros orçamentos até ao ano 2045. O pagamento da dívida poderia e deveria ser mais ambicioso, mas infelizmente continua a ser uma opção política da autarquia, que teima em justificar com a “prudência” a coresponsabilização a perpetuação no tempo do pagamento de juros e dívida.-----

A transição de obras e/ou derrapagens temporais das mesmas, do orçamento de 2022 para 2023, promove o subdesenvolvimento das funções públicas do poder local. Deverá o Município rever os preços base das obras de empreitada, a seriedade dos prestadores de serviços, e cumprimentos dos prazos de execução de obras, por forma a minimizar os custos associados à crise estrutural da económica regional. Falta no presente orçamento estratégia municipal integrada e ligação das ações do município com outros setores. Não existe uma estratégia ao nível do comércio tradicional local, de Portimão, Alvor, Mexilhoeira Grande e Figueira, continua a imperar a política de licenciamento sem a conjugação entre a micro e macroeconomia. O abandono da política de desenvolvimento do comércio tradicional, do projeto RUA DAS LOJAS, inserido na estratégia da A.R.U. - Centro Histórico, está por implementar. O setor do Turismo, necessita de um Plano Municipal, como instrumento vital para o desenvolvimento local e uma política orientadora da ação do setor público e privado. Não há estratégia para o setor da economia Azul, o Mar e as Zonas Ribeirinhas necessitam de estratégia económico-social de desenvolvimento local e regional. Não se conhece o impacto económico do PDM - Plano Diretor Municipal de Portimão em elaboração, sobre o ordenamento e planificação e necessidades de investimento para o futuro. O presente orçamento não dá resposta às necessidades mínimas dos cidadãos. O município de Portimão continua atrasado ao nível da manutenção dos espaços públicos, de políticas de desenvolvimento económico, social e ambiental, e de uma nova abordagem para o setor do Turismo, da saúde, educacional e formativo.» -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** informou que se seguia para apreciação o ponto **4-h)** Discussão e votação da composição do Conselho Consultivo das Medalhas e Distinções Honoríficas do Município de Portimão, nos termos da Proposta – Deliberação nº 704/22, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra.

-----Pedeu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, no que respeita a este ponto, pois o Bloco de Esquerda não foi visto nem achado neste ponto, visto que isto é um regulamento, e o regulamento foi passado aqui, por maioria, pelo PS que tinha a maioria na altura. Nós simplesmente achamos que este regulamento devia ser alterado e também introduzir um membro da oposição neste regulamento para este ponto. Tenho dito.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que nesta deliberação, o Partido Chega não põe em causa a isenção e idoneidade dos elementos propostos à aprovação deste Conselho Consultivo e da excelentíssima proponente. --

----- Estranha-se não haver nenhum elemento de outras forças políticas, carecendo assim de representatividade democrática. O Partido Chega irá votar desfavoravelmente, pois a proposta está imbuída de um cego e tendencioso partidarismo. O Partido Chega não vê assim a democracia. E posso explicar. -----

----- O regulamento diz que os primeiros seis nomeados claro que não poderiam fugir à égide do Partido Socialista, mas os restantes quatro elementos podiam incorporar alguns elementos de outras forças políticas. Portanto, o Partido Chega não se revê com esta atitude e irá votar contra. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que gostariam de fazer aqui uma pergunta, se existe algum perfil para a escolha dos cidadãos que fazem parte e que estão previstos no regulamento, se existe algum perfil para a escolha desses elementos. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, para dizer que só queria fazer aqui uma proposta. A alteração do nome para Conselho Consultivo das Medalhas e Distinções Honoríficas do Partido Socialista de Portimão, uma vez que é só Socialista ou simpatizantes que vão para este conselho, mais vale ser assim. É que o PS só teve quarenta por cento dos votos nesta coisa, mas parece que exclui automaticamente de todos os conselhos os restantes parceiros partidários, o que me parece errado. Portanto, não está representado um município, mas sim o Partido Socialista, pelos nomes que nós vemos nesta lista. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, senhora Presidente, eu aqui não é uma questão, estou a ouvir o que tem sido dito, não é uma questão de representatividade política, eu acho é que o regulamento devia realmente prever que cada força política com assento na Assembleia indicasse um representante nesta comissão. E não é pela questão de estarem os partidos representados na comissão, é tão somente por isto que vou dizer. Parece-nos que era útil que houvesse aqui sensibilidades diferentes quando se trata de atribuir distinções, medalhas e outras distinções honoríficas em Portimão. Porque realmente, olhando aqui para a composição, fica o receio de que a visão que corresponde aqui à composição que é proposta, que seja um bocadinho unívoca e que não haja aqui outras sensibilidades. É só por isso. Não é a questão do partido A, B



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ou C, qualquer que ele seja, dever estar representado, é a questão de haver sensibilidades diferentes numa comissão que visa distinguir portimonenses que por algum motivo se destacaram na sua área de atividade ou na sua atividade cívica. E nessa medida era útil, para esse trabalho distinguir os portimonenses, que houvessem sensibilidades diferentes aqui representadas no conselho, com esta composição manifestamente não é o caso. Disse. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que é assim, a composição é: -----

- Presidente de Câmara, é do PS; -----
- Presidente da Assembleia Municipal, é PS; -----
- Vereadora eleita pelo executivo municipal, é PS; -----
- Presidente da Junta de Freguesia de Alvor, é do PS; -----
- Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira, é do PS; -----
- Presidente da Junta de Freguesia de Portimão é do PS; -----
- Membro da Assembleia Municipal, é o José Figueiredo Santos; -----
- Colaborador da Câmara Municipal de Portimão, é quem faz as atas e quem toma as notas; -----
- Dois cidadãos destacados representativos das diferentes áreas do município, são ambos independentes, um porque conhece o movimento associativo muitíssimo bem e o outro porque está ligado à cultura e, portanto, também já há vários anos que fazem parte do Conselho Consultivo.

-----Quer dizer, mas eu não tenho culpa que o Presidente da Câmara, a Assembleia Municipal e os presidentes de Junta sejam todos do Partido Socialista. Paciência, as pessoas votaram em nós.

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, eu só gostava de saber quem é que aprovou este regulamento. Eu, tanto quanto eu saiba, os votos que aprovaram este regulamento foram da maioria socialista nesta Assembleia. Portanto, pois assim acaba por ser o PS a decidir que são militantes ou simpatizantes do PS os eleitos para o Conselho Consultivo, continuamos com a mesma questão. Muito obrigado.

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, bom, senhora Presidente, ouvimos o seu esclarecimento e de facto aqui das intervenções que foram feitas, ninguém a acusou de violar o regulamento. Está previsto no ponto três do artigo nono do regulamento, que a composição do conselho é aprovada pela Assembleia mediante proposta do Presidente da Câmara. Portanto, a proposta é sua com toda a legitimidade. -----

-----Agora, aquilo que nós criticamos, e penso eu que é unânime entre a oposição, é não ter havido, se calhar, bom senso e se ter contemplado aqui a democracia. A senhora Presidente que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



diz que é amiga da democracia, podia ter tido o cuidado, pelo menos relativamente aos colaboradores, ter escolhido alguém que não fosse militante do PS, e aos dois cidadãos destacados escolher alguém também de outra vertente política e até mesmo o membro da Assembleia Municipal poderia não ser do PS. Portanto, tinha essa faculdade, uma vez que a competência é sua e o que lamentamos, é a senhora Presidente, amiga da democracia, não ter acolhido essa opção.

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, para dizer que quanto à proposta apresentada nada a apontar, pois a mesma cumpre como foi dito anteriormente, cumpre integralmente, ou daquilo que pude avaliar cumpre integralmente o regulamento, que é um regulamento que é de 2016, que penso que o grande problema que está aqui a ser apresentado pela oposição, é efetivamente a forma como o regulamento está feito e que não permite grande margem senão que a maioria apresente aquilo que entenda. O que eu acho que a oposição poderia colocar aqui em causa, ou colocar à discussão é que seja feita uma revisão deste mesmo regulamento. De resto, não tenho muito mais a apresentar. Obrigado. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, apenas para dizer o seguinte. De facto, este regulamento foi feito em 2015 e foi publicado em 2016. Não vejo nenhum mal que se faça um aditamento ao regulamento, ou que se faça uma alteração ao regulamento e incluir, por exemplo, dois elementos indicados, eleitos, aqui pela Assembleia Municipal. Não vejo mal nenhum, não vejo nenhum mal em que isso possa ser feito, nem isso vai afetar a atribuição das medalhas. Quer dizer, um por cada grupo político é muita gente e depois dá ali, depois um puxa para a esquerda, outro puxa para a direita. Não faça essa cara ó senhor deputado, porque eu explico-lhe, mas não é isso que está em causa, não é isso que está em causa. -----

-----Agora, é perfeitamente possível incluir mais dois elementos indicados pela Assembleia Municipal e a Assembleia Municipal indica, ou elementos da Assembleia, ou simplesmente cidadãos de reconhecido mérito que possam, de facto, dar o seu contributo. Pronto, mas indicados pela Assembleia, porque estes são indicados por mim. Acho que muito bem, e fica aqui toda a nossa disponibilidade para tal, como eu incluo dois elementos, ou indico dois elementos, a Assembleia indicar outros dois elementos. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, é só perguntar, eu concordo que já há uma abertura. Agora, esses dois nomes são votados por esta Assembleia? -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que sim. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, para dizer que o Partido Socialista tem maioria, se calhar são dois elementos do Partido Socialista. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que não, não. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que tomou em devida nota a sua disponibilidade e abertura para rever o regulamento. Só que estamos aqui a votar a proposta que está aqui em cima da mesa, e a dúvida, tendo em conta aquilo que a senhora acabou de dizer, a dúvida que persiste é porque é que numa composição de nove membros em que nesta composição dois cidadãos de reconhecido mérito poderiam ter sido indicados, por exemplo, pela Assembleia. O colaborador também podia ter sido indicado e o membro da Assembleia podia ter sido indicado, um membro que não fosse PS. Portanto, estamos aqui quatro pessoas, nesta composição de quatro pessoas que já sabendo nós, sabendo a senhora Presidente que os outros são PS, que eventualmente poderiam ter fugido a essa lógica de indicar pessoas do mesmo partido para equilibrar aqui um bocadinho a coisa, mas não. Como já era quase tudo PS insistiu-se e nomeou-se tudo da área do PS e assim ficou o ramalhete completo, digamos assim, com todo o respeito pelas pessoas que estão aqui nomeadas. Não está em causa o perfil das pessoas, está em causa o facto de não haver aqui diversidade na comissão, é tão somente isso, de acordo com o que disse ainda agora na primeira intervenção e, portanto, eu, saudando aqui a abertura que a senhora manifestou agora para rever, não percebo é porque é que não houve essa preocupação antes, porque havia aqui dois membros de reconhecido mérito que poderiam ter sido indicados fugindo aqui à lógica partidária, mais um membro da Assembleia, três, mais um funcionário da Câmara, quatro, mas não houve essa preocupação. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que ficou esclarecida no perfil de escolha. Queremos realçar que nada temos contra as pessoas aqui indicadas nem estamos aqui a defender até que fosse esta Assembleia a escolher. Agora, achamos interessante que dois cidadãos destacados representativos das diferentes áreas deste município, a sua escolha, não pudesse ter sido mais abrangente. Não estou a dizer que são militantes do Partido Socialista, mas todos que estamos aqui conhecemos a ligação destes dois elementos ao Partido Socialista. Não desejo mais nada, muito obrigado, iremo-nos abstermo-nos nesta proposta. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que queria fazer um ponto de ordem à mesa. A votação tem que ser por voto secreto. Estamos aqui a votar sobre pessoas. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que vão votar... Permitam-me apreciar aquilo que foi posto, o ponto de ordem à mesa. O que nós vamos votar, é uma deliberação de Câmara, segundo eu percebi, na ordem de trabalhos está sobre a proposta, deliberação de Câmara, com nomes de pessoas e, portanto, esses nomes estão elencados e, portanto, vão ser votados, aquela proposta de deliberação que foi votada em reunião de Câmara e, portanto, nós não vamos votar nem nome a nome. Ou recusamos o teor da deliberação, ou não recusamos o teor da deliberação e, portanto, quando se vota por voto secreto, é pessoas concretas. Aqui ou recusam que a Presidente da Assembleia Municipal, que a Presidente da Câmara, que os presidentes de Junta, que os dois elementos que foram indicados, que o Secretário, que as pessoas que aí estão elencadas, assumam para o período que aí está definido na proposta de deliberação. Não tenho mais nada a dizer sobre isso. Portanto, a votação é secreta quando há uma nomeação de uma pessoa em concreto, ou de um número de pessoas em concreto. Nós não vamos votar estas pessoas, nós vamos votar uma proposta de deliberação de acordo com a proposta da Câmara, ou recusamos a proposta da Câmara e ela é chumbada e o Conselho Consultivo não tem elementos para funcionar, é só isso e eu não vou discutir isso. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, na sequência daquilo que disse, o que a lei diz é que todas as votações que incidam sobre pessoas, devem ser feitas por voto secreto. E aqui é o caso. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não estão a votar nas pessoas. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, não, não, eu peço desculpa, a proposta que está aqui em cima da mesa, está perfeitamente discriminada com o nome de pessoas para preencherem a comissão que estamos aqui a tratar e, portanto, uma coisa era apreciarmos uma proposta para a composição em abstrato sem nomes, e aí tinha toda a razão, votávamos de braço no ar como é normal. Outra coisa é estarmos a votar uma proposta que tem o nome das pessoas e, portanto, o objeto da votação que está aqui em causa é se a comissão passa a ser constituída pela pessoa A, B, C, D, por aí fora. Estamos a votar sobre pessoas, o objeto da



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



deliberação é sobre pessoas, como acontece noutras situações quando a Assembleia indica um representante para um órgão qualquer até às vezes externo e, portanto, a prática que é a que está correta e que respeita o que está na lei, é que sendo um objeto da deliberação sobre pessoas, a votação tem que ser por voto secreto, é isso que diz a lei claramente. Aqui é o caso, não estamos a votar nem a deliberar sobre uma composição em abstrato de um órgão, estamos a deliberar sobre esta composição em concreto com estas pessoas que estão aqui referidas, e nessa medida a votação tem que ser por voto secreto, sob pena de estarmos a violar a lei. É só isto.

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor deputado, ouvi-o com a máxima atenção, percebi aquilo que me disse mas não concordo. E não concordo pelo seguinte, e vou-lhe explicar. -----

-----Primeiro que tudo, essa é uma deliberação de Câmara que delibera na base de um regulamento que foi feito, esse regulamento foi aprovado em reunião de Câmara e foi proposta a sua aprovação na Assembleia Municipal no mandato anterior e foi aprovado nestes termos. Não interessa, de acordo com a composição que aí está, não interessa o nome das pessoas que aí estão. Peço desculpa, não interessa. -----

-----Eu se renunciar ao mandato amanhã, será na mesma no Conselho Consultivo o Presidente da Assembleia que me suceder. A senhora Presidente da Câmara se renunciar amanhã, será o senhor Presidente da Câmara que lhe suceder. A alteração da composição não altera. Por outro lado, a proposta que está aí tem a ver com exercício de cargos e depois relativamente penso que a dois cidadãos de destacado mérito, daí a pergunta da senhora deputada Lurdes Melo acerca do perfil. É uma proposta de deliberação que foi feita. -----

-----Agora, relativamente àquilo que me foi proposto ou que me foi dito pelo senhor deputado, nós não votamos secretamente o Conselho Municipal de Educação. Nós não votamos secretamente os outros conselhos municipais que vieram aqui para a nossa votação, não votamos, não, não votamos não! E, portanto, nós não votamos. -----

-----Foi feito em função daquilo que eram as regras do regulamento e da lei que enquadra esse órgão e lembro-me perfeitamente que o Conselho Municipal de Educação tem nomes e não foram votados. Portanto, tem uma composição, a escola X, a escola Y, universidade e nunca se votou, e nunca se votou na Assembleia Municipal esse tipo de situação e já cá ando há muitos anos. Coisa diferente seria se porventura a Assembleia Municipal tivesse que votar aqui ou determinados elementos, ou que saíssem desta Assembleia, ou que fossem propostos para esta Assembleia para uma designação que tivesse que ser feita. Aí sim, nós votaríamos secretamente porque não vamos...



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



esse é um mau exemplo que vou dar. Mas imaginemos que tínhamos que eleger aqui juízes sociais e nós não íamos aqui chumbar o perfil de um determinado cidadão para juiz social e votar outro favoravelmente de braço no ar, teria que ser um voto secreto. -----

-----Agora, aqui nós estamos a votar uma composição que foi votada numa reunião de Câmara de acordo com o regulamento. Só tem duas hipóteses, ou rejeitamos, ou aprovamos, como todas as deliberações de Câmara. Se o orçamento que já foi aprovado fosse rejeitado voltava à Câmara e a Câmara tinha que aprovar novo orçamento e apresentar nova proposta a esta Assembleia. Esta é, ou aprova-se ou recusa-se. É óbvio que há direito de abstenção, votamos, ou aprova-se ou recusa-se, mas a abstenção não impede, uma vez que há o voto de qualidade da Presidente, só se a Presidente também se abster. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que nessa medida senhora Presidente, se esse é o entendimento da mesa, não sabe se é da mesa se é da senhora Presidente, não percebeu. É da mesa, é unânime? Muito bem, a nossa bancada não vai tomar parte na votação. -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que há pouco na sua intervenção, esqueceu-se de dizer, só gostaria que houvesse um bocadinho de rigor mais uma vez, eu penso que o senhor Pedro Poucochinho, é trabalhador deste município. -----

-----Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer à senhora deputada que lhe pede desculpa, mas vai ter que lhe tirar a palavra! Eu dei-lhe a palavra porque pensei que era sobre esta discussão. Sobre o teor da discussão, eu peço-lhe desculpa. ---

-----Ficou com o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, não, é só para substituir mais uma vez a palavra e não me trate por deputada, eu já por diversas vezes me insurgi contra este tratamento, aliás por respeito aos deputados desta nação e que por acaso a senhora Presidente é uma delas, e por isso agradeço que me chame eleita, membro, mas deputada não, pronto e realço uma vez mais, que deveria haver rigor quando se usasse o termo colaborador. São trabalhadores e não são colaboradores. Isto é um ponto assente e é uma questão nossa e que trazemos isto a esta Assembleia uma vez mais. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que conhece essa situação, mas pensava que se estava a referir, porque já estão a discutir o processo de votação e não o teor da proposta. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que só quer a intervenção para informar que não vai fazer parte desta votação. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que o Bloco de Esquerda também não vai fazer parte desta votação. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-h)** Discussão e votação da composição do Conselho Consultivo das Medalhas e Distinções Honoríficas do Município de Portimão, nos termos da Proposta – **Deliberação nº 704/22, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	0	0	0	0	0	1	0	15
ABSTENÇÕES	1	0	0	0	0	1	0	0	2
VOTOS CONTRA	0	5	3	0	0	0	0	0	8

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **Foi aprovada, por maioria, a composição do Conselho Consultivo das Medalhas e Distinções Honoríficas do Município de Portimão, nos termos da Proposta – Deliberação nº 704/22.** -----

----- **A Bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança), a Bancada do Bloco de Esquerda, e a Deputada Independente, Ângela Quadros, não participaram na votação do ponto 4-h).** -----

-----**No Seguimento desta votação, a bancada do CHEGA, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «O Partido CHEGA não põe em causa a isenção e idoneidade dos elementos propostos à aprovação, deste conselho consultivo e da Exma. Proponente. -----

Estranhámos somente não haver nenhum elemento de outras forças ou desígnios políticos. Carecendo assim, de representatividade democrática. A proposta está embuída de um cego e tendencioso partidarismo. -----

O partido CHEGA não vê assim a democracia!!!-----
Efectivamente, que os primeiros seis elementos propostos para este conselho consultivo, estão oficialmente regularizados pelo regulamento 139/2016 de 08/02 e do art.º 9. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Os restantes (4) quatro elementos poderiam ser escrutinados noutras latitudes políticas. Concluindo diremos, que foram nomeados os dez (10) elementos do Partido Socialista, o que não vem honrar o pluralismo democrático, nem tão pouco, a isenção nas escolhas e suas atribuições aos premiados honoríficos. -----

Por estas razões, o Partido CHEGA vota CONTRA.» -----

-----Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, para dizer à Presidente da Assembleia que só percebe a sua votação neste último ponto, tendo em conta que não está a ser votado a sua presença nesta comissão, ou seja, o que está a ser votado é as pessoas que foram anunciadas para membros desta Assembleia, ou seja, quem é Presidente já é por inerência, o seu caso é por inerência, só neste caso o membro da Assembleia Municipal, o colaborador da Câmara e os dois cidadãos é que estão propriamente a ser votados, penso eu, porque os outros já é por inerência, são cargos, é aplicação do regulamento não é votação, não se pode escolher, não se pode escolher. Eu julgo que deve ser isso que deve ser esclarecido e às tantas para a próxima ser melhorada a deliberação, no sentido de fazer essa própria distinção, de forma a não haver este constrangimento de membros que possam estar na mesma. Obrigado. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** informou que se seguia para apreciação o ponto **4-i)** Discussão e votação do projeto de alteração ao Regulamento das zonas de estacionamento, nos termos da Proposta – Deliberação nº 696/22, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Pedeu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Viana**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que quanto a esta proposta de alteração do regulamento de estacionamento, no todo não têm nada a apontar, ou o que vem aqui proposto para alteração. Mas penso que este assunto merece alguns reparos que eu agora passarei a descrever. -----

-----Um dos princípios que rege a aplicação das zonas tarifadas nas cidades, é o de garantir a rotatividade do estacionamento e impedir o estacionamento abusivo, mas depois nós olhámos para as tarifas e elas não refletem isto. Eu posso, não tenho aqui, mas uma das zonas, por exemplo, tanto paga por hora um cidadão que estaciona só uma hora, como exatamente se estacionar dez horas vai pagar o mesmo valor por hora. Portanto, isto não deveria taxar muito mais aqueles que estacionam dez horas do que aqueles que só estacionam uma hora, portanto, e há aqui zonas em que esse valor não está refletido e, portanto, não se promove a rotatividade, promove-se sim que a pessoa abuse do estacionamento. Basta ver, eu posso ver aqui, mas é uma das zonas da praia



da Rocha que isso acontece, em que o valor é exatamente igual estacione uma hora como estacione duas, como estacione três, como estacione quatro até penso eu às doze ou catorze horas que está previsto, e eu penso que é numa das bolsas de estacionamento, peço desculpa mas eu já avanço. Mas podem conferir o que eu estou a dizer. Além disto, penso que este regulamento de estacionamento deveria prever a criação de um registo de infrações, para permitir que as decisões administrativas pudessem ser um pouco mais racionais, sensatas e coerentes. Pois na prática, e o que eu por dever de ofício tenho reparado, as decisões que a EMARP emana, estão a aplicar, por exemplo, coimas exatamente semelhantes a quem infringe uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete vezes, o valor da coima é sempre exatamente igual. Portanto, a EMARP não está a sancionar a reincidência e está a comparar um cidadão que, por um outro motivo, se esqueceu de pôr lá a moeda na zona de estacionamento tarifado como outro que regularmente não cumpre e, portanto, depois a decisão administrativa é exatamente igual tenha uma ou mais coimas e, portanto, eu penso que isso deriva de não haver um registo de infrações, não sei se o há, é uma pergunta também que eu coloco, posso estar aqui a ser injusto, mas eu penso que não há o registo de infrações para, digamos, a decisão administrativa punir a reincidência. Penso que, e isto é um aparte, que este regulamento de estacionamento também deveria vir acompanhado, e acho que, é um repto que eu lanço aqui a esta Assembleia e a este executivo, que se crie um regulamento municipal de trânsito. Ele não existe, tem havido um aumento exponencial da circulação rodoviária, com novos meios de mobilidade, sejam trotinetes, sejam bicicletas elétricas e que põem em causa a segurança rodoviária, seja deles próprios, seja de quem circula nas vias e, portanto, este documento, este regulamento de estacionamento deveria estar englobado numa estratégia de mobilidade em que se ponderasse não só o estacionamento, mas sim toda a mecânica do trânsito nesta cidade. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, senhor diretor geral da EMARP, chefe de divisão, eu queria começar em relação a este ponto, por saudar, aliás, já o disse na reunião que tivemos na EMARP creio que em junho deste ano, saudar positivamente a iniciativa que houve da parte da EMARP antes da discussão pública deste regulamento, de ouvir as várias bancadas com assento na Assembleia tentando receber contributos e apresentando aqui sumariamente aquilo que estava em causa e penso que é uma prática positiva que deveria ser aproveitada noutras ocasiões aqui, nomeadamente em sede de elaboração de regulamentos municipais, antes da discussão pública, ouvir-se informalmente os grupos municipais aqui com assento na Assembleia. Dito isto e saudando de forma positiva essa iniciativa queria dizer o seguinte. Há uma questão legal que me



deixou aqui algumas dúvidas que eu vou já colocar e depois há aqui questões de opção que eu também disse na reunião às pessoas com quem tive o prazer de falar sobre isto, que também nos merecem algumas reservas, mas começaria por dizer o seguinte. O regulamento em si, agora esquecendo aqui o conteúdo concreto que está aqui em causa, é indispensável porque o estacionamento automóvel tem que ser disciplinado na cidade e em zonas de maior fluxo de trânsito nomeadamente e de maior afluência de veículos e, portanto, há uma necessidade que é evidente, não sei se alguém defenderá que não haja estacionamento tarifado, mas enfim, numa cidade como Portimão é indispensável que haja regras claras e que haja, nalgumas zonas e nalgumas faixas horárias, pagamento de estacionamento à superfície e é em parques subterrâneos, aqui estamos a falar de superfície. Dito isto, depois é preciso é mergulhar aqui nas normas e nomeadamente na questão dos tarifários. -----

----- Eu começaria pelos tarifários por uma reserva ou uma dúvida que tenho e que perguntaria diretamente, é a questão da fundamentação económico-financeira para o cálculo destas taxas em concreto. Qualquer regulamento que preveja taxas, segundo a lei das finanças locais, tem que ter uma fundamentação económico-financeira, ou seja, quando o cidadão paga x por x tempo de estacionamento no caso, tem de saber como é que se chegou àquele valor, tem que haver um cálculo, uma forma de cálculo racional, ou fundamentação que permita compreender como é que se chegou àquele valor. Eu, salvo melhor opinião, não fiquei com essa certeza aqui deste regulamento. -----

----- Depois, há aqui outras questões que têm que ver com, e vou ser sumário para sobrar algum tempo, têm que ver com os horários do estacionamento tarifado, há aqui uma série de zonas que têm das nove da manhã às vinte e quatro horas, parece-nos que é manifestamente excessivo, embora estejamos a falar de zonas que têm, no verão, que é esse horário que estamos a falar, que têm alguma pressão turística, nomeadamente a praia da Rocha, mas parece-nos ainda assim que é excessivo, vinte e quatro horas parece-nos que é excessivo e sobretudo o valor de entrada, porque está aqui previsto para quinze minutos de cinquenta cêntimos, parece-nos que é um valor claramente excessivo também e, portanto, em comparação com concelhos da dimensão de Portimão, eu arrisco a dizer que estamos aqui a cobrar por cima em valores um bocadinho exagerados e, portanto, deixava essa questão. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, neste momento, nós em 2019 até votámos favoravelmente este regulamento. Nós estivemos aqui a analisar, realmente temos aqui as taxas, muito acima do que é expectável, acho que devia haver aqui uma redução nas taxas, ainda por cima nos primeiros quinze minutos como já foi dito



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



aqui, e outra situação que vi aqui, foi as reclamações dos utentes das ZAAC. O senhor esteve lá à espera vários minutos, outros problemas também com a polícia para entrar nessa rua também e com os bombeiros, foi que o utente e morador nessa rua teve esses problemas. Eu acho que isso devia ficar minimizado, que as pessoas perdessem o mínimo de tempo na entrada dessa rua. Realmente às vezes passo por lá e vejo muitos carros ali em fila, especialmente carros de transporte de pessoas e para largar pessoas vejo muitas vezes lá à espera para que o pilarete desça para as pessoas poderem passar. -----

----- Outra situação que tenho que aqui dizer e não está assim muito divulgado, é que nós portimonenses temos uma hora, não sei se eu estou a dizer mal ou não, temos uma hora grátis através de uma APP que temos uma hora grátis, acho que é de aproveitar essa hora grátis, e outra situação que vejo aqui também, como já foi dito aqui na praia da Rocha, há situações lá na praia da Rocha, realmente aquele parque de estacionamento está junto entre o Vale, o Vale Mar ou ali a praia dos Carianos, que aqui também devia ser pelo menos até às nove horas. Não vale a pena estar lá até à meia-noite. Também temos que pensar que ali também tem o problema das autocaravanas que podiam aproveitar esse tempo para pernoitarem naquele espaço, também temos que ver esse ponto, mas para as pessoas que realmente utilizam a praia da Rocha e gostam de ir à praia da Rocha, depois das nove horas ou depois das dez horas deviam estar sem tarifário. Tenho dito, por momento fico-me por aqui. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, eu, se me dão licença, passarei aqui ao senhor diretor geral da EMARP, que naturalmente responderá de forma mais concreta e concisa, se faz favor. --

----- Ficou com o uso da palavra, o diretor geral da EMARP, Dr. **Pedro Romão**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e começando pelas questões do senhor Ricardo Viana, relativamente à questão das taxas e àquela tarifa *flat*, pensa que, esteve à procura mas não conseguiu encontrar. -----

----- Interveio o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Viana**, para dizer que é na bolsa da praia dos Três Castelos F2 e é na rua dos Três Castelos em que o valor, e só querendo aqui especificar, portanto, o valor por hora é oitenta cêntimos, seja uma hora, duas horas, três horas, até ao limite máximo de quinze horas que são doze euros e que dá oitenta cêntimos. -----

----- Interveio o diretor geral da EMARP, Dr. **Pedro Romão**, para perguntar, mas é nos Três Castelos e qual era a outra? -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Viana**, para dizer que é na Três Castelos F2 e na bolsa da rua dos Três Castelos F3. Estas pelo menos. -



----- Ficou com o uso da palavra, o diretor geral da EMARP Dr. **Pedro Romão**, sim, sim é essa a ideia que eu tenho também, portanto, e, tem a ver com isso, tem a ver com a praia, portanto com a utilização para a praia, portanto, e não fazia sentido a adoção de um modelo progressivo pela função que estava ali associada, portanto o que remete para outra questão que é a que o Pedro Mota estava a dizer, portanto, não faz sentido, de facto, fazer até às vinte e quatro horas, portanto, e agora isto ficou aberta esta possibilidade à Câmara de se fazer essa modificação face à função que está associada àquele parque. -----

----- Da rua dos Três Castelos, portanto, é nossa ideia que também deva deixar de ser tarifado, portanto era tarifado por um motivo muito simples, porque à data, portanto, não havia a possibilidade de sinalizar a utilização daquele espaço inibindo a utilização para caravanas. Portanto, neste momento, já é possível sinalizar essa zona, pelo que não faz sentido estar a tarifar aquela zona periférica, portanto não há comércio, não há ali nada, portanto ela surgiu precisamente por este motivo. -----

----- Relativamente ao registo das infrações, de facto não está plasmado no regulamento, portanto, mas o software que faz a gestão disto, vai registando naturalmente as infrações associado a cada veículo. -----

----- Relativamente à questão do regulamento de trânsito, portanto, foge aqui um bocado àquilo que estávamos aqui a discutir mas de qualquer maneira o que se nota, é que as opções que estão aqui vertidas no regulamento, portanto, estão em sintonia, estão em consonância com aquilo que é o plano de mobilidade e tivemos a oportunidade de olhar para isso numa altura ainda que estava a ser elaborado e de facto estavam em consonância uma coisa com a outra. -----

----- Relativamente às questões colocadas pelo Dr. João Caetano, no que diz respeito à fundamentação económico-financeira, não havendo aqui alteração das taxas, estas são alterações que não abordam essa matéria, portanto o entendimento foi que não havia lugar a essa fundamentação, uma vez que não há alteração neste domínio. -----

----- Relativamente aos horários das nove às vinte e quatro, tem sobretudo a ver com as zonas de elevada procura durante aqueles horários. Tinha acabado de dizer que inicialmente faria sentido só quando foi conseguido a dos Três Castelos que eventualmente pudesse ter feito sentido até às vinte e quatro, mas verifica-se que não faz sentido. Agora na praia da Rocha de facto verifica-se uma procura até essa hora, até mais tarde, sim. Percebe? Mas o critério é esse, portanto tem a ver com a procura e com a necessidade de conseguirmos oferecer estacionamento pese embora pago. Isto pode aparentar, que a tarifa é muito alta, de facto não é, porque se a tarifa fosse muito alta



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



havia sempre lugares disponíveis e há muitas alturas em que não há pura e simplesmente lugares disponíveis. Portanto, significa que a tarifa até é baixa. -----

----- Quanto à questão dos portimonenses e como dizia o deputado Pedro Mota, de facto há aqui um benefício que tem havido um esforço grande de divulgação dos tais sessenta minutos por dia, portanto, e depois há as questões dos residentes. Ainda há um bocado dizia-se relativamente ao centro da cidade que não há lugar para estacionar. Pois não há. Eu penso que respondi às questões.

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, bom, nós analisámos aqui o documento e relativamente aos montantes cobrados, o que lamentamos é que a opção não tenha contemplado pelo menos uma hora de estacionamento gratuito no interior da cidade. Temos aqui um caso de sucesso que é o mercado. O mercado contempla uma hora de estacionamento gratuito. Bem sei que é um parque fechado que não se compara com o estacionamento à superfície, mas penso que se calhar com alguma boa vontade e algum estudo, talvez se pudesse encontrar algum tipo de solução, sendo que isso iria também promover e dinamizar o interior da cidade e o comércio local. -----

----- Uma outra questão prende-se também aqui com o artigo dezanove e vinte relativamente ao furto e extravio de cartão. É assim, os prazos que vêm aqui previstos são um bocadinho curtos. É assim, quem mude de domicílio tem dois dias úteis para requerer a alteração, quando há a perda ou extravio do cartão, a pessoa tem que comunicar em vinte e quatro horas, parece-nos um bocadinho apertado. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Viana**, para dizer que agradece as explicações do senhor diretor geral da EMARP. E aproveitando aqui e também trazendo para aqui um bocado do meu ofício, por exemplo, essa falta de registo de infrações leva a que, por exemplo, e eu acho que está-se a castigar demasiado os portimonenses e vou-lhe dizer porquê, porque um cidadão portimonense que não pague, por exemplo que tenha cometido sete infrações, vou dar assim um valor mais redondo, cinco infrações, vai-lhe ser aplicada cinco decisões administrativas. Ele é notificado para pagar não pagou porque não podia ou por outro motivo qualquer. -----

----- O que acontece, é que a EMARP porque não tem esse registo, indiscriminadamente remete para execução fiscal cinco processos. Parece que está tudo bem, não está, deveria ponderar a cumulação dessas decisões administrativas e porquê? Porque isto acarreta para o cidadão portimonense, pode ser portimonense pode não ser portimonense, mas para o caso, as custas judiciais de uma execução de uma coima que tem sido por norma quarenta e cinco euros, neste



caso de não pagamento de taxas, a taxa de justiça à cabeça são duzentos e quatro euros. Um cidadão que tenha cinco coimas para pagar vai pagar só de taxas de justiça mil e vinte euros, porque têm cinco processos de execução e vai pagar de coimas duzentos e vinte e cinco euros. Isto é excessivo, é evidente que a EMARP pode dizer, ah! O regulamento das custas judiciais não fomos nós que as fizemos, não é? Mas a uma entidade administrativa acho que incube tentar ser razoável e se diz que tem um registo de todas as infrações, deveriam ponderar que em determinado período de tempo, porque também temos a ver depois com a prescrição dos processos de execução e das decisões administrativas, eu sei que o tempo é curto, em determinado período de tempo, durante três meses vamos remeter para execução. Não pagou, vamos juntá-las todas e vamos permitir ao cidadão, não é, que quando for cobrado pague apenas uma taxa de justiça, acho que isto seria mais razoável do que estar a remeter cinco processos e o cidadão vai pagar cinco vezes taxa de justiça. Isto onera demasiado, está bem o cidadão infringiu, não devia ter infringido, mas isto não é razoável, digo eu, penso que a EMARP, não sei se já tinha ponderado sobre este assunto, é um assunto que parece que é isolado, um caso isolado e não, diariamente lido com quatro, cinco, seis, sete, já vi um cidadão com dez e estamos a falar que um cidadão com dez execuções só de taxa de justiça vai pagar dois mil e quarenta euros. Isto é muito dinheiro e acho que deveríamos ter um bocadinho atenção a este assunto porque não é porque o cidadão infringiu também que agora vamos quase arrancar-lhe o dinheiro do bolso, porque nessas execuções é muito fácil porque há uma viatura em causa e, portanto, o que é que acontece? O cidadão é obrigado mesmo a pagar porque senão fica sem a viatura. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, no regulamento da EMARP, no artigo terceiro da competência, permite-nos a nós da Assembleia Municipal somente debater zonas de estacionamento controlado, e sobre isso estou um bocadinho cético ao quererem taxar a rua 28 de Maio, ou seja, toda a zona ribeirinha é o ZEC B1 e B2, assim como o ZEC D, que é na zona das Sardinhas. Pois a Câmara, o município não criou bolsas de estacionamento. Acho um bocadinho agressivo. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que é uma questão muito simples, tem que ver aqui com o conceito de residente. Prevê-se aqui que o critério para definir o residente para efeitos de não taxação, os primeiros sessenta minutos é o domicílio fiscal. A pergunta era porque é que foi este o critério e não outro, sendo que há aqui eventualmente situações de pessoas que podem ter o domicílio fiscal em Portimão, por esta via vão ter isenção e efetivamente não residem cá. Portanto, era só essa a questão, além daquelas que fiz ainda agora.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o diretor da EMARP Dr. **Pedro Romão**, para dizer que em relação à questão colocada pela Dra. Marta Caetano da primeira hora gratuita, o caso do parque é um esquema pós-pago, aqui é um esquema pré-pago. Portanto, aquilo que nós procuramos fazer foi através da aplicação, portanto, e pedir um desenvolvimento que permitisse isso. -----

----- Sabemos que há pessoas que poderão ter alguma dificuldade no manuseamento da aplicação, e então os parquímetros que adquirimos agora para o centro da cidade, portanto o concurso previu essa possibilidade. Portanto, a pessoa pode acionar este mecanismo no parquímetro, é a forma, quando conhecemos é a única forma de ter que nos ir dar resposta a uma situação que não é pós-paga. -----

----- Relativamente à questão dos prazos, de facto esta questão foi uma questão que não... é um texto que se mantém no passado e que poderá ser melhorado, portanto, mas de qualquer maneira digamos que há aqui alguma capacidade da parte da entidade gestora de olhar para estes prazos de forma diferente como é óbvio. -----

----- Relativamente à questão do registo das infrações e das custas judiciais, foge àquilo que está aqui em discussão, mas é uma matéria que vamos olhar naturalmente e agradecemos a intervenção. -----

----- Relativamente às considerações do senhor Mário Espinha, de facto, as zonas que referiu são zonas de estacionamento controlado, portanto não têm lá dentro, dentro dessa zona não têm lá dentro zona de estacionamento de duração limitada tarifado, não tem. Portanto, é uma competência que está na esfera do município, tanto quanto eu tenha conhecimento, o município não pondera tarifar aquelas zonas e, de facto, não está desenhado no regulamento. Portanto, surge isto aqui porquê? Porque tinha que ir à Assembleia Municipal um determinado regulamento que estava tarifado, se tirássemos um lugar em concreto por uma razão qualquer, tinha que vir à Assembleia Municipal. Imagine-se que a Câmara queria transformar aquele espaço, aqueles dois lugares em local de cargas e descargas. Então tinha que vir à Assembleia Municipal para transformar em cargas e descargas, portanto, sob o ponto de vista da gestão diária do território era uma coisa que não fazia sentido, portanto, mas tanto quanto eu tenho conhecimento. -----

----- Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que não é para tarifar. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o diretor geral da EMARP Dr. **Pedro Romão**, pronto. Relativamente à questão do domicílio fiscal, de facto outro critério poderia ser adotado, mas pareceu-nos aquilo que era e que seria mais rigoroso para captarmos aquilo que pretendíamos.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Portanto, em princípio o residente terá o domicílio fiscal no local onde reside, não é? Portanto, parece-nos que foi aquilo que melhor respondia. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria de Sousa Velha**, é assim isto pode ser uma pergunta um bocadinho perdoem-me um bocadinho redundante ou talvez não, mas eu só queria esclarecer aqui um aspeto. Este regulamento destina-se ao concelho de Portimão não é à cidade de Portimão, é ao concelho de Portimão, e lá está, estávamos a falar do conceito fiscal, o conceito de residente é o residente no concelho de Portimão, é essa a expressão adotada, e a minha questão pode ser meio tonta, peço desculpa mas é a que me assola, porque há duas perspetivas, pode ser é para o concelho na perspetiva... neste momento só há parquímetros em Portimão, em Alvor não há, pois não? Acho que não, na Mexilhoeira não há que eu saiba e, portanto, no futuro pode haver. -----

-----Agora um residente que tenha o domicílio oficial e fiscal em Alvor ou na Mexilhoeira, quando vier a Portimão pode estacionar e beneficiar. Era essa a minha questão, pode ser uma questão tonta, mas eu peço desculpa, eu queria perceber se isto abrange qualquer residente do concelho ou se é apenas para os residentes da cidade e as outras freguesias pois se verá no futuro. Entendem? Portanto, isto era um pequeno aparte porque realmente pode ser um defeito de jurista e gosto de esclarecer as coisas. Por outro lado, eu gostaria apenas de deixar aqui terminar isto com a nota que a nossa bancada tem lutado e batalhado porém por este conceito que é a ausência, é o facto de... criticamos no bom sentido o executivo, no sentido de que notamos que há uma ausência de um plano rodoviário, um tal plano de limitação de tráfego muito além deste. Isto é um regulamento de estacionamento e nós achamos que este regulamento devia ser incluído num plano geral de ordenamento do tráfego da cidade que ainda não existe e que peca um pouco por pouco apenas nesse aspeto, portanto, que já foi aqui referido pela nossa bancada e que esse é um aspeto que lutaremos junto do executivo para que venha a ser clarificado, estudado, implementado no futuro de forma coerente e global para o concelho. E com isto tenho dito, obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, senhora Presidente, dá-me licença que faça mais uma pergunta ao senhor diretor da EMARP? Vem no mesmo sentido, a marginal de Alvor, é para ser taxada ou não? -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que estão a estudar. Neste momento, não lhe posso responder. -----

-----Eu poderia ser utópica e dizer-lhe assim, não, não vamos taxar. Mas também não lhe posso dizer não nem sim, porque estamos a estudar se de facto vale a pena ou não. Está a ver? Porque



também há muitos problemas ali em termos de estacionamento, não é, e, portanto, as pessoas vão para a praia, deixam o carro ali o dia inteiro e não o tiram de lá, e quem quiser ir àqueles bares que estão ali junto à marginal ou aos restaurantes não consegue ir. Aliás, à semelhança do que aconteceu uma vez aqui na zona centro de Portimão, nós retirámos o estacionamento numa determinada altura e a seguir os comerciantes vieram pedir-me, «ai, ponha lá estacionamento, porque ninguém consegue estacionar». Porque os primeiros a chegar são os trabalhadores do comércio, os trabalhadores que trabalham lá são os que estacionam, estão os carros estacionados de manhã à noite e os clientes não conseguem lá ir, é que nem eram os patrões, eram os funcionários diziam eles, não é? Se calhar eram todos. -----

----- Agora, nós temos que lidar aqui com estas sensibilidades, ó senhor membro da Assembleia Municipal Mário Espinha, é assim, por isso é que eu não lhe posso dizer, é ou não é, porque eu não sei se daqui para amanhã não vêm os donos daqueles bares que estão lá na marginal dizer-me «olhe, taxe lá isto porque senão a gente não tem aqui ninguém». Está a ver? E, portanto, a questão é esta. Aliás, o centro da cidade que nós queríamos tirar, e os comerciantes disseram «ai, não, não tirem, não tirem o estacionamento pago», de modo que é com esta sensibilidade que nós temos que trabalhar. Muito obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, para dizer que é uma questão muito simples. E aproveito estar aqui o diretor geral da EMARP, uma pergunta que eu faço regularmente e volto a fazê-lo em nome dos portimonenses. Se os portimonenses poderão continuar a vir tomar o seu cafezinho à casa inglesa, ou seja, olhando para os portimonenses, se a Câmara ou se a EMARP tem algum destino a dar, portanto a toda a zona ribeirinha que neste momento não é taxada e se eventualmente poderá ser ou não taxada, quais são as previsões que a Câmara faz para este sítio. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, senhora Presidente, eu em relação à primeira questão que coloquei, eu ouvi com atenção a explicação que o Dr. Pedro Romão me deu, mas eu tenho aqui uma divergência que decorre daquilo que estamos aqui a tratar, ou seja, nós aqui não estamos a discutir nem a votar, nem vamos votar a seguir a alteração a três ou quatro ou cinco artigos. Materialmente aquilo que vem aqui, embora seja uma revisão do regulamento que está em vigor, é o articulado inteiro do regulamento com os anexos e os mapas com as ZAAC. Portanto, eu salvo melhor opinião, entendo que a proposta que está aqui em causa para cumprir com o que está no normativo legal devia trazer um anexo com a fundamentação económica, até podia ser a mesma que estava no regulamento inicial, até podia ser a mesma, não tinha que ser



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



alterada, mas parece-me a mim que a proposta tal qual está elaborada está incompleta, porque nós estamos aqui, e no fundo é isso que vamos fazer, a votar a cobrança de uma taxa de x ou de y, consoante a zona e o horário que não está aqui devidamente fundamentada no seu quantitativo e, portanto, nessa medida parece-me que esta proposta está incompleta. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, uma das questões que não vimos, pelo menos da análise que fiz não vimos aqui considerada, é uma bonificação, uma diminuição, não diria uma isenção, mas pelo menos uma diminuição das taxas para as empresas do concelho que devido à sua própria atividade necessitam do estacionamento nestes sítios porque não podem deixar as suas viaturas numa qualquer bolsa que exista distanciada devido aos trabalhos que estão a desenvolver, obrigando-se ao pagamento dessas taxas, e o que acontece na prática muitas vezes é que, devido a quem está a trabalhar não é o proprietário do imóvel, os trabalhadores tendem a arriscar e os fiscais da EMARP tendem a ser bastante eficientes no trabalho que desempenham, provocando algumas multas. Nessa questão, e solicitava caso esteja equivocado e esteja aqui no regulamento, pelo menos eu não identifiquei, se existe essa consideração para com as empresas do município, porque acaba por ser também um encargo para as mesmas. Disse, obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o diretor geral da EMARP Dr. **Pedro Romão**, essa questão da bonificação das empresas é uma questão muito debatida quando se estuda isto, e as empresas têm de decidir uma coisa. Portanto, ou querem os trabalhadores lá, ou querem clientes, portanto, e o que acontecia na praia da Rocha era precisamente isso, é que acontecia vários fenómenos, não é? Portanto, um deles era, as pessoas que vinham de férias e deixavam o carro e o carro ficava lá quinze dias. Nós tínhamos registos fotográficos dos dias todos do ano, dos dias todos das férias e verificávamos que era sempre o mesmo carro que lá estava, e verificávamos também que era sempre o mesmo carro e que era o mesmo carro do trabalhador ou do proprietário, portanto, e esta decisão, que as pessoas da praia da Rocha chegaram à conclusão que de facto faz mais sentido ter clientes em vez de ter os trabalhadores, em vez de ter os proprietários e é essa um bocadinho a lógica que está subjacente a isso. -----

-----Relativamente à questão colocada pelo senhor deputado Natalino Alves. A senhora Presidente tinha dito ainda há pouco a propósito da consideração do deputado Mário Espinha, portanto, que não tinha intenção de intervir naquela zona. Portanto, neste momento, há no verão, no largo do Dique, portanto, que está a ser alvo de um projeto penso que incluso vai reduzir o número de lugares disponíveis. Não, não, peço desculpa, como tinha remetido para a explicação dada pela senhora Presidente relativamente à intervenção do senhor Mário Espinha, portanto é que de acordo



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



com a informação, pelo menos que eu disponho e que a Presidente reiterou agora, portanto, não está previsto tarifar aquelas zonas. -----

-----Relativamente à questão colocada pelo Dr. João Caetano, a primeira relativamente à fundamentação económica, eu tenho aqui alguma dificuldade na argumentação por insuficiência minha, é verdade. Portanto, o que os juristas lá da casa dizem, é que de facto não carece de trazer a mesma folha que já veio cá quando foi o processo inicial, e de facto, não conseguiu acrescentar nada de valor relativamente a isto. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, caro engenheiro Pedro Romão, eu provavelmente não me expliquei convenientemente na minha intervenção. Quando falava na bonificação para as empresas, obviamente não estou a falar para a viatura das pessoas que trabalham, portanto, no centro da cidade, dos lojistas que trabalham no centro da cidade nem na praia da Rocha, das pessoas que trabalham nos bares ou nos hotéis ou na hotelaria, ou tudo o resto. Estou-me a referir às empresas que prestam serviços, tanto às casas turísticas, como aos restaurantes, como às casas particulares e essas empresas não têm um sítio em concreto, não têm trabalhadores que estão lá de forma constante. Eu percebo a dificuldade da regulamentação dessa bonificação, mas era para esclarecer que não me referia a essa situação que estava a dizer em concreto. Porque sabemos que a grande parte, tirando a hotelaria no setor económico de Portimão, de resto são prestações de serviços e as prestações de serviços, é aí nessa área que englobava a bonificação que estava a referir anteriormente, porque vou-lhe dar um exemplo muito prático. Se alguém tiver que ir reparar um ar condicionado a uma loja, não vai conseguir deixar a sua carrinha de trabalho numa bolsa, numa eventual bolsa de estacionamento e vir com todo o equipamento para vir fazer a reparação e depois voltar para trás. É impossível, não vai dar, ou diga-se, obras de intervenção pontuais, ou diga-se, descarga de materiais que existe e está considerado efetivamente nas ZAAC, mas nos restantes não está. Efetivamente existe a possibilidade das cargas e descargas, mas também e bem, bem não, bem o trabalho que a EMARP está a fazer que vou referir já a seguir. O estacionamento tende a ser abusivo, porque não é cobrado nessas áreas e a EMARP, e bem, tem uma iniciativa para o controlo nesses espaços, mas o que se verifica, é que os estacionamentos para as cargas e descargas que poderiam ser utilizados para este tipo de serviços que estava a mencionar são relativamente poucas. Não são uma solução, carecia aqui de existir uma exceção ou uma regulamentação específica para estes casos. Obrigado, disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Viana**, para dizer que são só três perguntas muito sucintas. Se a EMARP já está a fazer remoção de viaturas e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



qual é o horário do parque onde são depositadas essas viaturas. Porque chegou aos meus ouvidos que eventualmente seria um horário muito encurtado e, portanto, a pessoa ficaria com o carro para o dia a seguir para poder levantar. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o diretor geral da EMARP Dr. **Pedro Romão**, relativamente à questão do engenheiro Ricardo Cândido, é quase uma situação ingerível. O *benchmarking* que fizemos não conseguimos captar nada parecido com isso, nem cá nem em sítio nenhum. De facto, não sabemos bem como é que lidamos com isso. -----

----- Relativamente aos rebocados, efetivamente estamos a fazê-lo, o horário é o que está estabelecido, estamos a fazer os reboques como sabe, portanto, e o horário é o que está estabelecido na legislação que regula esta matéria. É o que está estabelecido, sim. -----

----- São coisas que podem sempre ser melhoradas. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-i)** Discussão e votação do projeto de alteração ao Regulamento das zonas de estacionamento, nos termos da Proposta – **Deliberação nº 696/22**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	2	0	0	0	17
ABSTENÇÕES	0	5	0	0	0	0	1	0	6
VOTOS CONTRA	0	0	3	2	0	1	0	1	7

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- Foi aprovado, por maioria, o projeto de alteração ao Regulamento das zonas de estacionamento, nos termos da Proposta – **Deliberação nº 696/22**. -----

No Seguimento desta votação, a bancada do CHEGA, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra: «No regulamento da EMARP diz através do Art.º 3 – Competências, que compete sòmente à Assembleia Municipal, deliberar sobre a implementação, Alteração, ou Extinção do ZEC – Zonas de Estacionamento Controlado.-----

A Assembleia Municipal poderá eventualmente, salvo deliberação, autorizar ou actualizar anual e automaticamente as tarifas de acordo com a taxa média da inflação (INE).-----

Estes os parâmetros arbitrários e de competência da A.M.-----

De acordo com os mapas apresentados e zonas tarifadas, o Partido CHEGA discorda veemente, que a zona das sardinhas ZEC D, área ribeirinha de Portimão, não necessita de área tarifária, não



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



havendo razoabilidade nem racionalidade competitiva na medida, em termos comerciais pois, tornará a zona menos competitiva relativamente a outras. Quem quiser degustar o prato "ex-libris de Portimão", levará com taxa de estacionamento o que encarecerá, ainda mais, a sardinhada.-----

O Partido CHEGA discorda também, que na ZEC B1 e B2, Av. 28 de Maio seja previsível a sua taxação, algo que não faz sentido em virtude de não haver alternativas, tais como, bolsas de estacionamento.-----

Infelizmente, o Executivo Municipal promove a colocação de pilaretes na malha urbana, ao invés de construir parques de estacionamento.-----E

ainda, na ZEC E, marginal de Alvôr, encarecendo o comércio e restauração circunvizinha.-----O Partido CHEGA vota CONTRA de acordo com o exposto.»-----

-----Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram Vinte e três horas e cinquenta e quatro minutos, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 3ª Reunião da 5ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e dois, realizada no dia dezanove de dezembro, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento.-----

-----De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, relativamente às questões formuladas pelos cidadãos, não foi rececionada resposta por parte da Câmara Municipal. -----

-----E eu, Telma Maria Nunes Matias _____ Assistente Técnica, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão: -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Isabel Andrez Guerreiro)

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



(Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café)